FERNANDA MANZANO SAYEG

**COMPROMISSOS EM SERVIÇOS NA
ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO**

**Uma análise da estrutura da lista de compromissos e da metodologia
utilizada para a inscrição de compromissos à luz do preâmbulo e do
Artigo XIX do GATS e suas principais consequências para o Brasil**

**Dissertação apresentada à Faculdade de Direito
da Universidade de São Paulo como requisito
parcial para obtenção do título de Mestre em
Direito Internacional.**

**Área de concentração: Direito Internacional.
Orientador: Prof. Dr. Umberto Celli Junior.**

**FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
SÃO PAULO**

2009

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Sérgio e Ivonete, pelo apoio incondicional, pelo incentivo e pela compreensão, em todos os momentos da minha vida.

Aos meus irmãos, Fábio e Flávia, pela amizade e pelo carinho.

Aos meus queridos amigos, Fabrício e Thalita Verônica, que, desde que nos encontramos nas Arcadas do Largo São Francisco, estão presentes em todos os momentos da minha vida.

À Vera Kanas, que nos anos de convivência profissional muito me ensinou, pelo apoio durante a elaboração desta dissertação.

Ao Prof. Dr. Umberto Celli Junior, pela orientação e confiança em meu trabalho. Seus conhecimentos e suas contribuições foram fundamentais no desenvolvimento deste trabalho.

À Profa. Dra. Vera Thorstensen, pelos conhecimentos transmitidos durante o estágio que realizei na Missão do Brasil em Genebra e pelo acesso à OMC e aos documentos utilizados neste trabalho.

Ao Audo Faleiro, que permitiu que eu acompanhasse seu brilhante trabalho na Missão do Brasil em Genebra e muito me ensinou sobre o tema objeto desta dissertação.

RESUMO

A lista de compromissos é o instrumento jurídico que consolida os compromissos adotados pelos Membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) na área de serviços. O modelo de lista de compromissos adotado pelo Acordo Geral para o Comércio de Serviços (GATS) permite que os Membros decidam quais setores ou subsetores de serviços e modos de prestação irão consolidar compromissos. Esses compromissos vinculam os Membros. Logo, as inscrições nas listas de compromissos devem ser claras e precisas, especialmente com relação ao que está e o que não está incluído no compromisso.

Considerando que a estrutura da lista de compromissos e a metodologia utilizada pelos Membros para assunção de compromissos são extremamente complexas, é importante identificar quais são os principais problemas apresentados por elas, à luz das regras e objetivos da OMC, com vistas a buscar soluções ou sugerir alternativas para esses problemas. A análise desses problemas também deve levar em consideração os contenciosos envolvendo serviços e as conclusões a que chegou o Órgão de Solução de Controvérsias da OMC nesses casos.

Deve-se verificar, também, se a estrutura da lista de compromissos e a metodologia para a inscrição de compromissos em serviços são compatíveis com o preâmbulo e com o Artigo XIX do GATS, ou seja: se permitem a liberalização progressiva do comércio internacional de serviços; se garantem flexibilidade apropriada aos países em desenvolvimento para que liberalizem menos setores e tipos de operação; se promovem os interesses de todos os participantes do Sistema Multilateral de Comércio; se têm como objetivo a promoção do crescimento econômico de todas as partes envolvidas e, sobretudo, o desenvolvimento dos países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento econômico relativo; se resguardam o direito dos Membros de regular e de introduzir novas leis dentro de seus territórios, com vistas a atingir objetivos de política pública; e se respeitam as assimetrias existentes com relação aos graus de desenvolvimento das legislações nacionais.

Palavras chave: GATS. Comércio de serviços. Compromissos. Lista de compromissos.

ABSTRACT

The schedule of commitments is the legal instrument which contains the commitments made by the Members of the World Trade Organization (WTO) in services. The schedule adopted by the General Agreement on Trade in Services (GATS) allows the Members to decide in which sectors or subsectors and modes of supply they will make commitments. These commitments are binding to the Members. Therefore, the entries in the schedules must be clear and precise, especially regarding what is and what is not included in the commitment.

Considering the structure of the schedules and the scheduling methodology are extremely complex, it is important to identify what are their main problems in view of the rules and objectives of the WTO, in order to look for solutions to these problems or to suggest alternatives. The analysis of these problems must take into account the cases involving trade in services and the findings of the Dispute Settlement Body of the WTO in those cases.

It should also be analyzed whether the structure of the schedules and the scheduling methodology comply with GATS' preamble and Article XIX, or, in other words: if they allow the progressive liberalization of the trade in services; if they guarantee appropriate flexibility for developing countries for opening fewer sectors and types of transactions; if they promote the interest of all participants of the Multilateral Trading System; if they promote the economic growth of all the trading partners and, above all, the development of developing and the least-developed countries; if they acknowledge the right of the Members to regulate and to introduce new regulations within their territories in order to meet national policy objectives; and if they respect the asymmetries existing with respect to the degree of development of the services regulations.

Keywords: GATS. Trade in services. Commitments. Schedule of commitments.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Acordo Antidumping	Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do GATT
Acordo sobre Subsídios	Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias
Acordo da OMC	Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio
Antígua	Antígua e Barbuda
BIRD	Banco Mundial ou Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
CCE	Comitê de Compromissos Específicos
CCS	Conselho para o Comércio de Serviços
CNC	Comitê de Negociações Comerciais
CSF	Comitê sobre Serviços Financeiros
CE	Comunidades Européias
DOC	Departamento de Comércio dos Estados Unidos
EFTA	Área de Livre Comércio da Europa
ESC	Entendimento sobre Soluções de Controvérsias
FMI	Fundo Monetário Internacional
GATS	Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços
GATT	Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
NAFTA	Acordo de Livre Comércio da América do Norte
NAMA	Acesso a mercados em produtos não-agrícolas
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
OACI	Organização da Aviação Civil Internacional
OAP	Órgão de Apelação
OCDE	Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento
OIC	Organização Internacional do Comércio
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OSC	Órgão de Solução Controvérsias da OMC
PDs	Países desenvolvidos
PEDs	Países em desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto

PMDRs	Países de menor desenvolvimento econômico relativo
SMC	Sistema Multilateral de Comércio
SPS	Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias
TBT	Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio
TRIPS	Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio
UNCTAD	Organização das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento
USTR	Representante Comercial dos Estados Unidos
WPDR	Grupo de Trabalho sobre Regulação Doméstica
WPGR	Grupo de Trabalho sobre Regras do GATS
WPPS	Grupo de Trabalho sobre Serviços Profissionais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
------------------	---

PARTE I

O GATS E O COMÉRCIO INTERNACIONAL DE SERVIÇOS

CAPÍTULO 1. A REGULAMENTAÇÃO DO COMÉRCIO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DO SISTEMA MULTILATERAL DE COMÉRCIO	9
--	---

1.1. Tentativas de regulamentação do comércio de serviços na OIC e no GATT	10
1.2. A Rodada Uruguai e a criação do GATS	18

CAPÍTULO 2. O GATS	22
--------------------------	----

2.1. Estrutura	22
2.2. Escopo, objetivos e definição de serviços	24
2.2.1. Aplicação	24
2.2.2. Preâmbulo e objetivos	29
2.2.3. A importância do preâmbulo do GATS	30
2.3. Administração	33
2.4. Disciplinas e obrigações gerais aplicáveis ao comércio de serviços	35
2.4.1. Tratamento de nação mais favorecida	36
2.4.2. Transparência	38
2.5. Os quatro modos de prestação de serviços	38
2.6. Possibilidade de serem excepcionados os princípios e as obrigações regulamentados no GATS	40
2.6.1. Exceções gerais aos acordos da OMC	41
2.6.2. Exceções gerais previstas no GATS	45
2.6.2.1. Exceções com vistas à manutenção ou proteção de objetivos de política pública	46
2.6.2.2. Exceções de segurança	48

2.6.2.3. Exceções à cláusula de nação mais favorecida	49
---	----

CAPÍTULO 3. A LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL NO ÂMBITO DO GATS 52

3.1. Pilares da liberalização do comércio de serviços na OMC	52
3.1.1. Acesso a mercados	53
3.1.2. Tratamento nacional	54
3.1.2.1. O conceito de similaridade no GATT e no GATS, o procedimento de análise de violação ao tratamento nacional e o teste de objetivos e efeitos	56
3.1.2.1.1. Similaridade no GATT	57
3.1.2.1.1.1. O conceito de produto similar	57
3.1.2.1.1.2. O procedimento de análise de violação ao tratamento nacional no GATT	57
3.1.2.1.1.3. Teste de objetivos e efeitos e o Artigo III.2 do GATT	61
3.1.2.1.2. Similaridade no GATS	62
3.1.2.1.2.1. Os conceitos de serviço similar e de prestador de serviço similar	62
3.1.2.1.2.2. O procedimento de análise de violação ao tratamento nacional no GATT	63
3.1.2.1.2.3. Teste de objetivos e efeitos e o Artigo II do GATS	67
3.2. O mecanismo de pedidos e ofertas e o respeito ao espaço para a realização de políticas públicas	67
3.3. O Artigo XIX do GATS e a nova rodada de negociações comerciais	70

PARTE II

LISTAS DE COMPROMISSOS EM SERVIÇOS

CAPÍTULO 4. A LIBERALIZAÇÃO DO COMÉRCIO DE SERVIÇOS POR MEIO DE LISTAS DE COMPROMISSOS 79

- 4.1. Comparação entre lista positiva e lista negativa: principais características e objetivos dos diferentes modelos de listas de compromissos utilizados no Sistema Multilateral de Comércio 79
- 4.2. O mecanismo de liberalização adotado pelo GATS 83
- 4.3. A negociação da lista de compromissos em serviços na Rodada Uruguai 85
- 4.4. Comparação entre o tratamento das listas de compromissos no GATS e nos acordos regionais de comércio que abrangem serviços 88
 - 4.4.1. NAFTA 88
 - 4.4.2. MERCOSUL 90
 - 4.4.3. Outros acordos regionais de comércio 93

CAPÍTULO 5. A LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL EM SERVICOS: O PROCESSO DE INSCRIÇÃO DE COMPROMISSOS ESPECÍFICOS EM SERVIÇOS E A ESTRUTURA DA LISTA DE COMPROMISSOS ADOTADA PELO GATS 95

- 5.1. O processo de inscrição de compromissos específicos no âmbito do GATS 96
- 5.2. A classificação setorial em serviços 97
- 5.3. A estrutura da lista de compromissos em serviços 100
 - 5.3.1. Compromissos horizontais, específicos e adicionais 100
 - 5.3.1.1. Compromissos horizontais 100
 - 5.3.1.2. Compromissos setoriais ou específicos 101
 - 5.3.1.2.1. Limitações aos compromissos 101
 - 5.3.1.2.1.1. Limitações de acesso a mercados 102
 - 5.3.1.2.1.2. Limitações de tratamento nacional 104
 - 5.3.1.3. Compromissos adicionais 106

5.4. As diretrizes para as negociações de compromissos específicos	108
5.5. Terminologia utilizada nas listas de compromissos	110
5.6. Formato das listas de compromissos	113
5.6.1. Coluna 1: Setor ou subsetor	116
5.6.2. Coluna 2: Limitações de acesso a mercados	117
5.6.3. Coluna 3: Limitações ao tratamento nacional	117
5.6.4. Coluna 4: Compromissos adicionais	118
5.7. Limitações e informações que não devem ser inscritas nas listas de compromissos	118
5.8. Comparação entre as estruturas da lista de compromissos e da lista de exceções à cláusula de nação mais favorecida	119
5.9. Modificação e revogação de compromissos consolidados e o Artigo XXI do GATS	120

PARTE III

ANÁLISE DOS COMPROMISSOS EM SERVIÇOS PELOS ÓRGÃOS DA OMC E A RODADA DE DOHA

CAPÍTULO 6. PRINCIPAIS PROBLEMAS APRESENTADOS PELAS LISTAS DE COMPROMISSOS E O TRABALHO DESENVOLVIDO PELO COMITÊ DE COMPROMISSOS ESPECÍFICOS	124
6.1. Principais críticas ao modelo das listas de compromissos adotado pelo GATS	124
6.2. Problemas apresentados pelas listas de compromissos em serviços	126
6.2.1. Problemas com a classificação adotada pela <i>Lista de Classificação Setorial em Serviços</i>	126
6.2.2. Ausência de clareza	127

6.2.3. Ausência de precisão	128
6.2.4. Conflito entre compromissos horizontais e setoriais	130
6.2.5. Conflito entre a terminologia utilizada pelos Membros nos compromissos	131
6.2.6. Conflito entre limitações de acesso a mercado e de tratamento nacional	132
6.2.7. Problemas de inscrição relacionados aos modos de prestação de serviços	134
6.2.7.1. Sobreposição entre modos de prestação de serviços	134
6.2.7.2. Relação entre limitações de acesso a mercados e modos de prestação de serviços	136
6.2.8. Abrangência das inscrições em serviços do ponto de vista tecnológico	137
6.3. As discussões sobre inscrição de compromissos no âmbito do CCE	138
6.3.1. O mandato do CCE	138
6.3.2. O funcionamento do CCE	139
6.3.3. Trabalhos concluídos pelo CCE	140
6.3.4. Principais temas em discussão no CCE	142
6.3.4.1. Classificação dos setores de serviços	142
6.3.4.2. Inscrição de novos compromissos	145
6.3.4.3. Convenções editoriais para a apresentação de ofertas iniciais e revisadas	146
6.3.4.4. Relacionamento entre compromissos antigos e novos	148

CAPÍTULO 7. A ANÁLISE DAS INSCRIÇÕES EM SERVIÇOS PELO ÓRGÃO DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

7.1. Procedimentos especiais adotados pelo OSC nos contenciosos envolvendo serviços	150
7.2. Análise do OSC dos principais contenciosos envolvendo o comércio de serviços	151
7.2.1. O caso <i>Estados Unidos – Serviços de jogo e aposta</i>	151

7.2.1.1. Breve descrição do caso	151
7.2.1.2. Análise e conclusões do Painel e do Órgão de Apelação	153
7.2.2. O caso <i>México – Telecomunicações</i>	158
7.2.1.1. O Anexo do GATS sobre telecomunicações e o <i>Reference Paper</i>	158
7.2.1.2. Breve descrição do caso	162
7.2.1.3. Análise e conclusões do Painel	164
7.3. Principais consequências das decisões do OSC nos casos <i>Estados Unidos - Serviços de jogo e aposta</i> e <i>México – Telecomunicações</i> relacionadas à inscrição de compromissos em serviços	168

PARTE IV

LISTAS DE COMPROMISSOS EM SERVIÇOS E PEDS

CAPÍTULO 8. LISTAS DE COMPROMISSOS ESPECÍFICOS E A METODOLOGIA PARA A INSCRIÇÃO DE COMPROMISSOS EM SERVIÇOS

.....	173
8.1. Princípios orientadores das negociações em serviços estabelecidos no preâmbulo e no Artigo XIX do GATS	173
8.2. Transparência	176
8.3. Liberalização progressiva	177
8.4. Respeito aos objetivos de política nacional e a manutenção de espaço para realização de políticas públicas	179
8.5. Garantia de flexibilidade apropriada para os PEDs	181
8.6. Promoção dos interesses de todos os participantes do SMC e o desenvolvimento dos PEDs	183

CAPÍTULO 9. O POSICIONAMENTO DOS MEMBROS COM RELAÇÃO À INSCRIÇÃO DE COMPROMISSOS EM SERVIÇOS NA OMC

9.1. Principais reivindicações dos PEDs com relação à metodologia para inscrição de compromissos e à estrutura das listas de compromisso em serviços	188
--	-----

9.1.1. Reivindicações dos PDs	188
9.1.2. Reivindicações do Brasil e dos PEDs	189
9.2. Balanço dos resultados obtidos até o momento, na Rodada de Doha, com relação à liberalização comercial em serviços e perspectivas de alterações na metodologia de inscrição de compromissos em serviços	191
CONSIDERAÇÕES FINAIS	194
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	199
I - Livros e artigos	199
II - Legislação Brasileira	213
III - Documentos Internacionais	214
A) Documentos do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio	214
B) Documentos da Organização Mundial do Comércio	218
C) Documentos do MERCOSUL	238
D) Outros Documentos Internacionais	238
IV - Páginas na Internet	239
 ANEXOS	
ANEXO I - GATS, conforme publicado no Diário Oficial da União por meio do Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, que promulga a Ata Final que incorpora os resultados da Rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais do GATT	242
ANEXO II – Lista de compromissos em serviços apresentada pelo Brasil na Rodada Uruguai - GATS/SC/13, de 15 de abril de 1994	285
ANEXO III – Lista de exceções ao artigo II do GATS apresentada pelo Brasil na Rodada Uruguai - GATS/EL/13, de 15 de abril de 1994	312

INTRODUÇÃO

Atualmente, o setor de serviços é o mais dinâmico e crescente da economia mundial, sendo responsável por dois terços da produção global e, em muitos países, corresponde a um percentual ainda maior na geração de empregos. Apesar da dificuldade de se elaborar estatísticas precisas no tocante ao valor do comércio de serviços, estima-se que, em 2007, ele representou cerca de 19% do comércio global, em termos de balança de pagamento¹.

Portanto, é indiscutível a importância do setor de serviços no âmbito do comércio internacional e para as economias nacionais². No entanto, até 1995, o comércio de serviços não estava sujeito a regras multilaterais e a prestação de serviços era regulamentada apenas nacionalmente. As organizações internacionais que regulamentavam determinados serviços eram organizações internacionais de cooperação de caráter setorial, como a Associação Internacional de Transporte Aéreo (IATA) e a União Internacional de Telecomunicações (UIT), que não visavam à liberalização comercial.

De fato, por muito tempo, o setor de serviços foi negligenciado nas negociações internacionais, sejam elas bilaterais, regionais ou multilaterais. Durante os quase cinquenta anos de vigência do GATT - acordo que estabelece regras multilaterais para o comércio de bens, em vigor desde 1948 - inexistiam regras regulamentando o comércio internacional nesse setor³. Apenas na rodada de negociações comerciais iniciada em 1986, a Rodada Uruguai, o tema serviços foi inserido na pauta das negociações e foi objeto de um acordo multilateral no âmbito da recém criada OMC: o GATS.

Não obstante a regulamentação do comércio de serviços ser extremamente recente no âmbito do SMC, serviços é um dos temas de maior destaque na rodada de negociações comerciais que está em curso, a Rodada de Doha. Nesse contexto, também ganha destaque a lista de compromissos, instrumento jurídico que consolida os compromissos em serviços

¹ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **International Trade Statistics 2008**. 6 p. Disponível em: <http://www.wto.org/english/res_e/statis_e/its2008_e/its2008_e.pdf>. Acesso em 11 jan. 2009.

² Segundo Umberto Celli Junior, serviços representam aproximadamente 80% do PIB dos PDs e 60% do PIB brasileiro. Nos últimos cinco anos, o comércio internacional de serviços cresceu a uma taxa média anual de 9,0%, totalizando, em 2005, US\$ 2,4 trilhões, o que equivale a 23,2% do comércio mundial de bens de US\$ 10,39 trilhões. No Brasil, o setor emprega mais de 50% da mão-de-obra e atraiu quase a metade de todos os investimentos estrangeiros. (CELLI JUNIOR, Umberto. **Os acordos de serviços (GATS) e de investimentos (TRIMS) na OMC: espaço para políticas de desenvolvimento**. São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.usp.br/prolam/downloads/gats.pdf>>. Acesso em: 9 jan. 2008).

³ Para a professora Araminta Mercadante, o tema serviços é relativamente recente como objeto de análise econômica em razão das dificuldades encontradas para pensar o imaterial. (MERCADANTE, Araminta. **Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços: Aspectos Jurídicos**. CASELLA, Paulo Borba; MERCADANTE, Araminta de Azevedo (org). **Guerra Comercial ou Integração Mundial pelo Comércio? A OMC e o Brasil**. São Paulo: LTr, 1998. 413 p.).

no âmbito da OMC. Isso porque, de acordo com o modelo de liberalização adotado pelo GATS, apenas os setores e modos de prestação de serviços indicados nas listas de compromissos vinculam os Membros.

Os Membros da OMC podem assumir compromissos nos setores e modos de prestação de serviços que desejarem, mas também podem optar por não assumir quaisquer compromissos, resguardando seu direito para realização de políticas públicas em seus territórios. Nesse sentido, é importante observar que políticas públicas referem-se a decisões públicas que visam à manutenção do equilíbrio social ou à introdução de elementos que modifiquem a realidade de um ou vários setores, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos de determinado governo, sejam eles de consolidação da democracia, justiça social, manutenção do poder, felicidade das pessoas etc.⁴.

Os compromissos assumidos pelos Membros devem ser claros e precisos, pois, uma vez consolidados, vinculam os Membros. Em caso de descumprimento ou modificação que não for realizada em conformidade com o procedimento previsto no Artigo XXI do GATS, determinado Membro pode vir a ser acionado por outro perante o OSC.

A jurisprudência do OSC demonstra a importância de os compromissos em serviços serem inscritos de maneira cautelosa pelos Membros da OMC. O caso *Estados Unidos – Medidas afetando a prestação transfronteiriça de serviços de jogo e aposta (DS285)*, ou *Estados Unidos – Jogo*, é um exemplo de que os compromissos assumidos em serviços devem ser precisos.

Esse contencioso foi iniciado contra os Estados Unidos por Antígua e Barbuda (“Antígua”), Estado caribenho que tem como principal fonte de renda atividades relacionadas a jogos e apostas, especialmente por meio da Internet (serviços de jogo e apostas *online*). Antígua alegou que, apesar de os Estados Unidos terem assumido compromissos no subsector intitulado “outros serviços recreacionais e de entretenimento”,

⁴ Sobre o conceito de política pública, Enrique Saravia entende que: “Trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, idéias e visões dos que adotam ou influem na decisão. É possível considerá-las como estratégias que apontam para diversos fins, todos eles, de alguma forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório. A finalidade última de tal dinâmica - consolidação da democracia, justiça social, manutenção do poder, felicidade das pessoas – constitui elemento orientador geral das inúmeras ações que compõem determinada política. Com uma perspectiva mais operacional, poderíamos dizer que ela é um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos”. (SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. **Políticas Públicas**. Brasília: v. 1, ENAP Fundação Escola Nacional de Administração Pública, 2007, p. 28-29).

no modo 1, por meio da inscrição “nenhuma limitação” (*none*), em alguns estados desse país, a prestação transfronteiriça de serviços de jogo e apostas *online* havia sido proibida. Os Estados Unidos declararam, por sua vez, que serviços de jogo e aposta não estariam incluídos em “outros serviços recreacionais e de entretenimento”. No entanto, ao analisar o caso, o OSC declarou que a inscrição “nenhuma limitação” em modo 1 no subsetor “outros serviços recreacionais e de entretenimento” incluía serviços de jogo e apostas⁵.

Já no caso *México – Medidas afetando serviços de telecomunicações (DS204)*, também conhecido como *México – Telecomunicações*, os Estados Unidos iniciaram o contencioso, pois acreditavam que o México havia descumprido algumas obrigações assumidas pelo país em sua lista de compromissos. O México havia consolidado compromissos em telecomunicações nos termos do *Reference Paper*, que é parte do Anexo sobre Telecomunicações do GATS e estabelece uma série de obrigações para os Membros aderentes em relação aos prestadores de serviços de telecomunicações em seus territórios. Os Estados Unidos alegaram que o México violou seus compromissos no setor, pois não havia conseguido garantir tarifas de interconexão orientadas pelo custo aos prestadores estrangeiros, não havia conseguido impedir sua empresa de adotar práticas não competitivas no setor e não havia garantido acesso razoável e não discriminatório às redes de telecomunicações⁶.

Esses dois casos refletem a importância de que as inscrições nas listas de serviços sejam claras e precisas, especialmente com relação ao que está e o que não está incluído no compromisso⁷. Embora os Membros não sejam obrigados a consolidar compromissos em serviços, podendo manter espaço para o exercício de políticas públicas, eles devem cumprir os compromissos que consolidarem

Os contenciosos mencionados acima demonstram, também, a dificuldade dos Membros, sejam eles PEDs ou PDS, de entender a estrutura da lista de compromissos e de inscrever os compromissos de serviços em suas listas de compromissos. Por essas razões, a tendência, principalmente por parte dos PEDs, é de não consolidação de compromissos em serviços. Esses Membros acreditam que essa atitude não apenas resguarda o espaço para a

⁵ Para mais informações sobre o caso, vide informações disponíveis em: <http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds285_e.htm>. Acesso em: 10 dez. 2009.

⁶ Para mais informações sobre esse caso, vide informações disponíveis em: <http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds204_e.htm>. Acesso em: 10 dez. 2009.

⁷ SOUTH CENTRE. **GATS Dispute Settlement Cases: Practical Implications for Developing Countries.** SC/TADP/AN/SV/10 / SC/TADP/AN/DS/1. Genebra: 2007. Disponível em: <http://www.southcentre.org/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=45&dir=ASC&order=date&Itemid=69&limit=10&limitstart=150>. Acesso em 13 dez. 2007. P. 3-4.

realização de políticas públicas, mas, também, evita que eles sejam demandados perante o OSC por adotarem medidas nacionais inconsistentes com os compromissos inscritos em suas listas.

No entanto, é importante notar que a liberalização comercial é a força motriz da OMC e serviços é um dos setores de maior interesse dos PDs. Logo, os PEDs devem vê-lo não apenas como um setor comercialmente relevante, permeado por sensibilidades políticas e culturais, mas, também, como um importante elemento das trocas de concessões nas negociações. Assim, ao participar das rodadas de negociações multilaterais, os PEDs e PMDRs devem estar aptos para consolidar compromissos em serviços com clareza e precisão, resguardando o espaço para alcançar objetivos de política pública, tendo em vista que os compromissos por eles adotados serão vinculantes.

A presente dissertação tem por objetivo analisar a estrutura da lista de compromissos e a metodologia utilizada pelos Membros para a assunção de compromissos⁸. Tentar-se-á identificar quais são os principais problemas apresentados pelas listas, à luz das regras e objetivos da OMC, com vistas a buscar soluções ou sugerir alternativas para esses problemas. A análise dos problemas apresentados nas listas também irá levar em consideração os contenciosos iniciados na OMC envolvendo serviços e as conclusões a que chegou o OSC nesses casos⁹.

Pretende-se, ainda, verificar se elas são compatíveis com os princípios orientadores do comércio internacional e com o GATS e, em especial com o preâmbulo e com o Artigo XIX desse acordo.

O preâmbulo do GATS estabelece que a liberalização do comércio de serviços, no âmbito do SMC, deve: (i) buscar a expansão do comércio internacional, sob condições de transparência e liberalização progressiva, como forma de promover o crescimento de todos os parceiros comerciais e o desenvolvimento dos PEDs; (ii) buscar a rápida obtenção de níveis de liberalização progressivamente mais elevados no comércio de serviços por meio de sucessivas rodadas de negociações multilaterais que têm como objetivo promover os interesses de todos os participantes, na base de vantagens mútuas, e lograr um equilíbrio geral dos direitos e obrigações, respeitando os objetivos das políticas nacionais; (iii)

⁸ No presente trabalho, o modo pelo qual é realizada a inscrição de compromissos em serviços, nas listas de compromissos específicos, será referido como metodologia para a inscrição dos compromissos em serviços.

⁹ Atualmente, apenas dois casos tiveram compromissos específicos assumidos em serviços como o principal foco do contencioso na OMC, quais sejam: o caso Estados Unidos – Medidas afetando a prestação transfronteiriça de serviços de jogo e aposta (DS285) e o caso México – Medidas afetando serviços de telecomunicações (DS204).

respeitar o direito dos Membros de regular e de introduzir novas regulamentações sobre serviços dentro de seus territórios para atingir os objetivos nacionais e, em virtude das assimetrias existentes com respeito ao grau de desenvolvimento das regulamentações sobre serviços em diferentes países, a necessidade particular dos PEDs de exercerem tal direito; (iv) facilitar a participação crescente dos PEDs no comércio de serviços e a expansão de suas exportações de serviços; e (v) levar em consideração particular a séria dificuldade dos PMDRs em vista de sua situação econômica especial e de suas necessidades comerciais, financeiras e de desenvolvimento¹⁰.

Já o Artigo XIX do GATS estabelece como será realizada a negociação de compromissos específicos e quais os princípios que devem orientar essas negociações. De acordo com esse artigo, as negociações em serviços devem possibilitar: (i) a liberalização progressiva na área de serviços; (ii) a redução ou a eliminação de medidas restritivas ao comércio internacional de serviços, assegurando o efetivo acesso aos mercados e, como consequência, promovendo os interesses de todos os participantes, sobre a base de vantagens mútuas; (iii) o respeito aos objetivos de políticas nacionais e ao nível de desenvolvimento dos Membros, tanto em termos gerais, quanto em termos setoriais, garantindo flexibilidade apropriada para que os PEDs liberalizem menos setores e tipos de operação e aumentem progressivamente o acesso a seus mercados; (iv) que os PEDs, ao garantir acesso a seus mercados a prestadores de serviços estrangeiros, imponham condições destinadas à consecução dos objetivos referidos no Artigo IV do GATS; (v) o

¹⁰ “Os Membros,

Reconhecendo a importância crescente do comércio de serviços para o crescimento e desenvolvimento da economia mundial;

Desejando estabelecer um quadro de princípios e regras para o comércio de serviços com vistas à expansão do mesmo sob condições de transparência e liberalização progressiva e como forma de promover o crescimento de todos os parceiros comerciais e o desenvolvimento dos países em desenvolvimento;

Desejando a rápida obtenção de níveis de liberalização progressivamente mais elevados no comércio de serviços mediante sucessivas rodadas de negociações multilaterais que objetivem a promoção do interesses de todos os participantes na base de vantagem mútua e lograr um equilíbrio geral dos direitos e obrigações e, ao mesmo tempo, respeitando os objetivos das políticas nacionais;

Reconhecendo o direito dos Membros de regulamentar e de introduzir novas regulamentações sobre serviços dentro de seus territórios para atingir os objetivos nacionais e, dadas as assimetrias existentes com respeito ao grau de desenvolvimento das regulamentações sobre serviços em diferentes países, a necessidade particular de os países em desenvolvimento exercerem tal direito;

Desejando facilitar a participação crescente dos países em desenvolvimento no comércio de serviços e a expansão de suas exportações de serviços, inclusive, inter alia, mediante o fortalecimento da capacidade nacional de seus serviços e sua eficiência e competitividade;

Levando em consideração particular a séria dificuldade dos países de menor desenvolvimento relativo em vista de sua situação econômica especial e de suas necessidades comerciais, financeiras e de desenvolvimento;

Acordam o seguinte”. (**Decreto nº 313**, de 30 de julho de 1948, que autoriza o Poder Executivo a aplicar, provisoriamente, o Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio; reajusta as tarifas aduaneiras e dá outras providências. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 10 dez. 2008).

respeito aos objetivos do GATS, descritos no preâmbulo, inclusive aqueles estabelecidos no parágrafo 1º do Artigo IV; e (vi) tratamento especial para os PMDRs¹¹.

Desse modo, pretende-se verificar em que medida as atuais listas de compromissos e a metodologia para a inscrição de compromissos permitem a liberalização progressiva do comércio internacional de serviços e a flexibilidade apropriada aos PEDs, possibilitando que estes liberalizem menos setores e tipos de operação. Além disso, analisar-se-á se elas promovem os interesses de todos os participantes do SMC e têm como objetivo a promoção do crescimento econômico de todas as partes envolvidas e, sobretudo, o desenvolvimento dos PEDs e PMDRs. Também será analisado se a estrutura da lista de compromissos e a metodologia para a inscrição de compromissos permitem que os Membros resguardecem o direito de regular e de introduzir novas leis dentro de seus territórios, com vistas a atingir objetivos de política pública, respeitando as assimetrias existentes com relação aos graus de desenvolvimento das legislações nacionais.

É importante mencionar que o tema objeto da presente dissertação será abordado sob o enfoque do desenvolvimento, ou seja, de como a liberalização do comércio de serviços pode ser mais benéfica para os PEDs que são Membros da OMC, na busca de um maior equilíbrio econômico na esfera global. Logo, as listas de compromissos em serviços e a

¹¹ “Artigo XIX

Negociação de Compromissos Específicos

1 - No cumprimento dos objetivos do presente Acordo, os Membros manterão sucessivas rodadas de negociações, a primeira das quais até cinco anos após a entrada em vigor do Acordo Constitutivo da OMC, e periodicamente depois, com vistas a chegar a níveis progressivamente mais altos de liberalização. Tais negociações serão voltadas à redução ou à eliminação dos efeitos desfavoráveis das medidas sobre o comércio de serviços, como forma de assegurar o acesso efetivo aos mercados. Este processo terá por fim promover os interesses de todos os participantes, sobre a base de vantagens mútuas, e levar a um equilíbrio global de direitos e obrigações.

2 - O processo de liberalização respeitará devidamente os objetivos de políticas nacionais e o nível de desenvolvimento dos distintos Membros, tanto em geral, quanto nos diferentes setores. Haverá flexibilidade apropriada para que os diferentes países em desenvolvimento abram menos setores, liberalizem menos tipos de transações, aumentem progressivamente o acesso a seus mercados em função de sua situação em matéria de desenvolvimento e, quando concedam acesso a seus mercados a prestadores de serviços estrangeiros, imponham condições destinadas à consecução dos objetivos referidos no Artigo IV.

3 - Para cada rodada serão estabelecidas diretrizes e procedimentos para as negociações. Para fins de estabelecer tais diretrizes, o Conselho para o Comércio de Serviços efetuará uma avaliação do comércio de serviços globalmente e em bases setoriais com respeito aos objetivos do Acordo, inclusive aqueles estabelecidos no parágrafo 1º do Artigo IV. As diretrizes de negociação estabelecerão modalidades de tratamento da liberalização realizada pelos Membros autonomamente desde as negociações anteriores, bem como para o tratamento especial para os países de menor desenvolvimento relativo sob as disposições do parágrafo 3º do Artigo IV.

4 - O processo de liberalização progressiva será encaminhado em cada rodada por meio de negociações bilaterais, plurilaterais ou multilaterais orientadas para o aumento do nível de compromissos específicos assumidos pelos Membros sob o presente Acordo”. (**Decreto nº 313**, de 30 de julho de 1948, que autoriza o Poder Executivo a aplicar, provisoriamente, o Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio; reajusta as tarifas aduaneiras e dá outras providências. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 10 dez. 2008).

metodologia para a inscrição de compromissos serão vistas com base nos benefícios que proporcionam ou podem vir a proporcionar aos PEDs, sejam esses benefícios econômicos ou sociais.

Em última instância, o objetivo desta dissertação consiste em identificar e prover alguns subsídios para que o Brasil e os demais PEDs utilizem os instrumentos existentes no GATS para promover políticas de interesse nacional, de forma a refletir seus interesses no tocante à liberalização do comércio internacional de serviços, possibilitando seu desenvolvimento econômico e uma maior inserção no SMC.

PARTE I

O GATS E O COMÉRCIO INTERNACIONAL DE SERVIÇOS

A Primeira Parte do presente trabalho tem como objetivo apresentar os principais elementos da regulamentação do comércio de serviços no SMC.

No primeiro capítulo, será realizada uma breve análise histórica das tentativas de regulamentação do comércio internacional de serviços, no âmbito da OIC e do GATT, e dos motivos pelos quais tal regulamentação apenas foi possível em meado nos anos 1990. Na sequência, serão analisadas as negociações comerciais da Rodada Uruguai, que culminaram na criação da OMC e do GATS.

No Capítulo 2, serão analisadas as principais características do GATS, de modo a permitir o entendimento de como funciona a regulamentação do comércio de serviços na OMC. Entre os temas mais importantes abordados nesse capítulo, encontram-se a estrutura do GATS e seus objetivos, o conceito de serviços, a aplicabilidade do GATS e as disciplinas, obrigações gerais e exceções aplicáveis ao comércio internacional de serviços.

Por fim, no Capítulo 3, será realizada uma análise de como ocorre a liberalização do comércio de serviços na OMC, com ênfase no funcionamento do mecanismo de pedidos e ofertas e sua interferência na manutenção de espaço para realização de políticas públicas. Também será estudado o Artigo XIX do GATS e o andamento da nova rodada de negociações comerciais com relação a serviços.

CAPÍTULO 1. A REGULAMENTAÇÃO DO COMÉRCIO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DO SISTEMA MULTILATERAL DE COMÉRCIO

O uso da expressão “comércio de serviços” é relativamente novo. Essa expressão foi utilizada, pela primeira vez, apenas em 1972, no relatório elaborado por peritos convocados pela OCDE para examinar as perspectivas comerciais dos Membros em face das transformações estruturais das sociedades industrializadas. A expressão “comércio de serviços” foi utilizada para substituir a expressão “transações com invisíveis”, que era utilizada até então para designar o comércio de serviços¹².

A regulamentação do comércio de serviços, no âmbito do SMC, é ainda mais recente. Enquanto o GATT, acordo que regula o comércio internacional de bens, foi celebrado em 1947, apenas em 1994 o tema serviços foi objeto de um acordo multilateral, o GATS. Até a criação do GATS, o comércio internacional de serviços era caracterizado pela falta de regras jurídicas internacionais sobre esse tema¹³.

Neste capítulo, será elaborado um panorama histórico das principais negociações realizadas desde a Segunda Guerra Mundial com o objetivo de estabelecimento de uma organização internacional voltada para o comércio, de modo a analisar qual o tratamento dado ao tema serviço em cada uma delas.

Assim, a regulamentação do comércio de serviços será analisada no âmbito das negociações para criação da OIC, do GATT e de suas rodadas para liberalização comercial, com destaque para a mais importante das rodadas de negociações do GATT, que resultou na criação da OMC e do GATS: a Rodada Uruguai.

¹² Vide MERCADANTE, Araminta, op. cit., 414 p.

¹³ Vide MERCADANTE, Araminta, op. cit., 415p.

1.1. TENTATIVAS DE REGULAMENTAÇÃO DO COMÉRCIO DE SERVIÇOS NA OIC E NO GATT

O desejo de se criar uma organização internacional voltada para o comércio remonta ao final da II Guerra Mundial, época em que os países denominados “países aliados” tentavam reconstruir a economia mundial, que havia sido devastada pela guerra¹⁴.

Tendo em vista a crescente importância do comércio internacional para a economia das grandes potências econômicas, e acreditando que um dos principais fatores que encadearam a II Guerra Mundial foi a batalha comercial travada entre estes países nos anos 1930, Roosevelt e Churchill escrevem a Carta do Atlântico¹⁵, documento que disserta sobre a necessidade de se manter aberto o acesso ao comércio e às matérias primas do mundo, indispensáveis para a prosperidade econômica¹⁶.

Em 1947, foi concluído o Acordo de Bretton Woods, o qual tinha por objetivo a criação de um cenário de maior cooperação na economia internacional, por meio da constituição de três organizações internacionais com diferentes funções, a saber: FMI, BIRD e OIC. O FMI visava à manutenção da estabilidade das taxas de câmbio e à assistência aos países com problemas por meio de acesso a fundos especiais. Já o BIRD teria a função de fornecer recursos financeiros para a reconstrução dos países atingidos pela guerra. A terceira organização internacional seria a OIC, que teria como principal atribuição coordenar e supervisionar a negociação de um novo regime para o comércio internacional. Com a criação do tripé da economia mundial, desejava-se estimular o

¹⁴ Rabih A. Nasser analisa a conjuntura histórica em que os Estados passaram a conjecturar acerca da liberalização comercial e da criação de uma organização supranacional para regulamentar a atividade. De acordo com o autor: “A evolução do Sistema Multilateral de Comércio foi marcada pela pretensão de alcançar uma crescente liberalização do comércio internacional, através da assunção pelos Estados de compromissos no sentido de eliminar os entraves e as barreiras ao seu desenvolvimento. O que equivale a dizer que se pretendia reduzir ao máximo a ingerência dos Estados Nacionais sobre o livre trânsito de mercadorias e serviços. Nesse sentido, essa orientação seguida ao longo do presente século não deixa de ser um resgate dos princípios orientadores do Estado Liberal, mas dessa vez no âmbito internacional; sem desconsiderar, no entanto, que as circunstâncias tanto políticas como econômicas, são diversas, não sendo possível reviver o liberalismo econômico do século XIX em sua pureza original. Nesse sentido, o Sistema multilateral de Comércio é expressão da tendência que se verifica no presente século de fazer uma síntese entre essas duas fases históricas antagônicas. No entanto, devemos considerar que a defesa da liberalização na construção do Sistema Multilateral de Comércio também é reflexo de uma fase do capitalismo em que se fazia sentir a necessidade de sua internacionalização, o que vinha ao encontro dos interesses dos países mais desenvolvidos e industrializados, e principalmente dos EUA. E a expansão do capitalismo passava pelo incremento das trocas internacionais, como de forma a estimular a produção, aumentar a eficiência econômica, reduzir preços, etc.”. (NASSER, Rabih Ali. **A Liberalização do Comércio Internacional nas Normas do GATT-OMC**. São Paulo: LT’r, 1999, p. 42 – 43).

¹⁵ Assinada em 14 de agosto de 1941.

¹⁶ Vide SEITENFUS, Ricardo. **Manual das Organizações Internacionais**. 2 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

comércio, com base nos princípios do multilateralismo e do liberalismo. Para tanto, era necessário que as tarifas aduaneiras fossem reduzidas e que fossem regulamentados mecanismos de proteção comercial alternativos às políticas tarifárias, de modo a evitar a utilização de restrições ao comércio por determinado Estado cada vez que surgisse um desequilíbrio em sua balança de pagamentos.

Com a intenção de colocar em prática as conclusões da Conferência de Bretton Woods, em fevereiro de 1946, o Conselho Econômico e Social da ONU convocou uma conferência internacional sobre comércio, que se realizou em Havana, Cuba, entre 21 de novembro de 1947 e 24 de março de 1948. A Convenção de Havana objetivava estabelecer as bases da OIC, que seria uma organização internacional especializada vinculada à ONU¹⁷. Os 56 países presentes na Convenção de Havana redigiram um documento intitulado “Carta de Havana”, que delimitava os objetivos e funções da OIC. Em função da não ratificação dos parlamentares dos Estados Unidos, que temiam que a OIC restringisse a soberania do país na área, a Carta não foi ratificada e, conseqüentemente, o tripé vislumbrado em Bretton Woods não passou de um ideal.

Apesar do fracasso da criação da OIC, paralelamente aos trabalhos da Convenção de Havana, por iniciativa dos Estados Unidos, vinte e três países iniciaram negociações para os países participantes âmbito do comércio internacional. Ao final das negociações, resultou um acordo provisório que continha apenas a parte da Carta de Havana relativa a tarifas para o comércio de bens, e que, portanto, recebeu o nome de GATT¹⁸. Em virtude de o Poder Executivo dos Estados Unidos possuir autorização para negociar tal acordo, o país não ofereceu resistência ao GATT, que foi subscrito por mais 22 Estados¹⁹ e entrou em vigor em 1º de janeiro de 1948.

O GATT foi o instrumento jurídico que possibilitou a liberalização das trocas comerciais no cenário internacional. Essa liberalização ocorreu por meio da assunção de

¹⁷ Sobre o objetivo da Convenção de Havana, no entender de Rabih A. Nasser: “Percebe-se que a Convenção de Havana foi revestida de uma pretensão maior do que o simples incremento do comércio internacional. Este é visto apenas como parte de um conjunto de medidas tomadas após a Segunda Guerra, das quais a criação da ONU é a principal e em relação à qual todas as outras são dependentes. Portanto, a OIC serviria como parte de uma engrenagem, cujos objetivos eram os estabelecidos na própria Carta da ONU. Apenas que a sua atuação daria ênfase ao desenvolvimento econômico e à consecução de melhores padrões de vida no plano internacional. Esses seriam seus objetivos imediatos”. (NASSER, Rabih Ali. op. cit., 25 p.).

¹⁸ O GATT nasceu como um tratado multilateral internacional formal, para o qual se transportou o capítulo IV da Carta de Havana sobre Política Comercial. O GATT dispunha sobre os direitos e deveres dos 25 países signatários do Acordo em suas relações comerciais.

¹⁹ Os 23 Estados originariamente signatários do GATT foram: Austrália, Bélgica, Brasil, Burma, Canadá, Ceilão, Chile, China, Cuba, República Checa, França, Índia, Líbano, Luxemburgo, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Paquistão, Rodésia do Sul, Síria, África do Sul, Reino Unido e Estados Unidos.

compromissos de liberalização pelas Partes Contratantes do GATT, com o objetivo último de eliminação de todas e quaisquer barreiras ao comércio internacional de bens.

É certo que o sistema de regras do GATT visava, em última instância, à liberalização do comércio de bens entre suas Partes Contratantes. Contudo, além do objetivo de liberalização do comércio de bens, também foram definidos como objetivos mediatos do GATT o aumento do padrão de vida, o pleno emprego, o incremento da renda e efetiva demanda, o desenvolvimento dos recursos mundiais e a expansão da produção e da comercialização de mercadorias²⁰.

Para alcançar o objetivo último a que se propunha, qual seja, o estabelecimento do livre comércio em âmbito internacional, o GATT valeu-se de dois instrumentos importantes: a redução substancial das tarifas aduaneiras e a eliminação do tratamento discriminatório no comércio internacional²¹. À luz do GATT, as tarifas aduaneiras - impostos de importação aplicáveis à determinada mercadoria por determinado país - deveriam sofrer reduções graduais, de modo a possibilitar a liberalização das trocas comerciais²².

Embora tenha sido concebido como um acordo compromisso multilateral sobre comércio internacional, e não como uma organização internacional *stricto sensu*, ao longo de sua existência, o GATT acabou ganhando características de organização internacional²³. O GATT, que tinha sede em Genebra, na Suíça, pode ser considerado uma organização internacional especial com duas facetas distintas: além das atribuições de cunho jurídico de elaboração e compilação de normas jurídicas aplicáveis ao comércio internacional, o

²⁰ “Reconhecendo que suas relações no domínio comercial e econômico devem ser orientadas no sentido de elevar os padrões de vida, de assegurar o emprego pleno e um alto e sempre crescente nível de rendimento real e de procura efetiva, para a mais ampla exploração dos recursos mundiais e a expansão da produção e das trocas de mercadorias”. (**Decreto nº 313**, de 30 de julho de 1948, que autoriza o Poder Executivo a aplicar, provisoriamente, o Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio; reajusta as tarifas aduaneiras e dá outras providências. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 10 dez. 2008).

²¹ Referida afirmação pode ser observada no preâmbulo do GATT: “Almejando contribuir para a consecução desses objetivos, mediante a conclusão de acordos recíprocos e mutuamente vantajosos, visando à redução substancial das tarifas aduaneiras e de outras barreiras às permutas comerciais e à eliminação do tratamento discriminatório, em matéria de comércio internacional”. (**Decreto nº 313**, de 30 de julho de 1948, que autoriza o Poder Executivo a aplicar, provisoriamente, o Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio; reajusta as tarifas aduaneiras e dá outras providências. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 10 dez. 2008).

²² É importante distinguir entre duas espécies de tarifas aduaneiras: a tarifa aplicada e a tarifa consolidada. A primeira consiste na tarifa praticada pelos Estados que pode vir a ser alterada pelos mesmos. Já o segundo tipo de tarifa representa o limite máximo de proteção que pode ser adotado por determinada nação, uma vez que a consolidação da tarifa aduaneira é negociada multilateralmente. Uma vez consolidadas, as tarifas aduaneiras só podem ser modificadas por meio de concessões às partes afetadas por sua alteração.

²³ Para Rabih Nasser, ao longo de sua existência, o GATT manteve sua filosofia neo-liberal e foi evoluindo no sentido de uma liberalização comercial progressiva. O caráter não supranacional e a flexibilidade do GATT contribuíram para sua aceitação pelas Partes Contratantes, bem como para sua longevidade. (NASSER, Rabih Ali. op. cit., 27 p.).

GATT tornou-se também um grande fórum de negociações comercial, fornecendo, assim, a base institucional para as oito rodadas de negociação, que ocorreram entre 1947 e 1994, a saber: Rodada de Genebra (1947); Rodada Annecy (1949); Rodada Torquay (1951); Rodada de Genebra (1956); Rodada Dillon (1960-1961); Rodada Kennedy (1964-1967); Rodada Tóquio (1973-1979); e Rodada Uruguai (1986-1994)²⁴.

Embora os PDs tenham, desde a década de 1970, tentado incluir o tema nas rodadas negociadoras do GATT, os PEDs mostraram-se contrários a essa inclusão até meados da década de 1980.

A partir da década de 1960, ficava cada vez mais evidente a importância do comércio de serviços para a economia mundial. Nos anos 1960, o setor de serviços apresentou um crescimento muito expressivo nos PDs, de cerca de 19% ao ano. Além disso, a prestação de serviços era cada vez mais internacionalizada. As empresas começaram a se internacionalizar, por meio da abertura de subsidiárias e filiais em outros Estados, e prestadores de serviços passaram a prestar serviços para cidadãos e empresas estrangeiros. Além disso, os PDs perceberam que a eficiência do comércio de bens estava essencialmente atrelada à prestação de serviços. A compra e a venda de mercadorias, por exemplo, dependia da prestação de serviços de transporte, logística, armazenamento, distribuição, bem como de serviços financeiros e de seguros.

Nesse cenário, os PDs questionavam o fato de o comércio de serviços encontrar-se regido apenas por leis nacionais que, em sua maioria, não eram transparentes e discriminavam entre prestadores de serviços nacionais e estrangeiros. Para tais Partes Contratantes, a ausência de tratamento multilateral para o comércio de serviços apenas colaborava para que o setor continuasse pouco internacionalizado, ou seja, praticamente restrito aos nacionais dos Estados em que os serviços eram prestados, em virtude das pesadas restrições à entrada e ao estabelecimento de prestadores estrangeiros.

Foi dos Estados Unidos a primeira tentativa concreta de inclusão do tema serviços na agenda multilateral, nos anos 1970. Nessa época, os setores de seguros, serviços financeiros, turismo e tecnologia da informação exerceram forte pressão sobre o Congresso dos Estados Unidos para que o comércio de serviços fosse objeto de regras multilaterais, de modo a garantir o acesso aos mercados estrangeiros, bem como evitar a discriminação entre os prestadores de serviços estrangeiros e os prestadores de serviços nacionais do Estado onde o serviço seria prestado. Esses setores acreditavam que iriam se beneficiar

²⁴ Vide BARRAL, Welber (org). **O Brasil e a OMC**. Curitiba: Juruá Editora, 2002, p. 24.

com a regulamentação multilateral do tema serviços, por possuírem uma grande vantagem competitiva em relação aos prestadores de outros PDs e dos PEDs. Logo, a remoção de barreiras iria possibilitar que as empresas dos Estados Unidos exportassem serviços a outros PDS e, sobretudo, a PEDs que, até então, estavam muito fechados aos prestadores de serviços estrangeiros²⁵.

Em resposta a essas manifestações, os congressistas dos Estados Unidos formularam o *Ato de Comércio de 1974*²⁶, medida legislativa que conferia poderes para o Presidente negociar acordos comerciais. Tais acordos poderiam ser aprovados ou reprovados pelo Poder Legislativo, mas não poderiam ser aditados. Por meio da *Ordem Executiva nº 11846*²⁷, o Presidente Ford elevou o Representante de Comércio dos Estados Unidos, do USTR (órgão responsável pela condução da política comercial americana), a membro do Gabinete do Presidente²⁸. Desse modo, o Presidente Ford concedeu ao Representante de Comércio dos Estados Unidos mandato para negociar acordos comerciais envolvendo o país, o que tornou as negociações comerciais multilaterais mais fáceis e mais ágeis.

Na rodada de negociações subsequente, a Rodada de Tóquio, os Estados Unidos, atendendo a demanda da Coalizão das Indústrias de Serviços²⁹, conduzida pela American Express e pela American International Group (a maior seguradora dos Estados Unidos)³⁰, defendeu que o tema serviços deveria ser incluído no GATT. Com o tímido apoio do Japão e sem o aval dos países europeus, os Estados Unidos tentaram, sem sucesso, incorporar ao GATT o conceito de “direito de estabelecimento”, ou seja, liberdade para presença

²⁵ Com relação aos objetivos visados pelos Estados Unidos com a liberalização do comércio de serviços em âmbito multilateral, a professora Araminta Mercadante aponta que: “Os objetivos da Administração Americana eram claros, a saber: o comércio de serviços cresce rapidamente, sendo relevante notar que os Estados Unidos têm vantagem comparativa no fornecimento de serviços em virtude de sua mão-de-obra qualificada e de um grau elevado de inovação refletidos no fornecimento de serviços ao seu vasto mercado interno. Um dos objetivos dos Estados Unidos é instituir o direito de acesso aos mercados estrangeiros, bem como poder invocar o tratamento nacional ou não-discriminação vis-à-vis dos fornecedores estrangeiros de serviços. Como o comércio de serviços encontra-se regido pelas legislações nacionais, faz-se imprescindível um acordo sobre a transparência e o caráter razoável das legislações e regulamentações nacionais sobre a matéria, incluindo o papel dos monopólios públicos sobre serviços”. (MERCADANTE, Araminta, op. cit., 416 p.).

²⁶ Trade Act 1974.

²⁷ Executive Order 11846.

²⁸ Com relação ao papel do Representante de Comércio e do USTR, no site oficial do USTR, consta que: “In: the 1970s, the Congress substantially expanded the responsibilities of STR. Section 141 of the Trade Act of 1974 provided a legislative charter for STR as part of the Executive Office of the President and made it responsible for the trade agreements programs under the Tariff Act of 1930, the Trade Expansion Act of 1962, and the Trade Act of 1974. The 1974 Act also made STR directly accountable to both the President and the Congress for these and other trade responsibilities. Through Executive Order 11846, President Ford elevated the Special Trade Representative to cabinet level”. (Disponível em: <www.ustr.gov>. Acesso em: 7 nov. 2007).

²⁹ Coalition of Services Industries.

³⁰ MERCADANTE, Araminta, op. cit., 415 p.

comercial das empresas multinacionais (modo 3) nos vários segmentos de serviços. Apesar da forte pressão feita pelos Estados Unidos, na Rodada de Tóquio, para a inserção do tema serviços no âmbito do SMC, não houve avanços com relação a esse tema³¹.

Em 1981, começaram as conversas para o lançamento de uma nova rodada de negociações no GATT. Após uma tentativa frustrada de inserção do tema serviços na pauta da Rodada de Tóquio, o setor privado americano, por meio de sua Coalizão do Setor de Serviços, voltou a fazer pressão para que serviços fossem incluídos na pauta da nova rodada de negociações. Os PEDs, por sua vez, eram contrários à inclusão do tema no mandato negociador do GATT, pois acreditavam que a inserção do comércio de serviços no mandato da nova rodada de negociações faria com que os temas de seu interesse, sobretudo a inclusão do comércio de produtos agrícolas às regras do GATT, fossem relegados a segundo plano³².

Na conferência ministerial realizada em 1982 com o objetivo de se lançar uma nova rodada de negociações comerciais, os Estados Unidos, respaldados pela Coalizão das Indústrias de Serviços, conseguiram convencer o Japão e outros PDs, como os Membros da OCDE, sobre a importância de se estabelecer regras multilaterais para o comércio de serviços³³. A resistência dos PEDs à inserção do tema no mandato negociado também foi vencida pelos Estados Unidos por meio de negociações bilaterais e de empréstimos realizados a esses Estados para conter os efeitos da crise financeira internacional. O Brasil, por exemplo, aceitou a inclusão de serviços na Declaração Ministerial de 1982, embora reafirmasse que isso não mudava sua posição, que contrária à adoção de regras multilaterais sobre o comércio internacional de serviços³⁴.

³¹ CUNHA, Ciro Leal M. da. A introdução do comércio de serviços na regulação multilateral do comércio: Breve histórico. CELLI JÚNIOR, Umberto (coord.). **Comércio de Serviços na OMC**. Curitiba: Juruá Editora, 2005, p. 23-24.

³² VALS, Lia. Histórico da Rodada Uruguai do GATT. **Estudos em Comércio Exterior**, v. 1, n. 3, p. 8, jul./dez. 1997. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/ecex/pdfs/historico_da_rodada_uruguai_do_gatt.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2008.

³³ Sobre a pressão dos Estados Unidos para a inclusão de serviços no mandato da nova rodada de negociações comerciais, Ciro Leal M. da Cunha observa que: “Palco privilegiado dessa pressão foi a Reunião Ministerial do GATT de 1982, na qual se buscava lançar nova rodada de negociações comerciais. Nesse ano, a Coalizão das Indústrias de Serviços (Coalition of Services Industries – CSI), grupo de empresas prestadoras americanas de serviços, seria a principal responsável pelo sucesso da tentativa estadunidense de incluir na pauta da reunião ministerial do GATT o tema serviços. (...) Como sucesso parcial da estratégia americana, a partir de então, começava a surgir consenso na OCDE – especialmente por parte dos japoneses – sobre a necessidade de eliminação das barreiras ao comércio internacional de serviços. A organização dos países ricos argumentava que a internacionalização da produção por meio da distribuição de diversas fases da cadeia produtiva exigia maior uniformidade de regras e padrões internacionais”. (CUNHA, Ciro Leal M. da, op. cit., 24 p.).

³⁴ Vide CUNHA, Ciro Leal M. da, op. cit., p. 26-27.

Assim, vencida a oposição dos PEDs, o tema serviços constou da Declaração Ministerial de 1982, que estabeleceu o programa de trabalho do GATT para a década de 1980. No tocante ao comércio de serviços, a Declaração Ministerial, basicamente, convidou as Partes Contratantes do GATT a trocarem informações a respeito do comércio de serviços³⁵ e determinou que os resultados desse intercâmbio, bem como as informações prestadas por organizações internacionais relevantes, seriam revisados em reunião a ser realizada em 1984, com vistas a considerar se uma ação multilateral sobre o tema seria apropriada e desejável³⁶.

Logo após a conferência ministerial de 1982, os Estados Unidos propuseram a criação de um grupo de trabalho para a discussão do tema serviços. O estudo produzido por este grupo constatou que o setor de serviços era fortemente regulado e que existia um grande número de barreiras à entrada dos prestadores de serviços estrangeiros, praticamente em todos os Estados. Os PDs tentaram, assim, caracterizar a importância e a necessidade de se negociar a liberalização do comércio de serviços, em âmbito multilateral. Paralelamente aos trabalhos realizados por esse grupo, foram realizados estudos e consultas informais entre as Partes Contratantes do GATT.

Em 1984, os negociadores estadunidenses trabalharam com CE³⁷, Membros da OCDE, Austrália, Canadá, Suécia e Áustria para a inclusão do tema serviços no mandato negociador da Rodada Uruguai³⁸. Esse grupo de países encontrou uma forte reação dos

³⁵ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Analytical Index**: guide to GATT Law and practice. Genebra: Bernan Press, 1995, 2347 p.

³⁶ “*Services*

The CONTRACTING PARTIES decide:

1. *To recommend to each contracting party which an interest in services of different types to undertake, as far as it is desirable, national examination of the issues in this sector.*

2. *To invite contracting parties to exchange information on such matters among themselves, inter alia through international organizations such as GATT. The compilation and distribution of such information should be based on as uniform a format as possible.*

3. *To review the results of these examinations, along with the information and comments provided by relevant international organizations, at their 1984 Session and to consider whether any multilateral action in these matters is appropriate and desirable”.* (ACORDO GERAL SOBRE TARIFAS E COMÉRCIO. L/5424, Ministerial Declaration Adopted on 29 November 1982, de 29 de novembro de 1982. Disponível em: <<http://gatt.stanford.edu>>. Acesso em: 15 dez. 2007).

³⁷ Diz-se CE, pois é quem assume compromissos e obrigações em nome de seus Membros na OMC. À União Européia ainda não foi concedida personalidade jurídica.

³⁸ “*The Declaration provided that negotiations would proceed in two areas: trade in goods and trade in services. (...) Negotiations in this area shall aim to establish a multilateral framework of principles and rules for trade in services, including an elaboration of possible disciplines for individual sectors, with a view to expansion of such trade under conditions of transparency and progressive liberalization and as a means of promoting economic growth of all trading partners and the development of developing countries. Such framework shall respect the policy objectives of national laws and regulation applying to services and shall take into account the work of relevant international organizations”.* (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO, op. cit., 2359 p.).

PEDs, que organizaram o então chamado “Grupo dos Dez” (G-10), liderado por Brasil e Índia, e que contava também com a participação de Cuba, Egito, Iugoslávia, Nicarágua, Nigéria, Peru, Quênia e Zimbábue. O G-10 defendia que o tema serviços não deveria ser objeto de negociação. Os PEDs eram avessos à idéia de liberalizar o comércio de serviços porque acreditavam que seus prestadores não teriam condições de competir com as grandes empresas sediadas nos PDS e que a adoção de um acordo multilateral reduziria sua autonomia regulatória e, conseqüentemente, o poder de implementar políticas públicas em seus territórios.

Não obstante a oposição realizada pelos PEDs, o tema serviços apenas foi, finalmente, incluído no mandato da última rodada de negociações realizada no âmbito do GATT, a Rodada Uruguai. A Declaração Ministerial de 25 de setembro de 1986, que estabeleceu o mandato negociador da Rodada Uruguai, determinou que as negociações na área de serviços teriam como objetivo o estabelecimento de um acordo-quadro que regulamentasse princípios e regras aplicáveis ao comércio internacional de serviços, incluindo a possível elaboração de disciplinas para setores individuais, com vistas a permitir a liberalização progressiva do comércio internacional de serviços, a expansão das condições de comércio e o desenvolvimento dos PEDs. Esse acordo-quadro deveria respeitar os objetivos de política pública das legislações nacionais aplicáveis a serviços e deveria levar em conta o trabalho desenvolvido por organizações internacionais relevantes. As negociações na área de serviços seriam conduzidas pelo Grupo Negociador em Serviços, a ser criado, que contaria com o suporte do Secretariado do GATT e de outras organizações internacionais³⁹.

³⁹ “NEGOTIATIONS ON TRADE IN SERVICES

Ministers, also decided, as part of the Multilateral Trade Negotiations, to launch negotiations on trade in services.

Negotiations in this area shall aim to establish a multilateral framework of principles and rules for trade in services, including elaboration of possible disciplines for individual sectors, with a view to expansion of such trade under conditions of transparency and progressive liberalization and as a means of promoting economic growth of all trading partners and the development of developing countries. Such framework shall respect the policy objectives of national laws and regulations applying to services and shall take into account the work of relevant international organizations.

GATT procedures and practices shall apply to these negotiations. A Group on Negotiations on Services is established to deal with these matters. Participation in the negotiations under this Part of the Declaration will be open to the same countries as under Part I. GATT secretariat support will be provided, with technical support from other organizations as decided by the Group on Negotiations on Services.

The Group on Negotiations on Services shall report to the Trade Negotiations Committee”. (ACORDO GERAL SOBRE TARIFAS E COMÉRCIO. GATT/1396, Ministerial Declaration on the Uruguay Round, de 25 de setembro de 1986. Disponível em: <<http://gatt.stanford.edu>>. Acesso em: 15 dez. 2007).

1.2. A RODADA URUGUAI E A CRIAÇÃO DO GATS

Em outubro de 1986, tiveram início negociações comerciais ambiciosas no âmbito do GATT, a Rodada Uruguai. Iniciada em Punta del Este, essa rodada contava com programa ambicioso, que objetivava institucionalizar o GATT, alargar e aprofundar sua área de cobertura, bem como fortalecer as disciplinas comuns para combater a crescente desregulamentação, que estava enfraquecendo o GATT⁴⁰.

Como visto anteriormente, na Rodada Uruguai, pela primeira vez desde a criação do GATT, o tema serviços foi objeto de negociação no âmbito do SMC. No entanto, desde as negociações para definição do mandato da Rodada Uruguai, não havia consenso entre as Partes Contratantes se esse tema deveria ser incluído na agenda negociadora da rodada.

No início das negociações, a maioria dos PEDs se mostrou absolutamente contrária à liberalização do comércio de serviços, pois acreditava que ela levaria à ruína os prestadores de serviços nacionais que, em sua maioria, não possuíam condições de competir com empresas sediadas nos PDs. Temiam ainda que um acordo multilateral sobre o comércio de serviços implicasse na eliminação de monopólios e na diminuição da autonomia regulatória governamental e, consequentemente, do poder de implementar políticas públicas em setores considerados estratégicos, como os setores de serviços financeiros e de serviços sociais, em especial saúde e educação.

Os PDs, por sua vez, eram favoráveis ao tratamento do tema serviços na esfera multilateral. As CE defendiam a criação de um acordo sobre serviços com obrigações relativamente flexíveis. Diferentemente das CE, os Estados Unidos e alguns Estados considerados economias pequenas – incluindo Membros da OCDE e Estados que haviam se industrializado há pouco tempo, como Cingapura - eram favoráveis, desde o início das negociações, à adoção de um acordo similar ao GATT, com obrigações vinculativas e que abrangesse todos os setores de serviços⁴¹. Para os últimos, deveria ser elaborado um acordo

⁴⁰ Hélène Ruiz Fabri faz um balanço do sucesso da Rodada Uruguai, “[o]n a pu remarquer que si la moitié seulement des buts fixés avaient été atteints, le cycle aurait déjà été la négociation la plus large de l’histoire. Or, il s’avère que les résultats sont bien au-delà de cette proportion même si c’est après bien des péripéties. Les négociations ont en effet du être prolongées à plusieurs reprises et ont été émaillées par un certain nombre de psychodrames américano-européens qui ont pu faire craindre longtemps un échec global”. (FABRI, Hélène Ruiz. **Organisation Mondiale du Commerce**: Droit institutionnel. Paris: Éditions du Jurisclasseur, Fascículo 130-10, 1998, 4 p.).

⁴¹ Segundo Bernard M. Hoekman e Michael M. Kostecki: “Before and during the 1986 ministerial meeting establishing the agenda of the Uruguay Round, many developing countries defended the view that a MTN should not address services. (...) Thus, both the EU and major developing countries expresses an early preference for an agreement with relatively soft obligations. (...) Only the US and a number of small open

para regular o comércio internacional de serviços em sua totalidade, incluindo a questão de investimentos estrangeiros diretos, sendo que a aplicação dos princípios de tratamento nacional e de tratamento de nação mais favorecida seria geral e vinculante⁴².

Durante a Rodada Uruguai, os PEDs, ao perceberem que o estabelecimento de regras aplicáveis ao comércio internacional de serviços seria inevitável, adotaram uma postura mais positiva e se mostraram favoráveis à criação de um acordo sobre serviços com obrigações relativamente flexíveis. O Brasil, por exemplo, no início das negociações, acreditava que as vantagens de evitar concessões nos “novos temas” – os temas que não eram regulamentados pelo GATT e que foram inseridos no mandato da Rodada Uruguai, como serviços, propriedade intelectual e investimentos – eram muito superiores à possível liberalização nos temas já regulados pelo GATT. No entanto, ao longo das negociações, o Brasil passou a considerar as negociações sobre serviços como um importante trunfo para a obtenção de concessões de seu interesse, como, por exemplo, a regulamentação de normas multilaterais relativas ao comércio de produtos agrícolas⁴³.

Para evitar que a Rodada Uruguai terminasse em impasse, as Partes Contratantes do GATT concordaram em celebrar um acordo sobre serviços baseado nos mesmos princípios básicos do GATT, que seria adotado por todos os Membros da futura organização internacional responsável pela regulação do comércio. Tal acordo deveria ser elaborado como uma fórmula compromisso, o que significa que o acordo sobre serviços estabeleceria regras gerais aplicáveis a todo o comércio internacional de serviços, bem como normas relativas às sucessivas e futuras negociações comerciais que resultariam na gradual liberalização desse setor⁴⁴.

Assim, chegou-se à conclusão que o acordo a ser elaborado deveria prever que a liberalização do comércio internacional de serviços: (i) seria progressiva; (ii) teria como objetivo promover o crescimento econômico de todas as partes envolvidas e o desenvolvimento dos PEDs e PMDRs; (iii) levaria em consideração os interesses de todas

economies – both OECD members and newly industrialized countries like Singapore – were in favor of a ‘hard’ agreement along GATT lines from the start, with generally binding obligations and universal sectoral coverage. At the end of the day, the EU-developing country preference for a relatively soft framework agreement prevailed”. (HOEKMAN, Bernard M.; KOSTECKI, Michael M. **The Political Economy of the World Trading System**. 2 ed. Oxford: Oxford University Press, 2001, p. 249-250).

⁴² Vide CUNHA, Ciro Leal M. da, op. cit., 29 p.

⁴³ Vide CUNHA, Ciro Leal M. da, op. cit., p. 29-30.

⁴⁴ Segundo o professor Umberto Celli Junior: “O GATS caracteriza-se por possuir estrutura complexa e ambígua que contém diversos níveis de obrigações. O GATS estabelece um amplo compromisso dos Membros da OMC relativo a sucessivas e futuras negociações que conduzam a uma gradual liberalização do setor”. (CELLI JUNIOR, Umberto. **Os acordos de serviços (GATS) e de investimentos (TRIMS) na OMC: espaço para políticas de desenvolvimento**. São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.usp.br/prolam/downloads/gats.pdf>>. Acesso em: 9 jan. 2008).

as partes na obtenção de vantagens mútuas, assegurando o equilíbrio geral de direitos e obrigações; (iv) observaria o direito dos Membros de regular ou introduzir novas regulamentações dentro de seus territórios, com vistas a atingir objetivos de política pública; e (v) respeitaria as assimetrias existentes com relação aos graus de desenvolvimento da regulação de serviços nos diferentes Membros da organização internacional⁴⁵. Além dos princípios acima, houve consenso de que o acordo deveria ter como regras fundamentais o tratamento da nação mais favorecida e o princípio da transparência, que se aplicariam a todos os setores e subsetores de serviços.

Desse modo, a liberalização do comércio de serviços assumiu uma forma distinta da negociação do setor de bens. Isso porque, no setor de bens, as regras negociadas passaram a ser aplicadas a todos os segmentos, o que se denomina negociação “de cima para baixo” (*top down*). Já as negociações no setor de serviços seriam progressivas, materializando-se por meio da consolidação de cada setor e subsetor de serviços em listas de compromissos. A esse tipo de negociação se denomina negociação “de baixo para cima” (*bottom up*)⁴⁶.

O instrumento jurídico que consolida os compromissos em serviços, no âmbito do SMC, é a lista de compromissos. Apenas os setores e modos de serviços indicados nas listas vinculam os Membros. Uma vez inscritos nas listas, os compromissos devem ser honrados, sob pena de que o Membro que consolidou o compromisso seja acionado por outro Membro perante o OSC.

Durante as negociações, as Partes Contratantes do GATT também concordaram com a criação de uma lista de exceções à cláusula de nação mais favorecida, pela qual poderiam conferir tratamento mais favorável a um prestador de serviços estrangeiro do que a outro prestador estrangeiro sem a obrigação de estendê-los aos demais Membros⁴⁷. Tal lista seria provisória e deveria ser revista em cinco anos. No entanto, as exceções ao Artigo II do GATS deveriam ter a duração máxima de dez anos. Desse modo, garantiu-se aos futuros Membros da OMC um período relativamente longo de adaptação às regras do GATS.

Finalmente, o GATS foi celebrado ao final da Rodada Uruguai, em 15 de abril de 1994, juntamente com o Acordo da OMC e com os demais acordos dessa organização, e

⁴⁵ De fato, esses princípios foram trazidos ao acordo, como preâmbulo do GATS.

⁴⁶ THORSTENSEN, Vera. **OMC – Organização Mundial do Comércio**: as regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais. São Paulo: Aduaneiras, 2001, p. 196–197.

⁴⁷ Vide Artigo II do GATS. (**Decreto nº 1.355**, de 30 de dezembro de 1994, que promulga a Ata Final que incorpora os resultados da Rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais do GATT. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2008).

encontra-se em vigor desde 1º de janeiro de 1995⁴⁸. A assinatura do Acordo da OMC resultou na criação da primeira organização internacional a regular o tema do comércio, a OMC. Assim, pode-se dizer que o dia 15 de abril de 1994 marcou o início de uma nova fase para o comércio internacional, que é, ao mesmo tempo, a continuação do sistema anterior do GATT e um salto qualitativo em relação a ele. A inovação trazida pelo Acordo da OMC está tanto no aumento das matérias cobertas pelos novos acordos - e, portanto, sujeitas à regulação da OMC - quanto pela profundidade com que as questões são tratadas nos acordos⁴⁹.

⁴⁸ No Brasil, o Decreto 1.355, de 30 de dezembro de 1994, incorporou ao ordenamento interno os resultados da Rodada Uruguai, aceitando integralmente a respectiva ata final. (**Decreto nº 1.355**, de 30 de dezembro de 1994, que promulga a Ata Final que incorpora os resultados da Rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais do GATT. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2008).

⁴⁹ Hélène Ruiz Fabri chega a se perguntar se a extensão da regulação da OMC, antes apenas sobre o comércio de bens, para serviços e propriedade intelectual não significaria que a OMC se tornaria no futuro uma espécie de “ONU em matéria econômica”, interferindo em outras organizações internacionais, como a OMPI. (FABRI, Hélène Ruiz. **Organisation Mondiale du Commerce**: Droit institutionnel. Paris: Éditions du Jurisclasseur, Fascículo 130-10, 1998, 4 p.).

CAPÍTULO 2. O GATS

O GATS, acordo multilateral que contém os princípios e regras aplicáveis ao comércio internacional de serviços, entrou em vigor em 1º de janeiro de 1995.

Neste capítulo, serão abordados os principais aspectos do GATS, a saber: (i) a estrutura do GATS; (ii) o escopo do GATS; (iii) a definição do termo “serviços”; (iv) como o acordo é administrado; (v) os objetivos do GATS; (vi) os quatro modos de prestação de serviços; (vii) os princípios aplicáveis ao comércio internacional de serviços; (viii) os pilares da liberalização do comércio de serviços na OMC; e (ix) as exceções ao GATS (exceções gerais, exceções de segurança e exceções à cláusula de nação mais favorecida).

2.1. ESTRUTURA

Conforme visto acima, o GATS possui uma estrutura flexível, que é muito diferente da estrutura do GATT, cujas normas aplicam-se ao comércio de bens.

Estruturalmente, o GATS é dividido em quatro partes fundamentais, a saber: (i) o acordo propriamente dito; (ii) anexos que determinam princípios e regras para setores de serviços específicos e o anexo que regula as exceções ao Artigo II do GATS; (iii) as listas com os compromissos de liberalização; e (iv) as listas de setores excluídos da aplicação do Artigo II do GATS⁵⁰.

⁵⁰ De acordo com Vera Thorstensen: “O Acordo foi negociado em quatro partes distintas. A primeira estabelece um quadro de regras para regulamentar o setor de serviços, incluindo princípios gerais e obrigações, além de conceitos gerais que se aplicam às medidas que afetam o comércio internacional de serviços. A segunda contém anexos que determinam princípios e regras para setores específicos, demonstrando a diversidade dos serviços prestados (movimento de pessoas físicas, serviços financeiros, telecomunicações e serviços de transporte aéreo). A terceira estabelece, para cada membro do Acordo, uma série de compromissos de liberalização para cada setor, ou de acesso a mercado, de tratamento nacional, nas áreas de comércio e investimento, que foram incluídos nas listas nacionais de cada membro do Acordo. A quarta estabelece listas de setores onde os Membros não estão aplicando temporariamente o princípio de Nação Mais Favorecida, que proíbe a discriminação entre países”. Já o Embaixador Luiz Felipe P. Lampreia entende que: “No que diz respeito a serviços, o acordo alcançado na Rodada compreende três elementos: Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (Gats), acordo-quadro, cujas obrigações básicas se aplicam a todos os países Membros; anexos referentes a situações especiais em setores específicos (movimento de mão-de-obra, serviços financeiros, telecomunicações, transportes aéreos); e listas nacionais de compromissos de liberalização (vide parágrafo inicial), que poderão ser ampliados pela via da negociação”. (THORSTENSEN, Vera, op. cit., 196 p.; LAMPREIA, Luiz Felipe P. Resultados da Rodada Uruguai: uma tentativa de síntese. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo, v. 9, n. 23, p. 247-260, jan./abr. 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141995000100016&script=sci_arttext>. Acesso em: 18 dez. 2007).

A primeira parte do GATS é o acordo propriamente dito (*framework*), que estabelece os princípios e regras gerais aplicáveis ao comércio internacional de serviços, bem como os conceitos gerais que se aplicam a medidas que afetam o comércio de serviços. Essa parte é está subdividida em seis partes⁵¹ e possui vinte e quatro artigos.

A segunda parte do GATS é composta por alguns anexos, a saber: (i) Anexo sobre as Exceções ao Artigo II do GATS (princípio de nação mais favorecida); (ii) Anexo sobre Movimento de Pessoas Físicas; (iii) Anexo sobre Serviços de Transporte Aéreo; (iv) Anexo sobre Serviços Financeiros; (v) Segundo Anexo sobre Serviços Financeiros; (vi) Anexo sobre Telecomunicações; e (vii) Anexo sobre Negociações de Serviços Básicos de Telecomunicação⁵².

Portanto, os dois primeiros anexos da segunda parte do GATS regulamentam as exceções ao princípio de nação mais favorecida e o modo 4 de prestação de serviços (movimento de pessoas físicas), respectivamente, enquanto os demais regulamentam setores de serviços específicos⁵³.

Já a terceira parte do GATS consiste no conjunto das listas com os compromissos de liberalização assumidos pelos Membros na área de serviços. Nas listas de compromissos estão relacionados os setores e subsetores de serviços e os modos de prestação que os Membros se comprometem a garantir acesso aos fornecedores de outros Membros.

A quarta e última parte do GATS é composta pelo conjunto de listas nas quais os Membros se eximem da aplicação do Artigo II, isto é, concedem um tratamento mais favorável a um determinado prestador de serviços de um Membro sem a obrigação de estendê-los aos demais Membros.

⁵¹ As seis partes que compõem o texto do GATS são as seguintes: (i) Parte I – Escopo e definição; (ii) Parte II – Obrigações gerais e disciplinas; (iii) Parte III - Compromissos específicos; (iv) Parte IV – Liberalização progressiva; (v) Parte V – Questões institucionais; (vi) Parte VI – Questões finais.

⁵² Vide PUPO, Rodrigo Luís. *Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços – GATS*. CELLI JÚNIOR, Umberto (org.). **Comércio de Serviços na OMC**. Curitiba: Juruá Editora, 2005, 44 p.).

⁵³ Com relação aos anexos ao GATS e aos temas objeto dos anexos, o Embaixador Luiz Felipe P. Lampreia observa que: “Os anexos ao GATS referem-se a movimento de mão-de-obra; serviços financeiros (sobretudo bancos e seguros); telecomunicações; serviços de transporte aéreo; telecomunicações básicas; e serviços marítimos. Em face das inúmeras dificuldades encontradas na negociação desses anexos, foi decidida, nos momentos finais do processo concluído em 15 de dezembro de 1993, a criação de grupos setoriais e/ou a prorrogação do prazo para uma definição final sobre as ofertas e derrogações N.M.F. Assim, no caso de movimento de pessoas, acordou-se que, no seio do grupo que foi instalado em 15 de maio e cujos trabalhos devem estar encerrados dentro de um prazo de seis meses após a entrada em vigor da WTO, poderão ser negociados compromissos específicos, sendo, porém, de se prever que, com a preocupação dos países desenvolvidos em torno das questões de imigração, sejam lentos os progressos nessa área. Para serviços financeiros não foi criado grupo de negociação, mas adiada a data para confirmação final dos compromissos iniciais ou das derrogações n.m.f. para seis meses após a entrada em vigor do acordo constitutivo da WTO. Quanto a transportes marítimos, o que se acordou, além da criação de grupo negociador, foi a suspensão das decisões finais sobre ofertas e derrogações até junho de 1996, prazo para encerramento dos trabalhos do grupo”. (LAMPREIA, Luiz Felipe P., op. cit., 11 p.).

Além dos documentos listados acima, também integram o GATS as decisões do CCS e do Conselho Geral da OMC relativas a serviços, as declarações ministeriais e os protocolos relativos a certos setores de serviços⁵⁴.

2.2. ESCOPO, OBJETIVOS E DEFINIÇÃO DE SERVIÇOS

2.2.1. APLICAÇÃO

Pode-se dizer que são objeto do GATS todas as medidas governamentais que afetem o comércio de serviços. As únicas exceções referem-se a: (i) serviços, em qualquer setor ou modo, prestados no exercício da autoridade governamental; e (ii) direitos de tráfego aéreo e serviços diretamente relacionados com o exercício de direitos de tráfego aéreo, que são regulamentados por outra organização internacional, a Organização da Aviação Civil Internacional (OACI)⁵⁵.

De acordo com o Artigo I.3, itens b e c, do GATS, um serviço é considerado como prestado no exercício da autoridade governamental sempre que não for prestado em bases comerciais ou em concorrência com um ou mais prestadores de serviços⁵⁶.

⁵⁴ No módulo sobre Serviços do Curso de Solução de Controvérsias da UNCTAD, o GATS foi definido como: "(...) uma estrutura complexa de direitos, derrogações/exceções e compromissos específicos. Suas obrigações não podem ser compreendidas sem a devida referência a todos os textos legais relevantes, quais sejam: o próprio texto do GATS; as exceções ao tratamento MFN dadas em razão do Anexo de Exceções ao Artigo II e aquelas listadas nas listas de compromissos; os compromissos em acesso à mercado, tratamento nacional e compromissos adicionais, os Anexos ao GATS, que trata de determinados setores como o Serviço de Transporte Aéreo, Serviços Financeiros, Serviços de Transporte Marítimo, Telecomunicações e Movimento de Pessoas Naturais, Decisões e Declarações Ministeriais e, Protocolos subsequentes relativos a certos setores de serviços que passaram a integrar o Acordo. Dependendo do assunto particular de determinada disputa, a regra a ser aplicada pode estar contida em um ou mais desses documentos". ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O COMÉRCIO E O DESENVOLVIMENTO. **Curso de Solução de Controvérsias**: Organização Mundial do Comércio. Capítulo 3.13 – GATS. Nova Iorque/Genebra: 2003, 5 p. Disponível em: <http://www.unctad.org/pt/docs/edmmisc232add31_pt.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2009).

⁵⁵ A OACI, sediada em Montreal, tem como principais objetivos o desenvolvimento dos princípios e técnicas de navegação aérea internacional e a organização e o progresso dos transportes aéreos, de modo a favorecer a segurança, a eficiência, a economia e o desenvolvimento dos serviços aéreos. Desde 1947, a OACI é uma das agências especializadas da ONU. Para mais informações sobre a OACI, vide: <<http://www.icao.int>>. Acesso em: 7 jan. 2008.

⁵⁶ "3 - Para os propósitos deste Acordo:

(...)

autoridades regionais e locais e pelos órgãos não governamentais dentro de seu território.

b) "Serviços" inclui qualquer serviço em qualquer setor exceto aqueles prestados no exercício da autoridade governamental.

c) Um serviço prestado no exercício da autoridade governamental significa qualquer serviço que não seja prestado em bases comerciais, nem em competição com um ou mais prestadores de serviços". (**Decreto nº 1.355**, de 30 de dezembro de 1994, que promulga a Ata Final que incorpora os resultados da Rodada Uruguai

Com relação ao transporte aéreo, apesar de direitos de tráfego aéreo e serviços correlatos não serem objeto do GATS, conforme estabelecido no Anexo sobre Serviços de Transporte Aéreo, o GATS se aplica a todas as medidas que afetem: (a) o reparo de aeronaves e o serviço de manutenção; (b) a venda ou marketing de serviços de transporte aéreo; e (c) sistemas de reservas *on-line*.

O termo “medidas” foi definido no Artigo XXVIII do GATS como qualquer medida praticada por um Membro, seja na forma de lei, regulamento, norma, ato administrativo, decisão ou em qualquer outra forma⁵⁷. Já o Artigo I.3 do GATS esclarece que o termo “medidas” – no contexto das medidas governamentais a que o GATS se aplica – abrange medidas impostas por governos federais, estaduais ou municipais, bem como por órgãos não-governamentais no exercício de poderes delegados por governos ou autoridades federais, estaduais ou municipais⁵⁸.

O Artigo XXVIII do GATS também traz a definição da expressão “medidas governamentais que afetem o comércio de serviços”. Segundo esse artigo, tais medidas incluem todas as medidas a respeito: (i) da compra, do pagamento ou do consumo de um serviço; (ii) do acesso a serviços e do consumo de serviços que, em conexão com a prestação de outro serviço, são necessárias para que aqueles serviços sejam ofertados à população em geral; e (iii) da presença de um indivíduo nacional de um Membro para a prestação de um serviço no território de outro Membro, incluindo a presença comercial⁵⁹.

de negociações comerciais multilaterais do GATT. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2008).

⁵⁷ “Art. 28 - Para fins do presente Acordo:

a) “medida” significa qualquer medida adotada por um Membro, seja em forma de lei, regulamento, regra, procedimento, decisão, decisão administrativa, ou sob qualquer outra forma”. (**Decreto nº 1.355**, de 30 de dezembro de 1994, que promulga a Ata Final que incorpora os resultados da Rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais do GATT. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2008).

⁵⁸ “Para os propósitos deste Acordo:

a) “Medidas adotadas pelos Membros” significa medidas adotadas por:

- i) governos e autoridades centrais, regionais e locais; e
- ii) órgãos não governamentais no exercício de poderes delegados por governos e autoridades centrais, regionais e locais.

No cumprimento de suas obrigações e compromissos sob este Acordo, cada Membro deve tomar medidas razoáveis que estejam a seu alcance para assegurar a observância dos mesmos pelos governos e autoridades regionais e locais e pelos órgãos não governamentais dentro de seu território”. (**Decreto nº 1.355**, de 30 de dezembro de 1994, que promulga a Ata Final que incorpora os resultados da Rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais do GATT. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2008).

⁵⁹ “Art. 28 - Para fins do presente Acordo:

- (...) c) “medidas adotadas pelos Membros que afetam o comércio de serviços” compreendem as medidas i) compra, pagamento ou utilização de um serviço;
- ii) o acesso e a utilização, por ocasião da prestação de um serviço, de serviços que o Membro exija sejam oferecidos ao público em geral;
- iii) a presença, inclusive a presença comercial, de pessoas de um Membro para a prestação de um serviço no território de outro Membro”. (**Decreto nº 1.355**, de 30 de dezembro de 1994, que promulga a Ata Final que

Como resultado da combinação de efeitos dessas duas definições, as obrigações e disciplinas do GATS aplicam-se a todas as medidas adotadas por governos federais, estaduais ou municipais, bem como por órgãos não-governamentais com poderes governamentais delegados, incluindo leis, regulamentos, normas jurídicas, decisões judiciais e decisões administrativas. O GATS também incide sobre práticas e ações de órgãos governamentais e não-governamentais com poderes governamentais delegados⁶⁰.

Apesar de o GATS ser aplicável à maioria das medidas impostas pelos governos nacionais que afetam o comércio de serviços, são poucas as obrigações dirigidas a todas as medidas que afetam o comércio de serviços, como as obrigações de tratamento de nação mais favorecida e de transparência. Outras obrigações fundamentais previstas pelo GATS, como acesso a mercados e tratamento nacional, aplicam-se somente aos compromissos específicos assumidos pelos Membros em suas listas de compromissos.

Assim, ao contrário do GATT, que abrange praticamente todos os setores do comércio de bens, o GATS somente será aplicável aos setores de serviços e as modalidades de prestação nos quais os Membros da OMC assumiram compromissos.

Nos contenciosos envolvendo serviços, o OSC estipulou que o ponto fundamental da análise consiste em avaliar se a medida questionada afeta, de fato, o comércio de serviços. Os dois pontos-chaves que precisam ser analisados para se determinar se uma medida específica afeta o comércio de serviços são: (i) se o serviço é prestado em um dos quatro modos de prestação listados no Artigo I.2 do GATS; e (ii) se a medida afeta o comércio de serviços⁶¹.

No contencioso *CE – Regime para a Importação, Venda e Distribuição de Bananas (DS257)*, também conhecido como *CE - Bananas III*, o Painel definiu que o escopo da aplicação do GATS abrange quaisquer medidas de um Membro que afetem a prestação de um serviço, independentemente se a medida governa, diretamente, a prestação do serviço ou regula outros aspectos que afetam o comércio de serviços. Desse modo, nenhuma medida está excluída, a priori, do escopo do GATS⁶².

incorpora os resultados da Rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais do GATT. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2008).

⁶⁰ Vide ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O COMÉRCIO E O DESENVOLVIMENTO, op. cit., 9 p.

⁶¹ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O COMÉRCIO E O DESENVOLVIMENTO, op. cit., 14 p.

⁶² "[N]o measures are excluded a priori from the scope of the GATS as defined by its provisions. The scope of the GATS encompasses any measure of a Member to the extent it affects the supply of a service regardless of whether such measure directly governs the supply of a service or whether it regulates other matters but nevertheless affects trade in services". (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Relatório do Painel

Com base na interpretação acima, o Painel concluiu que não havia base legal para se excluir, *a priori*, as medidas estabelecidas pelas CE com relação ao regime de licenças para a importação de bananas do escopo do GATS ⁶³. O Órgão de Apelação manteve a conclusão do Painel e de que nenhuma disposição do GATS sugeria uma limitação em seu âmbito de aplicação ⁶⁴.

Já no contencioso *Canadá – Determinadas Medidas que Afetam a Indústria Automotiva (DS139 / DS142)*, ou *Canadá – Autos*, o Painel reiterou sua conclusão no caso *CE - Bananas III* a respeito do Artigo I do GATS e foi além ao concluir que, antes de se determinar se uma medida afeta o comércio de serviços, conforme estabelecido no Artigo I do GATS, seria necessário determinar se a referida medida constitui tratamento menos favorável para os serviços e prestadores de serviços de determinado Membro em comparação (i) com outro Membro (Artigo II do GATT); e/ou (ii) com os serviços e prestadores de serviços do Membro demandado (Artigo XVII do GATS) ⁶⁵.

O Órgão de Apelação reverteu a conclusão do Painel no caso *Canadá – Autos*. Para o Órgão de Apelação, a determinação de que uma medida "afeta" ou não o comércio de serviços deve ser anterior à avaliação se a medida é ou não consistente com outros dispositivos do GATS, e deve levar em consideração (i) se há "comércio de serviços", no

no caso *CE - Bananas III (DS257)*, WT/DS27/R/USA, WT/DS27/R/MEX, WT/DS27/R/GTM, WT/DS27/R/HDN, WT/DS27/R/ECU, circulado em 22 de maio de 1997, paras. 7.285. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 28 nov. 2008).

⁶³ "No legal basis for an *a priori* exclusion of measures within the EC banana import licensing regime from the scope of the GATS". (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Relatório do Painel no caso *CE - Bananas III (DS257)*, WT/DS27/R/USA, WT/DS27/R/MEX, WT/DS27/R/GTM, WT/DS27/R/HDN, WT/DS27/R/ECU, circulado em 22 de maio de 1997, paras. 7.286. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 28 nov. 2008).

⁶⁴ "In: addressing this issue, we note that Article I:1 of the GATS provides that '[t]his Agreement applies to measures by Members affecting trade in services'. In: our view, the use of the term 'affecting' reflects the intent of the drafters to give a broad reach to the GATS. The ordinary meaning of the word 'affecting' implies a measure that has 'an effect on', which indicates a broad scope of application. This interpretation is further reinforced by the conclusions of previous panels that the term 'affecting' in the context of Article III of the GATT is wider in scope than such terms as 'regulating' or 'governing'. ... We also note that Article I:3(b) of the GATS provides that 'services' includes any service in any sector except services supplied in the exercise of governmental authority' (emphasis added), and that Article XXVIII(b) of the GATS provides that the 'supply of a service' includes the production, distribution, marketing, sale and delivery of a service'. There is nothing at all in these provisions to suggest a limited scope of application for the GATS. ... For these reasons, we uphold the Panel's finding that there is no legal basis for an *a priori* exclusion of measures within the EC banana import licensing regime from the scope of the GATS". (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Relatório do Órgão de Apelação no caso *CE - Bananas III (DS257)*, WT/DS27/AB/R, circulado em 9 de setembro de 1997, paras. 220. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 28 nov. 2008).

⁶⁵ "should be done on the basis of the determination of whether these measures constitute less favourable treatment for the services and service suppliers of some Members as compared to those of others (Article II) and/or for services and service suppliers of other Members as compared to domestic ones (Article XVII)". (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Relatório do Painel no caso *Canadá – Autos (DS139 / DS142)*, WT/DS139/R, WT/DS142/R, circulado em 11 de fevereiro de 2000, paras. 10.234. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 28 nov. 2008).

sentido do Artigo I.2 do GATS; e (ii) se a medida questionada "afeta" o comércio de serviços, conforme previsto no Artigo I.1 do GATS⁶⁶. Além disso, o Painel errou ao analisar as evidências relacionadas ao fornecimento do comércio varejista de veículos automotores no Canadá e ao articular o que se pretende, no Artigo I.1, com o termo 'que afeta'⁶⁷.

Por fim, o Órgão de Apelação indicou que, para determinar se a medida questionada afeta o comércio de serviços, o Painel não ter feito sua análise com base em presunções, mas deveria ter examinado todos os fatos relevantes, incluindo quais são os prestadores de serviços no mercado de comércio varejista de veículos automotores com presença comercial no Canadá e como tais serviços são prestados. A interpretação do Painel deveria ter sido aplicada na conclusão sobre a relação entre os fatos e a expressão “que afeta o comércio de serviços”⁶⁸.

⁶⁶ "[T]he fundamental structure and logic of Article I:1, in relation to the rest of the GATS, require that determination of whether a measure is, in fact, covered by the GATS must be made before the consistency of that measure with any substantive obligation of the GATS can be assessed.

Article II:1 of the GATS states expressly that it applies only to "any measure covered by this Agreement". This explicit reference to the scope of the GATS confirms that the measure at issue must be found to be a measure "affecting trade in services" within the meaning of Article I:1, and thus covered by the GATS, before any further examination of consistency with Article II can logically be made. We find, therefore, that the Panel should have inquired, as a threshold question, into whether the measure is within the scope of the GATS by examining whether the import duty exemption is a measure "affecting trade in services" within the meaning of Article I. In: failing to do so, the Panel erred in its interpretative approach.

(...) [W]e believe that at least two key legal issues must be examined to determine whether a measure is one "affecting trade in services": first, whether there is "trade in services" in the sense of Article I:2; and, second, whether the measure in issue "affects" such trade in services within the meaning of Article I:1". (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Relatório do Órgão de Apelação no caso Canadá – Autos (DS139 / DS142), WT/DS139/AB/R, WT/DS142/AB/R, circulado em 31 de maio de 2000, paras. 151-155. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 29 nov. 2008).

⁶⁷ "[T]he Panel ... never examined whether or how the import duty exemption affects wholesale trade service suppliers in their capacity as service suppliers. Rather, the Panel simply stated:

'Like the measures at issue in the EC - Bananas III case, the import duty exemption granted only to manufacturer beneficiaries bears upon conditions of competition in the supply of distribution services, regardless of whether it directly governs or indirectly affects the supply of such services.'

We do not consider this statement of the Panel to be a sufficient basis for a legal finding that the import duty exemption 'affects' wholesale trade services of motor vehicles as services, or wholesale trade service suppliers in their capacity as service suppliers. The Panel failed to analyze the evidence on the record relating to the provision of wholesale trade services of motor vehicles in the Canadian market. It also failed to articulate what it understood Article I:1 to require by the use of the term 'affecting'". (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Relatório do Órgão de Apelação no caso Canadá – Autos (DS139 / DS142), WT/DS139/AB/R, WT/DS142/AB/R, circulado em 31 de maio de 2000, paras. 164-166. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 29 nov. 2008).

⁶⁸ "(...) Having interpreted Article I:1, the Panel should then have examined all the relevant facts, including who supplies wholesale trade services of motor vehicles through commercial presence in Canada, and how such services are supplied. It is not enough to make assumptions. Finally, the Panel should have applied its interpretation of 'affecting trade in services' to the facts it should have found.

The European Communities and Japan may well be correct in their assertions that the availability of the import duty exemption to certain manufacturer beneficiaries of the United States established in Canada, and the corresponding unavailability of this exemption to manufacturer beneficiaries of Europe and of Japan established in Canada, has an effect on the operations in Canada of wholesale trade service suppliers of

2.2.2. PREÂMBULO E OBJETIVOS

O GATS tem como objetivo estabelecer um quadro de princípios e regras gerais aplicáveis ao comércio internacional de serviços, com vistas à sua expansão, de forma a promover o desenvolvimento econômico de todos os Membros da OMC. Esses objetivos foram descritos no preâmbulo do GATS⁶⁹.

Também no preâmbulo do GATS, estabeleceu-se que o acordo visa a alcançar maiores níveis de liberalização no comércio de serviços, por meio de sucessivas rodadas de negociações, com o objetivo de promover os interesses de todos os participantes do SMC e a obtenção de vantagens mútuas, assegurando um balanço entre equilíbrios e obrigações, com o devido respeito aos objetivos de políticas públicas de cada um dos Membros⁷⁰.

O GATS também tem entre seus objetivos facilitar e aumentar a participação dos PEDs no comércio internacional de serviços, o que poderá ser alcançado por meio, por exemplo, do aumento da capacidade e da competitividade dos prestadores de serviços desses Membros⁷¹.

motor vehicles and, therefore, 'affects' those wholesale trade service suppliers in their capacity as service suppliers. However, the Panel did not examine this issue. The Panel merely asserted its conclusion, without explaining how or why it came to its conclusion. This is not good enough". (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Relatório do Órgão de Apelação no caso Canadá – Autos (DS139 / DS142), WT/DS139/AB/R, WT/DS142/AB/R, circulado em 31 de maio de 2000, paras. 166. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 29 nov. 2008).

⁶⁹ “Desejando estabelecer um quadro de princípios e regras para o comércio de serviços com vistas à expansão do mesmo sob condições de transparência e liberalização progressiva e como forma de promover o crescimento de todos os parceiros comerciais e o desenvolvimento dos países em desenvolvimento”. (**Decreto nº 1.355**, de 30 de dezembro de 1994, que promulga a Ata Final que incorpora os resultados da Rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais do GATT. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2008).

⁷⁰ “Desejando a rápida obtenção de níveis de liberalização progressivamente mais elevados no comércio de serviços mediante sucessivas rodadas de negociações multilaterais que objetivem a promoção dos interesses de todos os participantes na base de vantagem mútua e lograr um equilíbrio geral dos direitos e obrigações e, ao mesmo tempo, respeitando os objetivos das políticas nacionais”. (**Decreto nº 1.355**, de 30 de dezembro de 1994, que promulga a Ata Final que incorpora os resultados da Rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais do GATT. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2008).

⁷¹ “Desejando facilitar a participação crescente dos países em desenvolvimento no comércio de serviços e a expansão de suas exportações de serviços, inclusive, *inter alia*, mediante o fortalecimento da capacidade nacional de seus serviços e sua eficiência e competitividade”. (**Decreto nº 1.355**, de 30 de dezembro de 1994, que promulga a Ata Final que incorpora os resultados da Rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais do GATT. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2008).

2.2.3. A IMPORTÂNCIA DO PREÂMBULO DO GATS

Ainda com relação ao preâmbulo do GATS, é importante analisar se, do ponto de vista jurídico, ele pode ser considerado como uma norma do GATS ou como norma de natureza jurídica distinta.

Em um acordo internacional, um preâmbulo tem a intenção de estabelecer um registro definitivo da intenção ou propósito das partes ao celebrarem determinado acordo.

Assim como os preâmbulos de outros acordos da OMC, o preâmbulo do GATS não é uma norma operacional, isto é, não cria direitos ou obrigações para os Membros. O preâmbulo do GATS apenas reflete as diferentes posições dos negociadores na Rodada Uruguai e suas intenções⁷².

O Artigo 3.2 do Entendimento sobre Solução de Controvérsias estabelece que os acordos da OMC devem ser interpretados em conformidade com as normas correntes de interpretação de direito internacional público⁷³. OSC consolidou o entendimento que a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, que foi adotada em 22 de maio de 1969 e entrou em vigor em 27 de janeiro de 1980⁷⁴, deve ser utilizada interpretação dos acordos da OMC e de seus dispositivos⁷⁵.

⁷² Sobre a natureza jurídica dos preâmbulos dos acordos da OMC, “*Government officials and judges may use the preamble of a treaty as a source of interpretative guidance in the process of implementation and dispute settlement. The statements contained in preambles are not intended to be operative provisions in the sense of creating specific rights or obligations. A preamble is designed to establish a definitive record of the intention or purpose of the parties in entering into the agreement*”. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO; INTERNATIONAL CENTER FOR TRADE AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT - ICTSD. **Resource Book on TRIPS and Development**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2005, 1 p.).

⁷³ O Artigo 3.2 do Entendimento sobre solução de Controvérsias estabelece que: “O sistema de solução de controvérsias da OMC é elemento essencial para trazer segurança e previsibilidade ao sistema multilateral de comércio. Os Membros reconhecem que esse sistema é útil para preservar direitos e obrigações dos Membros dentro dos parâmetros dos acordos abrangidos e para esclarecer as disposições vigentes dos referidos acordos em conformidade com as normas correntes de interpretação do direito internacional público. As recomendações e decisões do OSC não poderão promover o aumento ou a diminuição dos direitos e obrigações definidos nos acordos abrangidos”. (**Decreto nº 1.355**, de 30 de dezembro de 1994, que promulga a Ata Final que incorpora os resultados da Rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais do GATT. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2008).

⁷⁴ A Convenção sobre o Direito dos Tratados, concluída ainda não foi ratificada pelo Brasil. O Projeto de Decreto Legislativo nº 214/92, que incorpora o texto dessa Convenção à legislação brasileira, foi finalizado em 08 de novembro de 1995, mas ainda não foi aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

⁷⁵ Sobre o uso da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados pelo OSC, James Cameron e Kevin R. Gray apontam que: “*Probably the most fundamental issue for the DSB is how to interpret WTO agreements. Often the crux of a dispute is rooted in conflicting understandings of certain provisions. Panels have incorporated the application of the Vienna Convention on the Law of Treaties (VCLT) as a guide for interpretation. (...) Unlike previous GATT Panels, dispute settlement bodies under the WTO are explicitly required to invoke the rule of interpretation of treaties as a source to clarify WTO agreements. Article 3.2 of the DSU states that WTO agreements are to be interpreted in accordance with the customary rules of interpretation of public international law*”. (CAMERON, James; GRAY, Kevin R. **Principles of**

O Artigo 31 (2) dessa Convenção determina que: “*Para os fins de interpretação de um tratado, o contexto compreenderá, além do texto, seu preâmbulo e anexos*” ⁷⁶. Portanto, de acordo com que o Artigo 31 (2) da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, o preâmbulo do GATS faz parte do “contexto” para propósitos de interpretação do GATS.

Ressalte-se, ainda, que a natureza jurídica do preâmbulo é diferente da natureza jurídica dos trabalhos preparatórios do tratado, que, nos termos do Artigo 32 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, constituem meios suplementares de interpretação e, por conseguinte, devem ser usados quando os termos são ambíguos ou para confirmar uma interpretação ⁷⁷.

No contencioso *Japão – Tributos sobre Bebidas Alcoólicas (DS8/DS10/DS11)*, ou *Japão – Bebidas Alcoólicas*, o Órgão de Apelação reverteu a conclusão do Painel de que relatórios da OMC e do GATT que foram adotados pelos Membros constituem prática subsequente, nos termos do Artigo 31(3)(b) da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, mas concluiu que tais relatórios criam expectativas legítimas, que deveriam ser levadas em consideração sempre que forem relevantes para o caso em análise ⁷⁸.

International Law in the WTO Dispute Settlement Body. 2001, 252 p. Disponível em: <<http://www.worldtradelaw.net/articles/grayprinciples.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2007).

⁷⁶ “Artigo 31 - Regra Geral de Interpretação

1. Um tratado deve ser interpretado de boa fé segundo o sentido comum atribuível aos termos do tratado em seu contexto e à luz de seu objetivo e finalidade.

2. Para os fins de interpretação de um tratado, o contexto compreenderá, além do texto, seu preâmbulo e anexos:

- a) qualquer acordo relativo ao tratado e feito entre todas as partes em conexão com a conclusão do tratado;
- b) qualquer instrumento estabelecido por uma ou várias partes em conexão com a conclusão do tratado e aceito pelas outras partes como instrumento relativo ao tratado.

3. Serão levados em consideração, juntamente com o contexto:

- a) qualquer acordo posterior entre as partes relativo à interpretação do tratado ou à aplicação de suas disposições;
- b) qualquer prática seguida posteriormente na aplicação do tratado, pela qual se estabeleça o acordo das partes relativo à sua interpretação;
- c) quaisquer regras pertinentes de Direito Internacional aplicáveis às relações entre as partes.

4. Um termo será entendido em sentido especial se estiver estabelecido que essa era a intenção das partes”. (Projeto de Decreto Legislativo nº 214/92, de 8 de novembro de 1995, que aprova o texto da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/dai/dtrat.htm>>. Acesso em: 10 abr. 2008).

⁷⁷ “Artigo 32 - Meios Suplementares de Interpretação

Pode-se recorrer a meios suplementares de interpretação, inclusive aos trabalhos preparatórios do tratado e às circunstâncias de sua conclusão, a fim de confirmar o sentido resultante da aplicação do artigo 31 ou de determinar o sentido quando a interpretação, de conformidade com o artigo 31:

- a) deixa o sentido ambíguo ou obscuro; ou
- b) conduz a um resultado que é manifestamente absurdo ou desarrazoado”. (Projeto de Decreto Legislativo nº 214/92, de 8 de novembro de 1995, que aprova o texto da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/dai/dtrat.htm>>. Acesso em: 10 abr. 2008).

⁷⁸ “*For these reasons, we do not agree with the Panel's conclusion in paragraph 6.10 of the Panel Report that "panel reports adopted by the GATT CONTRACTING PARTIES and the WTO Dispute Settlement Body*

Em virtude do fato de não criar direitos ou obrigações para os Membros, os preâmbulos do GATS e dos demais acordos da OMC podem ser usados pelo OSC apenas como fonte de interpretação das disposições contidas nos textos dos acordos.

Até o momento, o preâmbulo do GATS ainda não foi analisado pelo OSC. No entanto, os preâmbulos de alguns acordos da OMC já foram analisados pelo OSC e, por analogia, é possível que, no futuro, esse entendimento seja aplicado ao preâmbulo do GATS.

De modo geral, pode-se dizer que as decisões do OSC reconhecem que o texto do preâmbulo consolida os objetivos de um acordo e, desse modo, é fundamental para se analisar se a medida questionada perante o OSC encontra-se ou não em conformidade com o espírito de determinado acordo.

No contencioso *Índia – Proteção Patentária a Produtos Químicos e Agrícolas (DS50)*, ou *Índia – Patentes*, ao examinar a alegação dos Estados Unidos de que o regime indiano para proteção de determinados produtos era inconsistente com o TRIPs, o Órgão de Apelação referiu-se ao preâmbulo do TRIPs para interpretar o Artigo 70.8 desse acordo. Para o Órgão de Apelação, a interpretação do Painel sobre o Artigo 70.8 era inconsistente com o objeto e com o propósito do TRIPs, que tem entre seus objetivos a necessidade de promover efetiva e adequada proteção dos direitos de propriedade intelectual⁷⁹.

Já no caso *Coréia – Medidas de Salvaguarda Definitivas sobre as Importações de Certos Produtos Derivados do Leite (DS98)*, ou *Coréia – Laticínios*, o Órgão de Apelação usou o texto do preâmbulo do Acordo sobre Salvaguardas como suporte à conclusão de que o Artigo XIX do GATT 1994 e o Acordo sobre Salvaguardas aplicam-se cumulativamente. Nesse caso, o Órgão de Apelação entendeu que o desejo expresso pelos

constitute subsequent practice in a specific case" as the phrase "subsequent practice" is used in Article 31 of the Vienna Convention. Further, we do not agree with the Panel's conclusion in the same paragraph of the Panel Report that adopted panel reports in themselves constitute "other decisions of the CONTRACTING PARTIES to GATT 1947" for the purposes of paragraph 1(b)(iv) of the language of Annex 1A incorporating the GATT 1994 into the WTO Agreement.

However, we agree with the Panel's conclusion in that same paragraph of the Panel Report that unadopted panel reports "have no legal status in the GATT or WTO system since they have not been endorsed through decisions by the CONTRACTING PARTIES to GATT or WTO Members".³¹ Likewise, we agree that "a panel could nevertheless find useful guidance in the reasoning of an unadopted panel report that it considered to be relevant". (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Relatório do Órgão de Apelação no caso Japão – Bebidas Alcolólicas, WT/DS10/AB/R, WT/DS11/AB/R, WT/DS8/AB/R, circulados em 4 de outubro de 1996, 14 p. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 29 nov. 2008).

⁷⁹ *"The Panel's interpretation here [of Article 70.8(a)] is consistent also with the object and purpose of the TRIPs Agreement. The Agreement takes into account, inter alia, 'the need to promote effective and adequate protection of intellectual property rights'".* (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Relatório do Órgão de Apelação no caso Índia - Patentes (DS50), WT/DS50/AB/R, circulado em 19 de dezembro de 1997, paras. 57. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 29 nov. 2008).

negociadores da Rodada Uruguai no preâmbulo do Acordo sobre Salvaguardas consistia em esclarecer e reforçar as disciplinas do GATT 1994 e, mais especificamente, aquelas previstas no Artigo XIX do GATT, de modo a restabelecer o controle multilateral sobre salvaguardas e eliminar as salvaguardas que escapem desse controle⁸⁰.

2.3. ADMINISTRAÇÃO

À semelhança do que ocorre com o comércio de bens, o GATS é administrado por um Conselho, o Conselho para o Comércio de Serviços (CCS).

O CCS opera dentro da OMC e seu trabalho é supervisionado pelo Conselho Geral dessa organização. De acordo com o artigo XXIV do GATS, o CCS deve desempenhar as funções às quais for designado, de modo a facilitar a operacionalização do GATS e o alcance de seus objetivos. A CCS tem desempenhado um papel importante na revisão de alguns temas relacionados ao comércio internacional de serviços, a saber: (i) revisão das exceções ao tratamento de nação mais favorecida; (ii) revisão do Anexo sobre Serviços de Transporte Aéreo; (iii) revisão do Entendimento sobre Taxas de Repartição Internacional⁸¹.

O GATS também estabeleceu que o CCS seria presidido por um representante (Embaixador) de um Membro da OMC⁸². Atualmente, o CCS é presidido pelo Embaixador de Barbados na OMC, C. Trevor Clarke.

⁸⁰ "Our reading ... is consistent with the desire expressed by the Uruguay Round negotiators in the Preamble to the Agreement on Safeguards 'to clarify and reinforce the disciplines of GATT 1994, and specifically those of its Article XIX ..., to re-establish multilateral control over safeguards and eliminate measures that escape such control ...' In: furthering this statement of the object and purpose of the Agreement on Safeguards, it must always be remembered that safeguard measures result in the temporary suspension of treaty concessions or the temporary withdrawal of treaty obligations, which are fundamental to the WTO Agreement, such as those in Article II and Article XI of the GATT 1994". (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO Relatório do Órgão de Apelação no caso *Coréia – Laticínios*, WT/DS98/AB/R, circulado em 14 de dezembro de 1999. Para. 76-77. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 27 nov. 2008).

⁸¹ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/GBT/4, *Report of the Group on Basic Telecommunications*, de 15 de fevereiro de 1997. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 20 nov. 2008).

⁸² "Art. 24

1 - O Conselho para o Comércio de Serviços desempenhará as funções que lhe forem confiadas para facilitar a operação do presente Acordo e favorecer a consecução de seus objetivos. O Conselho poderá estabelecer os órgãos subsidiários que considerar apropriado para o desempenho eficaz de suas funções.

2 - Os representantes de todos os Membros poderão participar do Conselho e, salvo decisão em contrário deste, de seus órgãos subsidiários.

3 - O Presidente do Conselho será eleito pelos Membros. O Conselho estabelecerá suas próprias regras de procedimento". (**Decreto nº 1.355**, de 30 de dezembro de 1994, que promulga a Ata Final que incorpora os resultados da Rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais do GATT. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2008).

O GATS prevê que poderão ser criados órgãos subsidiários ao CCS, os quais poderão ser abertos à participação dos Membros da OMC. Esses órgãos subsidiários teriam como objetivo auxiliar o CCS no exercício de suas funções.

Atualmente, o CCS coordena o trabalho de alguns comitês e grupos de trabalho que tratam de questões específicas relativas ao GATS e o comércio internacional de serviços, a saber: (i) Comitê de Compromissos Específicos (CCE); (ii) Grupo de Trabalho sobre Regulação Doméstica (WPDR), que sucedeu o Grupo de Trabalho sobre Serviços Profissionais (WPPS); (iii) Grupo de Trabalho sobre Regras do GATS (WPGR); e (iv) Comitê sobre Serviços Financeiros (CFS).

O CCE tem como principal função a análise dos compromissos específicos e de sua compatibilidade com o GATS. Em 11 de abril de 2000, o CCE concluiu seu trabalho com relação a procedimentos para a retificação e para o aperfeiçoamento dos compromissos consolidados pelos Membros nas listas de compromissos específicos apresentadas ao final da Rodada Uruguai. O documento elaborado pelo CCE, intitulado Procedimentos para a Certificação de Retificações ou Aperfeiçoamentos das Listas de Compromissos Específicos⁸³, foi adotado pelo CCS em 14 de abril de 2000. Em 22 de março de 2001, o CCE concluiu a revisão das diretrizes para as negociações de compromissos específicos com a elaboração do documento Diretrizes para as Negociações de Compromissos Específicos no Âmbito do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (*Diretrizes para as Negociações de Compromissos Específicos*)⁸⁴. Esse documento foi aprovado pelo CCS em 23 de março de 2001. Atualmente, o CCE continua seu trabalho para o aperfeiçoamento da classificação dos setores de serviços.

O WPPS foi criado pelo CCS com base na Decisão Ministerial de Marraqueche sobre Serviços Profissionais, de 15 de abril de 1994⁸⁵, que determinou a criação de um grupo de trabalho para estudar as questões de regulação doméstica⁸⁶ relativas a serviços

⁸³ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/L/84, Procedures for the Certification of Rectifications or Improvements to Schedules of Specific Commitments - Adopted by the Council for Trade in Services on 14 April 2000, de 18 de abril de 2000. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 10 abr. 2008.

⁸⁴ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/L/92, Guidelines for the Scheduling of Specific Commitments under the General Agreement on Trade in Services, de 23 de março de 2001. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 17 jun. 2008.

⁸⁵ Vide ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. LT/UR/D-5/7, Ministerial Decision on Professional Services, de 15 de abril de 1994, Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 10 abr. 2008.

⁸⁶ Com relação à expressão “regulação doméstica” note-se que foi feita uma opção pela utilização dessa expressão e não da expressão “legislação nacional”, como definido no Decreto n° 1.355, de 30 de dezembro de 1994, que promulga a Ata Final que incorpora os resultados da Rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais do GATT, por acreditar que essa é a melhor tradução para a expressão utilizada no Artigo VI.4 do GATS nos idiomas oficiais da OMC, a saber: “*domestic regulation*” em inglês; “*reglamentación nacional*” em espanhol; e “*réglementation intérieure*” em francês). (Decreto n° 1.355, de

profissionais. Em abril de 1999, o CCS extinguiu o WPPS e o substituiu pelo WPDR⁸⁷. O mandato do WPRD consiste, basicamente, no desenvolvimento de disciplinas que garantam que medidas relacionadas a requisitos e procedimentos para licenciamento, normas técnicas e requisitos e procedimentos para qualificação não constituam barreiras desnecessárias ao comércio internacional de serviços (Artigo VI.4 do GATS⁸⁸). Além disso, o WPDR deve dar continuidade ao trabalho do WPPS com relação à criação disciplinas gerais para serviços profissionais, além de desenvolver disciplinas gerais para setores específicos ou para grupos de setores de serviços.

O WPGR tem como objetivo o desenvolvimento de disciplinas sobre subsídios, compras governamentais e salvaguardas em serviços.

O CFF promove discussões em assuntos relacionados ao comércio de serviços financeiros e formula propostas e recomendações, que são analisadas pelo CCS. O CCF é responsável pela revisão contínua e pelo monitoramento do GATS com respeito a esse setor. Além disso, funciona como foro para discussões técnicas e exame de medidas regulatórias que afetam o comércio de serviços financeiros.

2.4. DISCIPLINAS E OBRIGAÇÕES GERAIS APLICÁVEIS AO COMÉRCIO DE SERVIÇOS

Conforme mencionado acima, na Rodada Uruguai, as Partes Contratantes do GATT concordaram em celebrar um acordo sobre serviços que fosse baseado nos mesmos princípios básicos do GATT. Assim, o GATS retoma alguns princípios regulamentados

30 de dezembro de 1994, que promulga a Ata Final que incorpora os resultados da Rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais do GATT. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2008).

⁸⁷ Vide ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/L/70, *Decision on Domestic Regulation - Adopted by the Council for Trade in Services on 26 April 1999*, de 28 de abril de 1999. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 11 abr. 2008.

⁸⁸ “Com o objetivo de assegurar que medidas relativas a requisitos e procedimentos em matéria de qualificação, de normas técnicas e requisitos em matéria de licenças não constituam obstáculos desnecessários ao comércio de serviços, o Conselho para o Comércio de Serviços, por meio dos órgãos apropriados que venha a instituir, estabelecerá as disciplinas necessárias. Tais disciplinas objetivarão assegurar que tais requisitos, "inter alia":

- a) sejam baseados em critérios objetivos e transparentes, tais como a competência e a habilidade para prestar o serviço;
- b) não sejam mais gravosas que o necessário para assegurar a qualidade do serviço;
- c) no caso dos procedimentos em matéria de licença, não constituam em si mesmos uma restrição para a prestação do serviço”.

(Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, que promulga a Ata Final que incorpora os resultados da Rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais do GATT. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2008).

pelo GATT para o comércio de bens, que passam a ser aplicáveis ao comércio de serviços, e estabelece novos princípios específicos para serviços.

Apesar de o GATS ser aplicável à maioria das medidas impostas pelos governos nacionais que afetam o comércio de serviços (com exceção dos serviços prestados no exercício da autoridade governamental e certos setores específicos, como o serviço de transporte aéreo), são poucas as obrigações substantivas que são aplicáveis, de modo geral, a todas as medidas adotadas pelos Membros que afetam o mercado de serviços. Algumas obrigações fundamentais previstas pelo GATS, como acesso a mercados e tratamento nacional, se aplicam somente aos compromissos específicos assumidos pelos Membros em suas listas de compromissos⁸⁹.

As obrigações gerais, aplicáveis a todos os setores e modos de prestação de serviços, foram regulamentadas no GATS nos seguintes artigos: (i) Artigo II, sobre tratamento de nação mais favorecida no âmbito do comércio de serviços; (ii) Artigo III, sobre transparência; (iii) Artigo V, que trata de integração econômica e permite a celebração de acordos de integração regional envolvendo o comércio de serviços; (iv) Artigo VI, sobre regulação doméstica; e (v) Artigo XII, que trata de compras governamentais na área de serviços. Entre essas obrigações, merecem destaque as obrigações de tratamento de nação mais favorecida e de transparência.

2.4.1. TRATAMENTO DE NAÇÃO MAIS FAVORECIDA

A obrigação substancialmente mais relevante prevista no GATS, que se aplica a todos os setores de serviços objeto de compromissos, é a obrigação dos Membros de dar tratamento de nação mais favorecida aos serviços e aos prestadores de serviços de todos os Membros da OMC.

O tratamento de nação mais favorecida é um princípio geral de comércio internacional que já havia sido regulamentado no GATT para o comércio de bens. Esse princípio consiste, essencialmente, na proibição da discriminação entre os Membros da OMC. Ao adotar esse princípio, o GATS estabelece que, no comércio de serviços, um Membro não pode conceder aos serviços e aos prestadores de serviços (sejam eles pessoas físicas ou pessoas jurídicas) de determinado Membro tratamento menos favorável do que

⁸⁹ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O COMÉRCIO E O DESENVOLVIMENTO, op. cit., 5 p.

concede aos serviços e prestadores de serviços similares de outro Membro. Portanto, todo e qualquer privilégio concedido a um Membro deve ser automaticamente estendido aos demais Membros⁹⁰.

Para determinar se os serviços ou se os prestadores de serviços de determinado Membro são discriminados em face de outros Membros nos setores de serviços em que foram consolidados compromissos, é necessário examinar os seguintes aspectos: (i) a origem do serviço e/ou do prestador de serviços; e (ii) se os serviços e/ou prestadores de serviços desses Membros são similares. Em relação à prestação de serviços transfronteiriços (modo 1), a localidade do prestador de serviços é um ponto importante na determinação da origem do serviço. Se o serviço é prestado por meio de presença comercial do prestador estrangeiro no Estado a que o serviço se destina (modo 3), o fator chave na determinação da origem do serviço é a origem do prestador de serviços⁹¹.

É importante notar que a obrigação de tratamento de nação mais favorecida contida no Artigo II.1 do GATS aplica-se de forma ampla a todas as medidas tomadas por um Membro que afetam o comércio de serviços, em todos os serviços sujeitos à aplicação do GATS (ou seja, que são objeto de compromissos), excluindo-se apenas as medidas incluídas pelos Membros em suas respectivas listas de exceção ao princípio de nação mais favorecida, em conformidade com Anexo ao GATS que regula tais exceções⁹². Portanto, pelo princípio de tratamento de nação mais favorecida, todos os compromissos específicos em serviços consolidados por um Membro serão igualmente aplicáveis aos demais Membros da OMC, salvo os setores objeto dos compromissos estiverem sujeitos a exceções de cláusula de nação mais favorecida.

No entanto, nos setores de serviços que não estão sujeitos a compromissos, os Membros poderão dar tratamento mais favorecido a outro Membro, sem que seja necessário estender esse tratamento aos demais Membros da OMC.

⁹⁰ Vide Artigo II do GATS. (**Decreto nº 1.355**, de 30 de dezembro de 1994, que promulga a Ata Final que incorpora os resultados da Rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais do GATT. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2008).

⁹¹ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O COMÉRCIO E O DESENVOLVIMENTO, op. cit., 18 p.

⁹² Sobre o tratamento do princípio de cláusula de nação mais favorecida no GATS, o Embaixador Luiz Felipe Lampreia ressalta que: “*Tal como o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (Gatt), o Gats (Acordo Geral sobre Comércio de Serviços) contém uma cláusula de nação mais favorecida. Prevê, ao mesmo tempo, a possibilidade de que sejam indicadas isenções específicas para certas atividades em condições que são estipuladas anexas*”. (LAMPREIA, Luiz Felipe P., op. cit., 10 p.).

2.4.2. TRANSPARÊNCIA

O GATS também previu que a obrigação de transparência seria aplicável ao comércio de serviços. Essa obrigação, que é de extrema relevância para as relações comerciais internacionais em geral, estabelece a obrigatoriedade de publicação, pelos Membros, de todas as leis, regulamentos, decisões judiciais e regras administrativas que afetem o comércio internacional de serviços⁹³.

O Artigo III do GATS determina que todos os Membros da OMC publiquem imediatamente todas as medidas relevantes, de aplicação geral, que tenham relação ou afetem a operacionalidade do GATS. Requer, outrossim, que os Membros informem ao CCS, imediatamente ou, pelo menos, anualmente, sobre a introdução ou alteração de leis, regulamentações ou diretrizes administrativas que afetem significativamente os setores de serviços abrangidos em seus compromissos específicos.

O GATS também determina que os Membros respondam imediatamente a todas as solicitações de outros Membros referentes a medidas nacionais de aplicação geral. Os Membros questionados devem, ainda, encaminhar as informações solicitadas aos demais Membros.

2.5. OS QUATRO MODOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O comércio internacional de serviços pode ser prestado de quatro modos distintos, a saber: (i) Modo 1 – prestação transfronteiriça de serviços (*cross-border supply*); (ii) Modo 2 – consumo no exterior (*consumption abroad*); (iii) Modo 3 – presença comercial (*commercial presence*); e (iv) Modo 4 – presença de pessoas físicas (*movement of natural persons*)⁹⁴.

No modo 1, ocorre a prestação transfronteiriça do serviço. Serviços prestados por esse modo são prestados do território de um Membro ao território de qualquer outro Membro. Nesse modo de prestação, apenas o produto do serviço cruza a fronteira do país. O prestador não cruza a fronteira de seu Estado de origem. A prestação do serviço pode

⁹³ Vide Artigo III do GATS. (**Decreto nº 1.355**, de 30 de dezembro de 1994, que promulga a Ata Final que incorpora os resultados da Rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais do GATT. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2008).

⁹⁴ Vide PUPO, Rodrigo Luís, op. cit., p. 46-47.

ocorrer, por exemplo, por telecomunicações (telefone, fax, televisão, Internet etc.), por meio do envio de documentos ou de mídias como disquetes, fitas, CDs e DVDs.

Já no modo 2, ou consumo no exterior, os serviços são prestados dentro do território de um Membro para o consumidor de serviços de qualquer outro Membro. Ou seja: o consumidor viaja para outro país e nele consome o serviço. O principal exemplo desse modo de prestação é o turismo. Como exemplos do modo 2, podemos citar ainda tratamentos médicos e cursos de idiomas realizados no exterior.

Pelo modo 3, denominado presença comercial, um prestador de serviços estabelece presença comercial em um território diferente de seu país de origem por meio, por exemplo, da instalação de subsidiárias, filiais e escritórios. São exemplos de serviços prestados em modo 3 serviços médicos prestados em hospitais ou clínicas controladas por empresas estrangeiras, bem como serviços bancários prestados em agências de bancos de origem estrangeira.

O modo 4 trata da presença temporária de pessoas físicas em outros Estados. Nesse modo, o prestador de serviços (pessoa física), seja empregado ou autônomo, se desloca até outro Estado para prestar determinados serviços e lá permanece enquanto os serviços são prestados. Serviços de consultoria em geral e serviços de arquitetura e de construção civil são prestados em modo 4 sempre que o prestador do serviço se deslocar, temporariamente, a outro Estado para prestar determinado serviço. Também presta serviços em modo 4 o jogador de futebol brasileiro que atua em clube estrangeiro.

Esses quatro modos de prestação de serviços são abrangidos pelas normas e obrigações do GATS, conforme previsto no Artigo I.2⁹⁵.

⁹⁵ “Para os propósitos deste Acordo, o comércio de serviços é definido como a prestação de um serviço:

- a) do território de um Membro ao território de qualquer outro Membro;
- b) no território de um Membro aos consumidores de serviços de qualquer outro Membro;
- c) pelo prestador de serviços de um Membro, por intermédio da presença comercial, no território de qualquer outro Membro;
- d) pelo prestador de serviços de um Membro, por intermédio da presença de pessoas naturais de um Membro no território de qualquer outro Membro”. (**Decreto nº 1.355**, de 30 de dezembro de 1994, que promulga a Ata Final que incorpora os resultados da Rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais do GATT. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2008).

2.6. POSSIBILIDADE DE SEREM EXCEPCIONADOS OS PRINCÍPIOS E AS OBRIGAÇÕES REGULAMENTADOS NO GATS

Assim como ocorre no GATT e em outros acordos da OMC, o GATS contém normas que autorizam que um Membro descumpra as obrigações assumidas no âmbito do SMC em determinadas circunstâncias, que são denominadas exceções.

Pode-se dizer que há dois tipos de exceções regulamentadas pela OMC, quais sejam: as válvulas de escape e as exceções gerais⁹⁶.

São conhecidos como válvulas de escape os mecanismos jurídicos regulamentados pela OMC que permitem aos Membros restringirem o fluxo comercial com outro Membro temporariamente, caso ocorram determinadas circunstâncias. São exemplos de válvulas de escape regulamentadas pela OMC as medidas de defesa comercial, que são compostas por medidas de salvaguarda, direitos antidumping e medidas compensatórias. Trata-se de medidas restritivas ao comércio internacional, de caráter temporário, que visam proteger as indústrias nacionais em face da concorrência com empresas estrangeiras. As válvulas de escape podem ser subdivididas em medidas que podem ser adotadas no caso de práticas desleais de comércio (como as medidas antidumping⁹⁷ e as medidas compensatórias⁹⁸) e medidas que podem ser adotadas independentemente de se comprovar a existência de prática desleal de comércio (como medidas de salvaguarda gerais e especiais⁹⁹, exceções

⁹⁶ Com relação às categorias de exceções às normas da OMC, Bernard M. Hoekman e Michel M. Kostecki entendem que: “*WTO provisions in this area can be separated into two categories. The first are those that can be used in the event of the occurrence of a predefined set of circumstances which legitimize temporary increases in import barriers The second constitute permanent exceptions to the general obligations*”. (HOEKMAN, Bernard M.; KOSTECKI, Michael M., op. cit., 303 p.).

⁹⁷ Artigo VI do GATT e Acordo Antidumping. (**Decreto nº 1.355**, de 30 de dezembro de 1994, que promulga a Ata Final que incorpora os resultados da Rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais do GATT. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2008).

⁹⁸ Artigo VI do GATT, Acordo sobre Subsídios, Artigo XV do GATS e Artigo s VI e XI do Acordo sobre Agricultura. (**Decreto nº 1.355**, de 30 de dezembro de 1994, que promulga a Ata Final que incorpora os resultados da Rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais do GATT. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2008).

⁹⁹ As medidas de salvaguarda gerais estão previstas no Artigo XIX do GATT, no Acordo sobre Salvaguardas e no Artigo X do GATS. Já as medidas de salvaguarda especiais encontram-se regulamentadas nos Artigos VI e XX do Acordo sobre Agricultura, no Artigo 6º. Do Acordo sobre Têxteis e Vestuários e no Protocolo de Acessão da República Popular da China à OMC. (**Decreto nº 1.355**, de 30 de dezembro de 1994, que promulga a Ata Final que incorpora os resultados da Rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais do GATT. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2008).

para proteção da balança de pagamentos¹⁰⁰ e de indústrias nascentes¹⁰¹ e *waivers* regulamentados no artigo IX do GATT)¹⁰².

Já as exceções gerais são medidas restritivas ao comércio de bens que podem ser adotadas pelos Membros permanentemente, em circunstâncias pré-estabelecidas. Tais medidas são denominadas exceções gerais, pois constituem exceções às obrigações gerais da OMC. São exemplos de exceções gerais: (i) medidas para a proteção da moral pública, da saúde, das leis e dos recursos naturais¹⁰³; (ii) medidas para a proteção da segurança nacional¹⁰⁴; e (iii) renegociação ou modificação das listas de compromissos dos Membros¹⁰⁵. Ao estabelecer exceções gerais às normas multilaterais de comércio, os Membros reconheceram que outros objetivos estão acima da liberalização comercial, como a proteção ao meio ambiente, a segurança nacional, a saúde e a segurança humana e a vida e a saúde animal.

2.6.1. EXCEÇÕES GERAIS AOS ACORDOS DA OMC

As principais exceções gerais às normas da OMC estão regulamentadas no GATT (Artigos XX e XXI), no SPS, que regulamenta a aplicação de medidas sanitárias e fitossanitárias no comércio de bens, e no TBT, sobre barreiras técnicas ao comércio de bens. Essas normas permitem que os Membros da OMC adotem medidas restritivas ao comércio de bens em determinadas circunstâncias, pois reconhecem que outros objetivos estão acima da liberalização comercial, como a proteção ao meio ambiente, a segurança nacional, a saúde e a segurança humana e a vida e a saúde animal.

O Artigo XX do GATT contém exceções gerais à aplicação das disciplinas comuns desse acordo para atender objetivos não-econômicos, como a proteção à saúde e à

¹⁰⁰ Artigos XII e XVIII:b do GATT e Artigo XII do GATS. (**Decreto nº 1.355**, de 30 de dezembro de 1994, que promulga a Ata Final que incorpora os resultados da Rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais do GATT. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2008).

¹⁰¹ Artigos XVIII:a e XVIII:c do GATT. (**Decreto nº 1.355**, de 30 de dezembro de 1994, que promulga a Ata Final que incorpora os resultados da Rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais do GATT. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2008).

¹⁰² Vide HOEKMAN, Bernard M. e KOSTECKI, Michel M., op. cit., 303 p.

¹⁰³ Artigo XX do GATT, Artigo XIV do GATS, TBT e SPS. (**Decreto nº 1.355**, de 30 de dezembro de 1994, que promulga a Ata Final que incorpora os resultados da Rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais do GATT. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2008).

¹⁰⁴ Artigo XXI do GATT, Artigo XIV *bis* do GATS e Artigo 73 do TRIPS. (**Decreto nº 1.355**, de 30 de dezembro de 1994, que promulga a Ata Final que incorpora os resultados da Rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais do GATT. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2008).

¹⁰⁵ Artigo XXVIII do GATT e Artigo XXI do GATS. (**Decreto nº 1.355**, de 30 de dezembro de 1994, que promulga a Ata Final que incorpora os resultados da Rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais do GATT. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2008).

segurança humanas. Esse artigo estabelece as exceções ao livre comércio que podem ser utilizadas pelos Membros da OMC, desde que não constituam meios de discriminação arbitrária ou injustificável ou causem restrições disfarçadas ao comércio de bens¹⁰⁶. O Artigo XX reconhece como legítimas medidas restritivas ao comércio caso: (a) sejam necessárias à proteção da moralidade pública; (b) sejam necessárias à proteção da saúde e da vida das pessoas e dos animais e à preservação dos vegetais; (c) se relacionem à exportação e a importação do ouro e da prata; (d) sejam necessárias a assegurar a aplicação das leis e regulamentos que não sejam incompatíveis com as disposições do GATT; (e) sejam relativas aos artigos fabricados nas prisões; (f) sejam impostas para a proteção de tesouros nacionais de valor artístico, histórico ou arqueológico; (g) sejam relativas à conservação dos recursos naturais esgotáveis, se aplicadas conjuntamente com restrições à produção ou ao consumo nacionais; (h) sejam tomadas em razão de compromissos contraídos em acordos intergovernamentais sobre produtos básicos; (i) impliquem restrições à exportação de matérias primas necessárias para assegurar à indústria nacional de transformação as quantidades essenciais de matérias-primas¹⁰⁷.

¹⁰⁶ Com relação ao Artigo XX do GATT, Michael J. Trebilcock e Robert Howse apontam que: *“Under Article XX of the FATT, a number of dispensations from GATT obligations are provided with respect to the adoption and enforcement by Members of measures, for example, necessary to protect public morals; necessary to protect human or animal health or life; necessary to secure compliance with laws or regulations which are not inconsistent with the GATT; imposed for the protection of national treasures; necessary for the conservation of exhaustible natural resources, provided that none of these measures are an arbitrary or unjustifiable discrimination between countries where the same conditions prevail or a disguised restriction on international trade”*. (TREBILOCK, Michael J.; HOWSE, Robert. **The regulation of international trade**. Londres: Routledge, 1999, 35 p.).

¹⁰⁷ “ARTIGO XX - EXCEÇÕES GERAIS

Desde que essas medidas não sejam aplicadas de forma a constituir quer um meio de discriminação arbitrária, ou injustificada, entre os países onde existem as mesmas condições, quer uma restrição disfarçada ao comércio internacional, disposição alguma do presente capítulo será interpretada como impedindo a adoção ou aplicação, por qualquer Parte Contratante, das medidas:

- I - a) necessárias à proteção da moralidade pública;
- b) necessárias à proteção da saúde e da vida das pessoas e dos animais e à preservação dos vegetais;
- c) que se relacionem à exportação e a importação do ouro e da prata;
- d) necessárias a assegurar a aplicação das leis e regulamentos que não sejam incompatíveis com as disposições do presente acordo, tais como, por exemplo, as leis e regulamentos que dizem respeito à aplicação de medidas alfandegárias, à manutenção em vigor dos monopólios administrados na conformidade do § 4º do art. II e do art. XVII à proteção das patentes, marcas de fábrica e direitos de autoria e de reprodução, e a medidas próprias a impedir as práticas de natureza a induzir em erro;
- e) relativas aos artigos fabricados nas prisões;
- f) impostas para a proteção de tesouros nacionais de valor artístico, histórico ou arqueológico;
- g) relativas à conservação dos recursos naturais esgotáveis, se tais medidas forem aplicadas conjuntamente com restrições à produção ou ao consumo nacionais;
- h) tomadas em aplicação de compromissos contraídos em virtude de acordos intergovernamentais sobre produtos básicos, concluídos dentro dos princípios aprovados pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, na sua resolução de 28 de março de 1947, que instituiu uma Comissão Provisória de Coordenação para os acordos Internacionais relativos aos produtos básicos;
- i) que impliquem em restrições à exportação de matérias primas produzidas no interior do país e necessárias para assegurar a uma indústria nacional de transformação as quantidades essenciais das referidas matérias-

O Artigo XXI do GATT, por sua vez, permite que os Membros adotem restrições às normas e compromissos assumidos na OMC, no âmbito do comércio de bens, por razões de segurança nacional¹⁰⁸. Para os propósitos desse artigo, segurança nacional deve ser entendida como a necessidade de proteção dos interesses essenciais de segurança de determinado Membro, sejam eles relacionados a materiais nucleares, tráfico de armas ou decorrentes de guerra ou outras situações emergências no âmbito das relações internacionais¹⁰⁹.

O SPS regulamenta a aplicação de medidas sanitárias e fitossanitárias que restrinjam o livre comércio de bens sempre que houver necessidade de se proteger a vida e a saúde humana, animal e vegetal¹¹⁰. Segundo o SPS, os Membros deverão assegurar que as

primas durante os períodos nos quais o preço nacional seja mantido abaixo do preço mundial, em execução de um plano governamental de estabilização; sob reserva de que essas restrições não tenham por efeito reforçar a exportação ou a proteção concedida à referida indústria nacional e não sejam contrárias às disposições do presente acordo relativas à não discriminação”. (**Decreto nº 313**, de 30 de julho de 1948, que autoriza o Poder Executivo a aplicar, provisoriamente, o Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio; reajusta as tarifas aduaneiras e dá outras providências. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 10 dez. 2008).

¹⁰⁸ “ARTIGO XXI - EXCEÇÕES RELATIVAS À SEGURANÇA

Nenhuma disposição do presente Acordo será interpretada:

- a) como impondo a uma Parte Contratante a obrigação de fornecer informações cuja divulgação seja, a seu critério, contrária aos interesses essenciais de sua segurança;
- b) ou como impedindo uma parte contratante de tomar todas as medidas que achar necessárias à proteção dos interesses essenciais de sua segurança.
 - (i) relacionando-se às matérias desintegráveis ou às matérias primas que servem à sua fabricação;
 - (ii) relacionando-se ao tráfico de armas, munições e material de guerra e a todo o comércio de outros artigos e materiais destinados direta ou indiretamente a assegurar o aprovisionamento das forças armadas;
 - (iii) aplicadas em tempo de guerra ou em caso de grave tensão internacional;
- c) ou como impedindo uma parte contratante de tomar medidas destinadas ao cumprimento de suas obrigações em virtude da Carta das Nações Unidas, a fim de manter a paz e a segurança internacionais”. (**Decreto nº 313**, de 30 de julho de 1948, que autoriza o Poder Executivo a aplicar, provisoriamente, o Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio; reajusta as tarifas aduaneiras e dá outras providências. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 10 dez. 2008).

¹⁰⁸ Vide LAMPREIA, Luiz Felipe P., op. cit., 10 p.

¹⁰⁹ Nesse sentido, Michael J. Trebilcock e Robert Howse observam que: “*Under Article XXI of the GATT, various national security exceptions are provided for that permit a Member to take any action which it considers necessary for the protection of its essential security interests relating to fissionable materials and traffic in arms and munitions or which reflect the exigencies of war or other emergency in international relations*”. (TREBILOCK, Michael J.; HOWSE, Robert, op. cit., 35 p.).

¹¹⁰ “Artigo 2

1. Os Membros têm o direito de adotar medidas sanitárias e fitossanitárias para a proteção da vida ou saúde humana, animal ou vegetal, desde que tais medidas não sejam incompatíveis com as disposições do presente Acordo.
2. Os Membros assegurarão que qualquer medida sanitária e fitossanitária seja aplicada apenas na medida do necessário para proteger a vida ou a saúde humana, animal ou vegetal; seja baseada em princípios científicos e não seja mantida sem evidência científica suficiente, à exceção do determinado pelo parágrafo 7 do Artigo 5.
3. Os Membros garantirão que suas medidas sanitárias e fitossanitárias não farão discriminação arbitrária ou injustificada entre os Membros nos casos em que prevalecerem condições idênticas ou similares, incluindo entre seu próprio território e o de outros Membros. As medidas sanitárias e fitossanitárias não serão aplicadas de forma a constituir restrição velada ao comércio internacional.

medidas sanitárias e fitossanitárias sejam aplicadas apenas na medida do necessário para proteger a vida ou a saúde humana, animal ou vegetal, sejam baseadas em princípios científicos e sejam mantidas com base em evidência científica suficiente.

Já o TBT regula a aplicação de barreiras técnicas ao comércio de bens ao estabelecer que os regulamentos técnicos não devem ser mais restritivos ao comércio do que o necessário para atingir os seguintes objetivos legítimos: segurança nacional; prevenção de práticas enganosas; proteção da saúde ou segurança humana; vida e saúde animal e vegetal e proteção ao meio ambiente¹¹¹. Para tanto, a verificação dos riscos deve considerar as informações técnicas e científicas disponíveis, tecnologias de processamento e a destinação final dos produtos.

Ressalte-se que as alíneas (b), sobre proteção da vida e da saúde humana, animal e vegetal, e (g), referente à proteção dos recursos naturais não-renováveis, do Artigo XX do

4. As medidas sanitárias e fitossanitárias que estejam em conformidade com as disposições relevantes do presente Acordo serão consideradas conformes às obrigações dos Membros sob as disposições do GATT 1994 que se referem ao uso de medidas sanitárias e fitossanitárias, em especial as disposições do Artigo XX(b)1”. SPS. (**Decreto nº 1.355**, de 30 de dezembro de 1994, que promulga a Ata Final que incorpora os resultados da Rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais do GATT. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2008).

¹¹¹ “Artigo 2 - Preparação, Adoção and Aplicação de Regulamentos Técnicos por Instituições do Governo Central

No que se refere às instituições de seu governo central:

2.1 Os Membros assegurarão, a respeito de regulamentos técnicos, que os produtos importados do território de qualquer Membro recebam tratamento não menos favorável que aquele concedido aos produtos similares de origem nacional e a produtos similares originários de qualquer outro país.

2.2 Os Membros assegurarão que os regulamentos técnicos não sejam elaborados, adotados ou aplicados com a finalidade ou o efeito de criar obstáculos técnicos ao comércio internacional. Para este fim, os regulamentos técnicos não serão mais restritivos ao comércio do que o necessário para realizar um objetivo legítimo, tendo em conta os riscos que a não realização criaria. Tais objetivos legítimos são, inter alia: imperativos de segurança nacional; a prevenção de práticas enganosas; a proteção da saúde ou segurança humana, da saúde ou vida animal ou vegetal, ou do meio ambiente. Ao avaliar tais riscos, os elementos pertinentes a serem levados em consideração são, inter alia: a informação técnica e científica disponível, a tecnologia de processamento conexa ou os usos finais a que se destinam os produtos.

2.3 Os regulamentos técnicos não serão mantidos se as circunstâncias ou objetivos que deram origem à sua adoção deixaram de existir ou se modificaram de modo a poderem ser atendidos de uma maneira menos restritiva ao comércio.

2.4 Quando forem necessários regulamentos técnicos e existam normas internacionais pertinentes ou sua formulação definitiva for iminente, os Membros utilizarão estas normas, ou seus elementos pertinentes, como base de seus regulamentos técnicos, exceto quando tais normas internacionais ou seus elementos pertinentes sejam um meio inadequado ou ineficaz para a realização dos objetivos legítimos perseguidos, por exemplo, devido a fatores geográficos ou climáticos fundamentais ou problemas tecnológicos fundamentais.

2.5 Um Membro que prepare, adote ou aplique um regulamento técnico que possa ter um efeito significativo sobre o comércio de outros Membros deverá, sob solicitação de outro Membro, apresentar a justificativa para este regulamento técnico nos termos das disposições dos parágrafos 2 a 4. Sempre que um regulamento técnico seja elaborado, adotado ou aplicado em função de um dos objetivos legítimos explicitamente mencionados no parágrafo 2 e esteja em conformidade com as normas internacionais pertinentes, presumir-se-á, salvo refutação, que o mesmo não cria um obstáculo desnecessário ao comércio”. (**Decreto nº 1.355**, de 30 de dezembro de 1994, que promulga a Ata Final que incorpora os resultados da Rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais do GATT. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2008).

GATT possuem um vínculo com o TBT e com o SPS, conforme constatado pelo OSC em alguns contenciosos, como *Estados Unidos – Padrões para Gasolina Reformulada e Original (DS2)*, *CE – Hormônios (DS26/DS48)* e *Austrália – Medidas Afetando a Importação de Salmão (DS18)*¹¹². Assim, embora o Artigo XX do GATT continue em vigor, sua utilização no que concerne às alíneas (b) e (g) tem reflexos na adoção das medidas técnicas e sanitárias e fitossanitárias regulamentadas, respectivamente, no TBT e no SPS.

2.6.2. EXCEÇÕES GERAIS PREVISTAS NO GATS

Assim como ocorre no GATT no âmbito do comércio de bens, o GATS contém disposições relativas a exceções de caráter geral, que têm como objetivo manter ou proteger objetivos de política pública e a segurança nacional. Essas exceções estão contempladas, respectivamente, nos Artigos XIV e XIV *bis* do GATS¹¹³. Esses artigos permitem que as normas do GATS sejam excepcionadas em circunstâncias específicas, como será visto abaixo.

Além dessas exceções, o GATS regulamentou a possibilidade de os Membros excepcionarem a cláusula de nação mais favorecida, regulamentada no Artigo II do GATS.

¹¹² Sobre essa questão, vide os relatórios do Painel e do Órgão de Apelação nos casos *Estados Unidos – Padrões para Gasolina Reformulada e Original (DS2)*, *CE – Hormônios (DS26/DS48)* e *Austrália – Medidas Afetando a Importação de Salmão (DS18)*. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. WT/DS2/AB/R, Report of the Appellate Body, United States – Standards for Reformulated and Conventional Gasoline, adotado em 20 de maio de 1996; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. WT/DS27/AB/R, Report of the Appellate Body, European Communities – Regime for the Importation, Sale and Distribution of Bananas, adotado em 25 de setembro de 1997; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. WT/DS18/R, Australia - Measures Affecting Importation of Salmon - Report of the Panel, de 12 de junho de 1998; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. WT/DS18/R/Corr.1, Australia - Measures Affecting Importation of Salmon - Report of the Panel – Corrigendum, de 13 de julho de 1998; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. WT/DS18/AB/R, Australia - Measures Affecting Importation of Salmon - AB-1998-5 - Report of the Appellate Body, de 20 de outubro de 1998; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. WT/DS26/R/USA, EC Measures Concerning Meat and Meat Products (Hormones) - Complaint by the United States - Report of the Panel, de 18 de agosto de 1997; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. WT/DS26/AB/R, EC Measures Concerning Meat and Meat Products (Hormones) - Ab-1997-4 - Report of the Appellate Body, de 16 de janeiro de 1998; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. WT/DS48/R/CAN, EC Measures Concerning Meat and Meat Products (Hormones) - Complaint by Canada - Report of the Panel, de 18 de agosto de 1997; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. WT/DS48/AB/R, EC Measures Concerning Meat and Meat Products (Hormones) - Ab-1997-4 - Report of the Appellate Body, de 16 de janeiro de 1998. Disponíveis em: <www.wto.org>. Acesso em: 20 nov. 2008).

¹¹³ LAMPREIA, Luiz Felipe P., op. cit., 10 p.

2.6.2.1. EXCEÇÕES COM VISTAS À MANUTENÇÃO OU PROTEÇÃO DE OBJETIVOS DE POLÍTICA PÚBLICA

O Artigo XIV do GATS, que corresponde ao Artigo XX do GATT, prevê exceções às obrigações e compromissos celebrados pelos Membros no âmbito desse acordo. Trata-se de medidas que um Membro pode adotar com relação a determinado setor e modo de prestação de serviços para proteger ou manter certas metas de política pública¹¹⁴.

O Artigo XIV do GATS permite que um Membro adote as seguintes exceções às normas multilaterais de comércio com vistas à proteção ou à manutenção de seus objetivos de política pública: (a) medidas necessárias para proteger a moral ou manter a ordem pública; (b) medidas necessárias para proteger a vida e a saúde das pessoas e dos animais ou para a preservação dos vegetais; (c) medidas necessárias para assegurar a observância das leis e regulamentos que não sejam incompatíveis com as disposições do GATS (como medidas relacionadas à prevenção de práticas dolosas ou fraudulentas, aos meios de lidar com efeitos do não-cumprimento de contratos de serviços, à proteção da privacidade dos indivíduos em relação ao processamento e à disseminação de dados pessoais, à proteção da confidencialidade dos registros e contas dos indivíduos e à segurança); (d) medidas incompatíveis com o Artigo XVII sempre que a diferença de tratamento tenha por objetivo assegurar a cobrança ou a coleta de impostos diretos em relação a serviços ou prestadores de serviços de outros Membros; (e) medidas incompatíveis com o Artigo II, sempre que a diferença de tratamento resulte de um acordo ou em disposições destinadas a evitar a dupla tributação¹¹⁵. O GATS determina, ainda, que tais medidas não devem ser aplicadas de

¹¹⁴ Sobre as exceções gerais ao GATS, Arvind Panagariya destaca que: “*Like GATT, GATS (Articles XIV and XIV bis) allows exceptions to the agreement on specific grounds. In: the spirit of GATT Article XX, GATS Article XIV, members are allowed to take the measures necessary to protect public morals or maintain public order, to protect human, animal or plant life or health, and to secure compliance with laws and regulation that are not inconsistent with GATS. In: addition, members are allowed to depart from national treatment provided this is aimed at ensuring equitable collection of direct taxes. Departures from the MFN treatment to accommodate differences among signatories arising from existing double taxation agreements are also permitted*”. (PANAGARIYA, Arvind. **Core WTO agreements: trade in goods and services and intellectual property**. Nova Iorque: 2003, 39 p. Disponível em: <<http://www.columbia.edu/~ap2231/Policy%20Papers/wto-overview.doc>>. Acesso em: 12 de jan. 2009.).

¹¹⁵ “Art. 14

1 - Sob reserva de que as medidas abaixo enumeradas não sejam aplicadas de forma que constituam um meio de discriminação arbitrário ou injustificável entre países em que prevaleçam condições similares ou uma restrição encoberta ao comércio de serviços, nenhuma disposição do presente Acordo será interpretada no sentido de impedir que um Membro adote ou aplique medidas:

a) necessárias para proteger a moral ou manter a ordem pública;
b) necessárias para proteger a vida e a saúde das pessoas e dos animais ou para a preservação dos vegetais;
c) necessárias para assegurar a observância das leis e regulamentos que não sejam incompatíveis com as disposições do presente Acordo, inclusive aquelas com relação a:

forma a constituir um meio arbitrário ou injustificado de discriminação entre os Membros nos quais condições similares prevalecem, nem devem representar restrições disfarçadas ao comércio internacional de serviços.

As medidas acima se aplicam a: (i) prestadores de serviços não residentes no Estado aplicador da medida, visto que a obrigação fiscal destes é determinada com respeito aos itens tributáveis cuja fonte ou localização se faça no território desse Membro; (ii) residentes e não-residentes no Estado que aplicou a medida, a fim de impedir a evasão ou a fraude fiscal; (iii) consumidores de serviços prestados dentro ou a partir do território de outro Membro, com vistas a assegurar a imposição ou coleta de tributo gerados no território do Membro. Tais medidas também podem ser adotadas no caso de medidas que estabeleçam distinção entre prestadores de serviços sujeitos a impostos sobre itens tributáveis em nível mundial de outros prestadores de serviços, em reconhecimento à diferença existente entre os mesmos quanto à natureza da base impositiva, ou que determinem, atribuam ou repartam rendas, lucros, ganhos, perdas, deduções ou crédito de

i) prevenção de práticas dolosas ou fraudulentas ou aos meios de lidar com efeitos do não-cumprimento dos contratos de serviços;

ii) proteção da privacidade dos indivíduos em relação ao processamento e à disseminação de dados pessoais e a proteção da confidencialidade dos registros e contas individuais;

iii) segurança.

d) incompatíveis com o art.17, sempre que a diferença de tratamento tenha por objetivo assegurar a imposição ou coleta equitativa ou efetiva de impostos diretos em relação a serviços ou prestadores de serviços de outros Membros;

- se aplicam a prestadores de serviços não residentes em reconhecimento ao fato de que a obrigação fiscal dos não residentes é determinada com respeito aos itens tributáveis cuja fonte ou localização se faça no território do Membro; ou

- se aplicam a não residentes a fim de assegurar a imposição ou coleta de tributos no território do Membro; ou

- se aplicam a residentes ou não-residentes a fim de impedir a evasão ou a fraude fiscal, incluindo-se medidas de execução; ou

- se aplicam aos consumidores de serviços prestados dentro ou a partir do território de outro Membro a fim de assegurar a imposição ou coleta de tributo de tais consumidores derivados de fontes situadas no território do Membro; ou

- estabeleçam distinção entre prestadores de serviços sujeitos a impostos sobre itens tributáveis em nível mundial de outros prestadores de serviços, em reconhecimento à diferença existente entre os mesmos quanto à natureza da base impositiva; ou

- determinem, atribuam ou repartam rendas, lucros, ganhos, perdas, deduções ou crédito de pessoas residentes ou sucursais, ou entre pessoas vinculadas ou sucursais de uma mesma pessoa, a fim de salvaguardar a base impositiva do Membro.

Os termos e conceitos fiscais que figuram na alínea "d" do art.14 na presente nota de rodapé de página são determinados segundo as definições e conceitos fiscais, ou as definições e conceitos equivalentes ou similares, contidas na legislação nacional do Membro que adote a medida.

e) incompatíveis com o art.2, sempre que a diferença de tratamento resulte de um acordo destinado a evitar a dupla tributação ou de disposições destinadas a evitar a dupla tributação contidas em qualquer outro acordo ou convênio internacional pelo qual o Membro esteja vinculado”. (**Decreto nº 1.355**, de 30 de dezembro de 1994, que promulga a Ata Final que incorpora os resultados da Rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais do GATT. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2008).

pessoas residentes ou sucursais, ou entre pessoas vinculadas ou sucursais de uma mesma pessoa, a fim de salvaguardar a base impositiva do Membro.

As exceções descritas nos itens (a) e (b) do Artigo XIV são praticamente idênticas às exceções regulamentadas no Artigo XX do GATT.

Por fim, é importante mencionar que, no caso de determinado Membro ser demandado perante o OSC por descumprimento das obrigações ou compromissos específicos assumidos no âmbito do GATS, ele poderá usar em sua defesa uma das ressalvas contidas no Artigo XIV do GATS. Nesse caso, o ônus da prova será do Membro que pleiteou a ressalva. Com o intuito de reivindicar o benefício em sua defesa, o Membro demandado precisa, em primeiro lugar, demonstrar que a medida questionada corresponde a uma das exigências relacionadas nos parágrafos do Artigo XIV do GATS.

2.6.2.2. EXCEÇÕES DE SEGURANÇA

O Artigo XIV *bis* do GATS, que corresponde ao artigo XXI do GATT, dispõe acerca das exceções às obrigações e compromissos consolidados pelos Membros no comércio de serviços por motivo de segurança¹¹⁶.

Esse artigo prevê que um Membro poderá: (i) se recusar a prestar informações contrárias a seus interesses essenciais de segurança; (ii) tomar qualquer medida que ele considere necessária para proteger seus interesses essenciais de segurança; ou (iii) tomar qualquer medida para a manutenção da paz e da segurança internacionais, em conformidade com a Carta da ONU.

¹¹⁶ “ART.14.bis

1 - Nenhuma disposição do presente Acordo será interpretada no sentido de:

a) impor a um Membro a obrigação de fornecer informações cuja divulgação este considere ser contrária a seus interesses essenciais de segurança; ou
 b) impedir qualquer Membro de adotar medidas que este considere necessárias à proteção de seus interesses essenciais de segurança:
 i) relativas à prestação de serviços destinados direta ou indiretamente ao abastecimento das forças armadas;
 ii) relativas a materiais fisséis ou fúseis ou materiais que sirvam à fabricação dos mesmos;
 iii) aplicadas em tempo de guerra ou em caso de grave tensão internacional; ou
 c) impedir qualquer Membro de adotar medidas em cumprimento às obrigações contraídas em virtude da Carta das Nações Unidas para a manutenção da paz e segurança internacionais.

2 - O Conselho para o Comércio de Serviços será informado, sempre que possível, de medidas tomadas em virtude das alíneas "b" e "c" do parágrafo 1º e de sua eliminação”. (Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, que promulga a Ata Final que incorpora os resultados da Rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais do GATT. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2008).

2.6.2.3. EXCEÇÕES À CLÁUSULA DE NAÇÃO MAIS FAVORECIDA

Conforme visto acima, o GATS estabelece que será dado tratamento de nação mais favorecida a todos os Membros da OMC, em todos os setores de serviços consolidados nas listas de compromissos. No entanto, poderá ser concedido tratamento diferenciado a determinado Membro da OMC, desde que esse tratamento tenha origem em: (i) acordos bilaterais que abarquem o setor de serviços; (ii) leis nacionais que requerem tratamento recíproco ou que concedem preferências especiais a determinado Estado; ou (iii) outros acordos regionais ou econômicos que não satisfazem o critério do Artigo V do GATS, sobre acordos regionais que tratam do comércio de serviços¹¹⁷, como, por exemplo,

¹¹⁷ “Art. 5

1 - O presente Acordo não impedirá nenhum de seus Membros de ser parte ou de celebrar um acordo que liberalize o comércio de serviços entre as partes do mesmo, à condição que tal acordo:

a) tenha uma cobertura setorial substancial; e

2 - Ao se determinar se são cumpridas as condições estabelecidas pela alínea "b" do parágrafo 1º, poder-se-á levar em consideração as relações de dito acordo com um processo mais amplo de integração econômica ou liberalização do comércio entre os países de que se trate.

3.a) Nos casos em que países em desenvolvimento sejam partes de um acordo do tipo referido no parágrafo 1º, será prevista flexibilidade relativa às condições estabelecidas pelo parágrafo 1º, em particular pela alínea "b", em consonância com o nível de desenvolvimento dos países envolvidos, tanto em geral, quanto em setores e subsetores individuais.

b) Não obstante o disposto no parágrafo 6º, no caso de um acordo a que se refere o parágrafo 1º de que participem unicamente países em desenvolvimento poder-se-á conceder tratamento mais favorável às pessoas jurídicas que sejam propriedade ou que estejam sob o controle de pessoas físicas das partes de dito acordo.

4 - Todo acordo do tipo a que se refere o parágrafo 1º estará destinado a facilitar o comércio entre as partes e não elevará, com respeito a nenhum outro Membro alheio ao acordo, o nível global de barreiras ao comércio de serviços nos respectivos setores e subsetores relativamente ao nível aplicável antes do acordo.

5 - Se, por ocasião da conclusão, ampliação ou qualquer modificação importante de qualquer acordo pertinente ao parágrafo 1º, um Membro tencione retirar ou modificar um compromisso específico de maneira incompatível com os termos e condições enunciados em sua lista, deverá notificar tal modificação ou retirada com um mínimo de 90 dias de antecedência, e será aplicável aos procedimentos nos parágrafos 2º a 4º do art.21.

6 - Os provedores de serviços de qualquer outro Membro que sejam pessoas jurídicas constituídas sob a legislação de uma parte em um acordo do tipo a que se refere o parágrafo 1º terão direito ao tratamento concedido em virtude de tal acordo, à condição de que realizem operações comerciais substantivas no território das partes naquele acordo.

7.a) Os Membros que sejam partes em um acordo do tipo a que se refere o parágrafo 1º deverão notificar prontamente o Conselho para o Comércio de Serviços sobre aquele acordo e toda ampliação importante do mesmo.

Também devem colocar à disposição do Conselho informações relevantes que este venha a solicitar. O Conselho poderá estabelecer um grupo de trabalho para examinar dito acordo ou ampliação ou modificação do mesmo e reportar ao Conselho quanto a sua compatibilidade com o presente artigo.

b) Os Membros que sejam partes em qualquer acordo a que se refere o parágrafo 1º, que seja implementado na base de um período de tempo determinado, deverão reportar periodicamente ao Conselho para o Comércio de Serviços sobre sua implementação. O Conselho poderá estabelecer um grupo de trabalho para examinar os relatórios se julgar necessário.

c) Com base nos relatórios dos grupos de trabalho a que se referem as alíneas "a" e "b" do presente parágrafo, o Conselho poderá fazer recomendações às partes caso julgue apropriado.

8 - Um Membro que seja parte em um acordo a que se refere o parágrafo 1º não poderá pedir compensação pelos benefícios que possam resultar de tal acordo para qualquer outro Membro.

acordos que não abrangem todos os setores de serviços, que englobam apenas a um modo de prestação de serviços ou que não tenham por objetivo a liberalização completa do comércio de serviços entre as partes desse acordo regional.

Durante a Rodada Uruguai, as Partes Contratantes do GATT concordaram com a criação de uma lista de exceções à cláusula de nação mais favorecida (Artigo II.1 do GATS), na qual poderiam conferir tratamento mais favorável aos serviços e prestadores de serviços de um Membro em detrimento de outro Membro, sem a obrigação de estendê-los aos demais Membros. Essa derrogação ao princípio de tratamento de nação mais favorecida seria provisória.

Nos termos do GATS e do Anexo sobre as Exceções ao Artigo II do GATS, os Membros deveriam estabelecer o prazo de vigência das exceções à cláusula de nação mais favorecida em suas respectivas listas de compromissos, observando o prazo máximo de duração de dez anos, prazo este que poderia ser alterado nas rodadas de negociações para a liberalização do comércio¹¹⁸. Os Membros deveriam notificar ao CCS sempre que o prazo de vigência da exceção cláusula de nação mais favorecida listada chegasse ao fim, informando se a medida objeto da exceção estava em conformidade com o parágrafo 1 do Artigo II do GATS¹¹⁹.

Estabeleceu, ainda, que o CCS examinaria as listas de à cláusula de nação mais favorecida cinco anos após o GATS entrar em vigor, com o intuito de determinar se as

ART.5.bis - O presente Acordo não impedirá nenhum de seus Membros de ser parte em um acordo que estabeleça a plena integração(2) dos mercados de trabalho entre as partes do mesmo, a condição que tal acordo:

(2) Em geral, uma tal integração confere aos cidadãos das partes no acordo o direito de livre acesso aos mercados de emprego das partes e inclui medidas concernentes às condições de salário, outras condições de emprego e benefícios sociais.

a) exima os cidadãos das partes no acordo dos requisitos em matéria de permissão de residência e de trabalho;

b) seja notificado ao Conselho para o Comércio de Serviços”. (**Decreto nº 1.355**, de 30 de dezembro de 1994, que promulga a Ata Final que incorpora os resultados da Rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais do GATT. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2008).

¹¹⁸ “5 - A isenção das obrigações enunciadas no parágrafo 1º do art.2 concedida a um Membro expirará na data prevista na isenção.

6 - Em princípio, tais isenções não deveriam exceder um período de dez anos. Em todo caso, estarão sujeitas a negociações em rodadas de liberalização do comércio subsequentes”. (**Decreto nº 1.355**, de 30 de dezembro de 1994, que promulga a Ata Final que incorpora os resultados da Rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais do GATT. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2008).

¹¹⁹ “7 - Cada Membro notificará o Conselho para o Comércio de Serviços, ao fim do período da isenção, de que as medidas incompatíveis foram postas em conformidade com o parágrafo 1º do art.2 do Acordo”. (**Decreto nº 1.355**, de 30 de dezembro de 1994, que promulga a Ata Final que incorpora os resultados da Rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais do GATT. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2008).

exceções ainda seriam necessárias e qual seria a data da próxima revisão¹²⁰. De fato, o CCS tem realizado um trabalho de revisão de todas as derrogações ao Artigo II.1 do GATS apresentadas pelos Membros ao final da Rodada Uruguai, com o objetivo de examinar se as condições que criaram a necessidade dessas exceções, em 1994, ainda vigoram.

Não obstante, atualmente, as listas de compromissos continuam em vigor. Portanto, ainda hoje, o Artigo II.1 do GATS ainda não se aplica a todos os compromissos consolidados pelos Membros, mas apenas àqueles compromissos que se referem a setores e modos de prestação de serviços que não foram inseridos lista de exceções ao tratamento de nação mais favorecida.

¹²⁰ “3 - O Conselho para o Comércio de Serviços examinará todas as isenções concedidas por período superior a cinco anos. O primeiro destes exames se realizará no máximo cinco anos após a entrada em vigor do Acordo Constitutivo da OMC.

4 - Em cada exame, o Conselho para o Comércio de Serviços deverá:

a) examinar se ainda subsistem as condições que criaram a necessidade da isenção;
b) determinar a data de um novo exame eventual”. (**Decreto nº 1.355**, de 30 de dezembro de 1994, que promulga a Ata Final que incorpora os resultados da Rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais do GATT. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2008).

CAPÍTULO 3. A LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL NO ÂMBITO DO GATS

Como visto acima, a liberalização do comércio internacional de serviços tem natureza distinta da liberalização do comércio internacional de bens. No setor de bens, as regras negociadas passaram a ser aplicadas a todos os segmentos, o que se denomina negociação “de cima para baixo” (*top down*). Já as negociações no setor de serviços seriam progressivas, materializando-se por meio da consolidação de cada setor e subsetor de serviços em listas de compromissos. A esse tipo de negociação se denomina negociação “de baixo para cima” (*bottom up*).

No capítulo cinco, serão abordados os principais pontos da liberalização do comércio de serviços. Serão examinados os dois pilares da liberalização do comércio de serviços na OMC, a saber: acesso a mercados e tratamento nacional. Na sequência, será analisado o funcionamento do mecanismo de pedidos e ofertas e como é garantido aos Membros espaço para realização de políticas públicas. Por fim, serão examinadas as negociações previstas no artigo XIX do GATS, com destaque para o mandato negociador e principais temas em negociação, as conferências ministeriais e suas consequências para o resultado nas negociações e o estágio atual em que as negociações se encontram.

3.1. PILARES DA LIBERALIZAÇÃO DO COMÉRCIO DE SERVIÇOS NA OMC

A liberalização comercial na área de serviços ocorre em dois pilares, a saber: (i) o pilar de acesso a mercados, regulamentado no Artigo XVI do GATS; e (ii) o pilar de tratamento nacional, previsto no Artigo XVII do GATS.

Como mencionado acima, diferentemente do que ocorre no comércio de bens, as obrigações relacionadas ao acesso ao mercado e ao tratamento nacional não têm aplicação geral na área de serviços; pelo contrário, essas medidas aplicam-se apenas aos setores e modos de prestação de serviços que os Membros inscreveram nas listas de compromissos.

Desse modo, pode-se dizer que, no comércio de serviços, tanto o nível quanto a forma de proteção são resultantes de negociações entre os Membros da OMC¹²¹.

3.1.1. ACESSO A MERCADOS

Por acesso a mercados em serviços entendem-se as obrigações mínimas de tratamento que um Membro necessita dar ao serviço e ao prestador de serviços estrangeiro para possibilitar que determinado serviço seja prestado, em seu território, para seus nacionais. São, portanto, medidas que garantem o acesso do prestador estrangeiro e a prestação de serviços no território de outro Membro ou para nacionais desse Estado.

O artigo XVI do GATS dispõe que cada Membro deve firmar compromissos de acesso a mercados em relação a setores de serviços específicos por meio da inscrição destes em sua lista de compromissos específicos. Em contraposição às obrigações gerais, que se aplicam a todos os serviços e prestadores de serviços, os compromissos em acesso a mercados limitam-se aos setores de serviços devidamente inscritos na lista de compromissos de cada Membro. Dessa forma, um Membro não está submetido a qualquer compromisso de acesso a mercados com relação aos setores de serviços que não estão inscritos em sua lista de compromissos específicos.

Cumpra mencionar que o GATS possui aplicação diferente do GATT. No tocante a acesso a mercados, as regras do GATT refletem o fato de que, no comércio internacional de bens, as mercadorias precisam ser transportadas fisicamente do Estado de origem ao destinatário final do bem, que está localizado em outro Estado. O serviço, por sua vez, pode ser prestado, em âmbito internacional, em quatro modos distintos. A prestação de serviços em modo 1 (prestação transfronteiriça) é semelhante ao que se verifica na área de bens, visto que contempla a movimentação do prestador localizado em um Estado para o consumidor, que está localizado em outro Estado. Entretanto, os modos 2, 3 e 4

¹²¹ De acordo com Aaditya Mattoo e Marcelo Olarreaga: *"There are two basic rules: the market access provision (Article XVI) simply lists a set of measures, mostly different types of quotas, that cannot be maintained in scheduled sectors unless pre-specified.3 And the national treatment provision (Article XVII) prohibits any form of discrimination (including through subsidies) against foreign services and foreign service suppliers again unless pre-specified.4 Thus, in the services context, both the level and the form of protection are the outcome of negotiations between WTO Members"*. (MATTOO, Aaditya; OLARREAGA, Marcelo. **Reciprocity across modes of supply in the World Trade Organization: A negotiating formula.** Washington: Banco Mundial, 2000. Disponível em: <http://econ.worldbank.org/external/default/main?print=Y&pagePK=64165259&piPK=64165421&theSitePK=469372&menuPK=64216926&entityID=000094946_000727053547>. Acesso em: 21 de jan. 2009.).

contemplam a movimentação do consumidor do serviço, do capital ou do prestador de serviços do território de um Membro para o território de outro Membro.

Assim, quando os negociadores da Rodada Uruguai confrontaram a proposta de liberar o mercado de serviços, tornou-se evidente que os serviços podem ser negociados em diversas e diferentes maneiras do que as formas despendidas no mercado dos bens. Por esse motivo, o Artigo I do GATS define que a negociação de serviços será realizada por meio de quatro modos de prestação¹²². Logo, o acesso a mercados disposto no GATS vai além da simples importação de um serviço para o mercado no qual esse serviço será consumido. Por esse motivo, o Membro que deseja firmar compromisso de acesso a mercados em determinado setor ou subsetor de serviços precisa identificar a qual ou quais dos quatro modos de prestação o compromisso se refere.

No comércio de serviços, as obrigações de acesso a mercados se aplicam apenas aos setores e modos de prestação de serviços que os Membros inscreveram em suas listas de compromissos, na coluna de acesso a mercados.

Por fim, é importante mencionar que os Membros poderão estabelecer limitações de acesso a mercados em suas listas de compromissos específicos. Tais limitações, que serão analisadas em detalhes no Capítulo 5, são obstáculos à entrada de prestadores estrangeiros e à prestação de serviços no território do Membro que estabeleceu as limitações e apenas podem ser mantidas pelos Membros se forem especificadas na listas de compromissos em serviços.

3.1.2. TRATAMENTO NACIONAL

Por tratamento nacional entende-se que não será dado tratamento mais discriminatório ao prestador de serviços estrangeiro do que ao prestador de serviços nacional similar¹²³. Diferentemente do que ocorre com o acesso a mercados, o tratamento nacional é verificado após o ingresso dos prestadores estrangeiros ao país em que desejam prestar o serviço, dentro do território do Membro em que o serviço será prestado ou a que o serviço se destina.

¹²² Com relação à negociação das regras de acesso a mercados no GATT, vide ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O COMÉRCIO E O DESENVOLVIMENTO, op. cit., 30 p.

¹²³ Artigo XVII do GATS. (**Decreto nº 1.355**, de 30 de dezembro de 1994, que promulga a Ata Final que incorpora os resultados da Rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais do GATT. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2008).

O tratamento nacional é um princípio regulamentado no GATT para o comércio de bens que foi relativizado no GATS, no âmbito do comércio de serviços. Enquanto no GATT todos os Estados devem garantir que não seja dado tratamento mais discriminatório ao prestador estrangeiro do que ao prestador nacional, no GATS, a obrigação fundamental da não discriminação se aplica tão somente àqueles setores de serviços especificamente inscritos nas listas de compromissos dos Membros.

Assim, do mesmo modo que ocorre com o artigo XVI do GATS, a obrigação do tratamento nacional contida no Artigo XVII não se aplica a todas as medidas que afetem o comércio de serviço, mas apenas aos setores de serviços relacionados nas listas de compromissos dos Membros, na coluna sobre tratamento nacional. Entretanto, para os setores nos quais os Membros consolidaram compromissos, a obrigação do tratamento nacional contida no GATS é, em princípio, similar à obrigação do tratamento nacional contida no GATT. A exigência geral é que o Membro não possa manter ou impor medida (lei, regulamentos, política ou prática) que descrimine os serviços ou prestadores de serviços estrangeiros em relação aos serviços ou prestadores de serviços nacionais similares.

O GATS¹²⁴ esclarece que, para se alcançar o padrão do tratamento não menos favorável, deverá ser concedido aos serviços e prestadores de serviços estrangeiros tratamento formalmente idêntico ou formalmente diferente ao tratamento acordado para os serviços e prestadores de serviços similares nacionais. Se formalmente idênticos ou formalmente diferentes, o tratamento será considerado menos favorável sempre que forem modificadas as condições de concorrência em detrimento dos serviços ou prestadores de serviços estrangeiros. Assim, para que se verifique o tratamento nacional, é importante que os Membros não mantenham ou adotem medidas que modifiquem, legalmente ou na prática, as condições de concorrência vigentes em seu território, favorecendo os serviços ou prestadores de serviços nacionais.

Também diferentemente do que ocorre no comércio de bens, no comércio de serviços, os Membros podem estabelecer limitações ao tratamento nacional em suas listas de compromissos, ou seja, medidas que conferem tratamento mais discriminatório ao prestador estrangeiro do que ao prestador nacional, conforme regulamentado pelo Artigo XVII do GATS. Segundo esse artigo, é proibida qualquer forma de discriminação entre

¹²⁴ Artigo XVII.2 do GATS. (**Decreto nº 1.355**, de 30 de dezembro de 1994, que promulga a Ata Final que incorpora os resultados da Rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais do GATT. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2008).

prestadores de serviços estrangeiros e nacionais, incluindo a concessão de subsídios, exceto se especificada nas listas de compromissos. As limitações ao tratamento nacional previstas no Artigo XVII do GATS serão analisadas em detalhes no Capítulo 5.

3.1.2.1. O CONCEITO DE SIMILARIDADE NO GATT E NO GATS, O PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DE VIOLAÇÃO AO TRATAMENTO NACIONAL E O TESTE DE OBJETIVOS E EFEITOS

Como visto acima, o GATS prevê que não poderá ser concedido tratamento menos favorável aos serviços e prestadores de serviços estrangeiros do que aos serviços e prestadores de serviços similares nacionais. Portanto, além de avaliar se o tratamento dado ao serviço ou prestador estrangeiro é formalmente idêntico ou formalmente diferente ao acordado ao serviço ou prestador de serviço, é preciso examinar se os serviços prestados e os prestadores de serviços são, de fato, similares.

O GATS não define os conceitos de “serviço similar” ou de “prestador de serviço similar”. No comércio de bens, o termo “produto similar” (*like product*) foi mencionado nos artigos I.1¹²⁵, III.1¹²⁶ e III.2¹²⁷ do GATT. Não obstante, o GATT também não define o que seriam produtos similares.

¹²⁵ “Qualquer vantagem, favor, imunidade ou privilégio concedido por uma parte contratante em relação a um produto originário de ou destinado a qualquer outro país, será imediata e incondicionalmente estendido ao produtor similar, originário do território de cada uma das outras partes contratantes ou ao mesmo destinado, este dispositivo se refere aos direitos aduaneiros e encargos de toda a natureza que gravem a importação ou a exportação, ou a elas se relacionem, aos que recaiam sobre as transferências internacionais de fundos para pagamento de importações e exportações, digam respeito ao método de arrecadação desses direitos e encargos ou ao conjunto de regulamentos ou formalidades estabelecidos em conexão com a importação e exportação bem como aos assuntos incluídos nos §§ 1 e 2 do art. III”. (Decreto nº 313, de 30 de julho de 1948, que autoriza o Poder Executivo a aplicar, provisoriamente, o Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio; reajusta as tarifas aduaneiras e dá outras providências. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 10 dez. 2008).

¹²⁶ “Os produtos de qualquer Parte Contratante importados no território de outra Parte Contratante serão isentos da parte dos tributos e outras imposições internas de qualquer natureza que excedam aos aplicados, direta ou indiretamente, a produtos similares de origem nacional. Além disto, nos casos em que não houver no território importador produção substancial de produto similar de origem nacional, nenhuma Parte Contratante aplicará tributos internos novos ou mais elevados sobre os produtos de outras Partes Contratantes com o fim de conceder proteção à produção de produtos, diretamente competidores ou substitutos, não taxados de maneira semelhante; os tributos internos dessa natureza, existentes, serão objeto de negociação para a sua redução ou eliminação”. (Decreto nº 313, de 30 de julho de 1948, que autoriza o Poder Executivo a aplicar, provisoriamente, o Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio; reajusta as tarifas aduaneiras e dá outras providências. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 10 dez. 2008).

¹²⁷ “Os produtos originários de qualquer Parte Contratante importados no território de qualquer outra Parte Contratante gozarão de tratamento não menos favorável que o concedido a produtos similares de origem

Os conceitos de serviço similar, de prestador de serviço similar e produto similar podem ser encontrados em decisões do OSC. Os principais aspectos das conclusões do Painel e do Órgão de Apelação com relação ao conceito de similaridade serão descritos abaixo.

3.1.2.1.1. SIMILARIDADE NO GATT

3.1.2.1.1.1. O CONCEITO DE PRODUTO SIMILAR

A definição de “produto similar” foi exaustivamente analisada pelo OSC nos casos *Japão – Bebidas Alcoólicas* (DS8/DS10/DS11) e *Canadá — Determinadas Medidas Relacionadas a Periódicos* (DS31).

No contencioso *Japão – Bebidas Alcoólicas*, em que o Japão foi demandado por Estados Unidos, CE e Canadá em relação à cobrança, de diferentes tributos, sobre determinadas bebidas alcoólicas, o Painel analisou a expressão “produto similar” com o intuito de determinar se a vodca era um produto similar ou um concorrente direto (*directly competitive product*) da bebida japonesa shochu e, conseqüentemente, se a cobrança de tributos diferentes sobre o sochu e a vodca violava ou não o Artigo III.2 do GATT.

Nesse caso, o Painel seguiu a decisão do Painel do GATT no caso *Japão – Imposto de Importação, Taxas e Práticas de Rotulagem sobre Vinhos Importados e Bebidas Alcoólicas*, de 1987, e concluiu que deveriam ser considerados como produtos substitutos e concorrentes diretos as bebidas alcoólicas destiladas (gin, vodca, uísque e brandy) e os licores, não sendo possível subdividir esses produtos por categorias, com base no critério de qualidade. Para o Painel, a distinção entre produtos similares e produtos diretamente concorrentes ou substitutos é uma decisão arbitrária. Nesse caso, o Painel concluiu que, ao cobrar diferentes tributos sobre o sochu e a vodca, o Japão violou a primeira sentença do Artigo III.2 do GATT.

nacional no que concerne a todas as leis, regulamentos e exigências que afetem a sua venda, colocação no mercado, compra, transporte, distribuição ou uso no mercado interno. As disposições deste parágrafo não impedirão a aplicação das taxas diferenciais de transportes, baseadas exclusivamente na utilização econômica dos meios de transporte e não na origem de produtos”. (**Decreto nº 313**, de 30 de julho de 1948, que autoriza o Poder Executivo a aplicar, provisoriamente, o Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio; reajusta as tarifas aduaneiras e dá outras providências. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 10 dez. 2008).

O Japão contestou a decisão do Painel, que foi, então, submetida à análise do Órgão de Apelação da OMC. O Órgão de Apelação, ao avaliar o escopo da primeira frase do Artigo III.2¹²⁸ e sua relação com a segunda frase desse artigo¹²⁹, concluiu que a expressão “produto similar” na primeira frase do Artigo III.2 deveria ser analisada de forma restritiva, caso a caso¹³⁰, conforme estabelecido no relatório do *Grupo de Trabalho sobre Ajustamento de Impostos Aduaneiros*, adotado pelas Partes Contratantes do GATT em 1970¹³¹. Esse relatório determinou quais os elementos fundamentais que deveriam ser considerados ao se interpretar o conceito de produto similar, em vários artigos do GATT, e foi seguido em quase todos os Painéis subsequentes em que essa questão foi analisada. Por fim, com relação à observação do Painel de que a distinção entre produtos similares e produtos diretamente concorrentes ou substitutos é uma decisão arbitrária, o Órgão de Apelação concluiu que essa decisão é, na verdade, discricionária e deve levar em consideração as características dos produtos em cada caso.

Por fim, é importante ressaltar a conclusão do Órgão de Apelação de que o objetivo do Artigo III do GATT, em última instância, consiste em evitar que os Membros adotem

¹²⁸ “Os produtos originários de qualquer Parte Contratante importados no território de qualquer outra Parte Contratante gozarão de tratamento não menos favorável que o concedido a produtos similares de origem nacional no que concerne a todas as leis, regulamentos e exigências que afetem a sua venda, colocação no mercado, compra, transporte, distribuição ou uso no mercado interno. (...)”. (**Decreto nº 313**, de 30 de julho de 1948, que autoriza o Poder Executivo a aplicar, provisoriamente, o Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio; reajusta as tarifas aduaneiras e dá outras providências. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 10 dez. 2008).

¹²⁹ “(...) As disposições deste parágrafo não impedirão a aplicação das taxas diferenciais de transportes, baseadas exclusivamente na utilização econômica dos meios de transporte e não na origem de produtos”. (**Decreto nº 313**, de 30 de julho de 1948, que autoriza o Poder Executivo a aplicar, provisoriamente, o Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio; reajusta as tarifas aduaneiras e dá outras providências. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 10 dez. 2008).

¹³⁰ “(...) *If imported and domestic products are not “like products” for the narrow purposes of Article III:2, first sentence, then they are not subject to the strictures of that sentence and there is no inconsistency with the requirements of that sentence. However, depending on their nature, and depending on the competitive conditions in the relevant market, those same products may well be among the broader category of “directly competitive or substitutable products” that fall within the domain of Article III:2, second sentence. How much broader that category of “directly competitive or substitutable products” may be in any given case is a matter for the panel to determine based on all the relevant facts in that case. As with “like products” under the first sentence, the determination of the appropriate range of “directly competitive or substitutable products” under the second sentence must be made on a case-by-case basis*”. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Relatório do Órgão de Apelação no caso Japão – Bebidas Alcoólicas, WT/DS10/AB/R, WT/DS11/AB/R, WT/DS8/AB/R, circulado em 4 de outubro de 1996, 25 p. Disponível em: <www.docsonline.wto.org>. Acesso em: 17 dez. 2008).

¹³¹ “(...) *the interpretation of the term should be examined on a case-by-case basis. This would allow a fair assessment in each case of the different elements that constitute a “similar” product. Some criteria were suggested for determining, on a case-by-case basis, whether a product is “similar”: the product’s end-uses in a given market; consumers’ tastes and habits, which change from country to country; the product’s properties, nature and quality*”. (ACORDO GERAL SOBRE TARIFAS E COMÉRCIO. Relatório do Grupo de Trabalho sobre Ajustamento de Impostos Aduaneiros, adotado pelas Partes Contratantes do GATT em 1970, para. 18. Disponível em: <http://www.worldtradelaw.net/reports/gattpanels/bordertax.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2008).

medidas de cunho protecionista. Para o Órgão de Apelação, o escopo do Artigo III não está limitado a produtos que estão sujeitos às listas de concessões tarifárias do Artigo II do GATT. Pelo contrário, a obrigação de tratamento nacional é um princípio que proíbe o uso de impostos e outras medidas regulatórias para proteger a indústria doméstica¹³². Desse modo, o Órgão de Apelação entendeu que a primeira frase do Artigo III.2 não se refere especificamente ao Artigo III.1 do GATT. No entanto, isso não significa que o princípio geral do Artigo III.1 não se aplica ao Artigo III.2, mas que a primeira frase do Artigo III.2 é uma aplicação do princípio geral do Artigo III.1. Desse modo, se o produto nacional é similar ao produto importado e se os impostos incidentes sobre o produto importado são superiores aos impostos incidentes sobre o produto nacional, a medida é inconsistente com a primeira frase do Artigo III.2¹³³.

No contencioso *Determinadas Medidas Relacionadas a Periódicos*, os Estados Unidos alegaram que o Código Tarifário 9958 do Canadá, que impedia a importação de periódicos no país, era inconsistente com o Artigo XI do GATT. Alegavam, também, que o tratamento tributário dos periódicos denominados *split-run* e a aplicação favorável de taxas de postagem a certos periódicos canadenses eram inconsistentes com o Artigo III do GATT.

Na análise desse caso, o Painel concluiu que a distinção entre produtos similares e produtos diretamente concorrentes ou substitutos deve levar em consideração a finalidade

¹³² “(...) The broad purpose of Article III of avoiding protectionism must be remembered when considering the relationship between Article III and other provisions of the WTO Agreement. Although the protection of negotiated tariff concessions is certainly one purpose of Article III, the statement in Paragraph 6.13 of the Panel Report that 'one of the main purposes of Article III is to guarantee that WTO Members will not undermine through internal measures their commitments under Article II' should not be overemphasized. The sheltering scope of Article III is not limited to products that are the subject of tariff concessions under Article II. The Article III national treatment obligation is a general prohibition on the use of internal taxes and other internal regulatory measures so as to afford protection to domestic production. This obligation clearly extends also to products not bound under Article II. This is confirmed by the negotiating history of Article III”. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Relatório do Órgão de Apelação no caso Japão – Bebidas Alcoólicas, WT/DS10/AB/R, WT/DS11/AB/R, WT/DS8/AB/R, circulado em 4 de outubro de 1996, 16 p. Disponível em: <www.docsonline.wto.org>. Acesso em: 17 dez. 2008).

¹³³ “Article III:2, first sentence does not refer specifically to Article III:1. There is no specific invocation in this first sentence of the general principle in Article III:1 that admonishes Members of the WTO not to apply measures 'so as to afford protection'. This omission must have some meaning. We believe the meaning is simply that the presence of a protective application need not be established separately from the specific requirements that are included in the first sentence in order to show that a tax measure is inconsistent with the general principle set out in the first sentence. However, this does not mean that the general principle of Article III:1 does not apply to this sentence. To the contrary, we believe the first sentence of Article III:2 is, in effect, an application of this general principle. ... If the imported and domestic products are 'like products', and if the taxes applied to the imported products are 'in excess of' those applied to the domestic like products, then the measure is inconsistent with Article III:2, first sentence”. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Relatório do Órgão de Apelação no caso Japão – Bebidas Alcoólicas, WT/DS10/AB/R, WT/DS11/AB/R, WT/DS8/AB/R, circulado em 4 de outubro de 1996, p. 18-19. Disponível em: <www.docsonline.wto.org>. Acesso em: 17 dez. 2008).

dos produtos em determinado mercado, o gosto e o hábito dos consumidores e as propriedades, natureza e qualidade dos produtos em questão. Assim, apesar de a primeira frase do Artigo III.2 do GATT requerer a comparação entre o produto nacional e o produto importado, essa comparação não era possível no caso *Determinadas Medidas Relacionadas a Periódicos*, uma vez que a proibição de importação do Código Tarifário 9958 impedia a importação de periódicos no Canadá. Desse modo, o produto nacional deveria ser comparado com importações hipotéticas de periódicos. Essa conclusão do Painel foi mantida pelo Órgão de Apelação.

3.1.2.1.1.2. O PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DE VIOLAÇÃO AO TRATAMENTO NACIONAL NO GATT

No caso *Japão – Bebidas Alcoólicas*, o Órgão de Apelação concluiu que a análise de uma alegação de violação ao princípio de tratamento nacional, no âmbito do GATT, se dá em duas fases, quais sejam: a análise de violação da primeira frase do Artigo III.2 e a análise de violação da segunda frase do Artigo III.2.

Com relação à existência de violação da primeira frase do Artigo III.2, o Órgão de Apelação seguiu a conclusão do Painel de que era necessário analisar os seguintes aspectos: (i) a similaridade entre os impostos incidentes sobre o produto nacional e sobre o produto estrangeiro; e (ii) se os impostos incidentes sobre o produto importado são superiores aos impostos incidentes sobre o produto nacional¹³⁴.

Já com relação à segunda parte desse artigo, o Órgão de Apelação modificou a conclusão do Painel e esclareceu que os seguintes aspectos deveriam ser analisados para se verificar se determinada medida viola ou não a segunda frase do Artigo III.2: (i) se o produto nacional e o produto importado são concorrentes diretos ou substitutos; (ii) se incidem diferentes impostos ou alíquotas sobre o produto importado e o produto nacional; e (iii) se a diferença entre os impostos e alíquotas aplicáveis ao produto nacional e ao produto importado têm como objetivo proteger a indústria doméstica¹³⁵.

¹³⁴ “(...) If the imported and domestic products are “like products”, and if the taxes applied to the imported products are “in excess of” those applied to the like domestic products, then the measure is inconsistent with Article III:2, first sentence”. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Relatório do Órgão de Apelação no caso Japão – Bebidas Alcoólicas, WT/DS10/AB/R, WT/DS11/AB/R, WT/DS8/AB/R, circulado em 4 de outubro de 1996, 20 p. Disponível em: <www.docsonline.wto.org>. Acesso em: 17 dez. 2008).

¹³⁵ “(...) Unlike that of Article III:2, first sentence, the language of Article III:2, second sentence, specifically invokes Article III:1. The significance of this distinction lies in the fact that whereas Article III:1 acts implicitly in addressing the two issues that must be considered in applying the first sentence, it acts explicitly as an

3.1.2.1.1.3. TESTE DE OBJETIVOS E EFEITOS E O ARTIGO III.2 DO GATT

No caso *Japão – Bebidas Alcoólicas*, o Japão defendeu a posição de que o Painel deveria examinar a legislação contestada era ou não compatível com o Artigo III.2 do GATT em face de seus objetivos e efeitos. Já os Estados Unidos, que iniciaram o contencioso no OSC, alegaram que, para determinar a similaridade entre dois produtos, o Painel deveria analisar não apenas a semelhança entre características físicas, usos a que se destinam, preferências dos consumidores e classificações tarifárias dos produtos, mas também em que medida as diferentes tarifas aplicadas tinham como objetivo proteger a indústria doméstica¹³⁶. Essa avaliação é conhecida como “teste de objetivos e efeitos”.

O Painel rejeitou explicitamente o uso do teste de objetivos e efeitos para verificar se havia ou não similaridade entre o sochu e a vodka no caso *Japão – Bebidas Alcoólicas*. O Órgão de Apelação manteve o entendimento do Painel com relação a essa questão por

entirely separate issue that must be addressed along with two other issues that are raised in applying the second sentence. Giving full meaning to the text and to its context, three separate issues must be addressed to determine whether an internal tax measure is inconsistent with Article III:2, second sentence. These three issues are whether:

- (1) the imported products and the domestic products are "directly competitive or substitutable products" which are in competition with each other;*
- (2) the directly competitive or substitutable imported and domestic products are "not similarly taxed"; and*
- (3) the dissimilar taxation of the directly competitive or substitutable imported domestic products is "applied ... so as to afford protection to domestic production".*

Again, these are three separate issues. Each must be established separately by the complainant for a panel to find that a tax measure imposed by a Member of the WTO is inconsistent with Article III:2, second sentence". (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Relatório do Órgão de Apelação no caso Japão – Bebidas Alcoólicas, WT/DS10/AB/R, WT/DS11/AB/R, WT/DS8/AB/R, circulado em 4 de outubro de 1996, 27 p. Disponível em: <www.docsonline.wto.org>. Acesso em: 17 dez. 2008).

¹³⁶ De acordo com a descrição que consta no relatório do Painel: *"(...) Japan ... essentially argued that the Panel should examine the contested legislation in the light of its aim and effect in order to determine whether or not it is consistent with Article III:2. According to this view, in case the aim and effect of the contested legislation do not operate so as to afford protection to domestic production, no inconsistency with Article III:2 can be established. ... [T]he United States ... essentially argued that, in determining whether two products that were taxed differently under a Member's origin-neutral tax measure were nonetheless 'like products' for the purposes of Article III:2, the Panel should examine not only the similarity in physical characteristics and end-uses, consumer tastes and preferences, and tariff classifications for each product, but also whether the tax distinction in question was 'applied ... so as to afford protection to domestic production': that is, whether the aim and effect of that distinction, considered as a whole, was to afford protection to domestic production. According to this view, if the tax distinction in question is not being applied so as to afford protection to domestic production, the products between which the distinction is drawn are not to be deemed 'like products' for the purpose of Article III:2".* (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Relatório do Painel no caso Japão – Bebidas Alcoólicas, WT/DS10/R, WT/DS11/R, WT/DS8/R, circulado em 11 de julho de 1996. Disponível em: <www.docsonline.wto.org>. Acesso em: 17 dez. 2008).

considerar que o objetivo de uma medida tributária não seria relevante para a interpretação da primeira frase do Artigo III.2 do GATS.

3.1.2.1.2. SIMILARIDADE NO GATS

3.1.2.1.2.1. OS CONCEITOS DE SERVIÇO SIMILAR E DE PRESTADOR DE SERVIÇO SIMILAR

Os conceitos de serviço similar e de prestador de serviço similar foram examinados pelo OSC em dois contenciosos envolvendo o comércio de serviços, a saber: *CE - Bananas III* e *Canadá – Autos*.

O conceito de similaridade no comércio de serviços foi analisado pelo OSC, pela primeira vez, no caso *CE - Bananas III*. Em 1996, Equador, Guatemala, Honduras, México e Estados Unidos questionaram o regime das CE para a importação, distribuição e venda de bananas, introduzido em 1 de julho de 1993 pelo Regulamento do Conselho Europeu nº. 404/93, perante o OSC, alegando que tal regime era inconsistente com os Artigos II e XVII do GATS, entre outros.

Ao analisar a compatibilidade entre o regime das CE com relação a bananas e o GATS, o Painel entendeu que a natureza e as características das operações de vendas de bens a atacado, bem como cada tipo de serviço mencionado no cabeçalho da Parte 6 do CPC, são similares quando tais operações estão relacionadas com os serviços de atacado, independentemente se esses serviços estão relacionados a bananas das CE e de origem ACP, ou se estão relacionados a bananas de terceiros países ou de outras origens. Para o Órgão de Apelação, os diferentes serviços individualmente considerados são virtualmente os mesmos e poderiam apenas ser diferenciados apenas pela referência à origem das bananas com relação às quais os serviços são prestados. Assim, como os serviços prestados são similares, pode-se considerar também que os prestadores de serviços são também similares¹³⁷.

¹³⁷ "[I]n our view, the nature and the characteristics of wholesale transactions as such, as well as of each of the different subordinated services mentioned in the headnote to section 6 of the CPC, are 'like' when supplied in connection with wholesale services, irrespective of whether these services are supplied with respect to bananas of EC and traditional ACP origin, on the one hand, or with respect to bananas of third-country or non-traditional ACP origin, on the other. Indeed, it seems that each of the different service activities taken individually is virtually the same and can only be distinguished by referring to the origin of the bananas in respect of which the service activity is being performed. Similarly, in our view, to the extent that entities provide these like services, they are like service suppliers". (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO

No caso *Canadá – Autos*, o Japão e as CE questionaram, perante o OSC, algumas medidas canadenses que afetavam o setor automotivo, como a isenção tributária dada pelo Canadá às importações de certos fabricantes de veículos e os requerimentos de imposto de valor agregado. As medidas questionadas afetavam o comércio de serviços e os comerciantes atacadistas de veículos, que são prestadores de serviços.

Com relação à similaridade entre os comerciantes atacadistas de veículos canadenses e estrangeiros, o Painel entendeu que, à medida que os prestadores de serviços prestavam os mesmos serviços, eles deveriam ser considerados prestadores de serviços similares¹³⁸. Essa conclusão foi, posteriormente, alterada pelo Órgão de Apelação, que concordou que esses prestadores de serviços eram similares, mas discordou do modo pelo qual o Painel aplicou o Artigo II do GATS aos fatos e ao caso em análise, conforme explicado abaixo.

3.1.2.1.2.2. O PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DE VIOLAÇÃO AO TRATAMENTO NACIONAL NO GATT

De acordo com a jurisprudência do OSC, pode-se dizer que a análise de uma alegação de violação ao princípio de tratamento nacional no âmbito do GATS se dá em duas fases, quais sejam: (i) a verificação da similaridade entre os serviços prestados pelo prestador nacional e pelo prestador estrangeiro; e (ii) a comparação entre o tratamento dado ao prestador nacional e ao prestador estrangeiro.

No contencioso *Canadá - Autos*, o Canadá sustentou que não era possível verificar se havia sido dado tratamento menos favorável em virtude da existência de integração vertical e de acordos exclusivos de distribuição na indústria automotiva, envolvendo fabricantes e prestadores de serviços de compra de veículos em atacado. O Canadá alegou, também, que tais circunstâncias implicavam na inexistência de concorrência, atual ou potencial, no mercado de comércio atacadista de compra de veículos.

COMÉRCIO. Relatório do Órgão de Apelação no caso CE - Bananas III, WT/DS27/AB/R, circulado em 9 de setembro de 1997. Disponível em: <www.docsonline.wto.org>. Acesso em: 17 dez. 2008).

¹³⁸ "The complainants argue, and Canada does not contest, that manufacturer beneficiaries and non-manufacturer-beneficiaries provide "like" services and are "like" service suppliers, irrespective of whether their services are supplied with respect to motor vehicles imported by the manufacturer beneficiaries or with respect to motor vehicles imported by non-manufacturer-beneficiaries, and regardless of whether or not they have production facilities in Canada.

We agree that to the extent that the service suppliers concerned supply the same services, they should be considered 'like' for the purpose of this case". (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Relatório do Painel no caso Canadá – Autos, WT/DS139/R, WT/DS142/R, circulado em 11 de fevereiro de 2000, 407 p. Disponível em: <www.docsonline.wto.org>. Acesso em: 17 dez. 2008).

O Painel considerou que a existência de integração vertical e de acordos exclusivos de distribuição não excluía a possibilidade de tratamento não menos favorável por parte do Canadá ou a concorrência entre os prestadores de serviços de compra de veículos em atacado, os fabricantes, nem a concorrência intermarcas para venda aos varejistas¹³⁹.

O Órgão de Apelação concordou com a conclusão do Painel a respeito da avaliação da concessão de tratamento não menos favorável em virtude da existência de integração vertical e de acordos exclusivos de distribuição, mas rejeitou a conclusão do Painel com relação à aplicação do Artigo II do GATS aos fatos do caso e ao caso em si. Em seu relatório, o Órgão de Apelação determinou como o Painel deveria proceder ao examinar se determinada medida é consistente com o Artigo II.1 do GATS, a saber: após determinar se a medida questionada afeta o comércio de serviços em um dos quatro modos de prestação estabelecidos pelo GATS, o Painel deveria comparar, com base nos fatos, o tratamento dos atacadistas e dos fornecedores de veículos automotores dos diferentes Membros comercialmente presentes no Canadá e, finalmente, verificar se o Artigo II.1 aplica-se a esses fatos¹⁴⁰.

O Órgão de Apelação também reprovou o fato de o Painel ter assumido que a isenção da aplicação de imposto de importação a um fabricante afeta, automaticamente, a concorrência entre atacadistas em sua condição de prestadores de serviços. Para o Órgão de Apelação, o Painel analisou essa medida questionada no âmbito do comércio de bens e, portanto, deixou de analisar como a isenção do imposto de importação dada a alguns

¹³⁹ "We therefore find that vertical integration and exclusive distribution arrangements between manufacturers and wholesalers in the motor vehicle industry do not rule out the possibility that treatment less favourable may be granted to suppliers of wholesale trade services for motor vehicles. We also find that vertical integration and exclusive distribution arrangements do not preclude potential competition among wholesalers for the procurement of vehicles from manufacturers and actual inter-brand competition for sales to retailers". (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Relatório do Painel no caso Canadá – Autos, WT/DS139/R, WT/DS142/R, circulado em 11 de fevereiro de 2000, 408 p. Disponível em: <www.docsonline.wto.org>. Acesso em: 17 dez. 2008).

¹⁴⁰ "The wording of this provision suggests that analysis of the consistency of a measure with Article II:1 should proceed in several steps. First, as we have seen, a threshold determination must be made under Article I:1 that the measure is covered by the GATS. This determination requires that there be 'trade in services' in one of the four modes of supply, and that there be also a measure which 'affects' this trade in services. We have already held that the Panel failed to undertake this analysis. If the threshold determination is that the measure is covered by the GATS, appraisal of the consistency of the measure with the requirements of Article II:1 is the next step. The text of Article II:1 requires, in essence, that treatment by one Member of 'services and services suppliers' of any other Member be compared with treatment of 'like' services and service suppliers of 'any other country'. Based on these core legal elements, the Panel should first have rendered its interpretation of Article II:1. It should then have made factual findings as to treatment of wholesale trade services and service suppliers of motor vehicles of different Members commercially present in Canada. Finally, the Panel should have applied its interpretation of Article II:1 to the facts as it found them". (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Relatório do Órgão de Apelação no caso Canadá – Autos, WT/DS139/R, WT/DS142/R, circulado em 31 de maio de 2000, 55 p. Disponível em: <www.docsonline.wto.org>. Acesso em: 17 dez. 2008).

fabricantes de veículos afetava os comerciantes atacadistas de veículos em sua condição de prestadores de serviços, bem como as condições de concorrência entre os comerciantes atacadistas de veículos.

Por fim, o Órgão de Apelação concluiu que o Painel não só não procedeu à análise de fatos importantes para o caso, como os efeitos das medidas em análise sobre o comércio atacadista de veículos, como também não realizou a interpretação do Artigo II do GATS¹⁴¹.

Ainda com relação ao procedimento de análise de uma alegação de violação ao princípio de tratamento nacional no âmbito do GATS, é importante mencionar que, no caso *CE – Bananas*, as CE alegaram que o Artigo II do GATT não abrangeria discriminações de fato (*de facto*), mas apenas discriminações formais ou de direito (*de jure*). Segundo as CE, a análise da modificação nas condições de concorrência não faria parte do teste para avaliação da concessão de tratamento não menos favorável, previsto no Artigo II do GATS.

Para analisar essa questão, o Painel interpretou as palavras da expressão “tratamento não menos favorável” do Artigo II.1 do GATS tendo como referência aos parágrafos 2 e 3 do Artigo XVII do GATS, com base do critério para a interpretação de tratados do Artigo 31(1) da Convenção de Viena. Essa interpretação levou o Painel a rejeitar o argumento das CE de que o Artigo II não abrangeria discriminações de fato, pois considerou não haver nenhuma disposição no Artigo XVII que determine que o tratamento não menos favorável deva ocorrer por medidas formalmente idênticas ou formalmente distintas¹⁴². Para o Painel, se o tratamento não menos favorável a que se refere o Artigo II

¹⁴¹ "Clearly, here the Panel is confusing the application of the import duty exemption to manufacturers with its possible effect on wholesalers. In: our view, the Panel has conducted a 'goods' analysis of this measure, and has simply extrapolated its analysis of how the import duty exemption affects manufacturers to wholesale trade service suppliers of motor vehicles. The Panel surmised, without analyzing the effect of the measure on wholesalers as service suppliers, that the import duty exemption, granted to a limited number of manufacturers, ipso facto affects conditions of competition among wholesalers in their capacity as service suppliers. As we stated earlier in respect of whether the measure at issue 'affects trade in services', the Panel failed to demonstrate how the import duty exemption granted to certain manufacturers, but not to other manufacturers, affects the supply of wholesale trade services and the suppliers of wholesale trade services of motor vehicles. In: reaching its conclusions under Article II:1 of the GATS, the Panel has neither assessed the relevant facts - we see no analysis of any evidence relating to the supply of wholesale trade services of motor vehicles - nor has it interpreted Article II of the GATS and applied that interpretation to the facts it found". (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Relatório do Órgão de Apelação no caso Canadá – Autos, WT/DS139/R, WT/DS142/R, circulado em 31 de maio de 2000, 55 p. Disponível em: <www.docsonline.wto.org>. Acesso em: 17 dez. 2008).

¹⁴² "(...) we note that the standard of 'no less favourable treatment' in paragraph 1 of Article XVII is meant to provide for no less favourable conditions of competition regardless of whether that is achieved through the application of formally identical or formally different measures. Paragraphs 2 and 3 of Article XVII serve the purpose of codifying this interpretation, and in our view, do not impose new obligations on Members additional

fosse interpretado de forma restritiva, de modo a abranger apenas o tratamento formalmente idêntico, os objetivos do Artigo II do GATS, de proibir a discriminação entre prestadores de serviços, seriam frustrados. No entanto, o Painel deixou claro que essa interpretação aplicava-se apenas ao caso em questão.

Apesar de discordar dos motivos que levaram o Painel a concluir que o tratamento não menos favorável a que se refere o Artigo II do GATS possa ocorrer tanto por discriminação de fato quanto por discriminação formal ou de direito, o Órgão de Apelação concordou com a conclusão do Painel. Para o Órgão de Apelação, a interpretação do Painel baseou-se, erroneamente, na interpretação dada a casos envolvendo o Artigo III do GATT¹⁴³. Além disso, o Painel referiu-se equivocadamente ao Artigo XVII do GATS, que trata do princípio de tratamento de nação mais favorecida, e não do princípio de tratamento nacional¹⁴⁴. Contrariando o que disse o Painel em seu relatório, o Órgão de Apelação deixou claro que esse entendimento não se aplica apenas ao caso analisado.

to those contained in paragraph 1. In: essence, the "treatment no less favourable" standard of Article XVII:1 is clarified and reinforced in the language of paragraphs 2 and 3. The absence of similar language in Article II is not, in our view, a justification for giving a different ordinary meaning in terms of Article 31(1) of the Vienna Convention to the words "treatment no less favourable", which are identical in both Articles II:1 and XVII:1". (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Relatório do Painel no caso CE - Bananas III, WT/DS27/R/GTM, WT/DS27/R/ECU, WT/DS27/R/MEX, WT/DS27/R/USA, circulado em 22 de maio de 1997. Disponível em: <www.docsonline.wto.org>. Acesso em: 16 dez. 2008).

¹⁴³ *"We find the Panel's reasoning on this issue to be less than fully satisfactory. The Panel interpreted Article II of the GATS in the light of panel reports interpreting the national treatment obligation of Article III of the GATT". (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Relatório do Órgão de Apelação no caso CE - Bananas III, WT/DS27/AB/R, circulado em 9 de setembro de 1997, 96 p. Disponível em: <www.docsonline.wto.org>. Acesso em: 16 dez. 2008).*

¹⁴⁴ *"The Panel also referred to Article XVII of the GATS, which is also a national treatment obligation. But Article II of the GATS relates to MFN treatment, not to national treatment. Therefore, provisions elsewhere in the GATS relating to national treatment obligations, and previous GATT practice relating to the interpretation of the national treatment obligation of Article III of the GATT 1994 are not necessarily relevant to the interpretation of Article II of the GATS. The Panel would have been on safer ground had it compared the MFN obligation in Article II of the GATS with the MFN and MFN-type obligations in the GATT 1994. The GATS negotiators chose to use different language in Article II and Article XVII of the GATS in expressing the obligation to provide 'treatment no less favourable'. The question naturally arises: if the GATS negotiators intended that 'treatment no less favourable' should have exactly the same meaning in Articles II and XVII of the GATS, why did they not repeat paragraphs 2 and 3 of Article XVII in Article II? But that is not the question here. The question here is the meaning of 'treatment no less favourable' with respect to the MFN obligation in Article II of the GATS. There is more than one way of writing a de facto non-discrimination provision. Article XVII of the GATS is merely one of many provisions in the WTO Agreement that require the obligation of providing 'treatment no less favourable'. The possibility that the two Articles may not have exactly the same meaning does not imply that the intention of the drafters of the GATS was that a de jure, or formal, standard should apply in Article II of the GATS. If that were the intention, why does Article II not say as much? The obligation imposed by Article II is unqualified. The ordinary meaning of this provision does not exclude de facto discrimination. Moreover, if Article II was not applicable to de facto discrimination, it would not be difficult - and, indeed, it would be a good deal easier in the case of trade in services, than in the case of trade in goods - to devise discriminatory measures aimed at circumventing the basic purpose of that Article". (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Relatório do Órgão de Apelação no caso CE - Bananas III, WT/DS27/AB/R, circulado em 9 de setembro de 1997, 96 p. Disponível em: <www.docsonline.wto.org>. Acesso em: 16 dez. 2008).*

3.1.2.1.2.3. TESTE DE OBJETIVOS E EFEITOS E O ARTIGO II DO GATS

Como visto acima, o teste de objetivos e efeitos foi utilizado em diversos contenciosos relacionados ao comércio de bens para a interpretação do Artigo III.2 do GATT, sobre tratamento nacional. No entanto, até o presente momento, o teste de objetivos e efeitos não foi utilizado pelo OSC na interpretação do Artigo II e VII do GATS. Pelo contrário, no contencioso *CE - Bananas III*, o Órgão de Apelação rejeitou a aplicação de um teste de objetivos e efeitos para a interpretação do requisito de tratamento nacional previsto nos Artigos II e VII do GATS¹⁴⁵.

Portanto, apesar de ser utilizado para avaliar se há ou não similaridade entre determinado produto nacional e importado, o teste de objetivos e efeitos não é utilizado para avaliar se há ou não similaridade entre serviços e prestadores de serviços nacionais e estrangeiros.

3.2. O MECANISMO DE PEDIDOS E OFERTAS E O RESPEITO AO ESPAÇO PARA A REALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Com vistas a possibilitar a liberalização progressiva do comércio internacional de serviços, o GATS estabeleceu que as negociações em acesso a mercados no tocante ao comércio de serviços seriam bilaterais e realizadas por meio do mecanismo de pedidos e ofertas (*request offer approach*).

Em linhas gerais, por esse mecanismo, cada um dos Membros informa aos demais quais os setores, subsetores¹⁴⁶ e modos de prestação de serviços¹⁴⁷ que gostariam que os

¹⁴⁵ “(...) *We do not agree with the European Communities that the aims and effects of the operator category system are relevant in determining whether or not that system modifies the conditions of competition between service suppliers of EC origin and service suppliers of third-country origin*”. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Relatório do Órgão de Apelação no caso CE - Bananas III, WT/DS27/AB/R, circulado em 9 de setembro de 1997, 96 p. Disponível em: <www.docsonline.wto.org>. Acesso em: 16 dez. 2008).

¹⁴⁶ Os setores e subsetores de serviços estão relacionados no seguinte documento: ACORDO GERAL SOBRE TARIFAS E COMÉRCIO. MTN.GNS/W/120, Services Sectoral Classification List, de 10 de julho de 1991. Disponível em: <<http://gatt.stanford.edu>>. Acesso em: 10 jan. 2009.

¹⁴⁷ A saber: Modo 1 – prestação transfronteiriça de serviços (*cross-border supply*); (ii) Modo 2 – consumo no exterior (*consumption abroad*); (iii) Modo 3 – presença comercial (*commercial presence*); e (iv) Modo 4 – presença de pessoas físicas (*movement of natural persons*).

demais Membros se comprometessem a liberalizar¹⁴⁸. Na hipótese de determinado Membro concluir ser de seu interesse assumir algum dos compromissos que constam dos pedidos enviados pelos demais Membros, ele o fará. No entanto, esse Membro pode não acatar os pedidos dos outros Membros se não lhe convier, visto que cada Estado tem a prerrogativa de assumir compromissos apenas nos setores que ele deseja liberalizar. Isso porque o GATS tem como princípio o respeito à autonomia regulatória dos Membros da OMC. Segundo o preâmbulo do GATS, a autonomia regulatória abrange, além do poder regulatório, o poder dos Estados de introduzirem novas leis que lhes permitam alcançar seus objetivos de política pública em seus territórios, de acordo com as assimetrias existentes entre o grau de desenvolvimento regulatório dos diferentes Membros¹⁴⁹.

É importante ressaltar que, a partir de 2003, os Membros passaram a ter a possibilidade de receberem “créditos” nas negociações bilaterais de serviços ao assumirem compromissos setoriais em acesso a mercados por vontade própria, independentemente de receberem pedidos para abertura do setor objeto do compromisso. Esse mecanismo, denominado liberalização autônoma, foi regulamentado no documento Modalidades para o tratamento da liberalização autônoma¹⁵⁰, adotado pelo CCS na Sessão Especial realizada em 06 de março de 2003.

De acordo com esse documento, uma medida pode ser considerada como uma medida de liberalização autônoma sempre que for um compromisso específico de acesso a mercado em determinado setor (ou setores) de serviços ainda não inscrito na lista de compromissos ou uma medida que revogue uma exceção à cláusula de nação mais favorecida consolidada por esse Membro. Tal medida deve, ainda, ser compatível com o

¹⁴⁸ Para maiores informações sobre como são realizados os pedidos e ofertas nas negociações comerciais em serviços, vide ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Technical Aspects of Requests and Offers – Summary of presentation by the Secretariat on the WTO Seminar on the GATS, de 20 de fevereiro de 2002. Disponível em: <http://www.wto.org/english/tratop_e/serv_e/requests_offers_approach_e.doc>. Acesso em: 10 dez. 2008.

¹⁴⁹ Em relação aos resultados das negociações para a criação de um acordo sobre serviços para os PEDs, na Rodada Uruguai, Ciro Leal M. da Cunha aponta que “(...) a conclusão da Rodada Uruguai foi satisfatória para os subdesenvolvidos. Esses países lograram, em grande medida, a preservação de seus interesses, obtendo tratamento especial como as medidas de salvaguarda dos Artigos IV, XII e XIX – devido à inegável assimetria entre Sul e Norte no tocante à competitividade do terciário. Ainda, a inclusão da modalidade “movimento de pessoas naturais” no âmbito do GATS teria sido uma conquista do Sul, que possui evidentes vantagens comparativas nesse nicho. Em contrapartida, representou grande concessão aos desenvolvidos a inclusão do princípio do tratamento nacional, ainda que específica para cada setor. Da mesma forma, os desenvolvidos, especialmente os EUA, lograram a aceitação da presença comercial como modalidade englobada pelo GATS. A propósito, entendemos essa modalidade de prestação de serviços, de longe, a mais importante no comércio internacional”. (CUNHA, Ciro Leal M. da, op. cit., 38 p.).

¹⁵⁰ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Modalities for the treatment of autonomous liberalization de 10 de março de 2003. Disponível em: <http://www.wto.org/english/news_e/pres03_e/pr335_e.htm>. Acesso em: 7 jan. 2008.

princípio de tratamento de nação mais favorecida, deve ser tomada por um Membro de forma unilateral¹⁵¹.

Para obter o crédito a que tem direito, o Membro que adotar uma medida de liberalização autônoma deverá informar aos Membros que demonstraram, previamente, ter interesse na adoção da medida e, se julgar apropriado, poderá notificar a adoção da medida à Sessão Especial do CCS. Essa notificação, no entanto, não garante o crédito a ser obtido com a liberalização autônoma, que deverá ser negociado pelos Membros bilateralmente.

Apesar da maior flexibilidade trazida às negociações para a liberalização do comércio de serviços com a adoção do mecanismo de liberalização autônoma, na prática, esse mecanismo ainda é muito pouco utilizado pelos Membros da OMC.

Portanto, no tocante ao comércio internacional de serviços, os Membros não são obrigados a assumir compromissos mínimos (*benchmarks*). Eles têm a possibilidade de assumir ou não compromissos, sempre levando em conta seus interesses políticos e econômicos específicos.

Cumprе ressaltar que, mesmo não inscrevendo determinado setor ou modo de prestação em sua lista de compromissos, os prestadores de serviços estrangeiros poderão ter acesso a esse setor e modo de prestação de serviços. Isso porque o fato de os Membros inscreverem determinado setor e/ou modo de prestação em suas respectivas listas de compromissos significa apenas que eles se comprometem a garantir acesso ao prestador estrangeiro a esse setor e/ou modo de prestação e não poderão modificar esse compromisso sem que seja negociada uma compensação para os Membros que se julgarem afetados por essa alteração, conforme previsto no Artigo XX do GATS. Consequentemente, um prestador estrangeiro poderá prestar serviços em determinado setor de serviços e/ou modo de prestação mesmo que não estiver consolidado na lista de compromissos do Membro onde o serviço é prestado.

Como cada um dos Membros da OMC compromete-se a garantir acesso aos prestadores de serviços estrangeiros apenas para os setores de serviços e modos de

¹⁵¹ “An “autonomous liberalization measure” is a measure

(a) subject to scheduling under Part III of the GATS, and/or leading to the termination of an MFN exemption,

(b) compatible with the MFN principle,

(c) undertaken by the liberalizing Member unilaterally, since previous negotiations, in accordance with Article XIX of the GATS, and

(d) applicable to any or all service sectors”. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Press/335, Services Negotiations - Negotiators agree on modalities for treatment of autonomous liberalization, de 10 de março de 2003. Disponível em: <http://www.wto.org/english/news_e/pres03_e/pr335_e.htm>. Acesso em: 7 jan. 2008).

prestação de serviços que inscreveram em suas respectivas listas de compromissos, fica preservado o espaço para a realização de políticas públicas, pois os Membros podem não liberalizar setores ou subsetor de serviços que considerem fundamentais para atingir objetivos de política pública. Para tanto, basta que o Membro não inscreva esse setor ou subsetor na lista de compromissos.

O Artigo XIX.2 do GATS especifica que as negociações para acesso a mercados em serviços devem respeitar os espaços delimitados para a execução de políticas públicas, inclusive a capacidade reguladora de cada Membro, as assimetrias econômicas existentes entre os Membros e garantir flexibilidade para que os PEDs liberalizem seus setores/subsetores e modalidades de prestação de serviços de forma gradual e progressiva¹⁵².

3.3. O ARTIGO XIX DO GATS E A NOVA RODADA DE NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS

Assim como ocorre com outros acordos da OMC, notadamente o Acordo sobre Agricultura e o Entendimento sobre Solução de Controvérsias, o próprio texto do GATS determina que seja realizada a revisão dos compromissos multilaterais referentes a serviços. O Artigo XIX do GATS previu que novas negociações em acesso a mercados seriam iniciadas cinco anos após a entrada em vigor do acordo, com o objetivo de aumentar progressivamente o nível de compromissos específicos no comércio de serviços, por meio da eliminação de barreiras e de modo a ampliar participação dos PEDs no comércio internacional de serviços¹⁵³.

As negociações em acesso a mercados iniciaram-se no ano 2000, no âmbito do CCS. Paralelamente a essas negociações, O CCE, órgão subsidiário do CCS, foi incumbido de

¹⁵² De acordo com o Artigo XIX.2 do GATS, o processo de liberalização deve respeitar os objetivos de políticas nacionais e o nível de desenvolvimento dos distintos Membros, tanto em geral, quanto nos diferentes setores. Haverá flexibilidade apropriada para que os diferentes PEDs abram menos setores, liberalizem menos tipos de transações, aumentem progressivamente o acesso aos seus mercados em função de sua situação em matéria de desenvolvimento e, quando concedam acesso a seus mercados a prestadores de serviços estrangeiros, imponham condições destinadas à consecução dos objetivos referidos no Artigo IV do GATS. (**Decreto nº 1.355**, de 30 de dezembro de 1994, que promulga a Ata Final que incorpora os resultados da Rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais do GATT. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2008).

¹⁵³ INTERNATIONAL CENTER FOR TRADE AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT (ICTSD); THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT (IISD). **Development since the Cancun ministerial conference: trade in services**. Genebra: 2004. Disponível em: <http://www.iisd.org/trade/wto/doha_briefing.asp>. Acesso em: 6 jan. 2008.

avaliar as listas de compromisso apresentadas e na Rodada Uruguai, com vistas a verificar se os compromissos eram claros, se as inscrições eram uniformes, além de possíveis conflitos entre os compromissos nas seções horizontal e setorial. Com as negociações em acesso a mercados em curso, isto é, com o envio de pedidos e a apresentação de ofertas pelos Membros, tornava-se imprescindível buscar uma maior uniformidade e comparabilidade nos novos compromissos assumidos pelos Membros.

As ofertas iniciais e revisadas são realizadas em cima das listas de compromissos em vigor, ou seja, adotadas na Rodada Uruguai. Os Membros devem incluir novos compromissos ou aprimorar os compromissos inscritos, de forma a aumentar a clareza e precisão das inscrições. Como os compromissos consolidados durante a Rodada Uruguai são vinculantes, os Membros não podem excluir compromissos, exceto pelo procedimento previsto no Artigo XXI do GATS¹⁵⁴. Assim, o aperfeiçoamento dos compromissos assumidos na Rodada Uruguai deve ser realizado não apenas para aumentar o acesso a mercados e/ou diminuir as limitações de tratamento nacional, mas também com vistas a acrescentar clareza e precisão aos antigos compromissos.

Em março de 28 de março de 2001, uma sessão especial do CSS aprovou o documento *Diretrizes e Procedimentos para as Negociações no Comércio de Serviços*¹⁵⁵, que estabeleceu como seriam conduzidas essas negociações, em conformidade com o Artigo XIX do GATS.

O GATS também previu a realização das seguintes negociações sobre regras, de modo a preencher lacunas existentes no GATS: (i) negociações para o estabelecimento de disciplinas de regulação doméstica¹⁵⁶, com vistas a assegurar que as medidas relacionadas a requisitos e procedimentos de qualificação, normas técnicas e requisitos e procedimentos

¹⁵⁴ Segundo esse Artigo, para que um Membro retire um compromisso já consolidado, ele deve notificar o CCS sobre sua intenção. Todos os Membros que se considerarem prejudicados com essa modificação devem solicitar compensações, as quais devem ser concedidas a todos os Membros, com base no princípio de nação mais favorecida. (**Decreto nº 1.355**, de 30 de dezembro de 1994, que promulga a Ata Final que incorpora os resultados da Rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais do GATT. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2008).

¹⁵⁵ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/L/93, Guidelines and Procedures for the Negotiations on Trade in Services, de 29 de março de 2001. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 15 dez. 2008.

¹⁵⁶ Regulação doméstica refere-se às medidas tomadas por um Estado em seu território para verificar a competência e a habilidade de determinado prestador de serviços. Diferentemente do que ocorre com o comércio de bens, no qual as principais barreiras ao livre comércio são alíquotas de importação e formas de restrição quantitativas verificadas no ingresso de determinado bem em país diferente de seu país de origem (*at the border*), no comércio internacional de serviços, as barreiras, que são barreiras regulatórias e jurídicas, são verificadas dentro do território de outro Estado (*inside the border*). Em outras palavras, os prestadores de serviços, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas, ao prestarem determinado serviço em outro Estado, enfrentam limitações em relação à sua entrada, estabelecimento ou nas condições de competitividade com os prestadores locais.

de licenciamento não constituam barreiras desnecessárias ao comércio de serviços (Artigo VI:4 do GATS); (ii) negociações para a regulamentação do mecanismo de salvaguardas emergenciais, previsto no Artigo X do GATS; (iii) negociações para o estabelecimento de regras sobre licitações públicas relativas a serviços (Artigo XII do GATS); e (iv) negociações para o estabelecimento de regras sobre subsídios relativos a serviços (Artigo XV do GATS)¹⁵⁷. Todas essas negociações deveriam ser concluídas antes das negociações de acesso a mercados.

Ainda segundo o texto do GATS, antes da conclusão das negociações de acesso a mercados, deveria ser realizada uma avaliação sobre a implementação do Artigo IV, com o intuito de verificar se a participação dos PEDs no comércio internacional de serviços aumentou desde a entrada em vigor do GATS¹⁵⁸.

Na quarta Cúpula Ministerial da OMC, ocorrida na cidade de Doha, Catar, em novembro de 2001, foi lançada uma nova rodada de negociações comerciais - Rodada de Doha - que representa importante passo adiante para o sistema comercial global. A reunião de Doha ocorreu anos depois do fracassado encontro de Seattle em 1999, no qual o objetivo de lançar uma nova rodada de negociações comerciais não foi realizado. Na oportunidade, marcada pela oposição entre PDs e PEDs e as manifestações antiglobalização, os Membros da OMC não puderam chegar a qualquer consenso¹⁵⁹. É possível dizer que o lançamento da nova rodada de negociações consistiu, naquele momento, em um projeto significativo para a expansão do comércio e criação de uma economia global integrada.

A nova rodada, que seria supervisionada pelo Comitê de Negociações Comerciais, órgão subordinado ao Conselho Geral da OMC, a princípio, teria três anos de duração (deveria ter sido concluída em 2005). A agenda negociadora é ambiciosa, superando inclusive a cobertura de temas da Rodada Uruguai, tida como a mais complexa negociação da história do GATT. Essas negociações serão realizadas seguindo o princípio do compromisso único (*single undertaking*) e deverão levar em consideração o princípio de

¹⁵⁷ De fato, esses temas, apesar de muito importantes, que não foram negociados na Rodada Uruguai, em razão da sua complexidade, e estão sendo agora negociados em comércio de serviços na Rodada de Doha.

¹⁵⁸ Vide INTERNATIONAL CENTER FOR TRADE AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT (ICTSD); THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT (IISD), op. cit.

¹⁵⁹ A Conferência Ministerial de Seattle pretendia lançar uma nova rodada de negociações na OMC, o que não ocorreu devido à ausência de consenso entre os PDs e os PEDs sobre a maneira como levar a cabo uma rodada, bem como às manifestações de organizações não-governamentais contrárias ao fortalecimento do sistema multilateral de comércio por serem contra o movimento de globalização. Os eventos de 11 de setembro de 2001 facilitaram a convergência de interesses em torno da retomada das negociações, sendo a do lançamento de uma nova rodada entre os Membros da OMC, como um sinal de que as economias estavam voltando ao normal.

tratamento especial e diferenciado para PEDs e PMDRs incorporados na Parte IV do GATT 1994, na *Decisão de 28 de Novembro de 1979 sobre Tratamento Mais Favorável e Diferenciado, Reciprocidade e Plena Participação de Países em Desenvolvimento*¹⁶⁰, também conhecida como *Cláusula de Habilitação*, na *Decisão da Rodada Uruguai sobre Medidas em Favor de PMDRs*¹⁶¹ e em outras disposições relevantes da OMC¹⁶².

O mandato de Doha também abrangeu o tema serviços. O Artigo 15 da *Declaração Ministerial de Doha*, de novembro de 2001¹⁶³, incluiu as negociações para acesso a mercados em serviços no mandato das negociações comerciais. Também foram incluídos no mandato negociador de Doha o aperfeiçoamento de disciplinas horizontais em serviços que ainda não haviam sido regulamentados em âmbito multilateral (salvaguardas, regulação doméstica, compras governamentais e subsídios), bem como a realização da avaliação prevista no Artigo IV do GATS, sobre o aumento da participação dos PEDs no comércio internacional de serviços. Desse modo, o tema serviços passou a fazer parte do *single undertaking* da Rodada de Doha¹⁶⁴ e, conseqüentemente, as negociações relativas a

¹⁶⁰ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. L/4903, Decision of 28 November 1979 - Differential and more favourable treatment reciprocity and fuller participation of developing countries (Enabling Clause), de 28 de novembro de 1979. Disponível em: <http://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/enabling1979_e.htm>. Acesso em: 15 dez. 2007.

¹⁶¹ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Decision on Measures in Favour of Least-Developed Countries. Disponível em: <http://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/legal_e.htm>. Acesso em: 15 dez. 2007.

¹⁶² O Secretariado da OMC fez algumas compilações com as principais disposições da OMC relativas a tratamento especial e diferenciado para PEDs e PMDRs, a saber: (i) ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. WT/COMTD/W/135, Special and Differential Treatment for Least-Developed Countries - Note by the Secretariat, de 5 de outubro de 2004; (ii) ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. WT/COMTD/W/77, Implementation of special and differential treatment provisions in WTO Agreements and Decision s- Note by the Secretariat, de 25 de outubro de 2000; e (iii) ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. WT/COMTD/W/77/Corr.1, Implementation of special and differential treatment provisions in WTO Agreements and Decisions - Note by the Secretariat. Corrigendum, de 6 de dezembro de 2000. Documentos disponíveis em: <http://www.wto.org/english/tratop_e/devel_e/dev_special_differential_provisions_e.htm>. Acesso em: 15 dez. 2007.

¹⁶³ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. WT/MIN(01)/DEC/1, Doha Ministerial Declaration, de 21 de novembro de 2001. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 17 dez. 2007.

¹⁶⁴ “Par 15 - Negotiations on services were already almost two years old when they were incorporated into the new Doha agenda.

The WTO General Agreement on Trade in Services (GATS) commits members governments to undertake negotiations on specific issues and to enter into successive rounds of negotiations to progressively liberalize trade in services. The first round had to start no later than five years from 1995.

Accordingly, the services negotiations started officially in early 2000 under the Council for Trade in Services. In: March 2001, the Services Council fulfilled a key element in the negotiating mandate by establishing the negotiating guidelines and procedures.

The Doha Declaration endorses the work already done, reaffirms the negotiating guidelines and procedures, and establishes some key elements of the timetable including, most importantly, the deadline for the conclusion of the negotiations as part of a single undertaking”. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. WT/MIN(01)/DEC/1, Doha Ministerial Declaration, de 21 de novembro de 2001. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 17 dez. 2007).

esse tema deveriam ter sido finalizadas em 1º de janeiro de 2005, prazo inicial estabelecido para o término da Rodada de Doha.

Em julho de 2004, diante do impasse nas negociações agrícolas observado na Conferência Ministerial de Cancun e o temor de que as negociações realizadas no âmbito da Rodada de Doha não prosperassem, o Conselho Geral da OMC realizou algumas alterações no programa de trabalho estabelecido pelo Mandato de Doha. Essa decisão do Conselho Geral sobre o programa de trabalho da agenda de Doha, denominada *July Package*, prorrogou até 15 de maio de 2005 o prazo para os Membros apresentarem suas ofertas revisadas¹⁶⁵. O texto do *July Package* incorpora, ainda, as recomendações acordadas em Sessão Especial do Conselho Geral em um anexo específico (Anexo C ao *July Package*), o qual determinou que as ofertas iniciais deveriam ser apresentadas o mais rapidamente possível e que as ofertas apresentadas devem ser de qualidade, em especial nos setores em que PEDs e PMDRs possuem interesse exportador, e devem buscar um maior nível de liberalização, sem a exclusão *a priori* de determinados setores ou modos.

Com vistas a definir o nível de ambição da Rodada de Doha, realizou-se, de 13 a 18 de dezembro de 2005, a Conferência Ministerial de Hong Kong. Depois de várias tentativas frustradas de estabelecer um consenso entre PDs e em PEDs, a Conferência de Hong Kong estabeleceu novos prazos para a conclusão da Rodada de Doha. Na conferência, foi fixado o prazo de abril de 2006 para a obtenção de um acordo sobre todas as modalidades e o prazo de julho de 2006 para a apresentação de propostas de calendários de implementação, incluindo a apresentação das ofertas finais em serviços.

Assim, de acordo com a nova agenda negociadora introduzida na Conferência Ministerial de Hong Kong, as negociações de acesso a mercados em serviços deveriam ter se encerrado em 2006. No entanto, esse prazo não só não foi cumprido como, atualmente, a data final para apresentação das ofertas iniciais, revisadas e das ofertas finais encontra-se em aberto. Ofertas iniciais e revisadas foram apresentadas por alguns Membros, entre os quais o Brasil. Todavia, até o presente momento, grande parte dos Membros ainda não apresentou suas ofertas.

¹⁶⁵ “(e) *Services: the General Council takes note of the report to the TNC by the Special Session of the Council for Trade in Services and reaffirms Members' commitment to progress in this area of the negotiations in line with the Doha mandate. The Council adopts the recommendations agreed by the Special Session, set out in Annex C to this document, on the basis of which further progress in the services negotiations will be pursued. Revised offers should be tabled by May 2005*”. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. WT/L/579, *Decision Adopted by the General Council on 1 August 2004*, de 2 de agosto de 2004. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 18 dez. 2007).

Na conferência ministerial de Hong Kong, que sucedeu a conferência de Cancún, os Estados-Membros reforçaram o conteúdo do Anexo C ao *July Package*, porém, de forma mais detalhada¹⁶⁶. Foram também estabelecidos prazos para entrega das ofertas iniciais e revisadas dos Membros que não cumpriram com o prazo anteriormente estabelecido. A grande novidade trazida pela Declaração Ministerial de Hong Kong, com relação às negociações em serviços, consiste na criação de uma nova modalidade de negociação, a plurilateral¹⁶⁷. Trata-se, na verdade, de uma negociação bilateral, que é realizada por meio de pedidos e ofertas, na qual mais de um Membro pode ser demandante ou demandado¹⁶⁸.

Duas rodadas de negociações plurilaterais foram conduzidas no início de 2006, com base em 21 pedidos coletivos, abrangendo praticamente todos os setores de serviços. As reuniões para a discussão de cada pedido coletivo eram compostas por 12 ou mais Membros, entre demandantes e demandados. Os resultados das reuniões plurilaterais e bilaterais em serviços deveriam resultar em uma segunda rodada de ofertas revisadas, que, de acordo com o Anexo C da Declaração Ministerial de Hong Kong, deveriam ser apresentadas até 31 de julho de 2006.

Contudo, em julho de 2006, em razão do impasse envolvendo as negociações de acesso a mercados em agricultura e NAMA, as negociações da Rodada de Doha foram suspensas. As negociações comerciais foram retomadas apenas em fevereiro do ano seguinte para todos os setores, incluindo serviços.

As negociações sobre serviços continuaram sendo realizadas na forma de *clusters* e de reuniões bilaterais e plurilaterais. O objetivo dessas reuniões consistia em garantir a

¹⁶⁶ Parágrafos 25, 26 e 27 da Declaração Ministerial de Hong Kong, de 18 de dezembro de 2005, e no Anexo C a essa Declaração. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. WT/MIN(05)/DEC, Doha Work Programme – Ministerial Declaration, de 22 de dezembro de 2005. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 17 jan. 2008).

¹⁶⁷ O parágrafo 7 do Anexo C à Declaração de Hong Kong estabelece que: “*In: addition to bilateral negotiations, we agree that the request-offer negotiations should also be pursued on a plurilateral basis in accordance with the principles of the GATS and the Guidelines and Procedures for the Negotiations on Trade in Services. The results of such negotiations shall be extended on an MFN basis. These negotiations would be organized in the following manner: (a) Any Member or group of Members may present requests or collective requests to other Members in any specific sector or mode of supply, identifying their objectives for the negotiations in that sector or mode of supply. (b) Members to whom such requests have been made shall consider such requests in accordance with paragraphs 2 and 4 of Article XIX of the GATS and paragraph 11 of the Guidelines and Procedures for the Negotiations on Trade in Services.(c) Plurilateral negotiations should be organised with a view to facilitating the participation of all Members, taking into account the limited capacity of developing countries and smaller delegations to participate in such negotiations*”. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. WT/MIN(05)/DEC, Doha Work Programme – Ministerial Declaration, de 22 de dezembro de 2005. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 17 jan. 2008).

¹⁶⁸ Para mais informações sobre como funcionam, na prática, as negociações plurilaterais, vide ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **SERVICES: NEGOTIATIONS** - Key stages in the negotiations. Disponível em: <http://www.wto.org/english/tratop_e/serv_e/key_stages_e.htm>. Acesso em: 12 dez. 2008.

apresentação de ofertas revisadas em acesso a mercados por todos os Membros e que essas ofertas fossem satisfatórias.

Paralelamente a essas reuniões, o CCS promoveu uma série de consultas informais e reuniões para discutir quais os elementos que deveriam guiar as negociações em serviços, tendo em vista o contexto global da Rodada de Doha. Essas reuniões resultaram, em maio de 2008, na apresentação de um documento intitulado *Elementos Necessários para a Conclusão das Negociações em Serviços* (*Elements Required for the Completion of the Services Negotiations*), elaborado pelo presidente da Sessão Especial do CCS, que abordava os seguintes aspectos: (i) nível de ambição dos Membros; (ii) intenção dos Membros de consolidar compromissos mais densos em termos de acesso a mercados e tratamento nacional; (iii) principais problemas apontados pelos países em desenvolvimento com relação aos compromissos nos modos 1 e 4¹⁶⁹.

Em julho, a pedido dos Membros da OMC, o presidente do Comitê de Negociações Comerciais promoveu uma “Conferência de Sinalização em Serviços” para os ministros interessados, como parte do “Pacote de Julho de 2008” da Rodada de Doha. Nessa conferência, os ministros participantes¹⁷⁰ indicaram como as ofertas atuais de seus governos poderiam ser aperfeiçoadas, com base nos pedidos recebidos até aquele momento. Os resultados da “Conferência de Sinalização em Serviços” foram reportados pelo presidente em sessão do Comitê de Negociações Comerciais¹⁷¹. Esses resultados visam apenas a informar aos Membros sobre o progresso obtido com o mecanismo de pedidos e ofertas até aquele momento e o nível de ambição que deve ser considerado na preparação das ofertas revisadas das listas de compromissos em serviços.

Em virtude do fracasso das últimas reuniões ministeriais, atualmente, questiona-se se a Rodada de Doha poderá vir a ser concluída, em razão dos interesses divergentes de seus Membros. No entanto, as negociações comerciais não foram oficialmente interrompidas. Assim, do ponto de vista formal, ainda estão em curso as negociações de acesso a mercados em serviços.

¹⁶⁹ Vide ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. TN/S/33. Elements Required for the Completion of the Services Negotiations, de 26 de maio de 2008. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 22 dez. 2007.

¹⁷⁰ Participaram da “Conferência de Sinalização em Serviços” ministros dos seguintes Membros: Argentina, Austrália, Bangladesh, Brasil, Canadá, Chile, China, CE, Egito, Hong Kong, Índia, Indonésia, Japão, Coreia, Lesoto, Malásia, Ilhas Maurício, México, Marrocos, Nova Zelândia, Noruega, Paquistão, Filipinas, Cingapura, África do Sul, rados Unidos, Suíça, Turquia, Tailândia, Taipei Chinês e Uruguai.

¹⁷¹ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. JOB(08)/93, Services Signalling Conference – Report by the Chairman of the TNC, de 30 de julho de 2008. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 22 dez. 2007.

PARTE II

LISTAS DE COMPROMISSOS EM SERVIÇOS

Conforme mencionado acima, as listas de compromissos são documentos complexos nos quais os Membros da OMC identificam os setores e modos de prestação de serviços estarão sujeitos às obrigações de acesso a mercados e de tratamento nacional e quais exceções a essas obrigações ele deseja manter. Trata-se do instrumento jurídico que consolida os compromissos celebrados na área de serviços, no âmbito do SMC. É apenas por meio das listas de compromissos dos Membros e das listas de derrogação ao tratamento de nação mais favorecida, se aplicável, que é possível verificar quais os setores e modos de serviços que vinculam os Membros da OMC e quais os princípios e as condições (acesso a mercados, tratamento nacional, tratamento de nação mais favorecida) que se aplicam a esses setores, no território de cada Membro.

Embora sejam o principal instrumento pelo qual é realizada a liberalização do comércio de serviços, as listas de compromissos não são compreendidas por grande parte dos Membros da OMC, sejam eles PDs ou PEDs, em razão de sua complexidade técnica.

Na Segunda Parte do presente trabalho, serão examinadas as diferenças entre a lista positiva e a lista negativa de compromissos para a liberalização comercial, bem como entre o modelo de lista de compromissos adotado pelo GATS por outros acordos regionais de comércio. Também serão analisados os motivos históricos que levaram as Partes Contratantes do GATT a adotar um modelo de liberalização para o comércio de serviços diferente daquele adotado no setor de bens e quais os documentos que orientaram a inscrição dos compromissos em serviços na Rodada Uruguai.

Na sequência, será realizada uma análise minuciosa de como ocorre o processo de inscrição de compromissos específicos em serviços e quais os principais fatores que os Membros levam em consideração ao consolidar seus compromissos. Serão analisadas, também, a estrutura das listas de compromissos específicos, os elementos que as compõem e a linguagem utilizada pelos Membros na inscrição de compromissos, além de outros documentos relevantes para a inscrição de compromissos específicos, tais como a *Lista de Classificação Setorial em Serviços* e as *Diretrizes para as Negociações de Compromissos Específicos em Serviços*.

Por fim, será realizada uma comparação entre a lista de exceções à cláusula de nação mais favorecida e a lista de compromissos em serviços e será analisado o processo para alteração de compromissos consolidados pelos Membros, previsto no Artigo XXI do GATS.

CAPÍTULO 4. A LIBERALIZAÇÃO DO COMÉRCIO DE SERVIÇOS POR MEIO DE LISTAS DE COMPROMISSOS

Nesse capítulo, será analisado o método de listas utilizado para a inscrição de compromissos no âmbito do GATS. Para tanto, serão estudadas as diferenças entre o mecanismo de lista positiva e o mecanismo de lista negativa e como esses mecanismos foram utilizados na OMC.

Na sequência, serão analisadas as diferenças e semelhanças entre os modelos de liberalização comercial adotados pelo GATS e por alguns dos principais acordos regionais de comércio. Além disso, serão vistos quais os motivos históricos que levaram as Partes Contratantes do GATT a adotar um modelo de liberalização para o comércio de serviços diferente daquele adotado no setor de bens e quais os documentos que orientaram a inscrição dos compromissos em serviços durante a Rodada Uruguai.

Por fim, será examinado qual o modelo adotado pelos principais acordos regionais de comércio que se encontram em vigor para a liberalização comercial do setor de serviços, com destaque para o NAFTA e para o MERCOSUL.

4.1. COMPARAÇÃO ENTRE LISTA POSITIVA E LISTA NEGATIVA: PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS E OBJETIVOS DOS DIFERENTES MODELOS DE LISTAS DE COMPROMISSOS UTILIZADOS NO SISTEMA MULTILATERAL DE COMÉRCIO

No SMC, a liberalização comercial pode ocorrer por meio de listas positivas, por meio de listas negativas e por mecanismos híbridos, que combinam o mecanismo de listas positivas e o mecanismo de listas negativas.

O uso das expressões “lista positiva” e “lista negativa” deriva da distinção entre integração negativa e integração positiva feita por Jan Tinbergen nos anos 1950. Para Tinbergen, integração negativa consiste na eliminação de barreiras à integração, enquanto a integração positiva consiste na criação de condições harmônicas para a cooperação, como a implementação de políticas e instituições comuns¹⁷².

¹⁷² Sobre os conceitos de lista negativa e de lista positiva, Ramon Torrent esclarece que: “*As it is well known, the distinction between “positive” and “negative” integration goes back at least to Tinbergen (1954). Pinder (1968) introduced it into the discussion of European Integration. Since, it has been widely used, for*

Na liberalização por meio de listas negativas, também conhecida como *top-down* ou *list it or lose it approach*, todos os setores em questão estão incluídos nos compromissos de liberalização, exceto aqueles que forem expressamente excluídos, em caráter excepcional. Essas exceções devem ser revistas periodicamente, por meio de consultas ou negociações com as partes interessadas. Portanto, caso a opção seja pela liberalização por meio de listas negativas, *a priori*, nenhum setor está excluído dos compromissos de liberalização.

Na liberalização por meio de listas positivas, também denominada *bottom-up*, apenas os setores que forem incluídos nas listas serão objeto dos compromissos de liberalização. Portanto, ao optar pela liberalização por meio de listas positivas, *a priori*, nenhum setor está incluído nos compromissos de liberalização¹⁷³.

Além das listas positivas e negativas, há mecanismos utilizados para a liberalização comercial que combinam características de listas negativas e de listas positivas. Tais mecanismos são conhecidos como mecanismos híbridos. As características desse tipo de mecanismo serão abordadas no item que trata do modelo de liberalização adotado pelo GATS.

A lógica por trás desses dois mecanismos de listas positivas e de listas negativas é bem diferente. No mecanismo de listas negativas, a lógica é de que a liberalização seja horizontal ou completa, em termos de acesso a mercados, e que haja tratamento não discriminatório irrestrito. No mecanismo de listas positivas, a lógica é de que seja definido

example by Nicolaodis, and Scharpf (1997) gave a new push to it. However it is not completely clear what it does exactly mean.

*In: Tinbergen, "positive" integration seems to relate mainly to the existence of common rules, either through the conferral of competences to some supranational entity or through joint action, while "negative" integration would relate to non discrimination in national economic rules and policies under joint surveillance. But in Scharpf, the distinction relates much more to a politico-ideological approach to economic policies: "negative" integration would relate basically to an approach axed on liberalisation and deregulation while "positive" integration would be oriented to public intervention in the economy (certainly through regional rules and policies). Pinder seems to lie somehow in between: joint or common rules would not be enough to define "positive" integration; some welfare purpose would also be needed". The legal toolbox for regional integration: a legal analysis from an interdisciplinary perspective. (TORRENT, Ramon. **The legal toolbox for regional integration: a legal analysis from an interdisciplinary perspective**. Barcelona, 2007, 11 p. Disponível em: <http://www.iadb.org/intal/aplicaciones/uploads/ponencias/i_foro_ELSNIT_10_02_Ramon_Torrent.PD>. Acesso em: 15 dez. 2008).*

¹⁷³ Para mais informações sobre as principais características dos mecanismos de listas positivas e negativas, vide SAUVÉ, Pierre; MATTOO, Aaditya. Regionalism in Services Trade. MATOO; Aaditya; STERN, Robert M.; ZANNI, Gianni. **A Handbook of International Trade in Services**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2008, 254 p.

¹⁷³ Vide SAUVÉ, Pierre e MATTOO, Aaditya, op. cit., p. 254- 255.

um nível mínimo de liberalização ou não discriminação, que não pode ser alterado em virtude de mudanças na política interna de determinado Estado¹⁷⁴.

Com relação às consequências de se optar pelo modelo de liberalização por listas positivas ou por listas negativas, não é possível generalizar se a opção por um ou por outro mecanismo é mais eficiente em termos de liberalização comercial.

Como as listas negativas podem ter exceções, dependendo do número de exceções inscritas por um Membro, é possível que apenas um pequeno número de setores esteja sujeito aos compromissos. Por outro lado, no caso de listas positivas, se não houver comprometimento em termos de aumentar o número de setores e modos de prestação inscritos na lista e de diminuir as limitações aos compromissos, os efeitos da liberalização serão mínimos¹⁷⁵.

Portanto, na prática, tanto a liberalização por meio de listas positivas quanto na liberalização por meio de listas negativas, os Membros podem excluir setores sensíveis da liberalização.

Se, por um lado, o mecanismo de listas positivas possui a vantagem de permitir uma maior flexibilidade em termos de setores incluídos e tipos de compromissos, por outro, trata-se de um mecanismo pouco transparente. Como os Membros precisam listar apenas as medidas discriminatórias de acesso a mercado e tratamento nacional relacionadas aos setores e modos de prestação em que assumiram compromissos, os investidores estrangeiros e os demais Membros não serão capazes de discernir sobre quais políticas nacionais se aplicam aos setores e modos de prestação que não são objeto de compromisso. Já no caso do mecanismo de listas negativas, os Membros devem listar todas as medidas em vigor em seus territórios que possam afetar o comércio internacional de serviços, em âmbito federal, estadual e municipal. Trata-se de uma tarefa árdua, que demanda uma enorme quantidade de trabalho.

¹⁷⁴ “(...) However, the underlying logic of the two techniques is very different. In: the negative list approach, the underlying logic (and the practice in most relevant cases) establishes a horizon (to say the least) of full liberalization (in the case of a rule on market access) or of unrestricted nondiscriminatory treatment (in the case of a rule on treatment). In: the positive list approach, the underlying logic is different: the idea is to define a “floor” of liberalization or nondiscrimination not to be rolled back by changes in internal policies”. (TORRENT, Ramom, op. cit., p. 9-10).

¹⁷⁵ “Experts in the jargon argue very often that “negative” and “positive” lists can lead to the same results. The argument is as obvious as it is misleading:

- Of course, the content of a general obligation can be nearly nullified if the exceptions (the negative list) are very broad and deep in scope (or if a “horizontal” exception is included). And the content of an obligation whose scope is determined through a positive list can be very broad and deep if the list is very large”. (TORRENT, Ramom, op. cit., 9 p.).

Portanto, em princípio, o mecanismo de listas negativas implica maior transparência, visto que, *a priori*, todos os setores, atividades ou linhas de produtos são objeto de compromisso e, portanto, os Membros devem deixar claro quais as políticas nacionais aplicáveis a eles.

Por outro lado, ao optar pela liberalização comercial por meio de listas negativas os Membros devem se comprometer a não adotar novas medidas discriminatórias e/ou que restrinjam o acesso aos setores de serviços em seus territórios. Tal determinação aplica-se tanto aos setores de serviços existentes quanto àqueles que ainda não existem ou não foram regulamentados na data em que o acordo entrar em vigor.

Outro aspecto relevante a ser considerado ao adotar o mecanismo de listas positivas consiste no fato de que a assunção de novos compromissos é incerta. Por mais que haja uma agenda para os Membros assumirem novos compromissos, trata-se apenas de uma previsão, e não de uma obrigação de que novos compromissos sejam assumidos. Ademais, uma eventual obrigação de que novos compromissos fossem assumidos seria incompatível com a natureza flexível das listas positivas.

Do ponto de vista econômico, a liberalização por listas negativas e a liberalização por listas positivas têm o mesmo objetivo. Espera-se que o mecanismo de listas, sejam elas positivas ou negativas, resulte na liberalização dos mercados e, conseqüentemente, na melhoria da qualidade dos produtos e serviços, na inovação dos processos produtivos e dos produtos, na redução do desperdício de recursos, no fortalecimento dos setores a crises causadas por fatores externos e na garantia de oferta de produtos e serviços em condições razoáveis. Além desses resultados, acredita-se que a liberalização de serviços de infraestrutura - em particular dos setores de transportes, comunicações e serviços financeiros - tenha o potencial de aumentar a produtividade de toda a economia¹⁷⁶.

Mesmo que o resultado final obtido por ambas as modalidades possa ser considerado equivalente, em termos econômicos, alguns autores acreditam que a opção pela liberalização por meio de listas negativas resulte no fortalecimento da governança nacional e internacional, em virtude de haver maior transparência com relação às políticas regulatórias vigentes, aplicáveis a cada setor de serviços¹⁷⁷. Outra consequência do modelo

¹⁷⁶ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Market Access: Unfinished Business. Post Uruguay Round Issues - Special Studies No. 6. Genebra, 2001, 103 p. Disponível em: <http://www.wto.int/english/res_e/booksp_e/special_study_6_e.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2008.

¹⁷⁷ Sobre essa questão, Pierre Sauvé e Aaditya Mattoo apontam que: “*While the debate over these competing approaches appears settled in the GATS context (where reliance on the hybrid approach shows no sign of being modified), it is useful to recall these differences as the issue is still very much alive in a regional*

de listas negativas consiste no aumento do diálogo entre os negociadores e os reguladores, que decorre da necessidade de conhecer e relacionar todas as barreiras regulatórias existentes em cada um dos setores de serviços, bem como discutir possíveis alterações nas barreiras regulatórias, de modo a satisfazer, simultaneamente, os objetivos de liberalização comercial e os objetivos de política pública¹⁷⁸.

4.2. O MECANISMO DE LIBERALIZAÇÃO ADOTADO PELO GATS

Como explicado no Capítulo 1 acima, o GATS possui a forma de uma fórmula compromisso. Isso quer dizer que o GATS contém regras gerais aplicáveis a todo o comércio internacional de serviços, bem como normas relativas às sucessivas e futuras negociações comerciais que resultariam na gradual liberalização desse setor¹⁷⁹. A flexibilidade característica do GATS está relacionada ao fato de que a liberalização do comércio de serviços é realizada por meio de listas de compromissos positivas.

Alguns autores entendem que o mecanismo de liberalização adotado pelo GATS não pode ser classificado como mecanismo de listas positivas, mas como um mecanismo híbrido. Segundo Pierre Sauvé, o mecanismo de liberalização do comércio de serviços é um mecanismo híbrido, que não deriva de nenhum dispositivo do GATS¹⁸⁰, visto que é composto por: (i) uma escolha voluntária e positiva de setores, subsectores e modos de prestação, nos quais os Membros estão dispostos a assumir compromissos vinculativos; e (ii) uma lista negativa de medidas que não são consistentes com as disposições do GATS, mas que serão mantidas pelos Membros em determinados setores¹⁸¹.

Ao adotar esse mecanismo de liberalização para o comércio de serviços, os Membros da OMC acordaram em assumir compromissos de acesso a mercados e tratamento

context and as WTO Members contemplate the scope that may exist in the current negotiations for making possible improvements to the GATS architecture even while keeping with its current foundations". (SAUVÉ, Pierre e MATTOO, Aaditya, op. cit., p. 253- 254).

¹⁷⁸ Vide SAUVÉ, Pierre e MATTOO, Aaditya, op. cit., 255 p.

¹⁷⁹ Vide CELLI JUNIOR, Umberto. **Os acordos de serviços (GATS) e de investimentos (TRIMS) na OMC: espaço para políticas de desenvolvimento**. São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.usp.br/prolam/downloads/gats.pdf>>. Acesso em: 9 jan. 2008.

¹⁸⁰ Vide SAUVÉ, Pierre. **Services and the international contestability of markets**. Washington: 1996, 8 p. Disponível em: <http://www.unctad.org/en/docs/iteitv5n1a4_en.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2008.

¹⁸¹ Nesse sentido, Pierre Sauvé e Aaditya Mattoo esclarecem que: "(...) *Two major approaches towards the liberalization of trade and investment in services have been manifest in RTAs and in the WTO: the positive list or "bottom-up" approach (which in reality should be described as a hybrid approach featuring a voluntary, positive, choice of sectors, sub-sectors and/or modes of supply in which governments are willing to make binding commitments together with a negative list of non-conforming measures to be retained in scheduled areas), and the negative list or "top-down/list it or lose it" approach*". SAUVÉ, Pierre e MATTOO, Aaditya, op. cit., 253 p.

nacional, especificando em suas listas de compromisso, quais as limitações ao tratamento ou ao acesso dos prestadores de serviços estrangeiros para os setores e modos em que consolidou compromissos. No entanto, os Membros também retêm o direito de não assumir quaisquer compromissos. Nesse caso, os Membros não têm nenhuma obrigação de prestar informações a seus parceiros comerciais com relação à natureza das leis nacionais, mesmo que sejam de caráter discriminatório ou que impeçam o acesso ao mercado daquele Membro.

Outro aspecto importante do mecanismo adotado pelo GATS consiste no fato de que os compromissos assumidos pelos Membros não devem, necessariamente, refletir o *status quo* regulatório existente em determinado Estado. Ou seja, mesmo que um Membro assuma compromissos, esses compromissos não precisam corresponder à situação de fato verificada no território daquele Membro com relação ao acesso e ao tratamento dado ao prestador estrangeiro¹⁸².

Por outro lado, a ausência de compromissos assumidos por um Membro em determinado setor não significa que o prestador estrangeiro não tenha acesso a esse setor de serviços. Um Membro pode manter um regime muito liberal em termos de acesso a mercados em determinado setor de serviços, mas mesmo assim decidir não assumir compromissos com relação àquele setor. Entretanto, sem a consolidação de compromissos não há garantia de que esse Membro continuará adotando uma política liberal com relação a determinado setor.

Como os Membros não têm a obrigação de assumir compromissos em serviços, os compromissos consolidados demonstram: (i) o grau de sensibilidade ou de interesse em determinado setor; (ii) a importância ou aceitação dos diferentes modos de prestação de serviços, do ponto de vista dos Membros que assumiram compromissos; e (iii) a prevalência de diferentes tipos de barreiras ao comércio, reveladas pelas limitações de acesso a mercados e tratamento nacional inscritas nas listas de compromissos¹⁸³.

¹⁸² “Under a GATS-like, hybrid approach to scheduling liberalization commitments, countries agree to undertake national treatment and market access commitments specifying (through reservations in scheduled areas) the nature of treatment or access offered to foreign services or foreign-service suppliers. Under such an approach, countries retain the full right to undertake no commitments. In: such instances, they are under no legal obligation to supply information to their trading partners on the nature of discriminatory or access-impeding regulations maintained at the domestic level.

A related feature of the GATS that tends to be replicated in RTAs that espouse a bottom-up approach to liberalization is to afford countries the possibility of making commitments that do not necessarily reflect or lock-in (i.e., are made below) the regulatory status quo (a long-standing practice in tariff negotiations that was replicated in a GATS setting)”. (SAUVÉ, Pierre; MATTOO, Aaditya, op. cit., 255 p.).

¹⁸³ “The absence of a commitment therefore does not mean that supply is not permitted. A country may maintain a very liberal regime while making no GATS commitments at all—but without commitments there is

4.3. AS NEGOCIAÇÕES DA LISTA DE COMPROMISSOS EM SERVIÇOS NA RODADA URUGUAI

Como dito acima, na Rodada Uruguai foi estabelecido que as negociações de acesso a mercados em serviços seriam realizadas por meio de pedidos e ofertas, concretizados em listas positivas.

Pode-se dizer que o mecanismo de listas positivas do GATS foi adotado, de maneira *ad hoc*, no estágio final da Rodada Uruguai¹⁸⁴.

Durante os oito anos de negociações, um grupo de países formado, principalmente, por PEDs apresentou resistência à adoção de lista negativa na área de serviços. Tais países acreditavam que esse enfoque iria resultar em uma pressão liberalizar uma maior quantidade de setores do que estavam preparados para liberalizar. Além disso, esses países temiam que, com a adoção de listas negativas, acabassem por liberalizar todos ou quase todos os setores de serviços em que a regulação era fraca ou pouco desenvolvida. Esse grupo demonstrava preferência pelo enfoque de listas positivas, pois acreditavam que esse sistema permitiria a abertura progressiva e seletiva dos setores de serviços, além de não resultar na liberalização automática dos setores de serviços em que a regulação era fraca ou pouco desenvolvida.

Do ponto de vista procedimental, esse grupo de países também era contrário à adoção de listas negativas, por acreditar que não haveria tempo suficiente para que os países, sobretudo os PEDs e PMDRs, elaborassem uma lista negativa com todos os setores de serviços, modos de prestação, além de limitações à liberalização de cada setor, em cada modo de prestação. Esse posicionamento ficou claro na conferência ministerial de Bruxelas, de 1990.

Por outro lado, as CE defendiam a criação de um acordo sobre serviços com obrigações relativamente flexíveis e, desse modo, que a liberalização, na área de serviços,

no guarantee that it will stay liberal. (...) They nevertheless throw useful light on three important issues: the degree of sensitivity, or of trade interest, of different sectors as revealed by the number of countries making commitments on them; the relative importance, or acceptability, of the different modes of supply from the view point of the scheduling country; and the prevalence of different types of trade barriers, as revealed by the limitations on market access and national treatment which governments have scheduled". (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Market Access: Unfinished Business. Post Uruguay Round Issues - Special Studies No. 6. Genebra, 2001, 101 p. Disponível em: <http://www.wto.int/english/res_e/booksp_e/special_study_6_e.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2008).

¹⁸⁴ SAUVÉ, Pierre, op. cit., 8 p.

ocorresse por meio de listas positivas. Já os Estados Unidos e alguns outros Estados considerados economias pequenas, como os Membros da OCDE e Estados recém-industrializados, eram favoráveis, desde o início das negociações, à adoção do mecanismo de listas negativas¹⁸⁵.

Ao perceberem que o estabelecimento de regras aplicáveis ao comércio internacional de serviços seria inevitável, os PEDs se mostraram favoráveis à criação de um acordo sobre serviços, desde que a liberalização comercial fosse realizada de modo progressivo, por meio de listas positivas.

Assim, para evitar que a Rodada Uruguai terminasse em impasse, as Partes Contratantes do GATT concordaram em celebrar um acordo sobre serviços que tivesse a forma de uma fórmula compromisso, que permitisse a gradual liberalização desse setor por meio de listas positivas de compromissos¹⁸⁶.

Algumas diretrizes foram estabelecidas para auxiliar os Membros na preparação das ofertas, pedidos e das listas preliminares de compromissos. Essas diretrizes foram incorporadas no documento *Consolidação dos Compromissos Iniciais no Comércio de Serviços: Nota Explicativa*, de 3 de setembro de 1993¹⁸⁷, que foi atualizado pelo documento *Consolidação dos Compromissos Iniciais no Comércio de Serviços: Nota Explicativa, Adendo*, de 30 de novembro de 1993¹⁸⁸. Ambos os documentos foram distribuídos às Partes Contratantes do GATT durante as negociações da Rodada Uruguai e foram os documentos utilizados como diretrizes para a consolidação de compromissos em serviços. O objetivo desse documento consistia em explicar, de forma concisa, como os compromissos iniciais na área de serviços deveriam ser inscritos pelos Membros, de modo a assegurar precisão e clareza aos compromissos inscritos nas listas positivas.

Durante a Rodada Uruguai, um dos principais pontos discutidos pelas Partes Contratantes consistiu na necessidade ou não de adoção de um formato padrão de lista de compromissos em serviços.

¹⁸⁵ Vide HOEKMAN, Bernard M.; KOSTECKI, Michel M., op. cit., p. 249-250.

¹⁸⁶ Segundo o professor Umberto Celli Junior: “O GATS caracteriza-se por possuir estrutura complexa e ambígua que contém diversos níveis de obrigações. O GATS estabelece um amplo compromisso dos Membros da OMC relativo a sucessivas e futuras negociações que conduzam a uma gradual liberalização do setor”. (CELLI JUNIOR, Umberto, op. cit., 3 p.).

¹⁸⁷ ACORDO GERAL SOBRE TARIFAS E COMÉRCIO. MTN.GNS/W/164, Scheduling of Initial Commitments in Trade in Services: Explanatory Note, de 3 de setembro de 1993. Disponível em: <<http://gatt.stanford.edu>>. Acesso em: 10 jan. 2009.

¹⁸⁸ ACORDO GERAL SOBRE TARIFAS E COMÉRCIO. MTN.GNS/W/164/Add.1, Scheduling of Initial Commitments in Trade in Services: Explanatory Note, Addendum, de 30 de novembro de 1993. Disponível em: <<http://gatt.stanford.edu>>. Acesso em: 10 jan. 2009.

Os negociadores decidiram pela adoção de um formato padrão de lista de compromissos. Acreditava-se que um formato comum de lista e a padronização dos termos usados nas listas eram necessários para garantir que os compromissos consolidados não fossem ambíguos e pudessem ser comparados.

Na ocasião da assinatura da Ata Final da Rodada Uruguai, em 15 de abril de 1994, haviam sido apresentadas 95 listas de compromissos em serviços e 61 listas de derrogação do princípio de tratamento de nação mais favorecida. Para que isso fosse possível, durante a Rodada Uruguai, ocorreram diversas negociações para que fosse definido o modelo de lista de compromissos a ser utilizado nas negociações de serviços.

Quatorze anos depois, a estrutura da lista de compromissos adotada na Rodada Uruguai continua sendo utilizada na atual rodada de negociações. As listas de compromisso foram divididas em uma seção horizontal em uma seção específica. A seção horizontal abrange todos os setores de serviços em que o Membro assumiu compromissos – ou seja, listados na seção específica - bem como os quatro modos distintos pelos quais o comércio internacional de serviços pode ocorrer.

Com relação às listas de compromissos em serviços negociadas durante a Rodada Uruguai, a maioria dos compromissos assumidos pelos Membros não dava acesso a novos mercados, mas apenas garantiam a manutenção do status regulatório vigente. Desse modo, na Rodada Uruguai, a maioria dos Membros assumiu compromissos modestos, tanto em termos de número de setores e modos de prestação abrangidos, quanto em termos de qualidade dos compromissos consolidados. Na realidade, ao assumir compromissos em serviços, esses Membros se comprometeram apenas a manter o nível de acesso a mercados existente à época.

Apesar de não possibilitar a abertura de novos mercados a prestadores estrangeiros ou alterar condições discriminatórias vigentes em certos setores de serviços, as listas consolidadas pelos Membros durante a Rodada Uruguai representam uma importante conquista em termos de liberalização comercial, à medida que garantiam que as condições de acesso a mercados e de tratamento nacional dadas a investidores e prestadores de serviços em determinado Estado não seriam alteradas em razão de mudanças políticas¹⁸⁹.

¹⁸⁹ “(...) *The majority of commitments negotiated and scheduled in the Uruguay Round were in fact “standstill bindings”, committing the country concerned only to maintain the current level of access; more liberalization took place in the 1997 negotiations on basic telecommunications and financial services. However, standstill bindings have value. They provide traders and investors with the assurance that the conditions on which their decisions are based will not be overturned by sudden policy changes. Nevertheless, trade liberalization is the essential purpose of the new round, to be achieved both by removing or reducing existing limitations and by extending the sectoral coverage of schedules. (...) As a result, the levels of*

4.4. COMPARAÇÃO ENTRE O TRATAMENTO DAS LISTAS DE COMPROMISSOS NO GATS E NOS ACORDOS REGIONAIS DE COMÉRCIO QUE ABRANGEM SERVIÇOS

Os acordos regionais de comércio que abrangem serviços em vigor adotam tanto o modelo de liberalização comercial por meio de listas positivas quanto por listas negativas, sendo que a maioria deles utiliza o mecanismo de listas negativas, seguindo o modelo adotado pelo NAFTA. O MERCOSUL é um dos poucos acordos regionais que adotou o modelo de listas positivas para a liberalização do comércio de serviços intrabloco.

4.4.1. NAFTA

O NAFTA, que foi celebrado em 1994 entre Canadá, Estados Unidos e México, foi o primeiro acordo regional de comércio a adotar o mecanismo de listas negativas para a liberalização do comércio de serviços¹⁹⁰.

O modelo de liberalização em serviços adotado pelo NAFTA contempla a possibilidade de que as partes indiquem em quais os setores gostariam de preservar o direito a reintroduzir, no futuro, novas medidas restritivas de acesso a mercados ou medidas discriminatórias, bem como aumentar o caráter discriminatório ou restritivo das medidas vigentes. Esse sistema é denominado de sistema de reservas não consolidadas (*unbound reservations*). Em virtude disso, as partes devem listar medidas as medidas

commitments undertaken in the Uruguay Round were generally rather modest, both in terms of the number of sectors included in many schedules and of the quality of bindings in relevant modes of supply. As stated above, most commitments appear to have been confined to binding the status quo, rather than expanding already existing access opportunities. In: many cases, the level of access guaranteed by commitments was lower than that provided de facto. It has to be said that this assessment is based mainly on anecdotal evidence, since there is no comprehensive information in existence on the trade and regulatory regimes of Members, either before or after the Uruguay Round". (Market Access: Unfinished Business. Post Uruguay Round Issues - Special Studies No. 6. Genebra, 2001, 103 p. Disponível em: <http://www.wto.int/english/res_e/booksp_e/special_study_6_e.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2008).

¹⁹⁰ "(...) It is interesting to note that despite the strong opposition that such an approach generated when first mooted by a few GATT Contracting Parties during the Uruguay Round, the negative-list approach to services liberalization has in recent years been adopted in a large number of RTAs covering services. Canada, Mexico and the United States pioneered this approach in the NAFTA in 1994". (SAUVÉ, Pierre; MATTOO, Aaditya, op. cit., 254 p.).

restritivas de acesso a mercados e as medidas discriminatórias existentes que podem vir a ser alteradas no futuro, de modo a prejudicar os prestadores de serviços estrangeiros¹⁹¹.

Como mencionado acima, a adoção do modelo de listas negativas implica a listagem de todas as medidas que possam afetar o comércio internacional de serviços, em termos de tratamento nacional e acesso a mercados, em vigor nos territórios das partes do acordo, sejam elas de caráter federal, estadual ou municipal. Essa é uma tarefa árdua, que demanda uma enorme quantidade de trabalho. Assim, em virtude da dificuldade de relacionar todas essas medidas, quando o NAFTA entrou em vigor, foi estabelecido um período de transição de dois anos para que as partes concluíssem as listas de medidas estaduais e municipais de caráter discriminatório e que impediam que os prestadores de serviços das demais partes tivessem acesso a seu mercado. No entanto, em vista da dificuldade de completar essas listas, as partes do NAFTA optaram por não dar continuidade a essa tarefa e se comprometeram apenas a não aumentar o número de discriminatórias e de medidas que impediam o acesso a seus setores de serviços.

Ressalte-se que a opção de liberalização comercial por meio de listas negativas faz com que as partes dos acordos regionais de comércio se comprometam a não adotar novas medidas discriminatórias e/ou que restrinjam o acesso aos setores de serviços em seus territórios. Tal determinação aplica-se tanto aos setores de serviços existentes quanto àqueles que ainda não existem ou não foram regulamentados na data em que o acordo regional entrar em vigor.

Outra característica do modelo de listas negativas adotado pelo NAFTA e encontrado em outros acordos regionais de comércio consiste no “mecanismo de catraca” (*ratchet mechanism*). Por esse mecanismo, qualquer medida de liberalização autônoma adotada por uma parte do acordo, em uma rodada periódica de negociação, é automaticamente refletida em sua lista de compromissos ou em sua lista de exceções. Esse mecanismo visa a impedir que a parte mude de idéia com relação à alteração que foi objeto de liberalização

¹⁹¹Com relação à possibilidade de reintrodução de medidas de cunho discriminatório, na área de serviços, em acordos regionais que adotaram o mecanismo de listas negativas, Pierre Sauvé e Aaditya Mattoo, observam que: “*The alternative, “top-down” approach to services trade and investment liberalization is based upon the concept of negative listing, whereby all sectors and nonconforming measures are to be liberalized unless otherwise specified in reservation lists appended to an agreement. Non-conforming measures contained in reservation lists are then usually liberalized through consultations or, as in the GATS, periodic negotiations. It bears noting however that most RTAs that employ a negative list approach to liberalization feature so-called “unbound” reservations, listing sectors in which Members wish to preserve the right to introduce new non-conforming measures in the future. In: many RTAs, particularly those modeled on the NAFTA, such reservations nonetheless oblige member countries to list existing discriminatory or access-impairing measures whose effect on foreign services or service suppliers might in the future be made more burdensome*”. (SAUVÉ, Pierre; MATTOO, Aaditya, op. cit., 254 p.).

autônoma, o que representaria um retrocesso em termos de liberalização. A adoção do mecanismo de catraca tem efeitos muito positivos em termos de segurança jurídica e, conseqüentemente, representa um incentivo à realização de investimentos estrangeiros no território das partes do acordo regional de comércio em questão.

Contudo, para que o mecanismo de catraca seja adotado, pode ser necessário vincular a liberalização autônoma a um sistema que garanta créditos para cada medida adotada autonomamente. Dessa forma, as partes incentivadas a não alterar suas políticas nacionais apenas por meio de negociação, mas também por meio do processo de liberalização autônoma.

4.4.2. MERCOSUL

O MERCOSUL foi constituído entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, por meio da subscrição do Tratado para a Constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai (Tratado de Assunção), em 21 de novembro de 1991. De acordo com o Tratado de Assunção, em 1994, seria constituído um mercado comum entre os Estados Partes, no qual haveria livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos. As políticas macroeconômicas de comércio exterior e de serviços dos Estados Partes seriam coordenadas, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre eles¹⁹².

Entre 1995 e 1998, Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai negociaram um instrumento jurídico destinado a promover a liberalização do comércio de serviços no plano subregional. Essa negociação foi concluída com a adoção do Protocolo de

¹⁹² “ARTIGO 1

Os Estados Partes decidem constituir um Mercado Comum, que deverá estar estabelecido a 31 de dezembro de 1994, e que se denominará Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Este Mercado Comum implica:

A livre circulação de bens serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não-tarifárias á circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente;

(...) A coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes - de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de serviços, alfandegária, de transportes e comunicações e outras que se acordem, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados Partes”. (MERCOSUL. Tratado para a Constituição de um Mercado Comum entre a Republica Argentina, a Republica Federativa do Brasil, a Republica do Paraguai e a Republica Oriental do Uruguai, ratificado pelo Brasil por meio do Decreto Legislativo nº 197, de 25 de setembro de 1991, e promulgado pelo Decreto nº 350, de 21 de novembro de 1991. Disponível em: <www.mercosul.int>. Acesso em: 17 dez. 2008).

Montevidéu sobre o Comércio de Serviços no MERCOSUL (Protocolo de Montevidéu), em 25 de dezembro 1997¹⁹³.

O Protocolo de Montevidéu estabeleceu as obrigações de caráter geral aplicáveis ao comércio de serviços intrabloco, além de um programa de liberalização comercial que deveria ser completado em dez anos, contados a partir da data de entrada em vigor do Protocolo, que ocorreu em 7 de dezembro de 2005. As obrigações estabelecidas no Protocolo de Montevidéu consistem, basicamente, na reprodução das disciplinas do GATS, em nível regional. Desse modo, o Protocolo de Montevidéu estabeleceu que a liberalização do comércio de serviços intrabloco será progressiva, consubstanciada em sucessivas rodadas de negociação, em que novos engajamentos de abertura comercial serão gradativamente incorporados às listas positivas de compromissos específicos dos Estados Partes. O modelo de lista de compromissos adotado pelo Protocolo de Montevidéu também é inspirado no modelo adotado pelo GATS¹⁹⁴, que será abordado em detalhes nos próximos capítulos do presente trabalho. As listas de compromissos dos Estados Partes são partes integrantes do referido Protocolo.

Em julho de 1998, foram aprovadas as listas de compromissos específicos iniciais dos quatro Estados Partes do MERCOSUL¹⁹⁵. Até o final de 2008, haviam sido realizadas sete rodadas negociadoras, nas quais os Estados Partes assumiram novos compromissos em serviços, em âmbito regional, aprofundaram o escopo dos compromissos assumidos e eliminaram limitações de acesso a mercados e tratamento nacional.

Apesar de adotar o modelo de listas positivas, o MERCOSUL estuda promover a elaboração de listas relacionando todas as medidas implementadas por seus Estados Partes que poderiam afetar o comércio internacional de serviços com os demais Estados Partes do bloco¹⁹⁶. Essa lista não seria vinculativa. Essas listas teriam como função informar aos Estados Partes quais as medidas discriminatórias e restritivas a que restringem o acesso aos

¹⁹³ Vide Decreto Nº 6.480, de 11 de junho 2008, que promulga o Protocolo de Montevidéu sobre o Comércio de Serviços do MERCOSUL. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 17 dez. 2008).

¹⁹⁴ A primeira coluna da lista de compromissos corresponde à lista dos setores de serviços nos quais os Estados Partes assumem compromissos de abertura. As duas colunas seguintes elencam as limitações que serão mantidas em matéria de acesso a mercados e tratamento nacional, especificadas em quatro modos de prestação de serviços. As limitações são descritas de maneira sucinta, conforme estabelecido nos Artigos IV e V do Protocolo de Montevidéu. (Vide Decreto Nº 6.480, de 11 de junho 2008, que promulga o Protocolo de Montevidéu sobre o Comércio de Serviços do MERCOSUL. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 17 dez. 2008).

¹⁹⁵ Vide MERCOSUR/CMC/DEC. Nº 09/98, Protocolo De Montevideo Sobre el Comercio de Servicios del MERCOSUR - Anexos con Disposiciones Especificas Sectoriales y Listas de Compromisos Especificos Iniciales, de 23 de julho de 1998. Disponível em: <<http://www.sice.org/trade/mrcsrs/decisions/DEC998s.asp>>. Acesso em: 12 jan. 2009.

¹⁹⁶ SAUVÉ, Pierre; MATTOO, Aaditya, op. cit., 239 p.

setores de serviços em vigor nos territórios dos demais Membros. As medidas relacionadas nas listas deveriam ser eliminadas, de forma gradual, mas, a princípio, não seria estabelecido um prazo para sua eliminação completa¹⁹⁷.

A liberalização do comércio de serviços entre os Estados Partes do Mercosul, no modo 3 de prestação de serviços, também foi regulamentada pelo Protocolo de Colônia Para a Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos no Mercosul (Intrazona), de 17 de janeiro de 1994 (Protocolo de Colônia)¹⁹⁸. De acordo com esse Protocolo, cada Estado Parte do Mercosul promoverá os investimentos de investidores dos outros Estados Partes e os admitirá em seu território de maneira não menos favorável que os investimentos de seus próprios investidores ou investimentos realizados por investidores de terceiros Estados, assegurando um tratamento justo e equitativo aos investimentos, sem prejudicar sua gestão, manutenção, uso, gozo ou disposição, por meio de medidas injustificadas ou discriminatórias. Já o Protocolo sobre Promoção e Proteção de Investimentos Provenientes de Estados Não Membros do MERCOSUL, assinado em 5 de agosto de 1994 (Protocolo de Buenos Aires)¹⁹⁹, regulamenta a questão do modo 3 para Estados que não são Membros do MERCOSUL²⁰⁰.

¹⁹⁷ A respeito características das normas adotadas pelo MERCOSUL para a liberalização do comércio de serviços intra-bloco, Pierre Sauvé e Aaditya Mattoo afirmam que: “(...) *While RTAs covering services typically address non-discriminatory quantitative restrictions that impede access to services markets (addressed under Article XVI of the GATS), many agreements, particularly those concluded in the Western Hemisphere and modeled on the NAFTA, are weaker than the GATS, committing parties solely to making such measures fully transparent in annexes listing non-conforming measures and to a best endeavors approach as regards their progressive dismantling in the future. In: contrast, under GATS, WTO members undertake policy bindings in sectors, sub-sectors and modes of supply against which market access commitments are scheduled. Many other RTAs, such as MERCOSUR and the various RTAs to which EU Members are party, introduce a prohibition on the introduction of new non-discriminatory Quantitative Restrictions (QRs) on any scheduled commitment and sector, mirroring a similar requirement under the GATS*”. Op. cit. P. 239.

¹⁹⁸ MERCOSUL/CMC/DEC. N° 11/93, Protocolo de Colônia para a Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos no MERCOSUL (Intrazona), de 17 de janeiro de 1994. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/trade/mrcsr/colonia/pcolonia_p.asp>. Acesso em: 11 jan. 2009.

¹⁹⁹ Vide MERCOSUR/CMC/DEC. N° 11/94, Protocolo sobre Promoção e Proteção de Investimentos Provenientes de Estados Não Membros do MERCOSUL, de 5 de agosto de 1994. Disponível em: <http://www.mercosur.int/msweb/portal%20intermediario/Normas/normas_web/Decisiones/PT/CMC_DEC_1994-011_PT_Prot-Promo-Prot-Investimentos.PDF>. Acesso em: 11 jan. 2009.

²⁰⁰ Sobre o tratamento dos investimentos estrangeiros no âmbito do MERCOSUL, vide CELLI JUNIOR, Umberto. O Impacto dos Acordos de Investimentos sobre os Estados-Membros do MERCOSUL. Cadernos PROLAM/USP. Ano 4, vol. 1, 2005. P. 81-96. Disponível em: <http://www.usp.br/prolam/downloads/2005_1_4.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2009.

4.4.3. OUTROS ACORDOS REGIONAIS DE COMÉRCIO

De modo geral, pode-se dizer que os acordos regionais celebrados pelos Estados Unidos, após 1994, abrangem o comércio de serviços e mantêm a estrutura adotada pelo NAFTA²⁰¹.

Com relação aos acordos regionais celebrados pela União Européia, o único que contém um capítulo sobre o comércio de serviços é o acordo celebrado com o Chile. Esse acordo reproduz as disciplinas do GATS e, portanto, abrange os quatro modos de prestação de serviços estabelecidos nesse acordo. Além disso, o acordo entre União Européia e Chile determina que a liberalização comercial em serviços seja realizada por meio de listas positivas, em termos de acesso a mercados, bem como a obrigação de tratamento nacional²⁰².

Não obstante, observa-se um aumento no número de acordos regionais celebrados ao longo da última década que abrangem o setor de serviços e utilizam o mecanismo de listas negativas.

O México, por exemplo, adotou esse modelo de liberalização em todos os acordos regionais de comércio que celebrou com países da América do Sul e da América Central, a saber: (i) Acordo Chile-México; (ii) Acordo Bolívia-México; (iii) Acordo Costa Rica-México; (iv) Acordo México-Nicarágua; e Acordo México-Honduras/Nicarágua/El Salvador. Já nos acordos celebrados com o EFTA, o modelo adotado foi o de listas positivas.

²⁰¹ “On services, US-led agreements keep to the same structure and, to a large extent, the very same provisions of NAFTA. This approach focuses on cross-border exchanges of services, which, in a comparison with GATS, would include its modes 1 and 2 and, to a limited degree, mode 4. Liberalization is addressed through negative listing, and the disciplines concentrate mainly on market access obligations, although there is room to list applicable quantitative restrictions. Disciplines on GATS mode 4 should be understood to address the international supply of a service when it requires the physical movement of natural persons in order to duly provide the service, and applies mostly to highly skilled professionals. Access to the labour market as such and rules on permanent residence are explicitly excluded from the scope of the agreement”. (TORRENT, Ramon; MOLINUEVO, Martín, op. cit., 84 p.).

²⁰² “EC-led pre-Uruguay Round agreements, provisions on international exchanges of services are either non-existent or have a very limited scope. The agreement recently signed with Chile, the only one that includes a full-fledged chapter on “trade in services”, simply reproduces GATS disciplines and adopts its positive list approach for liberalization of market access and the obligation of national treatment. By adopting the GATS approach, it covers not only crossborder exchanges of services but also FDI in the services sectors (as “commercial presence” of foreign providers of services), and includes, like GATS, disciplines not only on access but also on internal regulatory treatment. As a consequence, the investment chapters only address the question of FDI in the goods’ manufacturing sectors”. (TORRENT, Ramon; MOLINUEVO, Martín, op. cit., 84 p.).

O Chile adotou o modelo de listas negativas em todos os acordos regionais de comércio, quais sejam: (i) Acordo Chile-Canadá; (ii) Acordo Chile-México; (iii) Acordo Chile-América Central; e (iii) Acordo Chile-Estados Unidos²⁰³.

A Comunidade Andina, por sua vez, adotou uma versão um pouco diferente do modelo de listas negativas adotado pelo NAFTA. O sistema andino estabeleceu que o processo de liberalização do comércio de serviços teria início apenas após a finalização das listas que relacionam todas as medidas implementadas por seus Membros que poderiam afetar o comércio internacional de serviços intrabloco. Essa lista não seria vinculativa. Sua função consiste apenas em informar aos Membros quais as medidas discriminatórias e restritivas ao acesso aos setores de serviços em vigor nos territórios dos demais Membros. As medidas relacionadas nas listas deveriam ser eliminadas, de forma gradual, dentro de um período de cinco anos, que expirou em 2005²⁰⁴.

²⁰³ A relação completa dos acordos regionais de comércio celebrados pelo México e pelo Chile que abangem serviços, bem como as principais características desses acordos, encontra-se em SAUVÉ, Pierre; MATTOO, Aaditya, op. cit., p. 248-249.

²⁰⁴ Vide SAUVÉ, Pierre; MATTOO, Aaditya, p. cit., 254 p.

CAPÍTULO 5. A LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL EM SERVIÇOS: O PROCESSO DE INSCRIÇÃO DE COMPROMISSOS ESPECÍFICOS EM SERVIÇOS E A ESTRUTURA DA LISTA DE COMPROMISSOS ADOTADA PELO GATS

No quinto capítulo desse trabalho, serão analisados o processo para a inscrição de compromissos específicos na área de serviços e a estrutura da lista de compromissos.

Com relação ao processo de inscrição de compromissos, será examinado como os Membros consolidam compromissos em serviços e quais os fatores decisivos que são levados em consideração.

Já com relação à estrutura das listas de compromissos, serão analisados os seguintes aspectos: compromissos horizontais, específicos e adicionais, incluindo as limitações de tratamento nacional e de acesso a mercado; o formato das listas de compromissos; e a terminologia e a metodologia utilizadas pelos Membros para a inscrição de compromissos em serviços.

Também serão objeto de exame dois documentos relevantes que orientam os Membros a inscrever compromissos específicos em serviços, a saber: a *Lista de Classificação Setorial em Serviços* e as *Diretrizes para as Negociações de Compromissos Específicos em Serviços*.

Na sequência, será feita uma comparação entre a lista de compromissos e a lista de exceções ao princípio de tratamento de nação mais favorecida e será analisada a questão da modificação e revogação dos compromissos consolidados pelos Membros, conforme regulamentado pelo GATS.

Finalmente, será analisado o processo para alteração de compromissos consolidados pelos Membros, previsto no Artigo XXI do GATS.

5.1. O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DE COMPROMISSOS ESPECÍFICOS NO ÂMBITO DO GATS

De modo geral, pode-se dizer que os compromissos específicos consolidados pelos Membros resultam de um processo composto por suas etapas. Em primeiro lugar, os Membros devem decidir quais setores, subsetores de serviços e modos de prestação serão objeto de compromissos, em termos de acesso a mercados e de tratamento nacional. Em segundo lugar, devem decidir quais as leis e medidas nacionais que incidem sobre aquele setor ou subsetor de serviços e modo de prestação de serviço que serão mantidas, apesar de restringirem o acesso do prestador estrangeiro ou o tratamento nacional²⁰⁵.

A decisão a respeito de quais setores, subsetores e modos de prestação serão objeto de compromissos deve ser tomada com base: (i) na estratégia de política pública ou desenvolvimentista; (ii) na possibilidade de que a abertura desse setor ou subsetor resulte em benefícios econômicos concretos; e (iii) na situação regulatória desse setor ou subsetor de serviços. Isso significa que um Membro apenas irá consolidar compromissos específicos em um setor ou subsetor, em determinado modo de prestação, se a abertura comercial for conveniente, do ponto de vista político e econômico, e se for possível, do ponto de vista jurídico e regulatório²⁰⁶.

Após decidir consolidar compromissos em determinado setor ou subsetor de serviços, em determinado modo de prestação, o Membro irá avaliar quais as leis e medidas nacionais que restringem o acesso do prestador estrangeiro ou o tratamento nacional naquele setor/subsetor e modo de prestação. Caso essas medidas corresponderem às medidas descritas nos Artigos XVI e XVII do GATS, que serão analisadas abaixo, elas poderão ser mantidas como limitações de acesso a mercados ou de tratamento nacional, desde que relacionadas na lista de compromissos específicos. No entanto, se essas medidas não corresponderem às medidas relacionadas nos Artigos XVI e XVII do GATS, elas não poderão ser mantidas.

Os Membros que decidirem consolidar compromissos devem inscrever, na lista de compromissos específicos, o setor ou subsetor de serviço, o modo de prestação e o nível de

²⁰⁵ ADLUNG, Rudolf et al. The GATS: key features and sectors. BANCO MUNDIAL **Development, trade and the WTO: a handbook**. Washington: Banco Mundial, 2002. 262 p.

²⁰⁶ Nesse sentido, Umberto Celli Junior aponta que: “Os Membros não são obrigados a assumir compromissos mínimos (*benchmarks*). Eles têm a possibilidade de assumir ou não compromissos, sempre levando em conta seus interesses políticos e econômicos específicos. Na hipótese de um Membro concluir ser de seu interesse assumir determinados compromissos, ele o fará estabelecendo um cronograma, o tipo de serviço e o nível de abertura em cada setor (“listas positivas”)”. (CELLI JUNIOR, Umberto, op. cit., 4 p.).

abertura a que se comprometem²⁰⁷, bem como estabelecer um cronograma para a abertura. A estrutura e os principais elementos que compõem a lista de compromissos específicos, bem como os documentos que orientam a inscrição de compromissos, serão analisados abaixo.

5.2. A CLASSIFICAÇÃO SETORIAL EM SERVIÇOS

Tendo em vista que a liberalização comercial em serviços ocorre por setor de serviço e modo de prestação, é fundamental analisar como são classificados os setores de serviços.

O primeiro documento que trata da classificação setorial em serviços foi elaborado pelo Secretariado do GATT e circulado para os Membros em abril de 1989²⁰⁸. Esse documento apresentava uma proposta de lista de referência de setores de serviços, com base na *Classificação Central Provisória de Produtos*, da Divisão de Estatísticas da ONU²⁰⁹, e em outras classificações de produto internacionalmente reconhecidas, e tinha como objetivo iniciar a discussão do tema no âmbito do Grupo Negociador de Serviços, do GATT.

Em maio de 1991, uma nota informal do Secretariado do GATT contendo uma minuta de classificação setorial em serviços foi distribuída para o Grupo Negociador de Serviços. Esse documento consiste em uma versão aperfeiçoada do documento circulado para os Membros em abril de 1989, elaborado pelo Secretariado com base na *Classificação Central Provisória de Produtos*. Com base na nota informal, circulada em maio do mesmo ano, e nos comentários a esse documento feitos pelos Membros do Grupo Negociador de Serviços, o Secretariado elaborou a *Lista de Classificação Setorial em Serviços*²¹⁰. Esse documento foi adotado pelo CCS em 10 de julho de 1991 e tinha como objetivo auxiliar os futuros Membros da OMC a inscrever os compromissos em serviços nas negociações da

²⁰⁷ Como será explicado abaixo, os Membros podem se comprometer com a liberalização plena de determinado setor e modo de prestação de serviços ou pode estabelecer limitações de acesso a mercados e de tratamento nacional no setor e modo de prestação de serviços objeto desse compromisso ou na seção de compromissos horizontais.

²⁰⁸ ACORDO GERAL SOBRE TARIFAS E COMÉRCIO. MTN.GNS/W/50, Reference list of sectors: Note by the Secretariat, de 13 de abril de 1989. Disponível em: <<http://gatt.stanford.edu>>. Acesso em: 15 jun. 2008.

²⁰⁹ A versão mais recente desse documento encontra-se disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/cr/registry/regcst.asp?Cl=16&Lg=1>>. Acesso em: 16 jun. 2008.

²¹⁰ ACORDO GERAL SOBRE TARIFAS E COMÉRCIO. MTN.GNS/W/120, Services Sectoral Classification List, de 10 de julho de 1991. Disponível em: <<http://gatt.stanford.edu>>. Acesso em: 10 jan. 2009.

Rodada Uruguai²¹¹. É importante ressaltar que, à época, a *Classificação Central Provisória de Produtos* era a única lista de classificação internacional que contemplava tanto bens como serviços, motivo pelo qual a *Lista de Classificação Setorial em Serviços* foi elaborada, sobretudo, com base nessa classificação. A *Lista de Classificação Setorial em Serviços* utilizada como base para a elaboração da *Lista de Classificação Setorial em Serviços* contempla 155 categorias de serviços, que foram agrupados em 12 setores e 56 subsetores. Das 155 categorias de serviços que constam na lista elaborada pelo Secretariado da OMC, 51 correspondem a grupos da *Classificação Central Provisória de Produtos*, 9 são uma combinação de dois ou mais grupos da *Classificação Central Provisória de Produtos* e cerca de 44 são classes na *Classificação Central Provisória de Produtos*. As 51 categorias remanescentes são classificadas na *Classificação Central Provisória de Produtos* como subclasses ou como subdivisões destas e se referem, principalmente, a serviços de telecomunicação e a serviços financeiros.

É importante ressaltar que a *Lista de Classificação Setorial em Serviços* não tem caráter vinculativo²¹². Embora os Membros não estejam juridicamente obrigados a usar essa lista, no documento *Diretrizes para as Negociações de Compromissos Específicos*²¹³, o Secretariado da OMC recomendou que os Membros utilizassem a classificação de setores e subsetores da *Lista de Classificação Setorial em Serviços* como base para seus compromissos em serviços e que eventuais esclarecimentos necessários fossem realizados de acordo com a *Classificação Central Provisória de Produtos*²¹⁴. Independentemente dessa recomendação, os Membros podem usar outras classificações de setores e subsetores em seus compromissos em serviços e até mesmo consolidar compromissos em setores que sequer foram mencionados na *Lista de Classificação Setorial em Serviços*. Nesse caso, o

²¹¹ Logo no início do documento, o Secretariado destaca que a classificação apresentada incorpora, na medida do possível, os comentários de todas as Partes Contratantes que participaram das negociações, e que essa classificação poderia ser modificada, de acordo com o desenrolar das negociações em serviços.

²¹² Por decisão dos Membros da OMC, a observância à classificação de setores e subsetores de serviços apresentada nesse documento não é obrigatória. Os Membros podem optar por usar ou não essa classificação.

²¹³ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/L/92, Guidelines for the Scheduling of Specific Commitments under the General Agreement On Trade in Services, de 23 de março de 2001. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 17 jun. 2008.

²¹⁴ “The legal nature of a schedule as well as the need to evaluate commitments, require the greatest possible degree of clarity in the description of each sector or sub-sector scheduled. In: general the classification of sectors and sub-sectors should be based on the Secretariat's Services Sectoral Classification List. Each sector contained in the Secretariat list is identified by the corresponding Central Product Classification (CPC) number. Where it is necessary to refine further a sectoral classification, this should be done on the basis of the CPC or other internationally recognised classification (e.g. Financial Services Annex). A breakdown of the CPC, including explanatory notes for each sub-sector, is contained in the UN Provisional Central Product Classification”. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/L/92, Guidelines for the Scheduling of Specific Commitments under the General Agreement On Trade in Services, de 23 de março de 2001. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 17 jun. 2008).

Secretariado sugere que os compromissos sejam realizados em concordância com a *Classificação Central Provisória de Produtos*. Caso isso não seja possível, o Membro deve consolidar os compromissos da forma mais detalhada possível, de modo a evitar ambiguidade em relação ao escopo dos compromissos²¹⁵.

A maioria dos Membros que consolidaram compromissos em serviços na Rodada Uruguai utilizou as classificações propostas pela *Classificação Central Provisória de Produtos*, e pela *Lista de Classificação Setorial em Serviços*. No entanto, alguns Membros adotaram compromissos com base em outras classificações, que contemplavam um menor número de setores e subsetores de serviços.

Como será visto adiante, a falta de obrigatoriedade do uso de uma classificação de setores e subsetores de serviços resulta em uma série de problemas em termos de entendimento dos compromissos assumidos e de comparabilidade entre os compromissos.

Com relação à adequação da classificação adotada pela *Lista de Classificação Setorial em Serviços*, é possível afirmar que, em virtude da dinamicidade do setor de serviços, essa classificação está desatualizada e não reflete a realidade do setor.

Em 1999, poucos anos após a *Lista de Classificação Setorial em Serviços*, entrar em vigor, a *Classificação Central Provisória de Produtos* foi substituída pela *Classificação Central Provisória de Produtos - Versão 1.0*. A nova classificação inovou ao incluir a divisão por grupos e ao aumentar o número de classes, setores e subsetores de serviços. A *Classificação Central Provisória de Produtos - Versão 1.0* contempla 109 grupos, 420 classes (contra 315 da versão anterior) e 950 subclasses (contra 675 da versão anterior). Atualmente, as estatísticas do comércio internacional de serviços são calculadas baseadas na classificação introduzida pela *Classificação Central Provisória de Produtos - Versão 1.0*.

²¹⁵ “If a Member wishes to use its own sub-sectoral classification or definitions it should provide concordance with the CPC in the manner indicated in the above example. If this is not possible, it should give a sufficiently detailed definition to avoid any ambiguity as to the scope of the commitment”. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/L/92, Guidelines for the Scheduling of Specific Commitments under the General Agreement On Trade in Services, de 23 de março de 2001. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 17 jun. 2008).

5.3. A ESTRUTURA DA LISTA DE COMPROMISSOS EM SERVIÇOS

5.3.1. COMPROMISSOS HORIZONTAIS, ESPECÍFICOS E ADICIONAIS

Os compromissos consolidados pelos Membros em suas listas podem ser de três tipos, a saber: compromissos horizontais; compromissos específicos ou setoriais; e compromissos adicionais. Todos eles devem ser inscritos nas listas de compromissos, as quais serão anexadas ao GATS e farão parte integrante desse acordo.

5.3.1.1. COMPROMISSOS HORIZONTAIS

Compromissos horizontais são compromissos que se aplicam a todos os setores de prestação de serviços objeto de compromissos específicos, que abrangem um ou a mais modos de prestação de serviços. Portanto, os compromissos horizontais condicionam todas as entradas da lista de compromissos específicos com relação a determinado modo de prestação, setor ou subsetor de serviços.

Trata-se, na verdade, de uma ferramenta para evitar a repetição em compromissos setoriais em que uma medida se aplique a todos os setores objeto de compromissos específicos.

Muitos dos compromissos horizontais estão relacionados com derrogações no acesso a mercados e obrigação de tratamento nacional, em relação a módulos particulares de prestação, tais como "presença de pessoas físicas". Por exemplo, a maioria dos Membros inscreve os compromissos horizontais como forma de limitar a movimentação de pessoas físicas em todos os setores de serviços inscritos, incentivando as transferências entre empresas, dificultando a entrada de pessoas essenciais ou de visitantes desempregados que permaneceram por pouco tempo no país (i.e. temporárias).

De modo geral, compromissos em modo 4 são inscritos como compromissos horizontais, visto que se referem a todos os setores de serviços consolidados na lista de compromissos. Ao inscrever compromissos horizontais em modo 4, os Membros devem identificar à quais categorias de pessoas físicas os compromissos se referem e qual deve ser a duração da permanência das pessoas físicas. Saliente-se que a permanência a que se refere o compromisso horizontal em modo 4 é sempre temporária.

5.3.1.2. COMPROMISSOS SETORIAIS OU ESPECÍFICOS

Os compromissos setoriais assumidos pelos Membros, também denominados compromissos específicos, são inscritos nas listas de compromissos em serviços em uma seção específica. Um compromisso específico consiste em um compromisso mínimo de acesso a mercado e tratamento nacional em um setor de serviços serviço específico e em um modo de prestação específico, nos termos e condições determinados na lista de compromissos setoriais.

Ao consolidar um compromisso setorial, o governo de um Membro da OMC se compromete a garantir determinado nível de acesso a mercado e tratamento nacional, bem como a não adotar nenhuma medida que possa restringir a prestação daquele serviço em seu território, por um prestador estrangeiro. Portanto, compromissos setoriais possuem efeito similar às tarifas consolidadas: garantem aos operadores econômicos de outros Membros que as condições de entrada e operação em um mercado específico não serão alteradas de forma a prejudicá-los.

De acordo com o Artigo XX do GATS, cada Membro deverá indicar em sua lista de compromissos em serviços os compromissos setoriais por ele consolidados, incluindo: (i) os termos, limitações e condições de acesso a mercados; (ii) as condições e qualificações de tratamento nacional; (iii) os compromissos adicionais. Além disso, os Membros deverão estabelecer os prazos para implementação desses compromissos, quando aplicável, e a data em que esses compromissos entrarão em vigor²¹⁶.

5.3.1.2.1. LIMITAÇÕES AOS COMPROMISSOS

Conforme mencionado acima, os Membros podem optar por não liberalizar setores ou subsetor de serviços apenas não inscrevendo esse setor ou subsetor na lista de

²¹⁶ “Art. 20

1 - Cada Membro indicará em uma lista os compromissos específicos assumidos em conformidade com a Parte III do presente Acordo. Com respeito a setores em que tais compromissos são assumidos, cada lista especificará:

a) os termos, limitações e condições relativas ao acesso a mercados;
 b) as condições e qualificações relativas ao tratamento nacional;
 c) as obrigações relativas aos compromissos adicionais;
 d) a data da entrada em vigor de tais compromissos”. (**Decreto nº 1.355**, de 30 de dezembro de 1994, que promulga a Ata Final que incorpora os resultados da Rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais do GATT. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2008).

compromissos. No entanto, ao consolidar compromissos, os Membros devem garantir acesso aos prestadores de serviços estrangeiros para todos os setores, subsetores e modos de prestação de serviços que inscreveram em suas respectivas listas de compromissos, bem como tratamento não discriminatório em relação ao tratamento concedido aos prestadores de serviços nacionais.

O GATS permite que, em cada um dos setores e subsetores inscritos nas listas de compromissos, os Membros inscrevam determinadas limitações de acesso a mercados²¹⁷ e de tratamento nacional²¹⁸. Isso porque, no GATS, ao contrário do que ocorre no GATT, as obrigações relacionadas a acesso a mercados, tratamento nacional e compromissos adicionais se aplicam apenas às medidas que os Membros consolidaram em suas listas de compromissos em serviços.

Assim, as obrigações dos Membros em relação ao acesso a determinado setor de serviços e às condições de tratamento nacional naquele setor não podem ser compreendidas sem a devida referência aos compromissos específicos inscritos com relação aos setores na lista do Membro.

5.3.1.2.1.1. LIMITAÇÕES DE ACESSO A MERCADOS

As limitações de acesso a mercados referem-se a obstáculos à prestação de determinado serviço ou ao ingresso do prestador de serviços estrangeiro no país em que o serviço será prestado.

No parágrafo 1º do Artigo XVI, o GATS dispõe que cada Membro deve conceder, em cada um dos modos de prestação estabelecidos no Artigo I, tratamento não menos favorável do que o previsto e acordado em sua lista de compromissos²¹⁹. Portanto, ao

²¹⁷ Artigo XVI do GATS. (**Decreto nº 1.355**, de 30 de dezembro de 1994, que promulga a Ata Final que incorpora os resultados da Rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais do GATT. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2008).

²¹⁸ Artigo XVII do GATS. (**Decreto nº 1.355**, de 30 de dezembro de 1994, que promulga a Ata Final que incorpora os resultados da Rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais do GATT. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2008).

²¹⁹ “1 - No que respeita ao acesso aos mercados segundo os modos de prestação identificados no art.1, cada Membro outorgará aos prestadores de serviços e aos serviços dos demais Membros um tratamento não menos favorável que o previsto sob os termos, limitações e condições acordadas e especificadas em sua lista.

Nota de rodapé: Se um Membro assume um compromisso de acesso a mercados em relação à prestação de um serviço segundo o modo de prestação referido no parágrafo 2.a do art.1 e se o movimento transfronteira de capitais constitui parte essencial do próprio serviço, dito Membro se compromete ao mesmo tempo a permitir este movimento de capitais. Se um Membro assume um compromisso de acesso a mercados em relação à prestação de um serviço segundo o modo de prestação referido no parágrafo 2.c do art.1, se compromete ao mesmo tempo a permitir transferências conexas de capitais para o seu território”. (**Decreto nº**

inscrever, em sua lista de compromissos, um compromisso em acesso a mercados para determinado setor de serviço, o Membro vincula-se a dar tratamento mínimo requerido para o serviço ou prestador de serviço estrangeiro nesse setor. É importante notar que, na prática, qualquer Membro poderá sempre acordar, ao setor do serviço ou ao prestador do serviço estrangeiro, níveis de tratamento melhor ou superior aos inscritos em sua lista de compromissos.

Os Membros não podem inscrever quaisquer limitações de acesso a mercados em suas listas de compromissos. O Artigo XVI do GATS traz uma lista taxativa de medidas que limitam o acesso a mercados, que os Membros poderão inserir em cada um nos setores e subsetores de serviços e modos de prestação de serviços que inscreverem em suas listas de compromissos.

O artigo XVI²²⁰ do GATS dispõe que um Estado não pode estabelecer limitações à atuação de empresas estrangeiras em relação aos seguintes aspectos: (i) número de provedores de serviços; (ii) valor total das operações ou ativos; (iii) número total de operações ou quantidade de serviço prestado; (iv) número de pessoas físicas empregadas em um setor de serviços específico ou determinação das pessoas necessárias para a prestação de um serviço; (v) medidas que restrinjam ou requeiram tipos específicos de

1.355, de 30 de dezembro de 1994, que promulga a Ata Final que incorpora os resultados da Rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais do GATT. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2008).

²²⁰ “2 - Nos setores em que compromissos de acesso a mercados são assumidos, as medidas que um Membro não manterá ou adotará seja no âmbito de uma subdivisão regional ou da totalidade de seu território, a menos que sua lista especifique o contrário, são definidas como se segue:

a) limitações sobre o número de prestadores de serviços, seja na forma de contingentes numéricos, monopólios ou prestadores de serviços exclusivos ou mediante a exigência de prova de necessidade econômica;

b) limitações sobre o valor total dos ativos ou das transações de serviços ou mediante a exigência de prova de necessidade econômica;

c) limitações sobre o número total de operações de serviços ou da quantidade total de serviços produzidos, expressas em unidades numéricas designadas, em forma de contingentes ou mediante a exigência de prova de necessidade econômica;

Nota de rodapé: A alínea "c" do parágrafo 2º não cobre as medidas de um Membro que limitem os insumos destinados à prestação de serviços.

d) limitações sobre o número total de pessoas físicas que possam ser empregadas em um determinado setor de serviços ou que um prestador de serviços possa empregar e que sejam necessárias à prestação de um serviço específico e estejam diretamente relacionadas com o mesmo, em forma de contingentes numéricos ou mediante a exigência de prova de necessidade econômica;

e) medidas que exijam ou restrinjam tipos específicos de pessoa jurídica ou de empreendimento conjunto ("joint venture") por meio dos quais um prestador de serviços possa prestar um serviço; e

f) limitações sobre a participação do capital estrangeiro expressas como limite percentual máximo de detenção de ações por estrangeiros ou relativas ao valor total, individual ou agregado, de investimentos estrangeiros”. (**Decreto nº 1.355**, de 30 de dezembro de 1994, que promulga a Ata Final que incorpora os resultados da Rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais do GATT. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2008).

sociedades ou *joint ventures* para a prestação de determinado serviço; e (vi) participação de capital estrangeiro²²¹.

As limitações de acesso a mercados (i), (ii), (iii) e (iv) são restrições de ordem quantitativa. Ao adotar alguma dessas restrições, o Membro deve inscrever, em sua lista de compromissos, o teto numérico (a ser expresso em quantidade máxima, em termos absolutos ou percentuais) ou qual o teste de necessidade econômica que se deve ser utilizado para verificar se determinado prestador de serviços é, de fato, necessário naquele setor e naquele modo de prestação de serviços. No caso de adotar a limitação prevista no item (iv) do Artigo XVI.2, por exemplo, o Membro deve estabelecer qual o número máximo de pessoas físicas empregadas naquele setor de serviços específico, quais pessoas são necessárias para a prestação desse serviço ou ainda qual teste de necessidade econômica deve ser realizado para se verificar há necessidade da prestação do serviço, naquele setor e modo, por um prestador de serviços estrangeiro.

Note-se que, ao inscrever limitações de acesso a mercados, os Membros devem indicar, de forma concisa, os elementos que a tornam consistente com o artigo XVI do GATS, incluindo se trata ou não de medida discriminatória. Ao inscreverem limitações em acesso a mercados na forma de testes de necessidade econômica, os Membros devem inscrever os principais critérios nos quais esses testes se baseiam.

5.3.1.2.1.2. LIMITAÇÕES DE TRATAMENTO NACIONAL

Conforme mencionado acima, a liberalização do comércio de serviços também deve ter como princípio o tratamento nacional. Logo, um Membro não pode manter ou impor medida - lei, regulamentos, política ou prática - que descrimine os serviços ou prestadores de serviço estrangeiro, quando comparados a serviços ou prestadores de serviços nacionais similares.

Contudo, o GATS possibilita que os Membros adotem limitações de tratamento nacional em suas listas de compromissos, para os setores e modos de prestação consolidados. Tais limitações consistem em medidas que conferem tratamento discriminatório ao serviço ou prestador de serviços estrangeiro em relação ao serviço ou prestador de serviços nacional similar.

²²¹ Essa proibição se aplica aos quatro modos de prestação de serviços, exceto houver qualquer previsão em sentido contrário nas listas de compromissos dos Membros.

O GATS, no Artigo XVII, apresenta limitações que podem ser inscritas pelos Membros da OMC em suas listas de compromissos. Contudo, em contraposição ao Artigo XVI, o Artigo XVII não descreve uma lista definitiva de medidas que seriam sempre incompatíveis com a obrigação do tratamento nacional nos setores de serviços em que foram consolidados compromissos. Ao contrário, o artigo estipula que, para cada compromisso inscrito na lista de compromissos, o Membro deverá dar, aos serviços e prestadores de serviços estrangeiros, com relação às medidas que afetem a prestação deste serviço, tratamento não menos favorável do que aquele acordado para os seus próprios serviços ou prestadores de serviços similares, sujeito a quaisquer condições e qualificações descritos na lista de compromissos²²².

Assim, para os setores nos quais os Membros consolidaram compromissos, a obrigação do tratamento nacional contida no GATS é, em princípio, similar à obrigação do tratamento nacional contida no GATT 1994, exceto se forem estabelecidas limitações a essa obrigação na lista de compromissos.

O Artigo XVII do GATS também estabelece que o tratamento será considerado menos favorável sempre que houver modificação nas condições de concorrência em favor dos serviços ou de prestadores de serviços nacionais, em detrimento de serviços similares ou de prestadoras de serviços similares sediadas em outro Estado²²³.

Como exemplos das limitações de tratamento nacional que os Membros podem inscrever em suas listas de compromissos, pode-se citar: (i) subsídios discriminatórios e outras medidas financeiras concedidas em favor dos prestadores de serviços nacionais; (ii) exigência de que o prestador de serviços tenha nacionalidade e de residência no Estado em que o serviço será prestado; (iii) requerimentos para licenciamento e qualificação; (iv)

²²² “1 - Nos setores inscritos em sua lista, e salvo condições e qualificações ali indicadas, cada Membro outorgará aos serviços e prestadores de serviços de qualquer outro Membro, com respeito a todas as medidas que afetem a prestação de serviços, um tratamento não menos favorável do que aquele que dispensa a seus próprios serviços similares e prestadores de serviços similares.

Nota de rodapé: Os compromissos específicos assumidos sob o presente Artigo não serão interpretados no sentido de exigir de qualquer Membro compensação por desvantagens competitivas intrínsecas que resultem do caráter estrangeiro dos serviços ou prestadores de serviços pertinentes”. (**Decreto nº 1.355**, de 30 de dezembro de 1994, que promulga a Ata Final que incorpora os resultados da Rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais do GATT. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2008).

²²³ “2 - Um Membro poderá satisfazer o disposto no parágrafo 1º outorgando aos serviços e prestadores de serviços dos demais Membros um tratamento formalmente idêntico ou formalmente diferente do que dispense a seus próprios serviços similares e prestadores de serviços similares.

3 - Um tratamento formalmente idêntico ou formalmente diferente será considerado menos favorável se modificar as condições de competição em favor dos serviços ou prestadores de serviços do Membro em comparação com serviços similares ou prestadores de serviços similares de qualquer outro Membro”. (**Decreto nº 1.355**, de 30 de dezembro de 1994, que promulga a Ata Final que incorpora os resultados da Rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais do GATT. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2008).

transferência de tecnologia e requerimento de treinamento e registro; (v) requerimento de conteúdo local; (vi) proibição de possuir terras e imóveis no Estado em que o serviço é prestado; e (vii) limitações de acesso a seguros e a bolsas de estudos²²⁴.

5.3.1.3. COMPROMISSOS ADICIONAIS

Além dos compromissos horizontais e específicos, os Membros poderão também assumir compromissos adicionais, conforme estabelecido no Artigo XVIII do GATS²²⁵.

Não existe uma definição precisa sobre quais compromissos poderiam ser inscritos como compromissos adicionais. Por exclusão, considera-se que compromissos adicionais referem-se a medidas não abrangidas pelos Artigos XVI e XVII do GATS, ou seja, que não são nem limitações de acesso a mercado nem limitações de tratamento nacional. Tais medidas incluem, mas não estão limitadas a compromissos relativos à qualificação, padrões técnicos, obtenções de licenças e disciplinas concorrenciais²²⁶.

Compromissos adicionais também podem referir-se a compromissos assumidos pelos Membros em outros documentos. A referência a esse compromisso na lista de compromissos em serviços faz com que esses compromissos se tornem vinculativos.

Também é importante notar que os compromissos adicionais podem ser realizados por determinado Membro individualmente ou por um grupo de Membros. Como exemplo de compromisso adicional celebrado por um grupo de Membros, tem-se o *Reference Paper* sobre serviços de telecomunicações²²⁷.

Como resultado das negociações básicas sobre serviços de telecomunicações que ocorreram a partir de 1995, em 24 de abril de 1996, o Grupo de Negociações sobre Serviços Básicos de Telecomunicações, composto por alguns Membros da OMC, elaborou

²²⁴ Vide ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/L/92, Guidelines for the Scheduling of Specific Commitments under the General Agreement On Trade in Services, de 23 de março de 2001, Anexo I. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 17 jun. 2008.

²²⁵ “ART.18

1 - Os Membros poderão negociar compromissos com respeito a medidas que afetem o comércio de serviços não sujeitas à listagem sob os Artigos 16 e 17, inclusive aquelas relativas a qualificações, normas técnicas e questões relativas a licenças. Tais compromissos serão inscritos na lista dos Membros”. (Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, que promulga a Ata Final que incorpora os resultados da Rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais do GATT. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2008).

²²⁶ Vide ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/W/34, Additional commitments under article XVIII of the GATS, de 16 de julho de 2002. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 13 mai. 2008.

²²⁷ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Reference Paper, de 24 de abril de 1996. Disponível em: <http://www.wto.org/english/news_e/pres97_e/refpap-e.htm>. Acesso em: 10 dez. 2008.

um *Reference Paper* sobre serviços de telecomunicações. Esse documento contém um conjunto de princípios regulatórios pró-competitivos aplicáveis ao setor de telecomunicações. O *Reference Paper* estabelece que os Membros devem se comprometer a implementar medidas para impedir que fornecedores de serviços de telecomunicações adotem ou continuem adotando práticas anticompetitivas, como a concessão de subsídios cruzados²²⁸, o uso inapropriado de informações obtidas por meio de outros *players* e a não comunicação de informações técnicas essenciais à prestação de serviços a outros provedores²²⁹. O documento estabelece, ainda, que os Estados devem criar um órgão regulatório independente dos provedores de serviços²³⁰, que os Membros têm liberdade para optar pelo modelo de universalização que desejarem²³¹ e que eles não podem estabelecer condições discriminatórias para a interconexão²³².

²²⁸ “(...) 1. *Competitive safeguards*

1.1 *Prevention of anti-competitive practices in telecommunications*

Appropriate measures shall be maintained for the purpose of preventing suppliers who, alone or together, are a major supplier from engaging in or continuing anti-competitive practices.

1.2 *Safeguards*

The anti-competitive practices referred to above shall include in particular:

(a) *engaging in anti-competitive cross-subsidization;*

(b) *using information obtained from competitors with anti-competitive results; and*

(c) *not making available to other services suppliers on a timely basis technical information about essential facilities and commercially relevant information which are necessary for them to provide services”.*

(ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. *Reference Paper*, de 24 de abril de 1996. Disponível em: <http://www.wto.org/english/news_e/pres97_e/refpap-e.htm>. Acesso em: 10 dez. 2008).

²²⁹ Em função dessa proibição, as empresas de telecomunicações dos países que adotaram o *Reference Paper* estão proibidas de cobrir os aspectos menos lucrativos de sua atividade com a receita obtida com a prestação de serviços mais lucrativos.

²³⁰ “5. *Independent regulators*

The regulatory body is separate from, and not accountable to, any supplier of basic telecommunications services. The decisions of and the procedures used by regulators shall be impartial with respect to all market participants”.

²³¹ “3. *Universal Service*

Any Member has the right to define the kind of universal service obligation it wishes to maintain. Such obligations will not be regarded as anti-competitive per se, provided they are administered in a transparent, non-discriminatory and competitively neutral manner and are not more burdensome than necessary for the kind of universal service defined by the Member”. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. *Reference Paper*, de 24 de abril de 1996. Disponível em: <http://www.wto.org/english/news_e/pres97_e/refpap-e.htm>. Acesso em: 10 dez. 2008).

²³² “2. *Interconnection*

2.1 *This section applies to linking with suppliers providing public telecommunications transport networks or services in order to allow the users of one supplier to communicate with users of another supplier and to access services provided by another supplier, where specific commitments are undertaken.*

2.2 *Interconnection to be ensured*

Interconnection with a major supplier will be ensured at any technically feasible point in the network. Such interconnection is provided.

(a) *under non-discriminatory terms, conditions (including technical standards and specifications) and rates and of a quality no less favourable than that provided for its own like services or for like services of non-affiliated service suppliers or for its subsidiaries or other affiliates;*

(b) *in a timely fashion, on terms, conditions (including technical standards and specifications) and cost-oriented rates that are transparent, reasonable, having regard to economic feasibility, and sufficiently unbundled so that the supplier need not pay for network components or facilities that it does not require for*

Alguns Membros aderiram ao *Reference Paper*. Esses Membros incorporaram os princípios estabelecidos no *Reference Paper* em suas listas de compromissos específicos, na coluna relativa a compromissos adicionais. Além disso, esses Membros concordaram em usar esse documento como base para as disciplinas regulatórias que seriam adotadas nos futuros compromissos adicionais assumidos no setor de telecomunicações, o que de fato ocorreu na ocasião da ratificação do Quarto Protocolo ao Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços²³³, que trata de serviços de telecomunicações²³⁴.

Por fim, cumpre mencionar que qualquer Membro pode inscrever o *Reference Paper* sobre telecomunicações em sua lista de compromissos, na parte relativa a compromissos adicionais.

5.4. AS DIRETRIZES PARA AS NEGOCIAÇÕES DE COMPROMISSOS ESPECÍFICOS

A seção de compromisso específicos das listas de compromissos contém os compromissos setoriais, com base nas *Diretrizes para as Negociações de Compromissos Específicos*²³⁵.

Conforme mencionado anteriormente, as *Diretrizes para as Negociações de Compromissos Específicos* foram elaboradas pelo Secretariado da OMC em 2001. Esse documento representa o resultado do trabalho de revisão dos seguintes documentos elaborados pelo Secretariado do GATT: *Consolidação dos Compromissos Iniciais no Comércio de Serviços: Nota Explicativa*, de 3 de setembro de 1993²³⁶; e *Consolidação dos Compromissos Iniciais no Comércio de Serviços: Nota Explicativa, Adendo*, de 30 de

the service to be provided; and (c) upon request, at points in addition to the network termination points offered to the majority of users, subject to charges that reflect the cost of construction of necessary additional facilities(...)". (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Reference Paper, de 24 de abril de 1996. Disponível em: <http://www.wto.org/english/news_e/pres97_e/repap-e.htm>. Acesso em: 10 dez. 2008).

²³³ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/L/20, Fourth protocol to the General Agreement on Trade in Services, de 30 de abril de 1996. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 10 dez. 2008.

²³⁴ O Quarto Protocolo ao Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços entrou em vigor apenas em 05 de fevereiro de 1998. A esse documento foram anexadas as listas de compromisso e de exceção à cláusula de nação mais favorecida de fevereiro de 1997.

²³⁵ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/L/92, Guidelines for the Scheduling of Specific Commitments under the General Agreement On Trade in Services, de 23 de março de 2001. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 17 jun. 2008.

²³⁶ ACORDO GERAL SOBRE TARIFAS E COMÉRCIO. MTN.GNS/W/164, Scheduling of Initial Commitments in Trade in Services: Explanatory Note, de 3 de setembro de 1993. Disponível em: <<http://gatt.stanford.edu>>. Acesso em: 10 jan. 2009.

novembro de 1993²³⁷. O documento *Consolidação dos Compromissos Iniciais no Comércio de Serviços: Nota Explicativa* foi elaborado pelo Secretariado do GATT a pedido dos Membros do Grupo Negociador de Serviços. Como as listas de compromissos em serviços deveriam ser apresentadas em dezembro de 2003, os Membros do Grupo Negociador de Serviços estavam enfrentando dificuldades práticas para inscrever os compromissos em serviços, as limitações de acesso a mercado e tratamento nacional e as exceções à cláusula de nação mais favorecida²³⁸. Referido documento tinha como objetivo dar orientações aos Membros sobre quais itens deveriam ser inscritos nas listas de compromissos em serviços e como os compromissos em serviços deveriam ser inscritos, além de exemplos sobre os tipos de medidas que deveriam e que não deveriam ser inscritas, o documento continha um modelo de lista de compromisso, com colunas e linhas, e a linguagem que deveria ser utilizada nos compromissos.

O documento *Consolidação dos Compromissos Iniciais no Comércio de Serviços: Nota Explicativa* não apenas foi utilizado no GATT, pelos futuros Membros da OMC, durante as negociações da Rodada Uruguai, mas também foi utilizado para a consolidação de compromissos em serviços, no âmbito do GATS, até 23 de março de 2001, data em que as *Diretrizes para as Negociações de Compromissos Específicos* entraram em vigor. As *Diretrizes para as Negociações de Compromissos Específicos* visam a auxiliar os Membros na preparação dos pedidos, das ofertas e na consolidação de compromissos no âmbito das negociações de acesso a mercados em serviços. Em resumo, esse documento explica, detalhadamente, como os compromissos específicos devem ser consolidados para que sejam claros e precisos, bem como quais itens devem ou não ser inscritos nas listas de compromissos e como as inscrições devem ser realizadas²³⁹.

²³⁷ ACORDO GERAL SOBRE TARIFAS E COMÉRCIO. MTN.GNS/W/164/Add.1, Scheduling of Initial Commitments in Trade in Services: Explanatory Note, Addendum, de 30 de novembro de 1993. Disponível em: <<http://gatt.stanford.edu>>. Acesso em: 10 jan. 2009.

²³⁸ “Additional evidence, for the view that cross-border supply does not imply the presence of the service supplier in the market into which the service is delivered, is contained in a document entitled “Scheduling of Initial Commitments in Trade in Services: Explanatory Note” (the “Explanatory Note”), issued by the GATT Secretariat as a working document for the Group of Negotiations on Services.”²³⁸ The Explanatory Note states that the supply of a service through telecommunications is an example of cross-border supply “since the service supplier is not present within the territory of the Member where the service is delivered”. (emphasis added) We accord substantial interpretative weight to this statement. The Explanatory Note was requested by the Group of Negotiations on Services, and issued in September 1993, during a period of intense drafting of initial commitments to meet the deadline for the completion of schedules in December of that year”. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. WT/DS204/R. Mexico – Measures Affecting Telecommunications Services (Panel Report), paras. 7.18-221. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 9 dez. 2008).

²³⁹ “This note is intended to assist in the preparation of offers, requests and national schedules of specific commitments. Its objective is to explain, in a concise manner, how specific commitments should be set out in

Pode-se dizer que as *Diretrizes para as Negociações de Compromissos Específicos* refletem as preocupações dos Membros com alguns aspectos da inscrição de compromissos, observados nos cinco anos subsequentes à data em que o GATS e as listas de compromissos entraram em vigor, a saber: o que deve ser objeto de compromissos específicos; como os setores e subsetores devem ser descritos; como os modos de prestação de serviços devem ser descritos; como inscrever compromissos horizontais e setoriais; e quais os diferentes níveis de abertura que os compromissos podem representar. Anexos ao documento encontram-se diversos documentos do CCS e de seus órgãos subsidiários que são relevantes para a metodologia de inscrição de compromissos em serviços. Desse modo, o Secretariado da OMC consolidou todos os documentos contendo recomendações sobre a consolidação de compromissos adotados até março de 2001, sejam eles aplicáveis a todos os setores de serviços ou específicos para determinado setor, em um único documento.

É importante notar que, da mesma forma que ocorre com a *Lista de Classificação Setorial em Serviços*, o texto das *Diretrizes para as Negociações de Compromissos Específicos* não tem caráter vinculante, mas sim orientador, por opção dos Membros²⁴⁰.

5.5. TERMINOLOGIA UTILIZADA NAS LISTAS DE COMPROMISSOS

Assim como o formato, a terminologia usada pelos Membros aos inscreverem compromissos em suas listas de compromissos também é padronizada. As inscrições nas listas de compromissos podem ser de três tipos, a saber:

- (i) Nenhuma limitação (*none*);
- (ii) Setor não consolidado (*unbound*); ou

schedules in order to achieve precision and clarity. It is based on the view that a common format for schedules as well as standardization of the terms used in schedules are necessary to ensure comparable and unambiguous commitments. The note cannot answer every question that might occur to persons responsible for scheduling specific commitments; it does attempt to answer those questions which are most likely to arise. The answers should not be considered as a legal interpretation of the GATS.

(...) This note addresses two main questions: what items should be entered on a schedule, and how should they be entered". (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/L/92, Guidelines for the Scheduling of Specific Commitments under the General Agreement On Trade in Services, de 23 de março de 2001. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 17 jun. 2008).

²⁴⁰ Por decisão dos Membros da OMC, a observância às diretrizes contidas no documento não é obrigatória. Cada Membro decide se irá usar ou não as diretrizes ao consolidar compromissos em serviços.

(iii) nenhuma limitação, exceto (...) (*none except...*).

Ao inscrever *none* na seção de compromissos específicos, um Membro compromete-se à liberalização total de determinado setor e modo de prestação de serviços, ou seja, não haverá quaisquer limitações de acesso a mercados e de tratamento nacional no setor e modo de prestação de serviços objeto desse compromisso. Mesmo que não haja quaisquer limitações na lista de compromissos específicos, é importante verificar se há alguma limitação inscrita na seção de compromissos horizontais²⁴¹.

Já o termo *unbound* significa que o Membro não se compromete a liberalizar determinado setor e modo de prestação de serviços. Assim, esse Membro permanecerá livre para introduzir ou manter leis e regulamentos que limitem o acesso a mercado e o tratamento nacional em favor de prestadores de serviços nacionais naquele setor e modo de prestação de serviços²⁴².

²⁴¹ "Full commitment

In: this case the Member does not seek in any way to limit market access or national treatment in a given sector and mode of supply through measures inconsistent with Articles XVI and XVII. The Member in this situation should mark in the appropriate column: NONE. However, any relevant limitations listed in the horizontal section of the schedule will still apply.

Regardless of what is inscribed in the market access column, a "no limitations" entry in the National Treatment column (expressed as "None") would mean that national treatment is bound for the entire mode; it is not limited to what may be bound in a market access commitment with limitations. Thus, if a Member makes a commitment under Article XVI in a sector, where commercial presence is limited to partnerships, an entry "None" or any other entry in the national treatment column would refer to the whole mode of supply and not only to partnerships. (See also paragraphs 3 and 13)".

²⁴² "No commitment

In: this case, the Member remains free in a given sector and mode of supply to introduce or maintain measures inconsistent with market access or national treatment. In: this situation, the Member must record in the appropriate column the word: UNBOUND. This case is only relevant where a commitment has been made in a sector with respect to at least one mode of supply. Where all modes of supply are "unbound", and no additional commitments have been undertaken in the sector, the sector should not appear on the Schedule".

Commitment with limitations

Where market access or national treatment limitations are inscribed, two main possibilities can be envisaged in this case. The first is the binding of an existing situation ("standstill"). The second is the binding of a more liberal situation where some, but not all, of the measures inconsistent with Articles XVI or XVII will be removed ("rollback"). In: either case the Member must describe in the appropriate column the measures maintained which are inconsistent with Articles XVI or XVII. The entry should describe each measure concisely, indicating the elements which make it inconsistent with Articles XVI or XVII. It would not be correct merely to enter in a column words such as "bound", "freeze" or "standstill".

In: some cases a Member may choose to partially bind measures affecting a given category of suppliers. For example, a Member may bind measures affecting the entry and temporary stay only of some categories of natural persons while leaving all other categories unbound. This may be achieved through an indication in the horizontal section of a schedule such as "Unbound except for measures affecting the entry and temporary stay of natural persons in the following categories..." In: such cases, the corresponding sectoral entry under the fourth mode of supply should be "Unbound except as indicated in the horizontal section". (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/L/92, Guidelines for the Scheduling of Specific Commitments under the General Agreement On Trade in Services, de 23 de março de 2001. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 17 jun. 2008).

Um Membro também pode se comprometer a liberalizar determinado setor e modo de prestação, mas impor algumas limitações a esse compromisso, seja de tratamento nacional, seja de acesso a mercados. Assim, se determinado Membro desejar liberalizar um setor e modo de prestação de serviço, mas as leis e regulamentos vigentes em seu território implicarem limitações ao acesso a determinado setor e modo de prestação de serviços ou ao tratamento nacional, conforme regulamentado nos Artigos XVI e XVII do GATS, esse Estado pode inscrever um compromisso como *none except*, seguido da limitação que se aplica ao compromisso em questão²⁴³.

Em determinados modos, a prestação de alguns serviços não é tecnicamente possível ou viável. Como exemplo disso, pode-se citar a construção de pontes ou edifícios em modo 1 (prestação transfronteiriça). Nesses casos, os Membros podem inscrever na seção de compromissos setoriais o termo *unbound**, seguido pela seguinte nota de rodapé explicativa: “não consolidado em virtude de inviabilidade técnica” (*Unbound due to lack of technical feasibility*)²⁴⁴.

Em determinadas circunstâncias, um Membro pode decidir consolidar medidas que afetem apenas uma determinada categoria de prestadores de serviços. Nesse caso, o Membro deve inserir, na seção horizontal, a expressão “Não consolidado, exceto para” (*Unbound except*), seguida da categoria de prestadores de serviços que será afetada pelo compromisso. Na seção de compromissos específicos correspondente, o Membro deverá

²⁴³ “Commitment with limitations

Where market access or national treatment limitations are inscribed, two main possibilities can be envisaged in this case. The first is the binding of an existing situation (“standstill”). The second is the binding of a more liberal situation where some, but not all, of the measures inconsistent with Articles XVI or XVII will be removed (“rollback”). In: either case the Member must describe in the appropriate column the measures maintained which are inconsistent with Articles XVI or XVII. The entry should describe each measure concisely, indicating the elements which make it inconsistent with Articles XVI or XVII. It would not be correct merely to enter in a column words such as “bound”, “freeze” or “standstill”... (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/L/92, Guidelines for the Scheduling of Specific Commitments under the General Agreement On Trade in Services, de 23 de março de 2001, 12 p. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 17 jun. 2008).

²⁴⁴ “No commitment technically feasible

In: some situations, a particular mode of supply may not be technically feasible. An example might be the cross-border supply of hair-dressing services. In: these cases the term UNBOUND* should be used. The asterisk should refer to a footnote which states “Unbound due to lack of technical feasibility”. The term may not be used as an entry in the national treatment column for modes 1 and 2 when, for the same service, there is a market access commitment. Where the mode of supply thought to be inapplicable is in fact applicable, or becomes so in the future, the entry means “unbound”. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/L/92, Guidelines for the Scheduling of Specific Commitments under the General Agreement On Trade in Services, de 23 de março de 2001, p. 12-13. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 17 jun. 2008).

inscrever "Não consolidado, exceto como indicado na seção horizontal" (*Unbound except as indicated in the horizontal section*)²⁴⁵.

Apesar de a terminologia que deve ser utilizada pelos Membros na inscrição de compromissos ser padronizada, os Membros podem usar a linguagem que desejarem nas inscrições das limitações de tratamento nacional e acesso a mercados. Na prática, observa-se que as inscrições das limitações de tratamento nacional e acesso a mercados variam consideravelmente em extensão.

Já a terminologia usada nas colunas de limitações de tratamento nacional e acesso a mercados não é padronizada. Entretanto, pode-se dizer que, geralmente, as inscrições são de dois tipos. No primeiro, as entradas descrevem a natureza da limitação, indicando os elementos que a tornam inconsistente com os Artigos XVI e XVII do GATS. No segundo, as entradas indicam um compromisso limitado ao descreverem o que está sendo ofertado, ao invés de descreverem as limitações de tratamento nacional e de acesso a mercados a que o compromisso está sujeito. Nesse último caso, as inscrições tem como objetivo indicar oportunidades de acesso a mercados para certas categorias de pessoas físicas que prestadoras de serviços.

5.6. FORMATO DAS LISTAS DE COMPROMISSOS

Conforme mencionado acima estrutura das listas que contêm os compromissos de liberalização em serviços dos Membros da OMC adotada na Rodada Uruguai continua sendo utilizada na atual rodada de negociações.

As listas de compromissos possuem um formato padrão, desenvolvido para modo a facilitar a análise comparativa entre as diferentes listas. As listas de compromisso foram divididas em uma seção horizontal em uma seção específica. A seção horizontal abrange todos os setores de serviços em que o Membro assumiu compromissos – ou seja, listados

²⁴⁵ "In: some cases a Member may choose to partially bind measures affecting a given category of suppliers. For example, a Member may bind measures affecting the entry and temporary stay only of some categories of natural persons while leaving all other categories unbound. This may be achieved through an indication in the horizontal section of a schedule such as "Unbound except for measures affecting the entry and temporary stay of natural persons in the following categories..." In: such cases, the corresponding sectoral entry under the fourth mode of supply should be "Unbound except as indicated in the horizontal section". (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/L/92, Guidelines for the Scheduling of Specific Commitments under the General Agreement On Trade in Services, de 23 de março de 2001, 12 p. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 17 jun. 2008).

na seção específica - bem como os quatro modos distintos pelos quais o comércio internacional de serviços pode ocorrer.

Para cada setor ou subsetor de serviços inscrito na lista, deve-se indicar, com relação a cada um dos quatro modos de prestação de serviços, todas as limitações de acesso a mercados e/ou de tratamento nacional que serão mantidas.

Assim, um compromisso consiste em oito entradas, as quais indicam a presença ou ausência de limitações de acesso a mercados e/ou de tratamento nacional mantidas em cada um dos quatro modos de prestação de serviços.

A primeira coluna contém ou setor ou subsetor que é objeto do compromisso. A segunda e a terceira coluna contêm as limitações de acesso a mercados e tratamento nacional, respectivamente. Na quarta coluna, os Membros podem adicionar compromissos adicionais, conforme estabelecido no Artigo XVIII do GATS.

As listas de compromissos estão divididas em duas seções: compromissos horizontais, que estipulam as limitações que se aplicam a todos os setores de serviços incluídos na lista, e compromissos específicos, relativos a determinado setor ou subsetor de serviços. Com relação aos compromissos horizontais, é importante ressaltar que as limitações inscritas nessa seção, de modo geral, referem-se a determinado modo de prestação de serviços, notadamente modos 3 (presença comercial) e 4 (presença de pessoas físicas). Portanto, ao se avaliar os compromissos específicos, devem-se levar em conta os compromissos horizontais.

As listas e compromissos são divididas em 4 (quatro) colunas, com 4 (quatro) entradas cada uma, referentes aos modos de prestação de serviços.

Cada uma das 4 (quatro) colunas das listas de compromissos contém informações sobre diferentes aspectos do comércio de serviços, a saber: (i) coluna 1: nome do setor ou subsetor objeto do compromisso; (ii) coluna 2: limitações de acesso a mercados aplicáveis aquele setor ou subsetor; (iii) coluna 3: limitações ao tratamento nacional aplicáveis aos prestadores estrangeiros similares que atuam naquele setor ou subsetor; e (iv) coluna 4: compromissos adicionais.

Para ilustrar esse tópico, encontra-se abaixo o modelo de lista de compromissos em serviços desenvolvido pelo Secretariado da OMC e utilizado pelos Membros (Figura 1). Os

termos utilizados na tabela estão em inglês, pois os compromissos são celebrados nesse idioma pelo Brasil²⁴⁶.

Figura 1

Schedule of Specific Commitments of Country X²⁴⁷

Modes of supply: (1) Cross-border supply (2) Consumption abroad (3)
Commercial presence (4) Presence of natural persons²⁴⁸

Sector or Sub-Sector²⁴⁹	Limitations on Market Access²⁵⁰	Limitations on National Treatment²⁵¹	Additional Commitments²⁵²
	(1)	(1)	
	(2)	(2)	
	(3)	(3)	
	(4)	(4)	
	(1)	(1)	
	(2)	(2)	
	(3)	(3)	
	(4)	(4)	

²⁴⁶ A OMC possui três idiomas oficiais, quais sejam: inglês, espanhol e francês. No entanto, o idioma mais usado pelos Membros que não tem esses idiomas como sua língua pátria, como o Brasil, é o inglês.

²⁴⁷ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/L/92, Guidelines for the Scheduling of Specific Commitments under the General Agreement On Trade in Services, de 23 de março de 2001, Anexo I. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 17 jun. 2008.

²⁴⁸ Modos de prestação: (1) prestação transfronteiriça (2) consumo no exterior (3) presença comercial (4) presença de pessoas físicas.

²⁴⁹ Setor ou subsetor.

²⁵⁰ Limitações de acesso a mercados.

²⁵¹ Limitações de tratamento nacional.

²⁵² Compromissos adicionais.

5.6.1. COLUNA 1: SETOR OU SUBSETOR

Essa coluna contém uma definição clara do setor, subsetor ou atividade que é objeto do compromisso específico. Os Membros estão livres para identificar que setores, subsetores ou atividades desejam incluir em suas listas de compromissos. Os Membros se comprometem apenas em relação aos setores, subsetores e atividades inseridos na primeira coluna da lista de compromissos.

De modo geral, os Membros utilizam os setores e subsetores de serviços que constam da *Lista de Classificação Setorial em Serviços* do Secretariado da OMC, que reproduz os setores e subsetores de serviços relacionados na *Classificação Central de Produto Provisória*, da Divisão de Estatísticas da ONU, a saber: (i) serviços profissionais; (ii) serviços de comunicação; (iii) serviços de construção e engenharia; (iv) serviços de distribuição; (v) serviços educacionais; (vi) serviços ambientais; (vii) serviços financeiros; (viii) serviços de saúde; (ix) serviços de turismo e viagens; (x) serviços recreacionais, culturais e desportivos; (xi) serviços de transportes; e (xii) outros serviços²⁵³. Esses 12 (doze) setores estão subdivididos em aproximadamente 160 (cento e sessenta) subsetores de serviços.

Além da referência aos setores e subsetores de serviços, nas listas de compromissos dos Membros, a maioria das entradas setoriais vem acompanhada das respectivas referências numéricas da *Lista de Classificação Setorial em Serviços*, que reproduz os números de referência dos setores e subsetores de serviços da *Classificação Central de Produto Provisória*, da Divisão de Estatísticas da ONU. Para cada um desses números há uma explicação detalhada sobre as atividades de serviços que estão incluídas em determinado item da classificação.

Portanto, para evitar qualquer discussão sobre ambiguidade e falta de clareza, sempre que possível, os Membros da OMC devem inscrever seus compromissos indicando não apenas o setor ou subsetor a que se referem, com base na *Lista de Classificação Setorial em Serviços* do Secretariado da OMC, mas também os números de referência dos setores e subsetores de serviços da *Classificação Central de Produto Provisória* correspondentes.

²⁵³ No original, em inglês, os setores regulamentados nas *Diretrizes para as Negociações de Compromissos Específicos* são: “1. Business; 2. Communication; 3. Construction and Engineering; 4. Distribution; 5. Education; 6. Environment; 7. Financial; 8. Health; 9. Tourism and Travel; 10. Recreation, Cultural, and Sporting; 11. Transport; 12. Other services not included elsewhere”. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/L/92, Guidelines for the Scheduling of Specific Commitments under the General Agreement On Trade in Services, de 23 de março de 2001, Anexo I. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 17 jun. 2008).

5.6.2. COLUNA 2: LIMITAÇÕES DE ACESSO A MERCADOS

Na segunda coluna da lista de compromissos, devem ser inscritas apenas as limitações de acesso a mercados listadas no Artigo XVI:2 do GATS, itens (a) a (f).

Assim, para determinar em que medida os Membros acordaram acesso a mercados em setores específicos em determinado modo de prestação, é necessário examinar a coluna 2 das listas de compromissos.

Quando o Membro expressa o termo *none* na segunda coluna da lista de compromissos, significando nenhuma limitação em um setor e modo de prestação específicos, significa que o Membro se comprometeu a liberar totalmente o acesso ao mercado neste setor, em determinado modo de prestação. Em outras palavras, vinculou-se a não manter ou mesmo adotar qualquer forma de limitação ou restrição descrita no Artigo XVI.2 em determinado setor e modo de prestação.

Se o Membro inserir o termo *unbound* para um setor e modo de prestação específicos, segunda coluna da lista de compromissos, significa que o Membro não firmou qualquer compromisso em acesso ao mercado com relação a este setor e modo de prestação.

5.6.3. COLUNA 3: LIMITAÇÕES AO TRATAMENTO NACIONAL

Nessa coluna da lista de compromissos, devem ser inscritos apenas os procedimentos ou requerimentos que são discriminatórios.

O GATS, no Artigo XX.2²⁵⁴, estabelece que, se determinado setor e modo de prestação de serviço for objeto, simultaneamente, de limitação de acesso a mercado e de tratamento nacional, essa limitação poderá ser inscrita apenas na segunda coluna da lista de compromissos, ficando subentendido que a limitação também se refere ao tratamento nacional²⁵⁵.

²⁵⁴ “2 - As medidas que sejam incompatíveis ao mesmo tempo com o art.16 com o art.17 devem ser listadas na coluna relativa ao art.16. Neste caso, a inscrição será considerada como uma condição ou qualificação também ao art.17”. (Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, que promulga a Ata Final que incorpora os resultados da Rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais do GATT. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2008).

²⁵⁵ A esse respeito, vide ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/L/92, Guidelines for the Scheduling of Specific Commitments under the General Agreement On Trade in Services, de 23 de março de 2001, parágrafo 18. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 17 jun. 2008.

5.6.4. COLUNA 4: COMPROMISSOS ADICIONAIS

Na quarta coluna da lista de compromissos, devem ser inscritos os compromissos adicionais, ou seja, os compromissos que não são nem limitações de acesso a mercado nem limitações de tratamento nacional, incluindo os compromissos relativos a serviços assumidos pelos Membros no em outros documentos.

5.7. LIMITAÇÕES E INFORMAÇÕES QUE NÃO DEVEM SER INSCRITAS NAS LISTAS DE COMPROMISSOS

É importante que as listas de compromissos sejam claras e precisas, de modo a evitar confusão sobre o que cada Membro se compromete a liberalizar na área de serviços. Isso quer dizer que as listas devem incluir apenas as informações necessárias para que os Membros da OMC identifiquem quais são os compromissos horizontais, quais os modos e setores incluídos na lista de compromissos horizontais, a que limitações de acesso a mercados e tratamento nacional estão sujeitos os prestadores de serviços estrangeiros e quais os compromissos adicionais.

Entre as matérias que não devem ser objeto das listas de compromissos, encontram-se as seguintes: (i) medidas adotadas no contexto de acordos regionais de comércio que englobam serviços (Artigo V do GATS); (ii) Medidas adotadas relativas ao reconhecimento de diplomas educacionais ou de experiência, cumprimento de requerimentos ou concessão de licenças e garantias em determinado Membro (Artigo VII do GATS); (iii) Informações adicionais às limitações, como referências a leis nacionais; (iv) Testes de necessidade econômica não específicos; (v) Medidas referentes à regulação doméstica (Artigo VI do GATS); (vi) Medidas referentes a pagamentos e transferências (Artigo XI do GATS); (vii) Medidas relativas à balança de pagamentos (Artigo XII); (viii) Exceções gerais ao GATS (Artigo XIV do GATS); e (ix) Anexos relevantes, como, por exemplo, medidas prudenciais em serviços financeiros.

5.8. COMPARAÇÃO ENTRE AS ESTRUTURAS DA LISTA DE COMPROMISSOS E DA LISTA DE EXCEÇÕES À CLÁUSULA DE NAÇÃO MAIS FAVORECIDA

Diferentemente das listas de compromissos em serviços, que têm uma estrutura complexa, as listas de derrogações à cláusula de nação mais favorecida são simples e objetivas.

Para garantir que as exceções à cláusula de nação mais favorecida sejam completas e precisas, os Membros devem indicar as seguintes informações para cada exceção:

- (i) Descrição do setor ou setores de serviços a que a exceção se aplica;
- (ii) Descrição da medida, indicando porque ela é inconsistente com o Artigo II do GATS;
- (iii) A que Membros a exceção se aplica;
- (iv) A previsão da duração da exceção; e
- (v) As condições que criaram a necessidade da exceção.

Conforme mencionado anteriormente, o GATS estabelece que poderá ser concedido tratamento diferenciado a determinado Membros da OMC, desde que esse tratamento tenha origem em: (i) acordos bilaterais que englobam o setor de serviços; (ii) leis nacionais que requerem tratamento recíproco ou que concedem preferências especiais a determinado Estado; ou (iii) outros acordos regionais ou econômicos que não satisfazem o critério do Artigo V do GATS²⁵⁶. Nesses casos, não há necessidade de que as leis e os acordos regionais e de integração econômica sejam relacionados nas listas de exceções à cláusula de nação mais favorecida.

Encontra-se abaixo o modelo de lista de exceções à cláusula de nação mais favorecida desenvolvido pelo Secretariado da OMC e utilizado pelos Membros (Figura 2). Os termos utilizados na tabela estão em inglês, pois os compromissos são celebrados nesse idioma pelo Brasil²⁵⁷.

²⁵⁶ Como, por exemplo, acordos que não abrangem todos os setores de serviços, que englobam apenas a um modo de prestação de serviços ou que não tenham por objetivo a liberalização completa do comércio de serviços entre as partes do acordo.

²⁵⁷ Como visto acima, a OMC possui três idiomas oficiais, quais sejam: inglês, espanhol e francês. No entanto, o idioma mais usado pelos Membros que não tem esses idiomas como sua língua pátria, como o Brasil, é o inglês.

Figura 2**Country X - List of Article II (MFN) Exemptions**

Sector or Sub-Sector²⁵⁸	Description of Measures Indicating its Inconsistency with Article II²⁵⁹	Countries to Which the Measures Applies²⁶⁰	Intended Duration²⁶¹	Conditions Creating the Need for the Exemption²⁶²

5.9. MODIFICAÇÃO E REVOGAÇÃO DE COMPROMISSOS CONSOLIDADOS E O ARTIGO XXI DO GATS

O GATS, no Artigo XXI, estabelece que os compromissos inscritos pelos Membros nas listas de compromissos apenas podem ser revogados ou modificados após um acordo para compensação dos Membros afetados por essa alteração. Esse artigo assemelha-se ao artigo XXVIII do GATT, que trata das modificações nas listas de compromissos no comércio de bens.

O Artigo XXI do GATS estabelece quais as regras e os procedimentos segundo os quais um Membro pode modificar ou retirar um compromisso específico de sua lista de compromissos em serviços²⁶³. Segundo esse artigo, o Membro que procura modificar seu

²⁵⁸ Setor ou subsetor.

²⁵⁹ Descrição das medidas, indicando sua inconsistência com o Artigo II.

²⁶⁰ Estados aos quais as medidas se aplicam.

²⁶¹ Previsão da duração.

²⁶² Condições que criaram a necessidade da exceção.

²⁶³ "Art. 21

1.a) Um Membro (denominado no presente Artigo "Membro que pretende a modificação") poderá modificar ou retirar em qualquer momento qualquer compromisso de sua lista após transcorridos três anos a partir da data de entrada em vigor daquele compromisso, em conformidade com as disposições do presente Artigo.

b) O Membro que pretende a modificação notificará sua intenção ao Conselho para o Comércio de Serviços com antecedência mínima de três meses antes da data de implementação da modificação ou retirada.

2.a) Por solicitação de qualquer Membro cujos benefícios sob o presente Acordo possam ser afetados (a seguir denominado "Membro afetado") pela proposta de modificação ou retirada notificada segundo o parágrafo 1.b, o Membro que pretende a modificação entrará em negociações com vistas a chegar a um

compromisso tem obrigação de negociar um acordo contendo os ajustes compensatórios necessários com o Membro que se sentiu prejudicado. Essa negociação pode ser solicitada por qualquer Membro afetado pela proposta de alteração ou de revogação do compromisso. Em quaisquer dessas negociações, o objetivo é manter um compromisso de nível geral de vantagens múltiplas, não menos favorável para o mercado do que a garantida na lista de compromissos existentes anteriormente à referida negociação. Todos os ajustes compensatórios acordado nessas negociações devem ser feitos com base no tratamento de nação mais favorecida.

Se não for possível alcançar um acordo entre o Membro que deseja modificar o compromisso em serviços e o Membro afetado por essa modificação, o litígio deverá ser resolvido por meio de arbitragem. Quando a arbitragem é solicitada pelo Membro afetado, o Membro que pretende revogar ou modificar o compromisso precisa realizar os ajustes compensatórios determinados na decisão arbitral antes de tomar qualquer ação para modificar ou retirar o compromisso de sua lista. Se esse Membro não obedecer a decisão arbitral, qualquer Membro afetado que participou do procedimento arbitral poderá modificar ou retirar de suas listas os benefícios equivalentes, nos termos da decisão arbitral. Tais modificações ou retiradas compensatórias devem ser implementadas apenas em relação ao Membro que modificou ou revogou o compromisso. Logo, nesse caso, não se aplica o tratamento de nação mais favorecida.

acordo sobre qualquer ajuste compensatório que seja necessário. Em tais negociações e acordo, os Membros interessados procurarão manter um nível geral de compromissos mutuamente vantajoso não menos favorável ao comércio do que o previsto nas listas de compromissos específicos antes dessas negociações.

b) Os ajustes compensatórios serão feitos sob a base da nação mais favorecida.

3.a) Se não houver acordo entre o Membro que pretende a modificação e qualquer outro Membro afetado antes do final do período previsto para as negociações, o Membro afetado poderá submeter o assunto a arbitragem. Todo Membro afetado que deseje fazer valer o direito que possa ter a compensação deverá participar da arbitragem.

b) Se nenhum Membro afetado houver solicitado arbitragem, o Membro que pretende a modificação estará livre para implementar a modificação ou retirada pretendida.

4.a) O Membro que pretende a modificação não modificará ou retirará seus compromissos até que haja efetivado ajustes compensatórios em conformidade com as conclusões da arbitragem.

b) Se o Membro que pretende a modificação implementar a modificação ou retirada proposta sem respeitar as conclusões da arbitragem, qualquer Membro afetado que tenha participado do processo arbitral poderá modificar ou retirar benefícios substancialmente equivalentes em conformidade com aquelas conclusões. Não obstante o art.2, tal modificação ou retirada poderá efetuar-se somente em relação ao Membro que pretende a modificação.

5 - O Conselho para o Comércio de Serviços estabelecerá procedimentos para retificação ou modificação das listas de compromissos. Todo Membro que haja modificado ou retirado compromissos listados ao amparo do presente Artigo deverá modificar sua lista em conformidade com tais procedimentos”. (**Decreto nº 1.355**, de 30 de dezembro de 1994, que promulga a Ata Final que incorpora os resultados da Rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais do GATT. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2008).

Contudo, quando não se alcançar um acordo em relação aos ajustes compensatórios e não houver solicitação de arbitragem, o Membro que pretendia revogar ou modificar o compromisso está desimpedido para realizar as modificações ou retiradas que desejar. Os Membros afetados por esse fato precisam solicitar o procedimento arbitral para ter direito ao ajuste compensatório.

É importante notar que o GATS previu que nenhum compromisso poderia ter sido alterado ou revogado nos três anos subsequentes à data em que o GATS entrou em vigor. Não obstante, novos compromissos poderiam ser adicionados às listas e compromissos já consolidados poderiam ampliados a qualquer tempo.

PARTE III

ANÁLISE DOS COMPROMISSOS EM SERVIÇOS PELOS ÓRGÃOS DA OMC E A RODADA DE DOHA

Na terceira parte do presente trabalho, serão abordados os principais problemas apresentados pelas listas de compromissos em serviços, incluindo problemas relacionados à falta de clareza, falta de precisão, uso de terminologia distinta da terminologia da *Lista de Classificação Setorial em Serviços* e das *Diretrizes para as Negociações de Compromissos Específicos*. Para tanto, serão analisadas as listas de compromissos adotadas na Rodada Uruguai, as ofertas iniciais e revisadas apresentadas na Rodada de Doha, documentos apresentados pelos Membros no âmbito do CCE e documentos preparados pelo Secretariado da OMC com relação aos possíveis conflitos e problemas dos compromissos em serviços, incluindo as recomendações desse órgão com relação aos novos compromissos que serão consolidados ao final da Rodada de Doha.

CAPÍTULO 6. PRINCIPAIS PROBLEMAS APRESENTADOS PELAS LISTAS DE COMPROMISSOS E O TRABALHO DESENVOLVIDO PELO COMITÊ DE COMPROMISSOS ESPECÍFICOS

Nesse capítulo, serão abordados os principais problemas verificados nas listas de compromissos em serviços dos Membros, como: (i) falhas e imprecisões na classificação dos setores e subsetores de serviços; (ii) ausência de clareza e precisão nas inscrições; e (iii) conflitos entre compromissos horizontais e setoriais. Para tanto, serão analisadas as listas de compromissos apresentadas pelos Membros da OMC ao final da Rodada Uruguai e as ofertas revisadas apresentadas pelos Membros no âmbito da Rodada de Doha.

6.1. PRINCIPAIS CRÍTICAS AO MODELO DAS LISTAS DE COMPROMISSOS ADOTADO PELO GATS

Alguns autores criticam o modelo de lista de compromissos adotada na Rodada Uruguai. Para Pieter Sauvé, trata-se de um modelo insatisfatório, na medida em que combina o modelo de lista positiva com a cobertura por setor e modo de prestação de serviço. Sauvé alega que esse modelo de lista de compromissos resulta em compromissos difíceis de serem compreendidos e, conseqüentemente:

- (i) Resulta em tentativas significativamente complicadas de se interpretar, documentar e medir os benefícios tangíveis da liberalização comercial em serviços, sendo mais difícil tornar o GATS um acordo popular entre os usuários;
- (ii) Resultou em pouca transparência com relação aos compromissos assumidos e às políticas nacionais aplicáveis a esses compromissos, especialmente em setores não consolidados;
- (iii) Permitiu a manutenção de “buracos” significativos entre a natureza e o nível dos compromissos assumidos e a situação regulatória vigente em determinado setor de serviços;

- (iv) Permitiu a introdução de inscrição diagonal de modos de prestação de serviços, prejudicando o modo 1 (prestação transfronteiriça) e favorecendo o modo 3 (presença comercial); e
- (v) Permitiu a introdução de complexidades em termos de coleta de dados por sugerir a necessidade de que as operações de serviços fossem medidas por modo de prestação. Por exemplo, os dados gerados pela *Base de Dados de Medidas que Afetam o Comércio de Serviços (Database on Measures Affecting Services Trade – “MAST”)*, desenvolvida pelo Secretariado da UNCTAD, com base nas listas de compromissos em serviços, teriam utilidade limitada para os prestadores de serviços, visto que não abrangeriam as barreiras regulatórias nacionais existentes em cada setor de serviços. Tampouco os negociadores teriam um mapa completo de abertura comercial existente em cada setor e modo de prestação de serviço.

Segundo Pierre Sauvé, ao permitir que os Membros assumissem compromissos em serviços em um patamar inferior ao *status quo* regulatório e não se manifestar sobre barreiras existentes nos setores não consolidados, o GATS deixou a desejar em termos de transparência²⁶⁴.

Aaditya Mattoo e Patrick Low também consideram que a estrutura das listas de compromissos em serviços e a metodologia para a inscrição dos compromissos são elementos que levam a uma interpretação ambígua do GATS e dos compromissos em serviços. Consequentemente, o GATS se tornou menos efetivo como um sistema de regras e um veículo para a liberalização do comércio internacional de serviços²⁶⁵.

Os principais problemas apresentados pelas listas de compromissos em serviços adotadas pelos Membros durante a Rodada Uruguai serão examinados abaixo.

²⁶⁴ SAUVÉ, Pierre, op. cit., 8 p.

²⁶⁵ LOW, Patrick e MATTOO, Aaditya. Is There a Better Way? Alternative Approaches to Liberalization under GATS. SAUVÉ, Pierre; STERN, Robert M. **GATS 2000 – New directions in services trade liberalization**. Washington: Brookings Institutions Press, 2000, p. 449-450.

6.2. PROBLEMAS APRESENTADOS PELAS LISTAS DE COMPROMISSOS EM SERVIÇOS

6.2.1. PROBLEMAS COM A CLASSIFICAÇÃO ADOTADA PELA LISTA DE CLASSIFICAÇÃO SETORIAL EM SERVIÇOS

A falta de obrigatoriedade no uso de uma classificação de setores e subsetores de serviços resulta em uma série de problemas em termos de entendimento dos compromissos assumidos e de comparabilidade entre os compromissos.

Conforme mencionado acima, a *Lista de Classificação Setorial em Serviços*²⁶⁶, que foi elaborada pelo Secretariado da OMC base na *Classificação Central Provisória de Produtos*, da ONU, não tem caráter vinculativo. Logo, os Membros podem usar outras definições para inscreverem compromissos e até mesmo consolidar compromissos em setores que não foram mencionados nesse documento.

Embora a maioria dos Membros que consolidaram compromissos em serviços na Rodada Uruguai tenha utilizado a classificação proposta pela *Lista de Classificação Setorial em Serviços*, alguns Membros adotaram compromissos com base em outras classificações, que contemplavam um menor número de setores e subsetores de serviços.

Ademais, a classificação adotada pela *Lista de Classificação Setorial em Serviços*, está desatualizada e não reflete a realidade do setor de serviços, que é extremamente dinâmico. Em 1999, poucos anos após a *Lista de Classificação Setorial em Serviços*, entrar em vigor, a *Classificação Central Provisória de Produtos* foi substituída pela *Classificação Central Provisória de Produtos - Versão 1.0*. Essa nova classificação é muito mais detalhada do que a versão na qual se baseou a classificação adotada pela *Lista de Classificação Setorial em Serviços*, à medida que realiza uma divisão por grupos e ao aumenta o número de classes, setores e subsetores de serviços classificados.

Se, por um lado, é muito difícil acompanhar a dinamicidade do setor de serviços, por outro, os compromissos assumidos pelos Membros precisam ser precisos (ou seja, compatíveis com a realidade do setor de serviços). Quanto mais precisos forem os compromissos e as limitações de acesso a mercados e tratamento nacional de determinado

²⁶⁶ ACORDO GERAL SOBRE TARIFAS E COMÉRCIO. MTN.GNS/W/120, Services Sectoral Classification List, de 10 de julho de 1991. Disponível em: <<http://gatt.stanford.edu>>. Acesso em: 10 jan. 2009.

membro, maior a segurança jurídica e, conseqüentemente, maior a confiança dos prestadores de serviços estrangeiros de investir nesse país.

Além de precisos, os compromissos precisam ser uniformes. A falta de precisão e uniformidade nos compromissos em serviços dificultam não apenas o entendimento dos compromissos assumidos, mas também a comparação entre os compromissos assumidos pelos Membros e, em última instância, as negociações para a liberalização comercial no âmbito do GATS.

6.2.2. AUSÊNCIA DE CLARIDADE

A falta de clareza com relação ao que é objeto de compromisso é um dos principais problemas apresentados pelas listas de compromissos em serviços.

De modo geral, as inscrições realizadas pelos Membros durante a Rodada Uruguai foram baseadas nas classificações setoriais propostas pela *Lista de Classificação Setorial em Serviços* e pela *Classificação Central Provisória de Produtos*. Entretanto, ambas as classificações contêm subsetores de serviços cuja descrição não permite a determinação exata do serviço a que se refere.

Por exemplo, a *Lista de Classificação Setorial em Serviços* contém subsetores denominados “outros”, cujo conteúdo não está especificado. Se um Membro adotar compromissos em 1.A.K - Serviços Profissionais - Outros, sem menção ao código correspondente na *Classificação Central Provisória de Produtos*, entende-se que ele se comprometeu a liberalizar todos subsetores de serviços não descritos no item 1.A - Serviços Profissionais. No entanto, não se sabe qual a abrangência exata desse compromisso. Nas *Diretrizes para as Negociações de Compromissos Específicos*, o Secretariado da OMC ressaltou a necessidade de que os compromissos em serviços fossem o mais claros possível com relação à descrição dos setores e subsetores de serviços objeto de compromissos específicos. O Secretariado recomendou, ainda, que o Membro que entendesse ser necessário especificar a que serviços referem-se os compromissos deveria indicar quais os códigos correspondentes àqueles serviços, com base na *Classificação Central Provisória de Produtos* ou em outro sistema de classificação internacionalmente reconhecido²⁶⁷.

²⁶⁷ “The legal nature of a schedule as well as the need to evaluate commitments, require the greatest possible degree of clarity in the description of each sector or sub-sector scheduled. In: general the classification of sectors and sub-sectors should be based on the Secretariat's Services Sectoral Classification List. Each

Assim, a falta de clareza com relação aos setores e subsetores de serviços dificulta a identificação do escopo dos compromissos e das limitações de acesso a mercados e de tratamento nacional que foram consolidados pelos Membros.

6.2.3. AUSÊNCIA DE PRECISÃO

Não obstante o Secretariado da OMC ter elaborado *Diretrizes para as Negociações de Compromissos Específicos* na qual indica como devem ser inscritos os compromissos e limitações e o que deve e o que não deve ser inscrito nas listas de compromissos²⁶⁸, as listas consolidadas pelos Membros apresentam problemas em relação ao escopo dos compromissos específicos em serviços e das limitações de acesso a mercados e de tratamento nacional.

Conforme visto acima, as listas de compromissos específicos foram estruturadas, durante a Rodada Uruguai, para que os Membros descrevessem apenas o setor ou subsetor de serviços objeto do compromisso e as respectivas limitações de acesso a mercados e tratamento nacional, nos termos dos Artigos XVI e XVII do GATS. Contudo, observa-se a linguagem utilizada pelos Membros tanto nos compromissos quanto nas limitações de acesso a mercados e tratamento nacional não

É importante notar que os Membros costumam inserir, em suas listas, informações que não têm relação nem são fundamentais para a compreensão dos compromissos assumidos. Trata-se de explicações e informações adicionais que os Membros inseriram nas listas de compromissos com o objetivo de esclarecer qual a natureza do regime político a que estão sujeitos determinados compromissos. Informações que não são relativas a acesso a mercados, tratamento nacional e compromissos adicionais, os Membros dificultam a compreensão do escopo preciso de seus compromissos e das limitações de acesso a mercado e tratamento nacional, prejudicando a segurança jurídica das listas de compromissos.

sector contained in the Secretariat list is identified by the corresponding Central Product Classification (CPC) number. Where it is necessary to refine further a sectoral classification, this should be done on the basis of the CPC or other internationally recognised classification (e.g. Financial Services Annex). A breakdown of the CPC, including explanatory notes for each sub-sector, is contained in the *UN Provisional Central Product Classification*". (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/L/92, Guidelines for the Scheduling of Specific Commitments under the General Agreement On Trade in Services, de 23 de março de 2001, 7 p. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 17 jun. 2008).

²⁶⁸ Vide ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/L/92, Guidelines for the Scheduling of Specific Commitments under the General Agreement On Trade in Services, de 23 de março de 2001, p. 3-7. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 17 jun. 2008.

Por outro lado, é importante que os Membros possam apresentar esclarecimentos adicionais sobre seus compromissos, sem prejuízo ao escopo dos compromissos em acesso a mercados em serviços, tratamento nacional e compromissos adicionais. Como essas informações não devem ser inscritas nas listas de compromissos, deve ser criado outro mecanismo no qual os Membros poderão apresentar essas informações²⁶⁹.

Quanto mais precisa a linguagem utilizada nos compromissos e nas limitações, menor a chance de que sejam adotadas medidas nacionais de cunho protecionista. Isso porque um compromisso ou limitação elaborado de forma precisa deixa claro aos prestadores de serviços estrangeiros quais critérios devem ser satisfeitos para que ele possa ter acesso a determinado mercado e para que lhe seja garantido tratamento nacional²⁷⁰. Portanto, maior precisão na linguagem usada nas listas de compromissos específicos gera maior transparência e maior segurança jurídica.

Em última instância, caso haja dúvidas a respeito do escopo de determinado compromisso ou de determinada limitação e, conseqüentemente, sobre o cumprimento de determinado compromisso, um Membro pode acionar o OSC, que irá analisar essa questão. Nos casos *Estados Unidos – Medidas Afetando a Prestação Transfronteiriça de Serviços de Jogo e Apostas (DS285)*, ou *Estados Unidos – Serviços de jogo e apostas*, e *México – Medidas afetando serviços de telecomunicações (DS204)*, ou *México – Telecomunicações*, o OSC analisou o escopo de determinados compromissos específicos em serviços dos Estados Unidos e do México. Como será visto em detalhes no Capítulo 7, a análise do escopo dos compromissos foi crucial para a determinação de inconsistência de certas medidas e normas nacionais com os compromissos assumidos na área de serviços durante a Rodada Uruguai. Logo, esses casos refletem a importância de que as inscrições nas listas de serviços sejam claras e precisas, especialmente com relação ao que está e o que não está incluído nos compromissos e nas limitações de acesso a mercados e tratamento nacional.

²⁶⁹ “(...) If descriptive material with no bearing to the legal commitments is included in the schedules, this may lead to legal uncertainty. Members may have chosen to include explanation and additional information because they felt it would clarify the nature of the policy regime to which they were making a commitment. To the extent that this is the case, it indicates a need for better mechanisms to provide such transparency. The schedules are not the place to do it”. (LOW, Patrick; MATTOO, Aaditya, op. cit., 456 p).

²⁷⁰ Vide FEKETEKUTY, Geza. *Assessing and Improving the Architecture of the GATS*. SAUVÉ, Pierre; STERN, Robert M. **GATS 2000 – New directions in services trade liberalization**. Washington: Brookings Institutions Press, 2000, 99 p.

6.2.4. CONFLITO ENTRE COMPROMISSOS HORIZONTAIS E SETORIAIS

Conforme informado acima, os Membros podem consolidar compromissos horizontais e setoriais em serviços. Como os compromissos horizontais incidem sobre todos os setores de serviços incluídos na lista de compromissos específicos, é possível que haja conflito entre os compromissos horizontais e específicos, o que dificulta o entendimento das listas de compromissos pelos Membros.

Por exemplo, caso um Membro não tenha feito nenhuma observação na lista de compromissos horizontais e tenha consolidado compromissos setoriais como nenhuma limitação (*none*) ou não consolidado (*unbound*), é possível que a falta de observação na lista de compromissos horizontais signifique tanto nenhuma limitação (*none*) quanto não consolidado (*unbound*). As consequências de seriam bem diferentes. Outra questão relevante consiste na possibilidade de introdução de novas limitações horizontais quando não houver nenhuma observação na lista de compromissos horizontais daquele Membro. Não há qualquer restrição a adoção de novas, desde que não haja prejuízo aos compromissos setoriais já consolidados. Se houver prejuízo aos compromissos já consolidados, deve ser realizado o procedimento estabelecido no artigo XXI do GATS.

Com relação aos compromissos horizontais em modo 4, nota-se que, de modo geral, eles são inscritos como “não consolidado, exceto” (*unbound except*), seguido pelo compromisso. Discute-se qual o significado desse compromisso quando ele é lido conjuntamente com a frase “não consolidado, exceto (...)”.

De acordo com as *Diretrizes para as Negociações de Compromissos Específicos*, os compromissos horizontais condicionam todas as demais inscrições em uma lista de compromissos, exceto se especificado de modo contrário²⁷¹. Assim, uma limitação setorial deve ser lida em conjunto com todas as limitações horizontais, salvo se houver alguma observação na lista de compromissos em sentido contrário.

²⁷¹ “A horizontal commitment applies to trade in services in all scheduled services sectors unless otherwise specified. It is in effect a binding, either of a measure which constitutes a limitation on market access or national treatment or of a situation in which there are no such limitations”. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/L/92, Guidelines for the Scheduling of Specific Commitments under the General Agreement On Trade in Services, de 23 de março de 2001, 10 p. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 17 jun. 2008).

Contudo, ambas as entradas horizontal e setorial, além de serem meras listas de limitações, às vezes são formuladas como compromissos explícitos em setores não consolidados, com a expressão “não consolidado, exceto (...)”.

Assim, nos casos em que as entradas horizontais contêm a expressão “não consolidado, exceto (...)”, questiona-se se os compromissos horizontais e os compromissos setoriais devem ou não ser analisados em conjunto.

6.2.5. CONFLITO ENTRE A TERMINOLOGIA UTILIZADA PELOS MEMBROS NOS COMPROMISSOS

Embora as *Diretrizes para as Negociações de Compromissos Específicos* sejam documentos elaborados pela OMC para orientar os Membros na inscrição de compromissos, por não ser um documento vinculativo, os Membros podem adotar uma linguagem diferente daquela sugerida pela OMC em suas listas, o que resulta em dificuldade no entendimento dos compromissos e na comparação entre as listas de compromissos.

É recomendável que seja usada uma mesma linguagem e terminologia em todas as listas de compromissos em serviços por todos os Membros, visto que as listas de compromissos em serviços são documentos com valor jurídico e, portanto, vinculam os Membros²⁷². O uso de uma terminologia padrão facilita não apenas a compreensão dos compromissos, como também a comparabilidade entre as diferentes listas de compromissos. Ademais, como a lista de compromissos em serviços é um documento padronizado, é natural que a terminologia a ser usada nesse documento também seja padronizada.

Pode-se dizer que a grande maioria dos Membros tem utilizado a terminologia sugerida pelo Secretariado da OMC nas *Diretrizes para as Negociações de Compromissos Específicos*.

²⁷² O Secretariado da OMC reconheceu a importância de se usar uma linguagem e uma terminologia comum, nas listas de compromissos em serviços, nas *Diretrizes para as Negociações de Compromissos Específicos*, a saber: “*Schedules record, for each sector, the legally enforceable commitments of each Member. It is therefore vital that schedules be clear, precise and based on a common format and terminology*” e “*Since the terms used in a Member's schedule create legally binding commitments, it is important that those expressing presence or absence of limitations to market access and national treatment be uniform and precise*”. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/L/92, Guidelines for the Scheduling of Specific Commitments under the General Agreement On Trade in Services, de 23 de março de 2001, p. 7-11. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 17 jun. 2008).

6.2.6. CONFLITO ENTRE LIMITAÇÕES DE ACESSO A MERCADO E DE TRATAMENTO NACIONAL

Conforme examinado no Capítulo 5, os Membros podem inscrever em suas listas de compromissos específicos tanto limitações de acesso a mercado (Artigo XVI do GATS) quanto limitações relacionadas ao tratamento nacional (Artigo XVII do GATS). Esse sistema adotado pelo GATS pode gerar dúvidas quanto à natureza dos compromissos consolidados pelos Membros, em virtude de uma prática para a inscrição de compromissos regulamentada pelo Artigo XX.1 do GATS²⁷³.

O Artigo XX.1 refere-se aos casos em que medidas discriminatórias de acesso a mercado são inscritas nas listas de compromissos e, portanto, consistem, simultaneamente, em uma limitação de acesso a mercado e uma limitação de tratamento nacional, conforme previsto nos Artigos XVI e XVII do GATT. Nesses casos, o Artigo XX.2 determina que a limitação em questão poderá ser inscrita apenas na segunda coluna da lista de compromissos (acesso a mercados), ficando subentendido que a limitação também se refere ao tratamento nacional²⁷⁴.

Desse modo, quando uma limitação for inscrita na coluna de acesso a mercados, essa limitação refere-se a:

- (i) Uma das seis limitações de acesso a mercado descritas no Artigo XVI do GATS;

ou

- (ii) Uma medida que é, ao mesmo tempo, uma limitação de acesso a mercado e uma limitação de tratamento nacional, conforme previsto nos incisos 1 e 2 do Artigo XX do GATS.

²⁷³ “GATS schedules of specific commitments consist of market access undertakings potentially subject to six limitations (Article XVI) and national treatment undertakings that may be conditioned by any kind of specified discriminatory measure (Article XVII). This bifurcation between market access limitations and discriminatory measures potentially raises some confusion about the true nature of members’ scheduled commitments”. (LOW, Patrick; MATTOO, Aaditya, op. cit., 450 p).

²⁷⁴ Vide ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/L/92, Guidelines for the Scheduling of Specific Commitments under the General Agreement On Trade in Services, de 23 de março de 2001, parágrafo 18. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 17 jun. 2008.

É importante notar que, nos casos previstos no Artigo XX.2 do GATS, o Membro deixa de identificar qual a sobreposição existente e qual o escopo da limitação de tratamento nacional. Desse modo, é provável que haja problemas se um Membro que não consolidou limitações em termos de tratamento nacional houver consolidado limitações em acesso a mercados, pois não é possível determinar se, um futuro compromisso sem limitações ao acesso a mercados, não estaria sujeito a limitações de tratamento nacional.

A falta de definição do escopo da limitação de tratamento nacional é ainda mais relevante no caso de compromissos assumidos no modo 3, pois depende o acesso ao mercado nesse modo depende de medidas que permitam o efetivo acesso e, posteriormente, de medidas que determinem as condições para o estabelecimento no país e para o exercício da atividade²⁷⁵.

Nos casos previstos no Artigo XX.2 do GATS, o escopo da limitação de tratamento nacional pode significar:

- (i) Nenhuma limitação ao tratamento nacional;

ou

- (ii) O tratamento nacional ocorre apenas após a entrada do prestador estrangeiro no território do Membro em questão;

ou

- (iii) Existência de limitações ao tratamento nacional.

Na primeira hipótese, não haveria limitações ao tratamento nacional, tanto em termos de acesso, quanto em termos de condições para o exercício da atividade. Essa interpretação está em conformidade com o Artigo XVII, que determina que o princípio do tratamento nacional seja aplicável a todas as medidas que afetam o comércio de serviços. Na segunda hipótese, a obrigação de tratamento nacional existiria apenas após a entrada do prestador estrangeiro no território do Membro, sendo aplicável apenas às condições para o

²⁷⁵ LOW, Patrick; MATTOO, Aaditya, op. cit., 451 p.

estabelecimento no país e para o exercício da atividade. Na terceira hipótese, as limitações previstas no Artigo XVI do GATS seriam excluídas do escopo da obrigação de tratamento nacional. Desse modo, a sobreposição entre as limitações de acesso a mercados e de tratamento nacional seria eliminada²⁷⁶.

Na prática, seria quase impossível determinar, com base nos compromissos assumidos pelos Membros durante a Rodada Uruguai, qual dessas três hipóteses melhor representaria o escopo de suas limitações de tratamento nacional. Ademais, as hipóteses acima acarretam em uma distorção no valor dos compromissos de tratamento nacional. Isso fica evidente no caso de uma inscrição em modo 3 em uma lista em que o Membro não consolidou de compromissos em acesso a mercados (*unbound*) ou de uma inscrição de teste de necessidade econômica em que o Membro não consolidou limitações de acesso a mercados (*none*).

Uma interpretação alternativa seria de que o tratamento nacional apenas garantiria a não discriminação em relação às medidas abrangidas pelo Artigo XVII que não são abrangidas pelo Artigo XVI.

6.2.7. PROBLEMAS DE INSCRIÇÃO RELACIONADOS AOS MODOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

6.2.7.1. SOBREPOSIÇÃO ENTRE MODOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Os principais problemas de inscrição de compromissos em serviços observados com relação aos modos de prestação consistem na sobreposição entre os modos 1 e 2, em virtude da dificuldade de se definir quais os direitos que um compromisso específico em determinado modo de prestação garante aos prestadores estrangeiros.

Esses problemas ocorreram, na prática, nas negociações para a liberalização de serviços financeiros, pois os Membros não conseguiram definir se determinadas operações financeiras transfronteiriças seriam classificadas como modo 1 ou modo 2. Por exemplo, se uma operação for iniciada por um prestador localizado em uma jurisdição e o consumidor do serviço em questão estiver localizado em outra jurisdição, trata-se de operação

²⁷⁶ LOW, Patrick; MATTOO, Aaditya, op. cit., 451 p.

transfronteiriça e, portanto, deve ser classificada como modo 1. Entretanto, se um prestador estiver localizado em uma jurisdição e o consumidor, que está em outra jurisdição, iniciar a operação ou solicitar o serviço, trata-se de consumo no exterior e, portanto, modo 2 de prestação de serviço.

Uma das soluções propostas para resolver a questão da sobreposição entre os modos 1 e 2 consiste em garantir que os compromissos em modo 1 e em modo 2 sejam, de fato, idênticos. Outras alternativas para a solução dessa questão já aventadas pelos Membros consistem em: (i) unir o modo 1 e o modo 2 em um único modo; (ii) redefinir o modo 2, de modo a vinculá-lo apenas a operações em que há movimentação física do consumidor; e (iii) determinar a que modo pertencem todas as operações inter-jurisdicionais de prestação de serviços²⁷⁷.

Se não for resolvida, a questão da sobreposição de modos pode encadear discussões sobre questões complexas e que ainda não foram abordadas no âmbito do GATS, como qual sistema regulatório e qual território teriam jurisdição sobre determinada operação. A questão da jurisdição aplicável a determinada operação deverá ganhar importância no futuro próximo, em razão do aumento das operações de comércio eletrônico (*e-commerce*).

Outro problema de inscrição de compromissos que está relacionado aos modos de prestação refere-se à possibilidade de que um compromisso consolidado em um setor de serviço, em determinado modo, seja prejudicado: (i) pela falta de compromisso em outro modo; ou (ii) por uma interpretação no relacionamento entre os modos que faça com que o modo de prestação de serviço seja determinado em razão do fato da forma pela qual esse serviço é “entregue” ao consumidor. Como exemplo, pode-se citar o caso do Membro que, em sua lista de compromissos, se comprometeu a dar pleno acesso a mercados e tratamento nacional ao prestador estrangeiro em modo 1, mas concedeu subsídios aos prestadores domésticos com relação ao mesmo serviço. Mesmo que esse Membro não tenha assumido nenhuma obrigação de tratamento nacional no modo 3, a concessão de subsídios resultará em uma alteração significativa nas condições de concorrência, que anulará os efeitos dos compromissos consolidados no modo 1²⁷⁸.

Não há nenhum dispositivo no GATS que determine que o modo de prestação seja um fator determinante para se considerar se dois serviços são ou não similares. Pelo contrário, serviços similares podem ser prestados por dois modos diferentes de prestação de serviços. No entanto, a forma pela qual os compromissos são consolidados, de acordo

²⁷⁷ LOW, Patrick; MATTOO, Aaditya, op. cit., 452 p.

²⁷⁸ LOW, Patrick; MATTOO, Aaditya, op. cit., p. 452-453.

com o modo de prestação, e a estrutura da lista de compromissos em serviços sugere que os compromissos em serviços são específicos com relação ao modo de prestação.

De todo modo, é fundamental que os Membros discutam entre si a questão de como um compromisso em determinado modo afeta o compromisso celebrado em outro modo e cheguem a uma conclusão sobre o que prevalece no caso de sobreposição de modos de prestação de serviços.

6.2.7.2. RELAÇÃO ENTRE LIMITAÇÕES DE ACESSO A MERCADOS E MODOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O método de inscrição de compromissos em serviços também não deixa claro se um Membro pode adotar restrições ao modo de prestação de determinado serviço com base nas restrições de acesso a mercados permitidas pelo Artigo XVI.2 do GATS.

Como visto acima, o Artigo XVI.2 do GATS determina que, ao consolidar compromissos em determinado setor e modo de prestação, os Membros podem manter ou adotar apenas as seguintes restrições de acesso a mercados:

- (a) limitações sobre o número de prestadores de serviços, seja na forma de contingentes numéricos, monopólios ou prestadores de serviços exclusivos ou mediante a exigência de prova de necessidade econômica;
- (b) limitações sobre o valor total dos ativos ou das transações de serviços ou mediante a exigência de prova de necessidade econômica;
- (c) limitações sobre o número total de operações de serviços ou da quantidade total de serviços produzidos, expressas em unidades numéricas designadas, em forma de contingentes ou mediante a exigência de prova de necessidade econômica;
- (d) limitações sobre o número total de pessoas físicas que possam ser empregadas em um determinado setor de serviços ou que um prestador de serviços possa empregar e que sejam necessárias à prestação de um serviço específico e estejam diretamente relacionadas com o mesmo, em forma de contingentes numéricos ou mediante a exigência de prova de necessidade econômica;

(e) medidas que exijam ou restrinjam tipos específicos de pessoa jurídica ou de empreendimento conjunto (*joint venture*) por meio dos quais um prestador de serviços possa prestar um serviço; e

(f) limitações sobre a participação do capital estrangeiro expressas como limite percentual máximo de detenção de ações por estrangeiros ou relativas ao valor total, individual ou agregado, de investimentos estrangeiros²⁷⁹.

Tendo em vista que todas as restrições acima são expressas em termos quantitativos e que essas são as únicas restrições de acesso a mercados permitidas pelo GATS, presume-se que os Membros não poderão adotar restrições com relação aos modos de prestação de serviços.

6.2.8. ABRANGÊNCIA DAS INSCRIÇÕES EM SERVIÇOS DO PONTO DE VISTA TECNOLÓGICO

Uma questão importante relacionada à abrangência dos compromissos no âmbito do comércio internacional de serviços consiste em identificar em que medida os compromissos já assumidos pelos Membros em determinado modo de prestação abrangem ou não novas tecnologias que podem ser desenvolvidas para aquele modo. É provável que um compromisso assumido no âmbito do GATS não seja desenvolvido o suficiente para indicar se compreende ou não inovações tecnológicas. Essa questão é particularmente relevante nas áreas de telecomunicações e de comércio eletrônico (*e-commerce*).

Durante as negociações sobre serviços básicos de telecomunicação, que foram concluídas com a adoção do Quarto Protocolo ao GATS²⁸⁰, o presidente do Grupo de Negociações sobre serviços Básicos de Telecomunicação (*Negotiating Group on Basic Telecommunications* – “NGBT”) manifestou-se no sentido de que, exceto se expressamente indicado, um compromisso assumido em determinado serviço básico de telecomunicação abrange todas as formas pelas quais esse serviço possa ser prestado. Esse

²⁷⁹ **Decreto nº 1.355**, de 30 de dezembro de 1994, que promulga a Ata Final que incorpora os resultados da Rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais do GATT. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2008.

²⁸⁰ Vide ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/L/20, Fourth protocol to the General Agreement on Trade in Services, de 30 de abril de 1996. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 10 dez. 2008.

entendimento foi adotado pelos Membros. Da mesma forma, o entendimento adotado pelos Membros no âmbito do Programa de Trabalho sobre Comércio Eletrônico (*Work Programme on Electronic Commerce*) e do CCE foi de que os compromissos consolidados em determinado setor de serviço abrange todas as formas pelas quais esse serviço possa ser prestado²⁸¹.

6.3. AS DISCUSSÕES SOBRE INSCRIÇÃO DE COMPROMISSOS NO ÂMBITO DO CCE

6.3.1. O MANDATO DO CCE

Em 4 de outubro de 1995, o CCS criou o CCE²⁸². Os *Termos de Referência* que estabelecem o mandato do CCS foram adotados apenas em 22 de novembro do mesmo ano²⁸³.

De acordo com os *Termos de Referência* supracitados, o CCE tem como funções: (i) supervisionar a implementação de compromissos específicos inscritos nas listas de compromissos adotadas pelos Membros, em todos os modos de prestação de serviços, incluindo o modo 4; (ii) examinar, por solicitação dos Membros, listas de compromissos específicos e listas de exceções à cláusula de nação mais favorecida, com vistas à

²⁸¹ LOW, Patrick; MATTOO, Aaditya, op. cit., p. 453-454.

²⁸² “1) The Chairman recalled that at the Council meeting of 21 July 1995, it had been agreed that Members would give sympathetic consideration to the establishment of a Committee on Specific Commitments. Accordingly, he drew attention to document S/C/W/9 which contained a draft decision by the Council establishing such a Committee. He indicated that his informal consultations had led him to believe that there were no objections to its establishment.

2) A number of delegations stated their support for the establishment of a Committee on Specific Commitments. Some delegations, however, took the view that further clarity was needed with a respect to the terms of reference of the Committee, in particular insofar as the work of the Committee related to Schedules of Specific Commitments and to the sectoral coverage of its mandate. Some delegations stated that the work of the Committee must focus on how to improve the technical accuracy of schedules in the future and not affect the substance of current schedules.

3) The Chairman noted that there had been no objections to the establishment of the Committee, however, there were different views concerning its terms of reference. He therefore, suggested that the Council should take a decision to establish the Committee on Specific Commitments and revert to the terms of reference at its next meeting in the light of further informal consultations.

4) The Council so agreed”. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/C/M/6, Report of the meeting held on 4 October 1995 - Note by the Secretariat, de 3 de novembro de 1995. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em 12 dez. 2008).

²⁸³ Os *Termos de Referência* do CCE, que estabelecem o mandato desse Comitê, foram adotados pelo CCS em 22 de novembro de 1995. Vide ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO, S/L/16, Decision on the Terms of Reference for the Committee on Specific Commitments - Adopted by the Council for Trade in Services on 22 November 1995, de 24 de novembro de 1995. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em 12 dez. 2008.

aperfeiçoar sua precisão técnica e coerência no futuro; e (iv) supervisionar o uso de procedimentos para a modificação das listas de compromissos, nos termos do Artigo XXI do GATS²⁸⁴.

O mandato do CCE abrange tanto questões horizontais quanto compromissos, com relação a todos os modos de prestação e setores de serviços, exceto os setores para os quais tenham sido criados órgãos específicos. Portanto, atualmente, o mandato do CCE não abrange apenas questões relacionadas a serviços financeiros, único setor de serviços que possui um comitê específico, o CSF.

6.3.2. O FUNCIONAMENTO DO CCE

As negociações do CCE ocorrem, em âmbito multilateral, em reuniões formais para as quais são convocados todos os Membros da OMC. Nessas reuniões, os Membros interessados podem apresentar propostas ou comunicados ao presidente do CCE e aos demais Membros. O Secretariado da OMC dá o apoio técnico necessário à realização das reuniões.

Paralelamente às discussões que ocorrem em âmbito multilateral, no CCE, algumas questões incluídas no mandato do CCE também têm sido abordadas em nível bilateral e plurilateral. Grupos de Membros que têm grande interesse em no assunto reúnem-se, informalmente, para tentar chegar a um consenso com relação a determinado assunto que foi objeto de análise nas reuniões do CCE. O resultado dessas discussões é compartilhado com os demais Membros nas reuniões do CCE.

Em julho de 2004, o presidente do CCE decidiu alterar a forma pela qual ocorrem as negociações sobre compromissos específicos²⁸⁵. Além das reuniões formais do CCE e das reuniões informais realizadas por grupos de Membros, seriam realizadas consultas

²⁸⁴ “5) *The Committee on Specific Commitments shall carry out the following responsibilities in relation to all services sectors other than those for which standing sectoral bodies have been established:*

(a) *Oversee the implementation of specific commitments in all modes of supply, including specific commitments relating to Movement of Natural Persons, contained in Members' Schedules.*

(b) *Examine, at the request of Members, schedules of specific commitments and lists of Exemptions from Article II of the GATS, particularly with a view to improving their technical accuracy and coherence in the future.*

(c) *Oversee the application of the procedures for the modification of schedules pursuant to Article XXI of the GATS”.* (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/L/16, Decision on the Terms of Reference for the Committee on Specific Commitments - Adopted by the Council for Trade in Services on 22 November 1995, de 24 de novembro de 1995. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 12 dez. 2008).

²⁸⁵ Vide ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/33, Committee on Specific Commitments, Report of Meeting, de 11 de setembro de 2004. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 12 dez. 2008

informais com as delegações interessadas, nas quais seriam definidos os tópicos a serem discutidos nas futuras reuniões do CCE. O presidente do CCE se comprometeu a circular um resumo do conteúdo dessas consultas aos demais Membros²⁸⁶.

O Secretariado da OMC é muito importante para o funcionamento do CCE, na medida em que é responsável pelo apoio técnico e operacional ao CCE. Contudo, é importante que a atuação do Secretariado seja neutra e limite-se à prestação de esclarecimentos técnicos. O Secretariado não pode emitir julgamento de valor sobre as questões negociadas no âmbito do CCE.

Por fim, é importante mencionar que, como o CCE foi criado como um órgão auxiliar ao CCS, todo seu trabalho deve ser reportado ao CCS. Também faz parte das atribuições do CCE endereçar as propostas e recomendações que julgar necessárias, relacionadas a compromissos específicos, ao CCS.

6.3.3. TRABALHOS CONCLUÍDOS PELO CCE

Até dezembro de 2008, os principais trabalhos concluídos pelo CCE consistiam na elaboração de: (i) procedimentos para a modificação ou retificação de listas de compromisso; (ii) procedimentos para a certificação de retificações ou aperfeiçoamentos nas listas de compromissos específicos; (iii) diretrizes e procedimentos para novas rodadas de negociação.

O Artigo XXI.5 do GATS determina que o CCS estabelecerá procedimentos para retificação ou modificação das listas de compromissos, que deverão ser obedecidos por todos os Membros sempre que desejarem modificar ou retificar seus compromissos²⁸⁷. Em

²⁸⁶ Sobre as consequências dessas reuniões bilaterais no resultado das negociações sobre compromissos específicos, um estudo realizado pelo South Centre aponta que: *“The main drawback of reverting to the informal approach (which has been undertaken previously), is that it raises the points mentioned above in paragraph 13 and contributes to having classification issues discussed at the bilateral level. Moreover, the other disadvantage of this approach is that there will be an inherent bias towards certain issues if there is no systematic approach in undertaking such informal consultations (i.e. there is no guarantee that all Members or groups of Members will be consulted on a regular basis)”*. (SOUTH CENTRE. **Classification issues in the current GATS negotiations**: a review of the different proposals and some preliminary considerations. South Centre Analytical Note. Genebra: 2003. Disponível em: <http://www.southcentre.org/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=45&dir=ASC&order=date&Itemid=69&limit=10&limitstart=150>. Acesso em: 13 dez. 2007).

²⁸⁷ “O Conselho para o Comércio de Serviços estabelecerá procedimentos para retificação ou modificação das listas de compromissos. Todo Membro que haja modificado ou retirado compromissos listados ao amparo do presente Artigo deverá modificar sua lista em conformidade com tais procedimentos”. (**Decreto nº 313**, de 30 de julho de 1948, que autoriza o Poder Executivo a aplicar, provisoriamente, o Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio; reajusta as tarifas aduaneiras e dá outras providências. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 10 dez. 2008).

29 de maio de 1997, o CCS delegou ao CCE a tarefa de criar regras procedimentais para a realização de modificações nas listas de compromissos dos Membros.

Em julho de 1999, o CCE encaminhou ao CCS, para aprovação, um documento contendo as diretrizes procedimentais para a retificação ou modificação das listas de compromissos pelos Membros. *Decisão sobre Procedimentos para a Implementação do Artigo XX do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (Decision on Procedures for the Implementation of Article XXI of the General Agreement on Trade in Services)* foi adotado pelo CCS em 19 de julho de 1999²⁸⁸.

Também coube ao CCE elaborar procedimentos para a realização de modificações nas listas de compromissos específicos dos Membros sem que fosse necessário adotar o procedimento previsto no Artigo XXI do GATS. Os casos que não incidem sobre o Artigo XXI do GATS, como a inscrição de novos compromissos, o aperfeiçoamento ou a retificação dos compromissos já consolidados e as alterações de caráter técnico, que não influenciam no escopo ou no conteúdo dos compromissos existentes, inserem-se no escopo dos procedimentos de certificação.

Em 11 de abril de 2000, o CCE conclui um trabalho sobre procedimentos para a certificação de retificações ou aperfeiçoamentos nas listas de compromissos específicos dos Membros²⁸⁹. De acordo com as regras estabelecidas pelo CCE, por meio do procedimento de certificação, um Membro que queira modificar sua lista de compromissos deve apresentar uma minuta de lista de compromissos ao Secretariado da OMC, na qual devem ser indicadas as alterações que serão realizadas. Essas minutas serão distribuídas, pelo Secretariado, para os demais Membros. As novas listas entrarão em vigor 45 dias após a distribuição aos demais Membros ou em data posterior, conforme especificado pelo Membro que pretende realizar alterações na lista de compromissos, desde que não haja oposição por parte de qualquer outro Membro. Decorrido esse prazo, o Secretariado irá emitir um comunicado a todos os Membros, indicando a conclusão do procedimento de certificação e informando que a data em que as modificações entrarão em vigor.

²⁸⁸ Vide ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/W/21, Draft - Procedures for the Implementation of Article XXI of the General Agreement on Trade in Services (GATS) (Modification of Schedules), de 19 de julho de 1999; e ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/L/79, Decision on Procedures for the Implementation of Article XXI of the General Agreement on Trade in Services (GATS) - Adopted by the Council for Trade in Services on 19 July 1999, de 20 de outubro de 1999. Disponíveis em: <www.wto.org>. Acesso em: 8 dez. 2008.

²⁸⁹ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/L/84, Procedures for the Certification of Rectifications or Improvements to Schedules of Specific Commitments - Adopted by the Council for Trade in Services on 14 April 2000, de 18 de abril de 2000. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 11 dez. 2008.

Em 22 de março de 2001, o CCE concluiu a revisão das diretrizes para a inscrição de compromissos em serviços, que foram consolidadas no documento *Diretrizes para as Negociações de Compromissos Específicos*²⁹⁰, adotado pelo CCS em reunião realizada em 23 de março de 2001.

Em março de 28 de março de 2001, uma sessão especial do CSS aprovou o documento *Diretrizes e Procedimentos para as Negociações no Comércio de Serviços*²⁹¹, que estabeleceu como seriam conduzidas essas negociações, em conformidade com o Artigo XIX do GATS.

6.3.4. PRINCIPAIS TEMAS EM DISCUSSÃO NO CCE

Atualmente, os principais temas discutidos nas reuniões do CCE são: (i) aperfeiçoamento do sistema de classificação em serviços; (ii) procedimentos para a inscrição de novos compromissos; (iii) convenções editoriais para a apresentação de ofertas iniciais e revisadas; (iv) relacionamento entre compromissos antigos e compromissos novos; e (v) questões relacionadas ao artigo XX.2 do GATS.

6.3.4.1. CLASSIFICAÇÃO DOS SETORES DE SERVIÇOS

Desde a criação do CCE, o principal foco das discussões consiste na revisão do sistema de classificação setorial da *Lista de Classificação Setorial em Serviços*, de modo que ele possa refletir a realidade atual do setor de serviços.

No início, o escopo das discussões sobre classificação, no âmbito do CCE, era decidido com base na necessidade de aperfeiçoar a precisão técnica e a clareza das inscrições nas listas de compromissos a serem apresentadas pelos Membros na nova rodada de negociações.

Com relação ao conteúdo das discussões sobre classificação, os pode-se dizer que as discussões ainda estão focadas em questões setoriais específicas. Tanto PEDs quanto PDs apresentaram um grande número de propostas e de comunicados, abrangendo praticamente

²⁹⁰ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/L/92, Guidelines for the Scheduling of Specific Commitments under the General Agreement On Trade in Services, de 23 de março de 2001, 12 p. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 17 jun. 2008.

²⁹¹ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/L/93, Guidelines and Procedures for the Negotiations on Trade in Services, de 29 de março de 2001. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 15 dez. 2008.

todos os setores de serviços²⁹² e um modo de prestação, a saber: (i) modo 4; (ii) serviços profissionais; (iii) serviços de comunicação; (iv) serviços de construção e engenharia; (v) serviços de distribuição; (vi) serviços educacionais; (vii) serviços de energia; (viii) serviços ambientais; (ix) turismo e serviços correlatos; (x) serviços de transporte; e (xi) serviços desportivos.

Conforme mencionado no Capítulo 5 acima, em 1999, a *Classificação Central Provisória de Produtos* foi substituída por uma versão mais atualizada, denominada *Classificação Central Provisória de Produtos - Versão 1.0*. Essa nova classificação é muito mais detalhada do que a versão adotada pela *Lista de Classificação Setorial em Serviços*. No entanto, os Membros têm opiniões divergentes sobre qual deve ser o modelo de classificação setorial adotado para a inscrição de compromissos em serviços e, portanto, ainda não houve qualquer decisão no sentido de adotar a *Classificação Central Provisória de Produtos - Versão 1.0* ou outro método de classificação dos setores de serviços.

De modo geral, pode-se dizer que as propostas apresentadas possuem dois enfoques distintos: agregador e desagregador. Os Membros a favor do enfoque agregador consideram todos os setores e subsetores relacionados a determinado serviço em uma única cadeia integrada, incluindo tanto os serviços principais quanto os serviços auxiliares. O enfoque desagregador consiste em subdividir os setores/subsetores de serviços em novos subsetores, de modo a permitir que os Membros celebrem compromissos mais específicos. Portanto, se no enfoque agregador objetiva-se aumentar a abrangência dos compromissos, visto que, ao inscrever determinado compromisso, o Membro também estaria se comprometendo a liberalizar outros serviços (como os serviços auxiliares), no enfoque desagregador, objetiva-se que os compromissos sejam menos abrangentes e mais específicos²⁹³.

²⁹² O mandato do CCE não abrange questões relacionadas a serviços financeiros. O aperfeiçoamento da classificação para serviços financeiros faz parte do mandato do CSF.

²⁹³ “Regarding actual proposals, themselves (...) it is possible to identify two main approaches being adopted: cluster and disaggregation.

The cluster approach tends not to distinguish between ‘core’ and ‘non-core’ services by placing them into a broader category of an integrated chain of services. This can include a ‘checklist’ or ‘index’ approach which lists all the sectors/sub-sectors which relate to the particular service classification. The European Communities’ (EC) proposal on environmental services is an example of clustering whereby it includes those sectors/sub-sectors which are related to the environmental services sector, such as data modeling services.

The United States’ (US) proposals on energy¹⁵ which covered all energy services and energy related services is another example of a cluster based approach. This approach would mean that liberalization commitments would undertaken more deeply due to the all encompassing nature of the cluster approach. The link between core and non-core services in this approach could lead to disputes through a non-violation complaint given related sectors would also be subject to liberalization.

The approach of disaggregation relates to breaking down the elements of a sector/sub-sector so as to allow for more specific and targeted commitments.

É importante mencionar que, em algumas propostas, os PEDs defendem que o mecanismo de classificação seja utilizado para propósitos desenvolvimentistas, tendo em vista o direito dos Membros de regular e de celebrar compromissos de acordo com seu nível de desenvolvimento²⁹⁴.

Sobre a forma pela qual seriam adotadas as alterações relacionadas à classificação dos setores de serviços, alguns Membros propõem que seja criada de um novo modelo de classificação setorial em serviços, que substituiria a *Lista de Classificação Setorial em Serviços*. Outros Membros sugerem que seja desenvolvido um Anexo ou uma Lista suplementar a *Lista de Classificação Setorial em Serviços*. Nesse caso, não seriam realizadas quaisquer alterações no conteúdo da *Lista de Classificação Setorial em Serviços*. Uma terceira alternativa proposta pelos Membros seria a adoção de um Anexo ao GATS contendo a lista de classificação dos setores e subsetores serviços.

Por solicitação dos Membros, o Secretariado da OMC elaborou, em fevereiro de 2003, um documento que compila as principais propostas apresentadas pelos Membros em reuniões do CCE²⁹⁵. Como pode ser observado nesse documento, não há perspectiva de consenso em relação às quais devem ser as alterações no sistema de classificação em serviços usado pelos Membros e como os compromissos consolidados e as ofertas apresentadas seriam harmonizados. Contudo, o resultado das discussões ocorridas até o final de 2008 indica que os Membros não desejam adotar um sistema novo de classificação, mas apenas alterações substanciais no sistema existente, de modo a refletir a realidade atual dos setores de serviços.

É importante notar que os Membros já estão utilizando diferentes métodos de classificação em suas ofertas iniciais e revisadas. É importante verificar se, ao inscreverem novos compromissos com base em diferentes métodos de classificação, os Membros estão sobrepondo suas opiniões ao mandato do CCE, que levou a discussão sobre qual a

For example in the case of energy services, Venezuela made a proposal which divided the energy sector into sub-sectors associated with the energy sources, together with the specific activities which relate to the various processes, distinguishing between core and non-core processes. Indonesia has also taken the approach of disaggregation in its proposal for energy services, having created five categories and identified some new sub-sectors". (SOUTH CENTRE, op. cit., p. 4-5).

²⁹⁴ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSS/W19, Communication from the Dominican Republic, El Salvador, Honduras, Nicaragua and Panama - The cluster of tourism industries, de 5 de dezembro de 2000. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 18 dez. 2008.

²⁹⁵ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. JOB(02)/143/rev.1, Compendium of classification proposals - Informal note by the Secretariat, de 24 de fevereiro de 2003. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 18 dez. 2008.

classificação setorial que deve ser utilizada nas listas de compromissos em serviços ao nível multilateral²⁹⁶.

A falta de consenso com relação à questão da classificação faz com que seja muito difícil avaliar, de forma precisa, o valor e as implicações das ofertas iniciais e revisadas em serviços. Por essa razão, esse tema ainda continua sendo discutido no âmbito do CCE.

6.3.4.2. INSCRIÇÃO DE NOVOS COMPROMISSOS

Com relação à inscrição de novos compromissos nas ofertas iniciais e revisadas, os trabalhos desenvolvidos pelo CCE têm como objetivo identificar de que tipo são as alterações efetuadas pelos Membros.

De modo geral, pode-se dizer que o CCE identificou os seguintes tipos de alteração nas listas de compromissos em serviços: realocação de entradas; junção de setores e subsetores relacionados a determinado serviço em uma única cadeia integrada (enfoque agregador); subdivisão dos setores/subsetores de serviços em subsetores mais específicos (enfoque agregador; enfoque desagregador); e migração dos compromissos realizados com base na *Classificação Central Provisória de Produtos* para a *Classificação Central Provisória de Produtos - Versão 1.0*.

No caso de reclassificação, as alterações devem ser destacadas com marcas de revisão. A nova classificação deve ser apresentada pelos Membros em concordância com a *Classificação Central Provisória de Produtos* e, para os subsetores em que não é possível efetuar essa correspondência, o Membro deve apresentar uma descrição completa dos serviços que estão incluídos naquele subsetor, para evitar incertezas com relação ao escopo dos compromissos que serão consolidados.

Além disso, o Membro deverá garantir que as alterações propostas aperfeiçoam ou não causam quaisquer prejuízos aos compromissos já consolidados, tanto em termos de setores quanto em termos de modos de prestação de serviços.

²⁹⁶ “Importantly, discussions on classification issues have been taking place in parallel to those in market access negotiations. However, Members have already been using new classifications in the context of the initial request-and-offer process”. (SOUTH CENTRE, op. cit., 4 p.).

6.3.4.3. CONVENÇÕES EDITORIAIS PARA A APRESENTAÇÃO DE OFERTAS INICIAIS E REVISADAS

As convenções editoriais a serem usadas nas ofertas iniciais e nas ofertas revisadas em serviços foram estabelecidas pelo Secretariado da OMC²⁹⁷. Essas convenções tinham como objetivo facilitar a comparabilidade entre as ofertas iniciais e os compromissos já consolidados e entre as ofertas iniciais e as ofertas revisadas.

O primeiro documento do Secretariado da OMC sobre convenções editoriais, de 2002²⁹⁸, foi elaborado para auxiliar os Membros na apresentação das ofertas iniciais em serviços, mas, segundo sugerido no próprio documento, era recomendável que essas convenções editoriais também fossem utilizadas nas ofertas revisadas.

No entanto, em 2005, foi elaborado um segundo documento sobre convenções editoriais²⁹⁹, especificamente para auxiliar os Membros na apresentação de suas ofertas revisadas na primeira rodada de negociações.

De acordo com esse documento, as principais convenções editoriais para a inscrição de novos compromissos em serviços são:

- (i) Texto que foi inserido na lista de compromissos na oferta inicial ou na oferta revisada: negrito (Exemplo: **NEGRITO**);
- (ii) Texto original da lista de compromissos que foi removido na oferta inicial ou na oferta revisada: tachado (Exemplo: ~~TACHADO~~);
- (iii) Texto inserido ou removido da oferta inicial ou na oferta revisada que apenas aperfeiçoa o compromisso já existente, sem que alterar o escopo ou a substância desse compromisso: itálico (Exemplo: *ITÁLICO*); e

²⁹⁷ Vide ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. JOB(02)/88, Editorial Conventions for the Submission of Initial Offers - Note by the Chairman, de 16 de julho de 2002, e JOB (05)/6, Editorial Conventions for the Submission of Revised Offers - Note by the Chairman, de 31 de janeiro de 2005. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 13 dez. 2008.

²⁹⁸ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. JOB(02)/88, Editorial Conventions for the Submission of Initial Offers - Note by the Chairman, de 16 de julho de 2002. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 13 dez. 2008.

²⁹⁹ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. JOB (05)/6, Editorial Conventions for the Submission of Revised Offers - Note by the Chairman, de 31 de janeiro de 2005. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 13 dez. 2008.

(iv) Alterações realizadas na oferta revisada com relação à oferta inicial: sombreado (Exemplo: **SOMBREADO**).

Com relação às ofertas revisadas, as convenções editoriais elaboradas pelo Secretariado também recomendam que os Membros indiquem, nas notas introdutórias às ofertas revisadas, em que subsetores estão assumindo novos compromissos e em que coluna(s) ou outras partes das listas (como cabeçalhos, rodapés e anexos) há alterações em relação às listas consolidadas e às ofertas iniciais³⁰⁰.

Esse documento recomenda que os Membros utilizem essas mesmas convenções na segunda rodada de ofertas revisadas, mas reconhece a possibilidade de que sejam criadas novas convenções, específicas para a nova rodada de ofertas revisadas.

Em virtude da segunda rodada de ofertas revisadas, que deveria ocorrer em julho de 2006, o presidente do CCE apresentou uma proposta para a revisão das convenções editoriais. De acordo com essa proposta, o sombreado do texto introduzido ou eliminado na segunda rodada deveria ser removido na primeira oferta revisada, sombreado apenas o texto adicionado ou eliminado na segunda oferta revisada. Ademais, os Membros deveriam indicar nas capas das ofertas todos os novos subsetores, os aperfeiçoamentos aos compromissos existentes ou ofertados e eventuais exceções às convenções editoriais.

É importante ressaltar que as ofertas são documentos de negociação sem qualquer valor jurídico. Logo, as convenções editoriais são meras ferramentas que visam a auxiliar os Membros na identificação de alterações técnicas ou substantivas nas ofertas de outros Membros³⁰¹.

De acordo com o CCE, as convenções editoriais foram seguidas pelos Membros nas ofertas inicial³⁰². Atualmente, o CCE continua monitorando as novas ofertas inicial e revisadas, para verificar se os Membros continuam adotando as convenções editoriais.

³⁰⁰ “In: addition to shading of changes in revised offers, it is recommended that Members indicate in the cover notes to their revised offers in which sub-sectors they offer new commitments, and in which column(s) or other parts of their schedules (i.e. head- or footnotes, attachments) they have introduced changes to previously scheduled or offered commitments”. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. JOB (05)/6, Editorial Conventions for the Submission of Revised Offers - Note by the Chairman, de 31 de janeiro de 2005, 2 p. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 13 dez. 2008).

³⁰¹ “As the offers are negotiating documents without legal status, also the editorial conventions are merely tools to assist Members in tracing any substantive or technical changes introduced in the offers”. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. JOB (05)/6, Editorial Conventions for the Submission of Revised Offers - Note by the Chairman, de 31 de janeiro de 2005, 1 p. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 13 dez. 2008).

³⁰² ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. JOB (05)/6, Editorial Conventions for the Submission of Revised Offers - Note by the Chairman, de 31 de janeiro de 2005, 1 p. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 13 dez. 2008.

6.3.4.4. RELACIONAMENTO ENTRE COMPROMISSOS ANTIGOS E NOVOS

As reuniões do CCE também têm como foco discutir como os compromissos em serviços a serem consolidados na Rodada de Doha irão influenciar os compromissos assumidos na Rodada Uruguai. Discute-se, especificamente, se há ou não a necessidade de adoção, ao final da atual Rodada de negociações, de um texto vinculativo que estabeleça que os compromissos antigos constituem fonte para a interpretação dos novos compromissos.

Alguns Membros, como Hong Kong e Canadá, defendem a idéia de que seja elaborado um documento vinculativo contendo as diretrizes para a interpretação dos novos compromissos. No entanto, ainda não há consenso entre os Membros com relação a esse assunto.

CAPÍTULO 7. A ANÁLISE DAS INSCRIÇÕES EM SERVIÇOS PELO OSC

Não obstante a complexidade e do nível de detalhamento das regras e obrigações oriundas do GATS, suas exceções, anexos e listas de compromissos específicos, tais dispositivos ainda não foram beneficiados de interpretações e esclarecimentos do OSC. Dos 388 contenciosos iniciados na OMC de 1º de janeiro de 1995 a 19 de dezembro de 2008, apenas 11 trataram de assuntos relacionados ao GATS³⁰³. A maior parte desses casos também continha pedidos relativos a outros acordos da OMC. Portanto, até 2008, menos de 3% do total de contenciosos iniciados pelo OSC referiram-se exclusivamente ao GATS.

Considerando a importância dos direitos e obrigações do GATS para este crescente setor da economia mundial, é surpreendente que tão poucas disputas relativas ao GATS tenham sido iniciadas perante o OSC. Em consequência, diferentemente do GATT e de outros acordos da OMC, o GATS continua ainda pouco esclarecido e interpretado pelo OSC.

Entre os contenciosos iniciados pelo OSC envolvendo o comércio de serviços, merecem destaque os dois únicos casos tiveram compromissos específicos assumidos em serviços como o principal foco do contencioso na OMC, quais sejam: (i) o caso *Estados Unidos – Medidas Afetando a Prestação Transfronteiriça de Serviços de Jogo e Apostas* (DS285), ou *Estados Unidos – Serviços de jogo e apostas*; e (ii) o caso *México – Medidas afetando serviços de telecomunicações* (DS204), ou *México – Telecomunicações*. Esses dois casos refletem a importância de que as inscrições nas listas de serviços sejam claras e precisas, especialmente com relação ao que está e o que não está incluído no compromisso³⁰⁴.

³⁰³ Os casos iniciados pelo OSC nos quais se alegou violação ao GATS são os seguintes: (i) Canadá – Determinadas Medidas que Afetam a Indústria Automotiva (DS139); (ii) Canadá – Determinadas Medidas que Afetam a Indústria Automotiva (DS142); (iii) CE – Regime para a Importação, Venda e Distribuição de Bananas (DS257); (iv) Nicarágua – Medidas que Afetam o Serviço de Distribuição de Filmes (DS117); (v) Bélgica – Medidas que Afetam Serviços do Diretório Telefônico Comercial (DS80); (vi) Japão – Medidas que Afetam Serviços de Distribuição (DS45); (vii) Turquia – Certos Procedimentos para a Importação de Frutas Frescas (DS237); (viii) Estados Unidos – Ato Solidário Cubano de Liberdade e Solidariedade (DS38); (ix) Estados Unidos – Medidas afetando a prestação transfronteiriça de serviços de jogo e apostas (DS285); (x) México – Medidas que Afetam serviços de telecomunicações (DS204); e China – Medidas que Afetam os Direitos Comerciais de Serviços de Distribuição para Certas Publicações e Serviços Audiovisuais de Entretenimento (DS363). Fontes: Organização Mundial do Comércio e WorldTradeLaw. Informações disponíveis em: <www.wto.org>; <www.worldtradelaw.net>. Acesso em 10 jan. 2009.

³⁰⁴ SOUTH CENTRE. **GATS dispute settlement cases**: practical implications for developing countries. South Centre Analytical Note. Genebra: 2007, p. 3-4. Disponível em:

No presente capítulo, serão descritos quais são os procedimentos especiais adotados pelo OSC nos contenciosos envolvendo serviços. Na sequência, serão analisadas as decisões do OSC nos casos *Estados Unidos – Serviços de jogo e aposta* e *México – Telecomunicações*, especialmente no que se refere à lista de compromissos em serviços. Por fim, serão abordadas quais as principais consequências dessas decisões para a metodologia para inscrição de compromissos no âmbito do GATS.

7.1. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS ADOTADOS PELO OSC NOS CONTENCIOSOS ENVOLVENDO SERVIÇOS

Embora o GATS esteja incluído no rol de acordos que são objeto do Entendimento sobre Solução de Controvérsias da OMC, denominados *covered agreements*, certos instrumentos da OMC contêm algumas regras específicas para contenciosos envolvendo o comércio de serviços.

A *Decisão sobre Certos Procedimentos em Disputas Envolvendo o GATS*³⁰⁵ prevê que, ao lidar com controvérsias relacionadas ao comércio de serviços, os Painéis deveriam ser compostos por indivíduos, representantes de governos ou não, que sejam qualificados e tenham experiência no mercado de serviços, incluindo indivíduos que possuam expertise no setor objeto da disputa.

O *Anexo sobre Serviços Financeiros* também estabelece que, nos contenciosos que envolverem serviços financeiros, os painelistas devem possuir a expertise necessária em questões prudenciais, bem como em outros assuntos financeiros.

Embora o *Anexo sobre Serviços de Transporte Aéreo* tenha excluído do âmbito de aplicação do GATS, das regras da OMC e dos procedimentos sobre solução de controvérsia medidas que afetem os direitos de tráfego aéreo ou serviços diretamente relacionados com o exercício de direitos de tráfego aéreo, o GATS se aplica a todas as medidas que afetem: (a) o reparo de aeronaves e o serviço de manutenção; (b) a venda ou marketing de serviços de transporte aéreo; e (c) sistemas de reservas on-line. Com relação a essas medidas, as regras e procedimentos para as soluções de controvérsias se aplicam somente nos casos em que os Membros tenham assumido compromissos específicos nesses

<http://www.southcentre.org/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=45&dir=ASC&order=date&Itemid=69&limit=10&limitstart=150>. Acesso em: 13 dez. 2007.

³⁰⁵ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Decision on Certain Dispute Settlement Procedures for the General Agreement on Trade in Services. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 3 dez. 2007.

setores, bem como nos casos em que tenham exaurido todas as formas de tentativas de acordos e negociações bilaterais ou multilaterais.

7.2. ANÁLISE DO OSC NOS PRINCIPAIS CONTENCIOSOS ENVOLVENDO O COMÉRCIO DE SERVIÇOS

7.2.1. O CASO ESTADOS UNIDOS – SERVIÇOS DE JOGO E APOSTA

7.2.1.1. BREVE DESCRIÇÃO DO CASO

Em 2003, a ilha caribenha de Antígua contestou, perante o OSC, a proibição à prestação transfronteiriça de serviços de jogos de azar e apostas aos cidadãos norte-americanos imposta por medidas e leis adotadas pelos Estados Unidos³⁰⁶.

Desde os anos 1990, o governo de Antígua vinha investindo na criação de uma indústria especializada em jogos *online* e de cassinos virtuais. Essa indústria desenvolveu-se e se tornou a principal indústria do país. Os prestadores de serviços localizados em Antígua prestavam serviços de jogo e aposta para cidadãos de inúmeros Estados, incluindo os Estados Unidos, pelo modo 1, isto é, por meio de prestação transfronteiriça. Apesar de as principais empresas envolvidas na indústria do jogo serem originárias dos Estados Unidos, com o desenvolvimento da indústria do jogo em Antígua, muitos cidadãos norte-americanos passaram a consumir serviços de jogo e aposta em *websites* registrados em Antígua.

Embora as autoridades americanas permitissem que muitos operadores nacionais do país prestassem os serviços de jogos de azar e apostas, essa permissão não era estendida a

³⁰⁶ Entre as leis que proibiam a prestação de serviços de jogo e aposta, no modo 1, a pessoas físicas localizadas nos Estados Unidos, merecem destaque três leis federais (*Wire Act*, *Travel Act* e *Illegal Gambling Business Act*) e leis estaduais dos Estados de Louisiana, Massachusetts, Dakota do Sul e Utah. Para mais informações sobre as medidas e leis questionadas por Antígua, vide ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. WT/DS285/R. United States – Measures Affecting the Cross-Border Supply of Gambling and Betting Services - Report of the Panel, de 10 de novembro de 2004; e ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. WT/DS285/AB/R. United States – Measures Affecting the Cross-Border Supply of Gambling and Betting Services - Report of the Appellate Body, de 7 de abril de 2005. Disponíveis em: <www.wto.org>. Acesso em: 17 dez. 2008.

estrangeiros, que não poderiam obter a autorização para a prestação desses serviços naquele país.

No contencioso, Antígua alegou que determinadas medidas estaduais e federais que foram adotadas nos Estados Unidos constituíram uma proibição total da prestação de serviços transfronteiriços de jogo de azar e apostas (*e-gambling*) por meio de *websites* registrados em Antígua. Tais medidas eram inconsistentes com os compromissos assumidos pelos Estados Unidos, no âmbito do GATS, posto que os Estados Unidos, em sua lista de compromissos, se comprometeram a liberalizar o modo 1 de serviços de recreação, culturais ou esportivos (*recreational, cultural & sporting services*), bem como outros serviços de recreação (*other recreational services*), categoria dentro da qual a modalidade serviços de jogos de azar e apostas (*gambling and betting services*) estaria incluída. Antígua alegou, ainda, que as autoridades americanas restringiam as transferências de recursos e pagamentos internacionais relacionados à prestação de serviços de jogo e aposta oferecidos fora dos Estados Unidos³⁰⁷.

As autoridades dos Estados Unidos alegaram, por sua vez, que as leis estaduais e federais norte-americanas, separada ou conjuntamente, proibiam a prestação de serviços de jogos de azar e apostas de fora dos Estados Unidos para consumidores americanos, pois essa atividade está relacionada à lavagem de dinheiro e ao crime organizado, entre outras atividades ilícitas e perigosas para a população. Portanto, o objetivo dessas leis e medidas era manter a ordem pública e a moral pública e deveriam ser analisadas no âmbito dos itens (a) e (c) do Artigo XIV do GATS, que trata das exceções aos compromissos que podem ser adotados pelos Membros em determinadas circunstâncias³⁰⁸.

³⁰⁷ Antígua alegou que as medidas adotadas pelos Estados Unidos eram inconsistentes com os artigos VI:1, VI:3, VIII:1; VIII:5, XVI:1, XVI:2, XVII:1, XVII:2, XVII:3 do GATS e com a lista de compromissos específicos em serviços dos Estados Unidos.

³⁰⁸ “ART.14

1 - Sob reserva de que as medidas abaixo enumeradas não sejam aplicadas de forma que constituam um meio de discriminação arbitrário ou injustificável entre países em que prevaleçam condições similares ou uma restrição encoberta ao comércio de serviços, nenhuma disposição do presente Acordo será interpretada no sentido de impedir que um Membro adote ou aplique medidas:

a) necessárias para proteger a moral ou manter a ordem pública;(5)

(5) A exceção relativa à ordem pública somente poderá ser invocada se houver ameaça verdadeira e suficientemente grave para um dos interesses fundamentais da sociedade.

(...) c) necessárias para assegurar a observância das leis e regulamentos que não sejam incompatíveis com as disposições do presente Acordo, inclusive aquelas com relação a:

i) prevenção de práticas dolosas ou fraudulentas ou aos meios de lidar com efeitos do não-cumprimento dos contratos de serviços;

ii) proteção da privacidade dos indivíduos em relação ao processamento e à disseminação de dados pessoais e a proteção da confidencialidade dos registros e contas individuais;

7.2.1.2. ANÁLISE E CONCLUSÕES DO PAINEL E DO ÓRGÃO DE APELAÇÃO

Em 10 de novembro de 2004, foi circulado o relatório do Painel³⁰⁹, que declarou que as leis americanas que proibiam a prestação de serviços de jogos de azar e apostas de fora dos Estados Unidos, para consumidores americanos, eram inconsistentes com o GATS e estavam prejudicando a indústria de jogo de Antígua.

O Painel concluiu que jogos e apostas englobam qualquer atividade envolvendo apostas que, em certas instâncias, implicam no risco de perda de valores (geralmente dinheiro) em virtude da realização de certos acontecimentos. Tais atividades incluem jogos típicos de cassino, loterias e eventos esportivos, independentemente de como esses serviços são prestados³¹⁰.

Com relação ao valor jurídico das listas de compromissos em serviços, o Painel concluiu que as listas de compromissos integram o GATS e, portanto, para a interpretação dos compromissos em serviços, aplicam-se as mesmas regras para a interpretação dos tratados, a saber: as normas da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados³¹¹.

iii) segurança”. (**Decreto nº 1.355**, de 30 de dezembro de 1994, que promulga a Ata Final que incorpora os resultados da Rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais do GATT. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2008).

³⁰⁹ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. WT/DS285/R. United States – Measures Affecting the Cross-Border Supply of Gambling and Betting Services - Report of the Panel, de 10 de novembro de 2004. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 17 dez. 2008.

³¹⁰ “Therefore, the Panel finds that the US Schedule includes, under sub-sector 10.D, entitled “Other recreational services (except sporting)”, specific commitments on gambling and betting services”. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. WT/DS285/R. United States – Measures Affecting the Cross-Border Supply of Gambling and Betting Services - Report of the Panel, de 10 de novembro de 2004. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 17 dez. 2008).

³¹¹ “Considering that, pursuant to Article XX:3 of the GATS, schedules of specific commitments form an integral part of the GATS, the rules of interpretation that apply with respect to GATS schedules are the same as those applicable to the GATS itself. In: this dispute, all parties and third parties agree that customary rules of treaty interpretation are applicable to the interpretation of the US Schedule. Moreover, in EC – Computer Equipment, the Appellate Body set out the interpretative rules regarding tariff concessions under the GATT 1994:

“Tariff concessions provided for in a Member's Schedule – the interpretation of which is at issue here – are reciprocal and result from a mutually-advantageous negotiation between importing and exporting Members. A Schedule is made an integral part of the GATT 1994 by Article II:7 of the GATT 1994. Therefore, the concessions provided for in that Schedule are part of the terms of the treaty. As such, the only rules which may be applied in interpreting the meaning of a concession are the general rules of treaty interpretation set out in the Vienna Convention”. (emphasis added)

This jurisprudence is relevant, mutatis mutandis, in respect of the GATS Schedules. Therefore, the content of the US Schedule should be considered as treaty language and, pursuant to Article 3.2 of the DSU, should be interpreted in light of the general rules of treaty interpretation set out in the Vienna Convention, in particular Articles 31, 32 and 33”. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. WT/DS285/R. United States –

Assim, com base nos Artigos 31, 32 e 33 da Convenção de Viena, o Painel interpretou o significado do compromisso consolidados pelos Estados Unidos como “outros serviços recreacionais (exceto esportes)”³¹². O Painel utilizou os seguintes métodos utilizados para a interpretação desse compromisso:

- (i) Interpretação literal;
- (ii) Interpretação ordinária dos termos, com base em dicionários;
- (iii) Significado ordinário dos termos, em vista do contexto, com base nas *Diretrizes para as Negociações de Compromissos Específicos* e na *Lista de Classificação Setorial de Serviços*; nas listas de compromissos de outros Membros; no contexto da lista de compromissos dos Estados Unidos;
- (iv) Significado ordinário com base nos objetivos e propósitos do tratado;
- (v) Meios suplementares de interpretação, incluindo os trabalhos preparatórios e outros meios de interpretação suplementares;

O Painel concluiu que as medidas impostas pelas leis federais denominadas *Wire Act*, *Travel Act* e *Illegal Gambling Business Act* e por leis estaduais emitidas pelos Estados de Louisiana, Massachusetts, Dakota do Sul e Utah eram inconsistentes com a lista de compromissos dos Estados Unidos e com os Artigos XVI.1 e XVI.2 do GATS, pois restringiam o acesso dos prestadores de serviços estrangeiros ao mercado de serviços de jogo e aposta em modo 1, que havia sido consolidado pelos Estados Unidos como “nenhuma limitação” (*none*)³¹³.

Measures Affecting the Cross-Border Supply of Gambling and Betting Services - Report of the Panel, de 10 de novembro de 2004, paras. 644-645. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 17 dez. 2008).

³¹² “Therefore, the content of the US Schedule should be considered as treaty language and, pursuant to Article 3.2 of the DSU, should be interpreted in light of the general rules of treaty interpretation set out in the Vienna Convention, in particular Articles 31, 32 and 33”. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. WT/DS285/R. United States – Measures Affecting the Cross-Border Supply of Gambling and Betting Services - Report of the Panel, de 10 de novembro de 2004, paras. 645. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 17 dez. 2008).

³¹³ “For the reasons set out in this Report, the Panel concludes as follows:

(a) the United States' Schedule under the GATS includes specific commitments on gambling and betting services under sub-sector 10.D;

(b) by maintaining the following measures, which, on their face, prohibit one, several or all means of delivery included in mode 1, contrary to its specific market access commitments for gambling and betting services for mode 1, the United States fails to accord services and service suppliers of Antigua treatment no less favourable than that provided for under the terms, limitations and conditions agreed and specified in its Schedule, contrary to Article XVI:1 and Article XVI:2 of the GATS”. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. WT/DS285/R. United States – Measures Affecting the Cross-Border Supply of Gambling and Betting Services - Report of the Panel, de 10 de novembro de 2004, paras. 7.2(a)-7.2(b). Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 17 dez. 2008).

Com relação à alegação dos Estados Unidos de que as medidas impostas poderiam ser classificadas no âmbito dos Artigos XIV(a) e XIV(c) do GATS, o Painel entendeu que o demandado não foi capaz de demonstrar que as leis federais questionadas eram “necessárias”, nos termos dos Artigos XIV(a) e XIV(c) do GATS e consistentes com os requerimentos contidos no *caput* do Artigo XIV³¹⁴.

Ressalte-se que, no final do relatório, o Painel reconhece que o tema abordado no contencioso, mais especificamente a questão do jogo, é um tema sensível e esclarece que as conclusões adotadas no contencioso derivam das circunstâncias analisadas e, conseqüentemente, e aplicam-se apenas ao caso em questão. Por fim, o Painel enfatiza que sua decisão não se refere ao direito de regular, incluindo o direito de proibir jogos e apostas³¹⁵.

Os Estados Unidos recorreram da decisão do Painel. Logo após o início da análise do contencioso pelo Órgão de Apelação, houve uma tentativa de conciliação entre demandante e demandado, que acabou fracassando. O Órgão de Apelação continuou sua análise sobre o caso e seu relatório foi distribuído para os Membros em 7 de abril de 2005³¹⁶.

Apesar de chegar à mesma conclusão do Painel com relação ao fato de que os Estados Unidos haviam consolidado compromissos em serviços de jogo e aposta, o Órgão

³¹⁴ “The United States has not been able to demonstrate that the Wire Act, the Travel Act (when read together with the relevant state laws) and the Illegal Gambling Business Act (when read together with the relevant state laws):

(i) are provisionally justified under articles xiv(a) and xiv(c) of the GATS; and

(ii) are consistent with the requirements of the chapeau of Article XIV of the GATS”. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. WT/DS285/R. United States – Measures Affecting the Cross-Border Supply of Gambling and Betting Services - Report of the Panel, de 10 de novembro de 2004, paras. 7.2(d). Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 17 dez. 2008).

³¹⁵ “The Panel wishes to note that it is well aware of the sensitivities associated with the subject-matter of this dispute, namely gambling and betting services. Our conclusions are directly linked to the particular circumstances of this dispute. We note in this regard that the United States may well have inadvertently undertaken specific commitments on gambling and betting services. However, it is not for the Panel to second-guess the intentions of the United States at the time the commitment was scheduled. Rather, our role is to interpret and apply the GATS in light of the facts and evidence before us.

We also wish to emphasize what we have not decided in this case. We have not decided that WTO Members do not have a right to regulate, including a right to prohibit, gambling and betting activities. In: this case, we came to the conclusion that the US measures at issue prohibit the cross-border supply of gambling and betting services in the United States in a manner inconsistent with the GATS. We so decided, not because the GATS denies Members such a right but, rather, because we found, inter alia, that, in the particular circumstances of this case, the measures at issue were inconsistent with the United States' scheduled commitments and the relevant provisions of the GATS”. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. WT/DS285/R. United States – Measures Affecting the Cross-Border Supply of Gambling and Betting Services - Report of the Panel, de 10 de novembro de 2004, paras. 7.3-7.4. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 17 dez. 2008).

³¹⁶ Vide ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. WT/DS285/AB/R. United States – Measures Affecting the Cross-Border Supply of Gambling and Betting Services - Report of the Appellate Body, de 7 de abril de 2005. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 17 dez. 2008.

de Apelação modificou a fundamentação do Painel com relação a essa questão³¹⁷. Segundo o Órgão de Apelação, a interpretação de um compromisso em serviços não pode se restringir à interpretação corrente das palavras utilizadas pelo membro na lista de compromissos específicos, de acordo com o significado encontrado em dicionários. O significado corrente das palavras de um compromisso em serviços deve ser examinado com base no contexto relevante, a saber:

- (i) Lista de compromissos específicos do Membro;
- (ii) Estrutura, o objeto e o objetivo do GATS;
- (iii) Acordos abrangidos (*covered agreements*); e
- (iv) Listas de compromissos em serviços de outros Membros.

Pela interpretação do Órgão de Apelação, tanto a *Lista de Classificação Setorial em Serviços* quanto a *Lista Central de Classificação de Produto* podem ser utilizadas como métodos suplementares de interpretação para confirmar o significado de um compromisso, caso a interpretação e o significado corrente desse compromisso seja obscura ou ambígua, ou leve a um resultado que é manifestamente absurdo³¹⁸. Isso porque, apesar de não serem vinculativos, esses documentos representam o consenso dos Membros com relação à classificação setorial em serviços.

Portanto, as *Diretrizes para as Negociações de Compromissos Específicos* e a *Lista de Classificação Setorial de Serviços* constituem métodos suplementares de interpretação (Artigo 32 da Convenção de Viena) e não documentos que permitem analisar o contexto (Artigo 31 da Convenção de Viena).

³¹⁷ “In: our view, therefore, the relevant entry in the United States’ Schedule, “Other recreational services (except sporting)”, must be interpreted as excluding from the scope of its specific commitment services corresponding to CPC class 9641, “Sporting services”. For the same reasons, in W/120 would—absent a clear indication to the contrary—have expected the sector to have the same coverage as the corresponding W/120 sector. This is another way of stating that, as the Panel observed, “unless otherwise indicated in the Schedule, Members were assumed to have relied on W/120 and the corresponding CPC references”. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. WT/DS285/AB/R. United States – Measures Affecting the Cross-Border Supply of Gambling and Betting Services - Report of the Appellate Body, de 7 de abril de 2005, paras. 204. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 17 dez. 2008).

³¹⁸ “We observe, as a preliminary matter, that this appeal does not raise the question whether W/120 and the 1993 Scheduling Guidelines constitute “supplementary means of interpretation, including the preparatory work of the treaty and the circumstances of its conclusion”. Both participants agree that they do, and we see no reason to disagree”. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. WT/DS285/AB/R. United States – Measures Affecting the Cross-Border Supply of Gambling and Betting Services - Report of the Appellate Body, de 7 de abril de 2005, paras. 196. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 17 dez. 2008).

O Órgão de Apelação também confirmou o entendimento do Painel de que as medidas impostas pelas leis federais denominadas *Wire Act*, *Travel Act* e *Illegal Gambling Business Act* eram inconsistentes com a lista de compromissos dos Estados Unidos e com os Artigos XVI.1 e XVI.2 do GATS, mas entendeu que o Painel errou ao avaliar a inconsistência das medidas impostas pelas leis estaduais dos Estados de Louisiana, Massachusetts, Dakota do Sul e Utah³¹⁹.

Já com relação ao fato de as medidas impostas poderem ser classificadas no âmbito dos Artigos XIV(a) e XIV(c) do GATS, o Órgão de Apelação reverteu a conclusão do Painel. Para o Órgão de Apelação, os Estados Unidos conseguiram demonstrar que as leis federais questionadas eram “necessárias”, nos termos dos Artigos XIV(a) e XIV(c) do GATS³²⁰.

O relatório do Órgão de Apelação determinou que os Estados Unidos deveriam modificar as leis federais *Wire Act*, *Travel Act* e *Illegal Gambling Business Act*, de modo a torná-las consistentes com a lista de compromissos dos Estados Unidos e com os Artigos XVI.1 e XVI.2 do GATS. Esse relatório foi adotado pelo OSC em 20 de abril de 2005.

Em junho 2007, os Estados Unidos ainda não haviam adequadado suas leis federais à determinação do OSC. Assim, Antígua solicitou autorização ao OSC para suspender suas concessões, no âmbito do TRIPS, com os Estados Unidos. Em julho do mesmo ano, o OSC autorizou Antígua a retaliar os Estados Unidos por meio da suspensão das obrigações no âmbito do TRIPS em até US\$ 21 milhões por ano³²¹.

³¹⁹ “For the reasons set out in this Report, the Appellate Body:

(...) finds that the *Wire Act*, the *Travel Act*, and the *Illegal Gambling Business Act* are “measures ... necessary to protect public morals or to maintain public order”; and finds that the Panel did not fail to “make an objective assessment of the facts of the case”, as required by Article 11 of the DSU”. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. WT/DS285/AB/R. United States – Measures Affecting the Cross-Border Supply of Gambling and Betting Services - Report of the Appellate Body, de 7 de abril de 2005, paras. 373. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 17 dez. 2008).

³²⁰ “Our findings under Article XIV lead us to modify the overall conclusions of the Panel in paragraph 7.2(d) of the Panel Report. The Panel found that the United States failed to justify its measures as “necessary” under paragraph (a) of Article XIV, and that it also failed to establish that those measures satisfy the requirements of the chapeau.

We have found instead that those measures satisfy the “necessity” requirement”. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. WT/DS285/AB/R. United States – Measures Affecting the Cross-Border Supply of Gambling and Betting Services - Report of the Appellate Body, de 7 de abril de 2005, paras. 379-371. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 17 dez. 2008).

³²¹ Para mais informações sobre o cronograma e os procedimentos para implementação da decisão do Órgão de Apelação, vide ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Dispute Settlement: **Dispute** DS285: United States — Measures Affecting the Cross-Border Supply of Gambling and Betting Services. Disponível em: <www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds285_e.htm>. Acesso em: 19 dez. 2008.

7.2.1. O CASO MÉXICO –TELECOMUNICAÇÕES

7.2.1.1. O ANEXO DO GATS SOBRE TELECOMUNICAÇÕES E O REFERENCE PAPER

O Anexo do GATS sobre Telecomunicações³²² regulamenta o acesso e o uso de redes públicas de transmissão e serviços de telecomunicações de forma suplementar ao GATS. O Artigo 5 do Anexo³²³ estabelece que os Membros devem garantir condições

³²² ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/L/20, Fourth protocol to the General Agreement on Trade in Services, de 30 de abril de 1996. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 10 dez. 2008.

³²³ “5. *Access to and use of Public Telecommunications Transport Networks and Services*
(a) *Each Member shall ensure that any service supplier of any other Member is accorded access to and use of public telecommunications transport networks and services on reasonable and non-discriminatory terms and conditions, for the supply of a service included in its Schedule. This obligation shall be applied, inter alia, through paragraphs (b) through (f).*

(b) *Each Member shall ensure that service suppliers of any other Member have access to and use of any public telecommunications transport network or service offered within or across the border of that Member, including private leased circuits, and to this end shall ensure, subject to paragraphs (e) and (f), that such suppliers are permitted:*

(i) *to purchase or lease and attach terminal or other equipment which interfaces with the network and which is necessary to supply a supplier's services;*

(ii) *to interconnect private leased or owned circuits with public telecommunications transport networks and services or with circuits leased or owned by another service supplier; and*

(iii) *to use operating protocols of the service supplier's choice in the supply of any service, other than as necessary to ensure the availability of telecommunications transport networks and services to the public generally.*

(c) *Each Member shall ensure that service suppliers of any other Member may use public telecommunications transport networks and services for the movement of information within and across borders, including for intra-corporate communications of such service suppliers, and for access to information contained in data bases or otherwise stored in machine-readable form in the territory of any Member. Any new or amended measures of a Member significantly affecting such use shall be notified and shall be subject to consultation, in accordance with relevant provisions of the Agreement.*

(d) *Notwithstanding the preceding paragraph, a Member may take such measures as are necessary to ensure the security and confidentiality of messages, subject to the requirement that such measures are not applied in a manner which would constitute a means of arbitrary or unjustifiable discrimination or a disguised restriction on trade in services.*

(e) *Each Member shall ensure that no condition is imposed on access to and use of public telecommunications transport networks and services other than as necessary:*

(i) *to safeguard the public service responsibilities of suppliers of public telecommunications transport networks and services, in particular their ability to make their networks or services available to the public generally;*

(ii) *to protect the technical integrity of public telecommunications transport networks or services; or*

(iii) *to ensure that service suppliers of any other Member do not supply services unless permitted pursuant to commitments in the Member's Schedule.*

(f) *Provided that they satisfy the criteria set out in paragraph (e), conditions for access to and use of public telecommunications transport networks and services may include:*

(i) *restrictions on resale or shared use of such services;*

(ii) *a requirement to use specified technical interfaces, including interface protocols, for inter-connection with such networks and services;*

razoáveis e não-discriminatórias ao acesso e uso de sua rede pública de transmissão de dados e serviços de telecomunicações. De acordo com o item (g) do Artigo 5, os PEDs podem estabelecer condições razoáveis ao acesso e uso de sua rede pública de transmissão de dados e serviços de telecomunicações, desde que tais condições sejam condizentes com o grau de desenvolvimento do país, sejam necessárias para fortalecer sua infra-estrutura e estejam especificadas em sua lista de compromissos. Essa exceção tem como objetivo aumentar a capacidade de provimento de serviços telecomunicações dos PEDs e, consequentemente, ampliar sua participação no comércio internacional desses serviços.

Como mencionado anteriormente, em 24 de abril de 1996, alguns Membros da OMC elaboraram um *Reference Paper* sobre serviços de telecomunicações³²⁴, que é um documento contém um conjunto de princípios regulatórios pró-competitivos aplicáveis ao setor de telecomunicações. Os Membros da OMC que ratificaram o *Reference Paper* se comprometeram a implementar medidas para impedir que fornecedores de serviços de telecomunicações adotem ou continuem adotando práticas anticompetitivas, como a concessão de subsídios cruzados³²⁵, o uso inapropriado de informações obtidas por meio de outros *players* e a não comunicação de informações técnicas essenciais à prestação de

(iii) requirements, where necessary, for the inter-operability of such services and to encourage the achievement of the goals set out in paragraph 7(a);

(iv) type approval of terminal or other equipment which interfaces with the network and technical requirements relating to the attachment of such equipment to such networks;

(v) restrictions on inter-connection of private leased or owned circuits with such networks or services or with circuits leased or owned by another service supplier; or

(vi) notification, registration and licensing.

(g) Notwithstanding the preceding paragraphs of this section, a developing country Member may, consistent with its level of development, place reasonable conditions on access to and use of public telecommunications transport networks and services necessary to strengthen its domestic telecommunications infrastructure and service capacity and to increase its participation in international trade in telecommunications services. Such conditions shall be specified in the Member's Schedule". (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/L/20, Fourth protocol to the General Agreement on Trade in Services, de 30 de abril de 1996. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 10 dez. 2008).

³²⁴ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Reference Paper, de 24 de abril de 1996. Disponível em: <http://www.wto.org/english/news_e/pres97_e/repap-e.htm>. Acesso em: 10 dez. 2008.

³²⁵ "(...) 1. Competitive safeguards

1.1 Prevention of anti-competitive practices in telecommunications

Appropriate measures shall be maintained for the purpose of preventing suppliers who, alone or together, are a major supplier from engaging in or continuing anti-competitive practices.

1.2 Safeguards

The anti-competitive practices referred to above shall include in particular:

(a) engaging in anti-competitive cross-subsidization;

(b) using information obtained from competitors with anti-competitive results; and

(c) not making available to other services suppliers on a timely basis technical information about essential facilities and commercially relevant information which are necessary for them to provide services".

(ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Reference Paper, de 24 de abril de 1996. Disponível em: <http://www.wto.org/english/news_e/pres97_e/repap-e.htm>. Acesso em: 10 dez. 2008).

serviços a outros provedores³²⁶. O documento estabelece, ainda, que os Estados devem criar um órgão regulatório independente dos provedores de serviços³²⁷, que os Membros têm liberdade para optar pelo modelo de universalização que desejarem³²⁸ e que eles não podem estabelecer condições discriminatórias para a interconexão³²⁹.

Como mencionado no Capítulo 5 acima, os Membros que desejaram incorporaram os princípios estabelecidos no *Reference Paper* em suas listas de compromissos específicos, na coluna relativa a compromissos adicionais. Os Membros que aderiram ao *Reference Paper* concordaram em usar esse documento como base para as disciplinas regulatórias que seriam adotadas nos futuros compromissos adicionais no setor de telecomunicações.

Logo depois da adoção do *Reference Paper*, em 30 de abril de 1996, o Quarto Protocolo ao Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços³³⁰ foi adotado pelos Membros da OMC. Inicialmente, o referido Protocolo estava aberto a adesões, que deveriam ocorrer até 30 de novembro de 1997, prazo que foi, posteriormente, prorrogado até 31 de julho de

³²⁶ Em função dessa proibição, as empresas de telecomunicações dos países que adotaram o *Reference Paper* estão proibidas de cobrir os aspectos menos lucrativos de sua atividade com a receita obtida com a prestação de serviços mais lucrativos.

³²⁷ “5. *Independent regulators*

The regulatory body is separate from, and not accountable to, any supplier of basic telecommunications services. The decisions of and the procedures used by regulators shall be impartial with respect to all market participants”. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. *Reference Paper*, de 24 de abril de 1996. Disponível em: <http://www.wto.org/english/news_e/pres97_e/refpap-e.htm>. Acesso em: 10 dez. 2008).

³²⁸ “3. *Universal Service*

Any Member has the right to define the kind of universal service obligation it wishes to maintain. Such obligations will not be regarded as anti-competitive per se, provided they are administered in a transparent, non-discriminatory and competitively neutral manner and are not more burdensome than necessary for the kind of universal service defined by the Member”. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. *Reference Paper*, de 24 de abril de 1996. Disponível em: <http://www.wto.org/english/news_e/pres97_e/refpap-e.htm>. Acesso em: 10 dez. 2008).

³²⁹ “2. *Interconnection*

2.1 This section applies to linking with suppliers providing public telecommunications transport networks or services in order to allow the users of one supplier to communicate with users of another supplier and to access services provided by another supplier, where specific commitments are undertaken.

2.2 Interconnection to be ensured

Interconnection with a major supplier will be ensured at any technically feasible point in the network. Such interconnection is provided.

(a) under non-discriminatory terms, conditions (including technical standards and specifications) and rates and of a quality no less favourable than that provided for its own like services or for like services of non-affiliated service suppliers or for its subsidiaries or other affiliates;

(b) in a timely fashion, on terms, conditions (including technical standards and specifications) and cost-oriented rates that are transparent, reasonable, having regard to economic feasibility, and sufficiently unbundled so that the supplier need not pay for network components or facilities that it does not require for the service to be provided; and

(c) upon request, at points in addition to the network termination points offered to the majority of users, subject to charges that reflect the cost of construction of necessary additional facilities(...)”.

(ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. *Reference Paper*, de 24 de abril de 1996. Disponível em: <http://www.wto.org/english/news_e/pres97_e/refpap-e.htm>. Acesso em: 10 dez. 2008).

³³⁰ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/L/20, Fourth protocol to the General Agreement on Trade in Services, de 30 de abril de 1996. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 10 dez. 2008.

1998, de modo a possibilitar que alguns Membros que a ele haviam aderido finalizassem o processo de ratificação. No entanto, o Protocolo apenas entrou em vigor em 05 de fevereiro de 1998. A esse documento foram anexadas as listas de compromissos e de exceção à cláusula de nação mais favorecida.

Ao aderir ao Quarto Protocolo ao Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços, os Membros se comprometiam a consolidar compromissos em serviços de telefonia por voz, transmissão de dados por meio de circuitos integrados, fax, serviço de aluguel de circuitos privados e serviços de telefonia celular por meio de redes públicas de telecomunicações. Esses Membros também se comprometeram a dar acesso a mercados e tratamento nacional a revendedores de serviços públicos de telecomunicações por meio de agências comerciais, que estaria sujeito à emissão de licenças regulatórias.

As obrigações relacionadas acima se aplicam a todos os Membros que o ratificaram independentemente do fato de terem consolidado compromissos no setor de serviços básicos de telecomunicações. Isso porque o Anexo sobre Telecomunicações trata do acesso a esses serviços pelos usuários e não da possibilidade de acesso a mercados para comercializar serviços de telecomunicação, o que é tratado nas listas de compromisso. De acordo com o Anexo sobre Telecomunicações, os Membros não são obrigados a autorizar um prestador de serviços de outro Membro a estabelecer, instalar, adquirir, arrendar ou fornecer redes ou serviços de transporte de telecomunicação que não sejam previstos em sua lista³³¹.

Desse modo, os beneficiários das disciplinas regulamentadas pelo Anexo são empresas que prestam quaisquer dos serviços que foram incluídos nas listas de compromissos dos Membros, e não apenas serviços de valor agregado e prestadores de serviços básicos de telecomunicação, mas também empresas que prestam serviços bancários ou de informática.

É importante notar que as obrigações contidas no Anexo sobre Telecomunicações devem buscar o equilíbrio entre as necessidades dos usuários de termos justos de acesso e as necessidades dos reguladores e dos operadores dos serviços públicos de telecomunicações de manter um sistema que funcione adequadamente e que atenda a

³³¹ “c) nenhuma disposição do presente Anexo será interpretada no sentido de:

i) obrigar um Membro a autorizar um prestador de serviços de outro Membro a estabelecer, instalar, adquirir, arrendar ou fornecer redes ou serviços de transporte de telecomunicação que não sejam previstos em sua lista”. (**Decreto nº 313**, de 30 de julho de 1948, que autoriza o Poder Executivo a aplicar, provisoriamente, o Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio; reajusta as tarifas aduaneiras e dá outras providências. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 10 dez. 2008).

objetivos de políticas públicas. O México aderiu ao Quarto Protocolo ao Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços e incorporou as obrigações desse Protocolo em sua lista de compromissos específicos. O México não estabeleceu nenhuma limitação de acesso a mercados em modo 1 em sua lista de compromissos específicos, com exceção da obrigação de que o tráfico internacional fosse direcionado apenas por meio de instalações de empresas com concessão outorgada pela Secretaria de Comunicações e Transportes do México. Com relação ao modo 3, o México estabeleceu que apenas as empresas com concessão outorgada pela Secretaria de Comunicações e Transportes poderiam estabelecer presença comercial no país, além de outras limitações de acesso a mercados, cuja remoção estava sujeita ao desenvolvimento regulatório futuro. Além disso, determinou que a participação de empresas estrangeiras no capital social de empresas mexicanas prestadoras de serviços de telecomunicações deveria limitar-se a 49%.

7.2.1.2. BREVE DESCRIÇÃO DO CASO

Em 13 de fevereiro de 2002, os Estados Unidos recorreram ao OSC para solicitar o estabelecimento de um Painel contra o México. Em sua reclamação, os Estados Unidos alegaram que o México havia atuado de forma inconsistente com as obrigações e compromissos assumidos pelo país, no âmbito do GATS³³², ao permitir que a maior empresa de telefonia mexicana, a Teléfonos de México, S.A. de C.V. (“Telmex”), não oferecesse a operadoras norte-americanas interconexão de longa distância a custos orientados e razoáveis. Segundo os Estados Unidos, essa prática seria inconsistente com as Seções 2.1 e 2.2 do *Reference Paper*, conforme adotado pelo México em sua lista de compromissos, na coluna de compromissos adicionais³³³.

Os Estados Unidos alegaram, também, que o México não havia conseguido impedir que a Telmex adotasse práticas anticompetitivas, conforme previsto na Seção 1.1. do *Reference Paper*. Argumentaram, por fim, que o México não havia conseguido assegurar

³³² O México assumiu compromissos específicos no setor de telecomunicações no âmbito dos artigos XVI (acesso a mercados), XVII (tratamento nacional) e XVIII (compromissos adicionais). Os compromissos adicionais aqui mencionados são, na realidade, aqueles constantes do *Reference Paper*. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. *Reference Paper*, de 24 de abril de 1996. Disponível em: <http://www.wto.org/english/news_e/pres97_e/repap-e.htm>. Acesso em: 10 dez. 2008).

³³³ Vide ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. GATS/SC/56/Suppl.2, Schedule of Specific Commitments of Mexico – Supplement 2, de 11 de abril de 1997. Disponível em: <www.wto.org/english/tratop_e/serv_e/telecom_e/telecom_commit_exempt_list_e.htm>. Acesso em: 14 dez. 2008.

que os prestadores norte-americanos de serviços básicos de telecomunicações fizessem uso e tivessem acesso razoável e não-discriminatório a redes e serviços públicos de telecomunicações, prática que violava os compromissos assumidos pelo país nas Seções 5(a) e (b) do Anexo de Telecomunicações do GATS³³⁴.

A disputa entre Estados Unidos e México teve início na metade da década de 90, quando a empresa norte-americana de telecomunicações Sprint se associou à Telmex com o objetivo de ofertar serviços de telefonia entre os dois Estados. Antes de 1997, a prestação de serviços de telefonia de longa distância, no México, constituía monopólio da Telmex. A partir de então, o governo mexicano passou a autorizar outras empresas a fornecer serviços internacionais de telefonia, por meio de suas redes. Segundo estabelecem a leis mexicanas de telecomunicações³³⁵, a maior operadora de serviços de telecomunicações para determinado país possui o direito de negociar, exclusivamente, os termos e condições para completar³³⁶ a chamada internacional no México. Esses termos e condições aplicar-se-ão a todas as empresas que completarem chamadas entre aquele país e o México.

No final dos anos 1970, existiam no México 27 concessionárias habilitadas a ofertar serviços de longa distância, incluindo duas concessionárias afiliadas a empresas norte-americanas, quais sejam: a Avantel, afiliada à WordCom; e a Alestra, afiliada à AT&T. Dessas, 11 estavam autorizadas a operar internacionalmente, completando as chamadas recebidas e iniciando chamadas para outros Estados. É importante notar que as operadoras privadas estrangeiras devem alugar capacidade das concessionárias mexicanas de serviços de telecomunicações. Nesse caso, as chamadas deveriam ser originadas e completadas dentro de uma mesma rede privada.

Nesse contexto, a AT&T e a MCI, que haviam se associado a pequenas empresas mexicanas para competir com a associação entre a Sprint e a Telmex, se mostraram descontentes com sua situação no mercado mexicano. Após inúmeras tentativas mal-sucedidas de negociação para redução das tarifas para completar as ligações de longa distância no México, a AT&T e a MCI conseguiram convencer o *United States Trade Representative* a ingressar com uma reclamação contra o México, na OMC.

³³⁴ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. GATS Annex on Telecommunications. Disponível em: Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 12 dez. 2008.

³³⁵ MÉXICO. Ley Federal de Telecomunicaciones. Disponível em: <www.cft.gob.mx/html/9_publica/leyes/Ley%20Federal%20de%20Telecomunicaciones.doc>. Acesso em: 10 dez. 2008.

³³⁶ Completar uma chamada que se originou em determinada rede em outra rede.

7.2.1.3. ANÁLISE E CONCLUSÕES DO PAINEL

Ao analisar os documentos e provas apresentados pelas partes envolvidas na disputa, o Painel chegou à conclusão de que as tarifas cobradas pela Telmex para a realização da interconexão dos fornecedores de serviços de telefonia norte-americanos não eram orientadas pelo custo, conforme prevê o Artigo II.2 (b) do *Reference Paper*³³⁷. Como o México havia permitido acesso total às operadoras dos Estados Unidos que possuíam suas próprias redes no seu país de origem. Nesse ponto, o Painel seguiu a metodologia proposta pelos Estados Unidos, que demonstrou que as tarifas cobradas das operadoras americanas para a realização da interconexão eram muito superiores ao custo real da interconexão.

O Painel não aceitou o argumento do México de que as tarifas de interconexão eram mais elevadas em virtude de serem fundamentais para o fortalecimento de sua infraestrutura em serviços de telecomunicação e, portanto, atendiam aos objetivos do Artigo V(g) do Anexo sobre Telecomunicações³³⁸. Esse artigo permite que os PEDs estabeleçam condições aos compromissos com o objetivo de fortalecer a infra-estrutura e capacidade das telecomunicações, em âmbito doméstico, e aumentar a participação do setor de telecomunicações no comércio internacional de serviços. O Painel rejeitou esse argumento, pois considerou que o México não especificou, em sua lista de compromissos, que adotaria tarifas de interconexão mais elevadas para atender os objetivos do Artigo V(g) do Anexo sobre Telecomunicações, conforme requerido por esse artigo³³⁹.

³³⁷ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. WT/DS204/R. Mexico – Measures Affecting Telecommunications Services (Panel Report), paras. 7.18-221. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 9 dez. 2008.

³³⁸ “5 - Acesso às Redes Públicas de Transportes de Telecomunicações e Serviços e Utilização dos Mesmos (...) (g) não obstante os parágrafos anteriores da presente seção, um país em desenvolvimento poderá, em função de seu nível de desenvolvimento, impor condições razoáveis ao acesso às redes e serviços públicos de transportes de telecomunicações e à utilização dos mesmos necessárias ao fortalecimento de sua infraestrutura de telecomunicações e capacidade em matéria de serviços e à ampliação de sua participação no comércio internacional de serviços de telecomunicações”. (**Decreto nº 313**, de 30 de julho de 1948, que autoriza o Poder Executivo a aplicar, provisoriamente, o Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio; reajusta as tarifas aduaneiras e dá outras providências. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 10 dez. 2008).

³³⁹ “Section 5(g) recognizes the right of developing countries to inscribe limitations in their schedules for the objectives recognized in Section 5(g). The Panel notes that Mexico's Schedule of Specific Commitments does not include any limitations referring to Section 5(g) or to the development objectives mentioned therein. Without such limitations in Mexico's Schedule, Section 5(g) does not permit a departure from specific commitments which Mexico has voluntarily and explicitly scheduled. Moreover, even if – contrary to our views – Section 5(g) could be used as a defence for imposing conditions inconsistent with a Member's specific commitments, Mexico has not demonstrated that anti-competitive price-fixing and market sharing arrangements are “reasonable” and “necessary” conditions for enhancing the development objectives referred to in Section 5(g)”. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. WT/DS204/R. Mexico – Measures Affecting Telecommunications Services (Panel Report), paras. 7.388. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 9 dez. 2008.)

A segunda constatação do Painel foi de que o México falhou ao adotar medidas apropriadas para evitar práticas anticompetitivas por parte do principal fornecedor mexicano de serviços de interconexão, conforme dispõe o Artigo I.1 do *Reference Paper*. O Painel constatou a existência de práticas anticompetitivas entre as empresas concorrentes que, conjunta ou separadamente, eram o principal provedor dos serviços em questão e, desse modo, concluiu que o México agiu de forma inconsistente com o Artigo I.1 do *Reference Paper*³⁴⁰.

Ainda com relação às tarifas de interconexão, o Painel considerou que, tendo em vista que as tarifas cobradas pelo México das operadoras dos Estados Unidos excediam o custo por uma margem substancial, sua natureza uniforme levou à eliminação da competição no mercado relevante de serviços de telecomunicações, conforme disposto na lista de compromissos mexicana. Logo, o México não havia conseguido garantir às empresas estadunidenses o acesso e uso das redes de transmissões de dados e de serviços públicos, em termos e condições razoáveis. Assim, segundo o Painel, o México agiu de forma inconsistente com o Artigo V(a) do Anexo sobre Telecomunicações³⁴¹.

Por fim, o Painel constatou que a legislação mexicana impediu que as empresas norte-americanas se estabelecessem fisicamente no México, o que contraria a lista de compromissos assumida pelo país. Em sua lista de compromissos, o México havia adotado limitações de acesso a mercados em modo 3 cuja remoção estava sujeita ao desenvolvimento regulatório futuro. Ao analisar essas limitações, o Painel concluiu que elas eram inconsistentes com o Artigo V(b) do Anexo sobre Telecomunicações, que garante acesso a prestadores estrangeiros. Para o Painel, o México não poderia alegar essas limitações, pois, cinco anos após o GATS entrar em vigor, ainda não havia desenvolvido as leis necessárias a que se refere o Artigo V(b) do Anexo sobre Telecomunicações³⁴². Pelas

³⁴⁰ “Mexico has not met its GATS commitments under Section 1.1 of its Reference Paper to maintain “appropriate measures” to prevent anti-competitive practices, since it maintains measures that require anti-competitive practices among competing suppliers which, alone or together, are a major supplier of the services at issue”. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. WT/DS204/R. Mexico – Measures Affecting Telecommunications Services (Panel Report), paras. 8.1. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 9 dez. 2008).

³⁴¹ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. WT/DS204/R. Mexico – Measures Affecting Telecommunications Services (Panel Report), paras. 7.328-335., 8.1(c), 8.2(b). Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 9 dez. 2008.

³⁴² “We therefore consider that subparagraph (d) of Article XX:1 requires the specification of a time-frame for implementation should a Member wish to implement a commitment after its entry into force. Where a Member does not specify a time-frame, implementation must be deemed to be concurrent with the entry into force of the commitment. We have seen that the entry in Mexico's Schedule does not contain language that expresses a condition “whether” regulations and permits would be issued, but only “when” the permits would be issued. Interpreted in the context of Article XX, this entry implies that regulations were not in place when Mexico finalized its commitments on 15 February 1997, but expresses a commitment that these regulations

conclusões do Painel, entende-se que cinco anos seria um prazo superior ao prazo máximo no qual deve ocorrer o desenvolvimento regulatório necessário, independentemente da existência de variáveis que podem retardar o desenvolvimento regulatório, como recursos governamentais limitados, prioridades regulatórias e situação política³⁴³.

Ressalte-se que, mesmo se a instalação de empresas de telefonia dos Estados Unidos no México fosse permitida, as leis mexicanas proíbem que tais empresas aluguem circuitos privados para prestar serviços de telecomunicações a outros países, bem como a interconexão desses circuitos à rede de transmissão de dados e serviços públicos ou a outros circuitos de provedores de serviços privados. Ao contrário, as leis mexicanas obrigavam as empresas norte-americanas a utilizarem a estrutura das empresas locais que estavam autorizadas pelo governo a operar a rede pública de telecomunicações. As leis mexicanas eram, portanto, inconsistentes com o Artigo V (b) do Anexo sobre Telecomunicações do GATS³⁴⁴.

Por fim, é importante notar que uma parte significativa da análise do Painel foi utilizada na discussão do significado da expressão “serviços transfronteiriços”. O México alegava que a prestação transfronteiriça de serviços entre dois Membros ocorre apenas se o prestador opera diretamente, ou está presente, do outro lado da fronteira. No entanto, o Painel entendeu que, de acordo com o Artigo I.2(a) do GATS, a definição de serviço transfronteiriço não indica se um único prestador deve realizar a transmissão de uma ligação do local de início ao local de destino³⁴⁵. Esse entendimento foi confirmado pelo

would be issued. Even if Mexico had needed time to complete the issuance of the regulations beyond the time of entry into force of its commitment on 5 February 1998, Mexico should, at the very minimum, have initiated that process leading to the issuance of the regulations. There is no evidence, however, that Mexico has taken any steps to comply with its commitment. We do not consider it necessary to rule on the length of a time period within which the implementation of Mexico's commitment might reasonably have been concluded, as more than five years have passed since the entry into force of Mexico's commitment, and Mexico still has indicated no date by which it intends to issue the relevant regulations and permits. Therefore, we find that Mexico's refusal to authorize the supply of services by commercial agencies is inconsistent with the market access commitment inscribed in its Schedule". (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. WT/DS204/R. Mexico – Measures Affecting Telecommunications Services (Panel Report), paras. 7.371. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 9 dez. 2008).

³⁴³ SOUTH CENTRE, op. cit., 5 p.

³⁴⁴ “We therefore conclude that Mexico has failed to meet its obligations under Section 5(b) of the GATS Annex on Telecommunications, by failing to ensure that commercially present commercial agencies of the United States have access to and use of private leased circuits and are permitted to interconnect these circuits to public telecommunications transport networks and services or with circuits of other service suppliers”. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. WT/DS204/R. Mexico – Measures Affecting Telecommunications Services (Panel Report), paras. 7.389. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 9 dez. 2008).

³⁴⁵ “We observe that basic telecommunications services supplied between Members do require, during the delivery of the service, a high degree of interaction between each other's networks, since the service typically involves a continuous, rapid and often two-way flow of intangible customer and operator data. The interaction results in a seamless service between the originating and terminating segments, which suggests

Painel, com base na descrição dos setores de serviços da *Lista de Classificação Central de Produto* e no documento *Consolidação dos Compromissos Iniciais no Comércio de Serviços: Nota Explicativa*, de 3 de setembro de 1993³⁴⁶, que foi elaborado pelo Secretariado do GATT para orientar a consolidação de compromissos em serviços durante a Rodada Uruguai.

O Painel também analisou o escopo do modo 1 de prestação de serviços com base no documento *Consolidação dos Compromissos Iniciais no Comércio de Serviços: Nota Explicativa*, que, segundo o Painel, deve ser considerado como parte das circunstâncias de conclusão do GATS, nos termos do Artigo 32 da Convenção de Viena para a Interpretação de Tratados³⁴⁷.

O Painel concluiu que o México agiu de forma inconsistente com os compromissos assumidos pelo país sob a égide do GATS e, mais especificamente, com relação aos Artigos I.1 e II.2 (b) do *Reference Paper* e V(a) e (b) do Anexo de Telecomunicações do GATS.

O relatório do Painel foi circulado em 2 de abril de 2004. Como as partes envolvidas no contencioso chegaram a um consenso sobre a implementação da decisão do Painel, não houve recurso ao Órgão de Apelação. Logo, o relatório do Painel foi adotado pelo OSC em 1 de junho de 2004³⁴⁸.

that the service be considered as a single, cross-border service". (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. WT/DS204/R. Mexico – Measures Affecting Telecommunications Services (Panel Report), paras. 7.38. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 9 dez. 2008).

³⁴⁶ ACORDO GERAL SOBRE TARIFAS E COMÉRCIO. MTN.GNS/W/164, Scheduling of Initial Commitments in Trade in Services: Explanatory Note, de 3 de setembro de 1993. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 9 dez. 2008

³⁴⁷ "In: interpreting the scope of cross border supply in Article I:2(a) of the GATS, we need not decide whether the Explanatory Note provides "context" (as an agreement or instrument made in connection with the conclusion of the GATS) under paragraph 2 of Article 31 of the Vienna Convention, or whether it can be "taken into account", together with the context, as a subsequent agreement or practice under paragraph 3 of the same provision. In: any case, we consider that the source, content and use of the Explanatory Note make it part of the "circumstances" of the conclusion of the GATS, within the meaning of Article 32 of the Vienna Convention. We may therefore properly have recourse to the Explanatory Note to confirm our understanding of the ordinary meaning of Article I:2(a) of the GATS."³⁴⁷

For these reasons, we find that the services at issue, in which United States suppliers link their networks at the border with those of Mexican suppliers for termination within Mexico, without United States' suppliers operating, or being present in some way, in Mexico, are services which are supplied cross-border within the meaning of Article I:2(a) of the GATS". (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. WT/DS204/R. Mexico – Measures Affecting Telecommunications Services (Panel Report), paras. 7.44-7.45. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 9 dez. 2008).

³⁴⁸ Para mais informações sobre o cronograma e os procedimentos para implementação da decisão do Painel, vide ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Dispute Settlement: Dispute DS204: Mexico - Measures Affecting Telecommunications Services. Disponível em: <www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds204_e.htm>. Acesso em: 15 dez. 2008.

Em 12 de agosto de 2005, o México anunciou que havia promulgado novas leis que permitiam a revenda comercial dos serviços de telecomunicações de longa distância, nacionais e internacionais. Desse modo, todas as recomendações do Painel haviam sido adotadas.

7.3. PRINCIPAIS CONSEQUÊNCIAS DAS DECISÕES DO OSC NOS CASOS *ESTADOS UNIDOS – SERVIÇOS DE JOGO E APOSTA* E *MÉXICO – TELECOMUNICAÇÕES* RELACIONADAS À INSCRIÇÃO DE COMPROMISSOS EM SERVIÇOS

O relatório do Painel no caso *México – Telecomunicações* e os relatórios do Painel e do Órgão de Apelação no caso *Estados Unidos – Serviços de jogo e aposta* são extremamente elucidativos com relação a como deve ser interpretado um compromisso inscrito na lista de compromissos específicos. Consequentemente, as conclusões do OSC nesses casos apontam alguns aspectos importantes que os Membros devem levar em consideração ao elaborar suas ofertas iniciais e revisadas em serviços.

No caso *Estados Unidos – Serviços de jogo e aposta*, tanto o relatório do Painel quanto o relatório do Órgão de Apelação demonstram que é extremamente importante usar uma linguagem clara ao inscrever compromissos em serviços, de modo que, para compreender o que está abrangido por determinado compromisso, não seja necessário recorrer a meios suplementares de interpretação.

Esse caso também deixou claro que é recomendável que os Membros inscrevam compromissos com base na classificação setorial sugerida pela *Lista de Classificação Setorial em Serviços*, apontando qual a classificação correspondente na *Lista Central de Classificação de Produto*. Embora essas classificações sejam meras diretrizes, cujo uso é apenas sugerido pela OMC, o Órgão de Apelação entendeu que tanto a *Lista de Classificação Setorial em Serviços* quanto a *Lista Central de Classificação de Produto* podem ser utilizadas como métodos suplementares de interpretação para confirmar o significado de um compromisso. Nos casos em que não é possível utilizar a classificação setorial da *Lista de Classificação Setorial em Serviços* para determinado setor ou subsetor de serviço, os Membros podem utilizar os códigos da *Lista Central de Classificação de Produtos* que mais se aproximam

Mesmo que um Membro consolide compromissos em serviços sem utilizar as diretrizes da *Lista de Classificação Setorial em Serviços* e da *Lista Central de Classificação de Produto*, eventuais ambiguidades relativas ao conteúdo de determinado compromisso podem vir a ser esclarecidas com base na *Lista de Classificação Setorial em Serviços* e nos códigos de setores e subsetores correspondentes da *Lista Central de Classificação de Produto*.

Assim, apesar não ser obrigatório o uso da *Lista de Classificação Setorial em Serviços* e da *Lista Central de Classificação de Produto* pelos Membros, sua utilização evita que haja incertezas com relação ao escopo dos compromissos e, conseqüentemente, diminui as chances de que esse compromisso seja questionado perante o OSC³⁴⁹.

Em seu relatório, o Órgão de Apelação também indicou que a interpretação de um compromisso em serviços deve ser realizada com base nos Artigos 31, 32 e 33 da Convenção de Viena, mas não pode se restringir à interpretação corrente das palavras utilizadas pelo membro na lista de compromissos específicos, de acordo com o significado encontrado em dicionários. O significado corrente das palavras de um compromisso em serviços deve ser examinado com base no contexto relevante, a saber: (i) a própria lista de compromissos específicos; (ii) a estrutura, o objeto e o objetivo do GATS; (iii) os acordos abrangidos (*covered agreements*); e (iv) listas de compromissos em serviços de outros Membros. Esse último critério deve ser usado com cautela, uma vez que cada lista de compromissos tem uma lógica própria.

Já no caso *México – Telecomunicações*, embora o foco da análise do Painel não tenha sido o escopo dos compromissos específicos em serviços consolidados pelo México, algumas lições sobre a metodologia para a inscrição de compromissos em serviços podem ser extraídas das conclusões do Painel.

O Painel interpretou o significado da expressão “serviços transfronteiriços” e entendeu que, de acordo com o Artigo I.2(a) do GATS, a definição de serviço transfronteiriço não indica se um único prestador deve realizar a transmissão de uma ligação do local de início ao local do destino³⁵⁰. Esse entendimento foi confirmado com

349 SOUTH CENTRE, op. cit., 5 p.

350 “We observe that basic telecommunications services supplied between Members do require, during the delivery of the service, a high degree of interaction between each other's networks, since the service typically involves a continuous, rapid and often two-way flow of intangible customer and operator data. The interaction results in a seamless service between the originating and terminating segments, which suggests that the service be considered as a single, cross-border service”. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. WT/DS204/R. Mexico – Measures Affecting Telecommunications Services (Panel Report), paras. 7.38. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 9 dez. 2008).

base na descrição dos setores de serviços da *Lista de Classificação Central de Produto* e no documento *Consolidação dos Compromissos Iniciais no Comércio de Serviços: Nota Explicativa*, de 1993. O Painel também analisou o escopo do modo 1 de prestação de serviços com base no documento *Consolidação dos Compromissos Iniciais no Comércio de Serviços: Nota Explicativa* e, de acordo com o Painel, esse documento deve ser considerado como parte das circunstâncias de conclusão do GATS, nos termos do Artigo 32 da Convenção de Viena para a Interpretação de Tratados.

Com relação à alegação do México de que as tarifas de interconexão eram mais elevadas em virtude de serem fundamentais para o fortalecimento de sua infra-estrutura em serviços de telecomunicação e, portanto, atendiam aos objetivos do Artigo V(g) do Anexo sobre Telecomunicações, o Painel entendeu que esse argumento não procedia, visto que o México não especificou, em sua lista de compromissos, que adotaria tarifas de interconexão mais elevadas para atender os objetivos do Artigo V(g) do Anexo sobre Telecomunicações, conforme requerido por esse artigo.

Como visto no Capítulo 5 acima, o documento intitulado *Diretrizes para as Negociações de Compromissos Específicos* contém orientações para a inscrição de compromissos, de limitações de acesso a mercados, de limitações de tratamento nacional e de compromissos adicionais em serviços, mas não contém orientações sobre a inscrição de medidas regulatórias com objetivos desenvolvimentistas nas listas de compromissos, como aquelas previstas nos Artigos V(g) do Anexo sobre Telecomunicações e XIX.2 do GATS. A decisão do Painel no caso *México – Telecomunicações* indica que, para preservar o direito de adotar quaisquer medidas com fundamento em condições desenvolvimentistas, os Membros devem inscrever essa intenção, explicitamente, em suas listas de compromissos em serviços.

A decisão do Painel também teve implicações relevantes com relação às limitações de acesso a mercados em modo 3. Em sua lista de compromissos, o México havia adotado limitações de acesso a mercados em modo 3 cuja remoção estava sujeita ao desenvolvimento regulatório futuro. O Painel, ao analisar essas limitações, concluiu que elas eram inconsistentes com o Artigo 5(b) do *Anexo sobre Telecomunicações*, que garante acesso a prestadores estrangeiros. Para o Painel, o México não poderia alegar essas limitações, pois, cinco anos após o GATS entrar em vigor, ainda não havia desenvolvido as leis necessárias a que se refere o Artigo 5(b) do Anexo sobre Telecomunicações. Pelas conclusões do Painel, entende-se que cinco anos seria um prazo superior ao prazo máximo

no qual deve ocorrer o desenvolvimento regulatório necessário, independentemente da existência de variáveis que podem retardar o desenvolvimento regulatório, como recursos governamentais limitados, prioridades regulatórias e situação política³⁵¹.

Portanto, o relatório do Painel no caso *México – Telecomunicações* também deixou claro que a linguagem utilizada pelos Membros nas listas de compromissos em serviços deve ser extremamente clara com relação a eventuais condições que visem a alcançar objetivos de política pública. Isso porque os termos utilizados pelos Membros nos compromissos e limitações resultam, frequentemente, em diferentes interpretações sobre suas definições e significados.

Em vista do exposto, as conclusões do OSC nos casos *México – Telecomunicações* e *Estados Unidos – Serviços de jogo e aposta* apontam para a necessidade de que a linguagem utilizada pelos Membros nas listas de compromissos em serviços seja extremamente clara com relação ao escopo do compromisso e a eventuais limitações e condições ao acesso a mercados e à concessão de tratamento nacional a que os prestadores de serviços estrangeiros estão sujeitos. Portanto, ao elaborar suas ofertas iniciais e revisadas em serviços, os Membros devem ser extremamente claros com relação ao que está e ao que não está incluído em determinado compromisso e quais as limitações de acesso a mercados e de tratamento nacional àquele compromisso. Além disso, na medida do possível, devem usar a classificação setorial da *Lista de Classificação Setorial em Serviços*, indicando o código correspondente na *Lista Central de Classificação de Produto*.

A decisão do OSC no caso do Painel no caso *México – Telecomunicações* também ensina que é preferível não inscrever compromissos baseados em uma limitação temporal, se essa limitação tiver que ser removida ou depender de uma ação futura incerta. Caso essas limitações já tenham sido consolidadas ou sejam inevitáveis, é importante garantir que o Painel e o Órgão de Apelação, ao avaliar se houve atraso no desenvolvimento das leis apontadas como condições para a remoção de limitações de acesso a mercados, leve em consideração o nível de desenvolvimento nacional do Membro em questão.

³⁵¹ SOUTH CENTRE, op. cit., 5 p.

PARTE IV

LISTAS DE COMPROMISSOS EM SERVIÇOS E PEDS

Na quarta parte do presente trabalho, serão examinadas a estrutura da lista de compromissos em serviços e a metodologia para a inscrição de compromissos em serviços sob a perspectiva desenvolvimentista, com vistas a identificar se elas asseguram o desenvolvimento dos PEDs e, conseqüentemente, o equilíbrio geral de direitos e obrigações no SMC.

Para tanto, será avaliado em que medida a estrutura das listas de compromissos em serviços e a metodologia para a inscrição de compromissos atendem aos princípios do preâmbulo do GATS e aos princípios orientadores das negociações para a liberalização do comércio internacional de serviços.

Também será realizada uma análise dos principais problemas identificados pelos PDs e PEDs com relação à metodologia para inscrição de compromissos e à estrutura das listas de compromissos, apontando quais principais reivindicações desses países, na OMC, com relação ao aperfeiçoamento da atual metodologia para a inscrição de compromissos e da estrutura da lista de compromissos. Será dado destaque para o posicionamento adotado pelo Brasil.

Por fim, serão analisadas as perspectivas de alteração na metodologia para inscrição de compromissos e na estrutura das listas de compromissos e em que medida essas alterações poderão resultar na efetiva liberalização do comércio de serviços e/ou serão mais benéficas para os PEDs.

CAPÍTULO 8. AS LISTAS DE COMPROMISSOS ESPECÍFICOS E A METODOLOGIA PARA A INSCRIÇÃO DE COMPROMISSOS EM SERVIÇOS

Nos capítulos anteriores, foram examinados os principais elementos das listas de compromissos em serviços e do processo de liberalização comercial em serviços e da metodologia para a inscrição de compromissos nas listas de compromissos específicos. Nesse capítulo, será analisado se a lista de compromissos e a metodologia para a inscrição de compromissos atendem aos objetivos dos PEDs com relação à liberalização do comércio de serviços na OMC e, mais especificamente, se elas: (i) garantem flexibilidade apropriada aos PEDs individualmente considerados, possibilitando que estes liberalizem menos setores e tipos de operação; (ii) permitem que os Membros regulem ou introduzam novas regulamentações dentro de seus territórios, com vistas a atingir objetivos de política nacional; (iii) respeitam as assimetrias existentes com relação aos graus de desenvolvimento da regulação de serviços nos diferentes Membros; e (iv) respeitam os objetivos de política pública e o nível de desenvolvimento econômico dos Membros.

8.1. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DAS NEGOCIAÇÕES EM SERVIÇOS ESTABELECIDOS NO PREÂMBULO E NO ARTIGO XIX DO GATS

Como visto no Capítulo 2 acima, o preâmbulo do GATS contém princípios que devem orientar a liberalização do comércio de serviços, no âmbito do SMC. Esses princípios devem ser levados em consideração pelos Membros nas negociações comerciais. Tendo em vista que o instrumento jurídico que formaliza a liberalização do comércio de serviços é a lista de compromissos, é importante que esse instrumento respeite os princípios estabelecidos no preâmbulo do GATS.

Assim, de acordo com o preâmbulo do GATS, as listas de compromissos e a metodologia para a inscrição de compromissos, no âmbito do GATS, deveriam: (i) buscar a expansão do comércio internacional sob condições de transparência e liberalização progressiva, como forma de promover o crescimento de todos os parceiros comerciais e o desenvolvimento dos PEDs; (ii) buscar a rápida obtenção de níveis de liberalização

progressivamente mais elevados no comércio de serviços por meio de sucessivas rodadas de negociações multilaterais que têm como objetivo promover os interesses de todos os participantes, na base de vantagens mútuas, e lograr um equilíbrio geral dos direitos e obrigações, respeitando os objetivos das políticas nacionais; (iii) respeitar o direito dos Membros de regular e de introduzir novas regulamentações sobre serviços dentro de seus territórios para atingir os objetivos nacionais e, em virtude das assimetrias existentes com respeito ao grau de desenvolvimento das regulamentações sobre serviços em diferentes países, a necessidade particular dos PEDs de exercerem tal direito; (iv) facilitar a participação crescente dos PEDs no comércio de serviços e a expansão de suas exportações de serviços; e (v) levar em consideração particular a séria dificuldade dos PMDRs em vista de sua situação econômica especial e de suas necessidades comerciais, financeiras e de desenvolvimento³⁵².

Já o Artigo XIX do GATS estabelece como será realizada a negociação de compromissos específicos e quais os princípios que devem orientar essas negociações. Considerando que as listas de compromissos são o meio pelo qual o resultado das negociações sobre compromissos específicos é consolidado, tanto a estrutura da lista quanto a metodologia para a inscrição dos compromissos específicos devem ser compatíveis com os princípios previstos no Artigo XIX do GATS.

Desse modo, as listas de compromissos em serviços e a metodologia para a inscrição dos compromissos deveriam ser desenvolvidas de forma a possibilitar: (i) a liberalização

³⁵² “Os Membros,

Reconhecendo a importância crescente do comércio de serviços para o crescimento e desenvolvimento da economia mundial;

Desejando estabelecer um quadro de princípios e regras para o comércio de serviços com vistas à expansão do mesmo sob condições de transparência e liberalização progressiva e como forma de promover o crescimento de todos os parceiros comerciais e o desenvolvimento dos países em desenvolvimento;

Desejando a rápida obtenção de níveis de liberalização progressivamente mais elevados no comércio de serviços mediante sucessivas rodadas de negociações multilaterais que objetivem a promoção dos interesses de todos os participantes na base de vantagem mútua e lograr um equilíbrio geral dos direitos e obrigações e, ao mesmo tempo, respeitando os objetivos das políticas nacionais;

Reconhecendo o direito dos Membros de regulamentar e de introduzir novas regulamentações sobre serviços dentro de seus territórios para atingir os objetivos nacionais e, dadas as assimetrias existentes com respeito ao grau de desenvolvimento das regulamentações sobre serviços em diferentes países, a necessidade particular de os países em desenvolvimento exercerem tal direito;

Desejando facilitar a participação crescente dos países em desenvolvimento no comércio de serviços e a expansão de suas exportações de serviços, inclusive, inter alia, mediante o fortalecimento da capacidade nacional de seus serviços e sua eficiência e competitividade;

Levando em consideração particular a séria dificuldade dos países de menor desenvolvimento relativo em vista de sua situação econômica especial e de suas necessidades comerciais, financeiras e de desenvolvimento;

Acordam o seguinte:”. (**Decreto nº 313**, de 30 de julho de 1948, que autoriza o Poder Executivo a aplicar, provisoriamente, o Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio; reajusta as tarifas aduaneiras e dá outras providências. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 10 dez. 2008).

progressiva na área de serviços; (ii) a redução ou a eliminação de medidas restritivas ao comércio internacional de serviços, assegurando o efetivo acesso aos mercados e, como consequência, promovendo os interesses de todos os participantes, sobre a base de vantagens mútuas; (iii) o respeito aos objetivos de políticas nacionais e ao nível de desenvolvimento dos Membros, tanto em termos gerais, quanto em termos setoriais, garantindo flexibilidade apropriada para que os PEDs liberalizem menos setores e tipos de operação e aumentem progressivamente o acesso a seus mercados; (iv) que os PEDs, ao garantir acesso a seus mercados a prestadores de serviços estrangeiros, imponham condições destinadas à consecução dos objetivos referidos no Artigo IV do GATS; (v) o respeito aos objetivos do GATS, descritos no preâmbulo, inclusive aqueles estabelecidos no parágrafo 1º do Artigo IV; e (vi) tratamento especial para os PMDRs³⁵³.

Diante do exposto, é importante verificar em que medida as listas de compromissos em serviços e a metodologia para a inscrição desses compromissos atendem aos princípios orientadores do GATS e das negociações para a liberalização do comércio internacional de serviços descritos acima³⁵⁴.

³⁵³ “Artigo XIX

Negociação de Compromissos Específicos

1 - No cumprimento dos objetivos do presente Acordo, os Membros manterão sucessivas rodadas de negociações, a primeira das quais até cinco anos após a entrada em vigor do Acordo Constitutivo da OMC, e periodicamente depois, com vistas a chegar a níveis progressivamente mais altos de liberalização. Tais negociações serão voltadas à redução ou à eliminação dos efeitos desfavoráveis das medidas sobre o comércio de serviços, como forma de assegurar o acesso efetivo aos mercados. Este processo terá por fim promover os interesses de todos os participantes, sobre a base de vantagens mútuas, e levar a um equilíbrio global de direitos e obrigações.

2 - O processo de liberalização respeitará devidamente os objetivos de políticas nacionais e o nível de desenvolvimento dos distintos Membros, tanto em geral, quanto nos diferentes setores. Haverá flexibilidade apropriada para que os diferentes países em desenvolvimento abram menos setores, liberalizem menos tipos de transações, aumentem progressivamente o acesso a seus mercados em função de sua situação em matéria de desenvolvimento e, quando concedam acesso a seus mercados a prestadores de serviços estrangeiros, imponham condições destinadas à consecução dos objetivos referidos no Artigo IV.

3 - Para cada rodada serão estabelecidas diretrizes e procedimentos para as negociações. Para fins de estabelecer tais diretrizes, o Conselho para o Comércio de Serviços efetuará uma avaliação do comércio de serviços globalmente e em bases setoriais com respeito aos objetivos do Acordo, inclusive aqueles estabelecidos no parágrafo 1º do Artigo IV. As diretrizes de negociação estabelecerão modalidades de tratamento da liberalização realizada pelos Membros autonomamente desde as negociações anteriores, bem como para o tratamento especial para os países de menor desenvolvimento relativo sob as disposições do parágrafo 3º do Artigo IV.

4 - O processo de liberalização progressiva será encaminhado em cada rodada por meio de negociações bilaterais, plurilaterais ou multilaterais orientadas para o aumento do nível de compromissos específicos assumidos pelos Membros sob o presente Acordo”. (**Decreto nº 313**, de 30 de julho de 1948, que autoriza o Poder Executivo a aplicar, provisoriamente, o Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio; reajusta as tarifas aduaneiras e dá outras providências. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 10 dez. 2008).

³⁵⁴ É importante notar que a metodologia para a inscrição de compromissos em serviços que se encontra em vigor na Rodada de Doha foi determinada nas *Diretrizes para as Negociações de Compromissos Específicos*. No entanto, ao celebrar compromissos em serviços, os Membros devem levar em consideração os princípios estabelecidos no preâmbulo do GATS, no Artigo XIX do GATS e nas decisões ministeriais. De modo geral, os princípios estabelecidos nas declarações ministeriais replicam os princípios estabelecidos no preâmbulo e

8.2. TRANSPARÊNCIA

O preâmbulo do GATS determina que os princípios e regras aplicáveis ao comércio de serviços sejam estabelecidos sob condições de transparência. Isso significa que os Membros devem informar aos demais Membros sobre medidas e leis nacionais que incidam sobre os setores em que foram consolidados compromissos e que possam afetar o acesso do prestador estrangeiro a esse mercado ou a concessão de tratamento nacional a esse prestador.

A estrutura da lista de compromissos específicos foi elaborada para que os compromissos e limitações consolidados pelos Membros fossem inseridos de forma objetiva e clara, de modo a informar aos demais Membros e os prestadores estrangeiros quais os setores e subsetores que seriam liberalizados e quais as respectivas limitações de acesso e de tratamento nacional³⁵⁵. No entanto, conforme examinado em detalhes no Capítulo 6, grande parte dos compromissos e limitações inscritos pelos Membros não são precisos ou claros. Além disso, observa-se que informações de caráter regulatório, que não deveriam ser inseridas nas listas de compromissos específicos, foram inseridas nas colunas de acesso a mercados, tratamento nacional e compromissos adicionais, o que dificulta sobremaneira o entendimento do escopo dos compromissos e das limitações consolidadas por determinado Membro.

Conforme analisado no Capítulo 4 do presente trabalho, no modelo híbrido de lista de compromissos adotado pelo GATS, os Membros listam os setores e subsetores de serviços em que querem assumir compromissos, bem como eventuais limitações de acesso a mercados e tratamento nacional referentes a esses compromissos. Apesar de ser flexível, esse modelo é pouco transparente com relação aos modos de prestação e atividades que não são objeto de compromissos, pois os Membros não têm nenhuma obrigação de prestar informações sobre políticas nacionais se aplicam aos setores, modos de prestação e atividades que não são objeto de compromissos. Consequentemente, os investidores estrangeiros e os demais Membros não dispõem de informações sobre quais políticas nacionais incidem sobre setores e subsetores de serviços que não são objeto de compromissos no âmbito do GATS.

no Artigo XIX do GATS. Por esse motivo, os princípios aplicáveis à metodologia para a inscrição de compromissos estabelecidos em declarações ministeriais não serão objeto do presente trabalho.

³⁵⁵ Vide CELLI JUNIOR, Umberto, op. cit., 4 p.

Ressalte-se que o mecanismo listas negativas é considerado mais transparente que o mecanismo híbrido adotado pelo GATS. Por esse mecanismo, os Membros devem relacionar todas as medidas em vigor em seus territórios que possam afetar o comércio internacional de serviços, em âmbito federal, estadual e municipal. Desse modo, tanto os demais Membros quanto os prestadores de serviços estrangeiros tomam conhecimento de todas as leis e medidas que incidem sobre todos os setores e subsetores de serviços³⁵⁶.

Diante do exposto, é possível concluir que o modelo de lista de compromissos adotado pelo GATS pouco transparente e, conseqüentemente, é difícil a compreensão do escopo dos compromissos e limitações de acesso a mercados e tratamento nacional adotados pelos Membros³⁵⁷. Além disso, esse modelo não possibilita que os Membros tomem conhecimento das políticas nacionais relativas a setores e subsetores de serviços que não são objeto de compromissos no âmbito do SMC.

8.3. LIBERALIZAÇÃO PROGRESSIVA

De acordo com o preâmbulo do GATS, o quadro com os princípios e regras aplicáveis ao comércio internacional de serviços devem ser estabelecidos pelo processo de liberalização progressiva. O Artigo XIX do GATS estabelece que os Membros da OMC devem realizar sucessivas rodadas de negociações, com vistas a chegar a níveis progressivamente mais altos de liberalização no setor de serviços. As negociações devem ter como objetivo a redução ou a eliminação dos efeitos desfavoráveis das medidas sobre o comércio de serviços, de modo a assegurar o acesso efetivo aos mercados aos prestadores de serviços estrangeiros. Esse artigo também estabelece que o processo de liberalização progressiva será realizado por meio de negociações bilaterais, plurilaterais ou multilaterais, com vistas ao aumento do nível de compromissos específicos assumidos pelos Membros.

³⁵⁶ Sobre essa questão, Pierre Sauvé e Aaditya Mattoo destacam que: *“Another governance-enhancing feature arising from the adoption of a negative list approach is the greater level of transparency it generates. The information contained in reservation lists may be important to prospective traders and investors, who will likely value the one-stop shopping attributes of a comprehensive inventory of potential restrictions in foreign markets. They are also likely to benefit home-country negotiators, assisting them in establishing a hierarchy of impediments to tackle in future negotiations”*. (SAUVÉ, Pierre; MATTOO, Aaditya, op. cit., 255 p.)

³⁵⁷ *“(…) Table 27.2 illustrates the rather complicated format of schedules of commitments. A consequence of the decisions to distinguish between general and specific obligations, to schedule specific commitments by mode of supply, and to allow for MFN exemptions is that much depends on the content of the schedules. The GATS is not a particularly transparent or user-friendly instrument”*. (ADLUNG, Rudolf et al., op. cit., p. 262-263).

As listas de compromissos em serviços não são apenas o mecanismo pelo qual o processo de liberalização progressiva é consolidado, mas também o instrumento jurídico que garante que os Membros não adotarão medidas mais discriminatórias, em termos de acesso a mercados e de tratamento nacional, do que as medidas inscritas em suas listas.

O modelo de lista de compromissos adotado pelo GATS é considerado como flexível, pois possibilita que o Membro escolha os setores, subsetores e modos de prestação, nos quais os Membros estão dispostos a assumir compromissos. Contudo, em razão de sua flexibilidade intrínseca, esse mecanismo não contém nenhuma obrigação legal com relação à abrangência e à profundidade dos compromissos a serem adotados pelos Membros. Assim, o GATS permite que os Membros optem por não assumirem quaisquer compromissos, o que pode colocar em risco o objetivo último do GATS, que é a liberalização do comércio internacional de serviços. Nesse sentido, o modelo de listas positivas é mais eficiente, já que, *a priori*, todos os setores e subsetores de serviços são objeto de compromissos³⁵⁸.

É importante ressaltar que, mesmo que determinado Membro não assuma compromisso em determinado setor de serviços, isso não significa que não há acesso aos prestadores estrangeiros ou tratamento nacional a esse setor. Isso porque os compromissos assumidos pelos Membros em serviços não devem, necessariamente, refletir o *status quo* regulatório existente em determinado Estado. Ou seja, mesmo que um Membro não assuma compromissos, a situação de fato verificada no território daquele Membro em determinado setor pode ser favorável ao prestador estrangeiro. Contudo, sem a consolidação de compromissos, não há garantias de que esse Membro continuará adotando uma política liberal com relação a determinado setor.

³⁵⁸ “The flexibility of the Agreement was an important factor, possibly a precondition, to ensure its acceptance by all WTO members. Individual governments were able, within a given negotiating context, to accommodate domestic economic, political, and institutional constraints. However, flexibility proved to be a double-edged sword. Though it helped to launch GATS, it did not facilitate broadly based liberalization across modes of supply”. (ADLUNG, Rudolf. Services Trade Liberalization from Developed and Developing Countries Perspective. SAUVÉ, Pierre; STERN, Robert M. **GATS 2000 – New directions in services trade liberalization**. Washington: Brookings Institutions Press, 2000, 120 p.).

8.4. RESPEITO AOS OBJETIVOS DE POLÍTICA NACIONAL E A MANUTENÇÃO DE ESPAÇO PARA REALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Tanto o preâmbulo do GATS quanto o Artigo XIX destacam a necessidade de que seja resguardado o direito dos Membros – e, em particular, o direito dos PEDs - de regular e de introduzir novas leis dentro de seus territórios, de forma a atingir objetivos de política pública, em virtude das assimetrias existentes com respeito ao grau de desenvolvimento das regulamentações sobre serviços nos diferentes países. O Artigo XIX estabelece, também, que o processo de liberalização deve respeitar os objetivos de políticas nacionais.

Políticas públicas podem ser definidas como decisões públicas que visam à manutenção do equilíbrio social ou à introdução de elementos que modifiquem a realidade de um ou vários setores, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos de determinado governo. Desse modo, podem ser considerados como objetivos de política pública a consolidação da democracia, a realização de justiça social, a manutenção do poder, a felicidade das pessoas, entre outros³⁵⁹.

Conforme explicado nos Capítulos 1 e 4 acima, uma das grandes preocupações dos PEDs, durante a Rodada Uruguai, era evitar que fosse adotado o modelo de liberalização em serviços por listas negativas, no qual todos os setores de serviços e modos de prestação seriam objeto de compromissos, exceto os setores e modos expressamente excluídos pelos Membros. Nesse modelo, todas as leis e medidas que afetam o comércio de serviços deveriam ser listadas e os Membros não poderiam adotar novas leis ou medidas que prejudicassem o acesso a mercados e o tratamento nacional aos prestadores estrangeiros.

O GATS adotou um modelo híbrido de liberalização, composto por uma lista positiva de compromissos, na qual os Membros devem listar os setores e modos de prestação que se comprometem a liberalizar, e por uma lista negativa de limitações, na qual os Membros devem inscrever as limitações de tratamento nacional e de acesso a mercados aplicáveis aos compromissos assumidos.

Caso um Membro considere que determinado setor ou modo de prestação não deva ser objeto de abertura comercial, por considerar esse setor estratégico do ponto de vista

³⁵⁹ Vide SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete, op. cit., p. 28-29.

político, econômico ou social³⁶⁰, ele pode optar por não consolidar compromissos nesse setor ou modo de prestação em sua lista de compromissos, em razão de seus objetivos de política pública³⁶¹. Assim, o Membro não se compromete com a abertura comercial desse setor ou modo de prestação, nem com a manutenção ou diminuição das restrições de acesso a mercados ou de tratamento nacional.

Portanto, com relação a esses setores de serviços e modos de prestação que não foram objeto de compromissos, os Membros têm total liberdade para adotar as leis e medidas que julgarem necessárias, independentemente de serem ou não necessárias para alcançar objetivos de política pública.

Nos setores e modos de prestação que foram objeto de compromissos, nada impede que os Membros continuem regulamentando esses setores e modos, por meio da adoção de leis e medidas que julgarem necessárias, com vistas a alcançar objetivos de política pública. Contudo, as leis e medidas adotadas pelos Membros não devem prejudicar ou compromissos já consolidados pelo Membro em determinado setor, em termos de acesso a mercados e tratamento nacional, isto é, não podem ser mais restritivas do que as medidas que foram consolidadas. Se um Membro considerar que os compromissos específicos de determinado Membro foram prejudicados por leis ou medidas adotadas pelo último em âmbito doméstico, ele poderá recorrer ao Artigo XXI, sobre modificação de compromissos consolidados, e solicitar uma compensação pelos prejuízos sofridos.

Em vista do exposto, é possível concluir que a metodologia para a inscrição de compromissos adotada pelo GATS, bem como a estrutura da lista de compromissos, respeitam o direito dos Membros de regular ou de introduzir novas leis e medidas, desde que não haja prejuízo aos compromissos já consolidados³⁶².

³⁶⁰ Cf. CELLI JUNIOR, Umberto. Op. cit. P. 4.

³⁶¹ A respeito da manutenção do espaço para realização de políticas públicas no GATS, Aaditya Mattoo e Pierre Sauvé ressaltam que: *“The principal concern linked to loss of sovereignty is the consequent loss of nation’s freedom to regulate its services sectors in a manner it deemes appropriate. Many service sectors are highly regulated to ensure a certain level of quality, to protect consumers of the environment, and in the financial services sector, to ensure a country’s financial stability. Such regulatory precaution is reflected in the GATS provisions that uphold the fundamental right of a government to regulate in order to pursue national policy objectives”*. (MATOO, Aaditya; SAUVÉ, Pierre. Domestic Regulation and Trade in Services: Key Issues. MATOO, Aaditya; SAUVÉ, Pierre. Domestic Regulation & Services Liberalization. Washington: Banco Mundial e Oxford University Press, 2003, 2 p.).

³⁶² Sobre essa questão, Rudolf Adlung aponta que, em princípio, o GATS não restringe o poder dos governos de implementar medidas regulatórias nem requer que os Membros diminuam os níveis de regulação prudencial e de proteção ao consumidor. (ADLUNG, Rudolf, op. cit., 119 p.).

8.5. GARANTIA DE FLEXIBILIDADE APROPRIADA PARA OS PEDS

De acordo com o Artigo XIX do GATS, o processo de liberalização comercial deve respeitar as assimetrias existentes com relação aos graus de desenvolvimento das legislações nacionais dos diferentes Membros, concedendo flexibilidade para que os PEDS abram menos setores, liberalizem menos tipos de transações e aumentem progressivamente o acesso a seus mercados. Além disso, ao conceder acesso a seus mercados aos prestadores de serviços estrangeiros, os PEDs poderão impor, em suas listas de compromissos, condições destinadas à consecução dos objetivos referidos no Artigo IV do GATS, a saber: o fortalecimento da capacidade nacional dos PEDs em matéria de serviços, de sua eficiência e de sua competitividade; a melhora do acesso aos canais de distribuição e às redes de informação; e a liberalização do acesso aos mercados nos setores e modos de prestação de interesse de suas exportações³⁶³.

O desenvolvimento regulatório é crucial para a abertura comercial, visto que só pode haver liberalização comercial se houver um ambiente regulatório desenvolvido e não discriminatório ao prestador de serviços estrangeiro em face do prestador nacional. O GATS reconhece a importância do desenvolvimento regulatório para a liberalização comercial em serviços, ao determinar que o processo de liberalização deve respeitar o nível de desenvolvimento dos Membros, tanto termos gerais quanto em termos setoriais, visto que o número de setores e de modos de prestação de serviços consolidados por um Membro, bem como o grau de abertura, devem ser proporcionais ao seu nível de desenvolvimento regulatório. O GATS reconhece que deve ser respeitado o nível de desenvolvimento regulatório dos Membros ao estabelecer que os PEDs têm a prerrogativa de consolidar compromissos em menos setores e modos de prestação de serviços e de liberalizar menos tipos de transações do que os PDs, aumentando progressivamente o acesso a seus mercados.

A metodologia para a inscrição de compromissos garante as prerrogativas dadas pelo GATS aos PEDs, na medida em que permite que os Membros consolidem compromissos

³⁶³ Para mais informações sobre o Artigo IV do GATS e o incremento da participação dos PEDs no comércio internacional de serviços, vide BORGES, Karla Christina Martins. O GATS, seu Artigo IV, o processo de liberalização e o incremento da participação do Brasil no comércio internacional. In: CELLI JUNIOR, Umberto, SAYEG, Fernanda Manzano (org.). **Comércio de Serviços, OMC e Desenvolvimento**. São Paulo: Instituto de Direito do Comércio Internacional e Desenvolvimento – IDCID, 2008, p. 19-43.

nos setores que desejarem e que adotem limitações a esses compromissos, pelas quais podem limitar os tipos de operação que serão objeto de liberalização.

Em geral, os Membros consolidam compromissos apenas nos setores e modos de prestação que acreditam estar suficientemente desenvolvidos para concorrer com prestadores de serviços estrangeiros, seja em termos regulatório, seja em termos comerciais. Isso porque, uma vez consolidados compromissos, o Membro não poderá revogar os compromissos nem adotar quaisquer leis ou medidas que afetem o nível de acesso a mercados e tratamento nacional consolidado sem oferecer compensação aos Membros prejudicados.

O Artigo XIX do GATS também permite que os PEDs adotem, em suas listas de compromissos, condições destinadas à consecução dos objetivos referidos no Artigo IV do GATS. É muito importante que os PEDs possam condicionar os compromissos em serviços a condições desenvolvimentistas. Todavia, os PEDs somente devem adotar os compromissos condicionais que possam cumprir, uma vez que, ao adotar esse tipo de compromisso, o Membro fica obrigado a dar acesso a mercados e tratamento nacional ao prestador estrangeiro³⁶⁴. De acordo com as conclusões do Painel no caso *México – Telecomunicações*, as condições desenvolvimentistas a que estão vinculados os compromissos em serviços devem ser implementadas dentro de um período de tempo razoável, que deve ser inferior a cinco anos³⁶⁵.

Por fim, note-se que o GATS determina que, entre os PEDs, será dada prioridade aos PMDRs, em vista de sua situação econômica especial e de suas necessidades comerciais, financeiras e de desenvolvimento. Essa prioridade consiste na possibilidade de que os PMDRs celebrem compromissos em um menor número de setores e modos de prestação e liberalizem menos tipos de transações do que os demais PEDs.

O modelo para a inscrição de compromissos adotado pelo GATS permite que os PMDRs celebrem compromissos que sejam consistentes com suas necessidades especiais, na medida em que possibilita que os Membros decidam em quais setores e modos de prestação irão consolidar compromissos e que imponham limitações a esses compromissos, restringindo os tipos de operação que serão objeto de liberalização. Como mencionado

³⁶⁴ “(...) Commitments to provide market access and national treatment at a future date are binding under WTO law. Failure to honour these commitments would create an obligation to compensate those who are deprived of benefits. This need to compensate does in fact make the commitment more credible than a mere announcement of liberalizing intent in the national context”. (LOW, Patrick; MATTOO, Aaditya, op. cit., p. 460-461).

³⁶⁵ Vide Capítulo 8 acima.

acima, é preferível que os PMDRs não consolidem compromissos em serviços a adotarem compromissos que não sejam capazes de cumprir.

8.6. PROMOÇÃO DOS INTERESSES DE TODOS OS PARTICIPANTES DO SMC E O DESENVOLVIMENTO DOS PEDS

O preâmbulo do GATS determina que os princípios e regras do acordo devem buscar a expansão do comércio internacional, sob condições de transparência e liberalização progressiva, como forma de promover o crescimento de todos os parceiros comerciais e o desenvolvimento dos PEDs.

De fato, a finalidade do processo de liberalização comercial consiste em promover os interesses de todos os participantes do SMC, na base de vantagens mútuas. Isso significa que o resultado do processo de liberalização comercial deve ser vantajoso para todos os Membros. Além de vantajoso, o GATS estabelece que o processo de liberalização, na área de serviços, deve promover o desenvolvimento dos PEDs, em termos econômicos e sociais.

Conforme explicado acima, a metodologia para a inscrição de compromissos em serviços possibilita que um Membro escolha os setores, subsetores e modos de prestação nos quais deseja assumir compromissos, mas também permite que esse Membro não assuma quaisquer compromissos, caso seja de seu interesse, o que pode colocar em risco a liberalização do comércio de serviços e, como consequência, a expansão do comércio internacional.

Se, por um lado, essa metodologia possibilita que os Membros inscrevam compromissos nos setores de serviços e modos que desejarem, por outro, é possível que os Membros decidam consolidar compromissos em setores e modos que não atendem aos interesses dos demais Membros. Nos compromissos consolidados na Rodada Uruguai, por exemplo, a maior parte dos compromissos foi celebrada em modo 3, que é o modo de maior interesse dos PDs, e não em modo 4, principal modo de interesse dos PEDs, no qual os esses Membros têm uma grande vantagem competitiva³⁶⁶.

³⁶⁶ “Critics note that the present asymmetry and bias in market access commitments towards capital mobility as opposed to labour mobility (mode 3 as opposed to mode 4) works in the interests of developed rather than developing countries. In: their view, it reflects a basic imbalance in negotiating position and lobbying power between the two sides”. (CHANDA, Rupa. **GATS and its implications for developing countries: key issues and concerns**. Nova Iorque: Organização das Nações Unidas, 2002, 13 p. Disponível em: <<http://www.un.org/esa/desa/papers/2002/esa02dp25.pdf>>. Acesso em: 9 jan. 2009).

Como visto acima, a estrutura das listas de compromissos é complexa e de difícil compreensão. Apesar de PDs e PEDs utilizarem o mesmo modelo de lista de compromissos, é possível afirmar que os PDs estão mais preparados a celebrar compromissos em serviços, utilizando a lista de compromissos adotada pelo GATS, do que os PEDs. Isso porque, de modo geral, os PDs têm um maior número de negociadores especializados em comércio internacional do que os PEDs, os quais têm mais experiência nessa área do que os negociadores dos PEDs. Conforme informado no Capítulo 4, os Estados Unidos foram pioneiros na adoção de regras para a liberalização de setor de serviços dentro de áreas de livre comércio, o que garante uma vantagem natural a seus negociadores na compreensão da estrutura da lista de compromissos adotada pelo GATS.

Em vista do exposto, conclui-se que não há evidências que a metodologia para a inscrição de compromissos a estrutura da lista de compromissos sejam compatíveis com o preâmbulo do GATS, nem sejam capazes de promover os interesses de todos os participantes do SMC e o desenvolvimento dos PEDs. Contudo, as estatísticas apontam que a participação dos PMDRs no comércio de serviços tem crescido ao longo dos últimos cinco anos³⁶⁷, mas os PDs continuam sendo os principais *players* no comércio internacional de serviços, com participação de mais de 65% do total de serviços comercializado em 2007³⁶⁸.

³⁶⁷ “The participation of Least-Developed Countries (LDCs) in world trade has been increasing over the past five years, albeit slowly. In: 2006, the ratio of trade to GDP in LDCs continued to grow. For merchandise, LDCs’ share in world trade grew to 1 per cent due to the higher international prices of commodities. Their share of trade in commercial services amounted to 0.4 per cent only. However, trade in commercial services is increasing in all major sectors, such as transportation, travel and other commercial services. Transportation services showed steady growth between 2000 and 2006, resulting in an average annual increase of 14 per cent. Other commercial services show more volatile growth, ranging from negative growth in 2001 (-10 per cent) to very strong growth of almost 29 per cent in 2006. Travel remains the most important revenue source in terms of trade in commercial services (51 per cent of total trade), advancing by an annual average of 13 per cent between 2000 and 2006. For many small developing islands, such as Comoros or the Maldives, the share of travel in total exports of commercial services ranges from 80 to over 90 per cent”. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Measuring trade in services**: a training module produced by WTO in collaboration with the Inter-agency Task Force on Statistics of International Trade in Services. Genebra, 2003, 5 p. Disponível em: <http://www.wto.org/english/res_e/statis_e/services_training_module_e.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2008.

³⁶⁸ “Trade in commercial services in 2007 was highly concentrated in North America, Asia and Europe (representing 15, 29 and 50 per cent respectively of total commercial services trade). Trade within the European Union represented more than one-quarter of world trade”. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO, op. cit., 6 p.

CAPÍTULO 9. O POSICIONAMENTO DOS MEMBROS COM RELAÇÃO À INSCRIÇÃO DE COMPROMISSOS EM SERVIÇOS NA OMC

Como visto acima, os Membros vem enfrentando dificuldades práticas ao consolidarem compromissos específicos em serviços na OMC. A estrutura da lista de compromissos é complexa e o uso da metodologia para a inscrição de compromissos demonstrou uma série de problemas que impedem a compreensão do escopo dos compromissos e sua comparação, como a falta de uniformidade com relação à classificação dos setores de serviços e sobreposição entre compromissos de acesso a mercados e de tratamento nacional. Essas dificuldades afetam tanto PDs como PEDs.

No presente capítulo serão examinadas quais as principais reivindicações dos PEDs e dos PEDs com relação à metodologia para a inscrição de compromissos em serviços e a estrutura da lista de compromissos específicos, com base nas atas das reuniões do CCE³⁶⁹,

³⁶⁹ Vide ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/1, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 24 May 1996 - Note by the Secretariat, de 18 de junho de 1996; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/10, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 14 June 1999 - Note by the Secretariat, de 15 de julho de 1999; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/11, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 19 July 1999 - Note by the Secretariat, de 25 de agosto de 1999; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/11/Corr.1, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 19 July 1999 - Note by the Secretariat – Corrigendum, de 20 de setembro de 1999; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/12, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 22 September 1999 - Note by the Secretariat, de 26 de janeiro de 2000; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/13, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 24 and 28 February 2000, de 23 de março de 2000; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/14, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 11 and 12 April 2000 - Note by the Secretariat, de 18 de maio de 2000; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/15, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 23 and 24 May 2000 - Note by the Secretariat, de 29 de junho de 2000; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/16, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 11 July 2000 - Note by the Secretariat, de 11 de setembro de 2000; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/17, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 4 October 2000 - Note by the Secretariat, de 24 de novembro de 2000; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/18, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 28 November 2000 - Note by the Secretariat, de 31 de janeiro de 2001; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/18/Rev.1, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 28 November 2000 - Note by the Secretariat – Revision, de 24 de abril de 2001; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/19, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 22 March 2001 - Note by the Secretariat, de 24 de abril de 2001; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/2, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting held on 10 October 1996 - Note by the Secretariat, de 13 de novembro de 1996; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/20, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 9 May 2001 - Note by the Secretariat, de 7 de junho de 2001; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/21, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 30 November 2001 - Note by the Secretariat, de 5 de fevereiro de 2002; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/22, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 11 March 2002 - Note

by the Secretariat, de 21 de maio de 2002; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/22, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 11 March 2002 - Note by the Secretariat, de 21 de maio de 2002; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/23, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 3 June 2002 - Note by the Secretariat, de 24 de junho de 2002; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/23/Corr.1, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 3 June 2002 - Note by the Secretariat – Corrigendum, de 20 de setembro de 2002; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/24, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 17 July 2002 - Note by the Secretariat, de 23 de setembro de 2002; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/25, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 24 October 2002 - Note by the Secretariat, de 30 de janeiro de 2003; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/26, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 5 December 2002 - Note by the Secretariat, de 7 de fevereiro de 2002; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/27, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 27 February 2003 - Note by the Secretariat, de 15 de abril de 2003; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/28, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 12 May 2003 - Note by the Secretariat, de 24 de junho de 2003; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/29, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 30 June 2003 - Note by the Secretariat, de 22 de setembro de 2003; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/3, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 16 June 1997 - Note by the Secretariat, de 7 de julho de 1997; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/30, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 29 September 2003 - Note by the Secretariat, de 1 de dezembro de 2003; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/31, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 4 December 2003 - Note by the Secretariat, de 14 de janeiro de 2004; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/32, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 22 March 2004 - Note by the Secretariat, de 25 de maio de 2004; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/33, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 23 June 2004 - Note by the Secretariat, de 21 de julho de 2004; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/34, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 28 September 2004 - Note by the Secretariat, de 11 de novembro de 2004; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/35, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 25 November 2004 - Note by the Secretariat, de 27 de janeiro de 2005; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/36, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 11 February 2005 - Note by the Secretariat, de 14 de abril de 2005; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/37, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 21 June 2005 - Note by the Secretariat, de 02 de setembro de 2005; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/38, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 22 September 2005 - Note by the Secretariat, de 22 de novembro de 2005; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/39, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 8 February 2006 - Note by the Secretariat, de 07 de março de 2006; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/4, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 29 October 1997 - Note by the Secretariat, de 4 de dezembro de 1997; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/40, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 10 April 2006 - Note by the Secretariat, de 10 de maio de 2006; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/41, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 22 June 2006 - Note by the Secretariat, de 11 de julho de 2006; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/42, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 5 October 2006 - Note by the Secretariat, de 19 de outubro de 2006. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/43, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 1 December 2006 - Note by the Secretariat, de 12 de janeiro de 2007; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/44, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 7 June 2007 - Note by the Secretariat, de 04 de setembro de 2007; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/45, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 18 September 2007 - Note by the Secretariat, de 11 de outubro de 2007; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/5, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 2 April 1998 - Note by the Secretariat, de 6 de maio de 1998; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/5/Corr.1, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 2 April 1998 - Note by the Secretariat – Corrigendum, de 14 de maio de 1998; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/6, Committee on Specific Commitments - Report

com destaque para o posicionamento do Brasil. Por fim, será feita uma avaliação dos resultados obtidos até o momento e de quais são perspectivas de alterações na metodologia de inscrição de compromissos em serviços na atual rodada de negociações comerciais.

of the Meeting Held on 16 October 1998 - Note by the Secretariat, de 12 de novembro de 1998; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/7, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 25 November 1998 - Note by the Secretariat, de 18 de janeiro de 1999; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/8, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 23 March 1999 - Note by the Secretariat, de 15 de abril de 1999; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/9, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 27 April 1999 - Note by the Secretariat, de 1 de junho de 1999; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/9/Corr.1, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 27 April 1999 - Note by the Secretariat – Corrigendum, de 10 de junho de 1999; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/43, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 1 December 2006 - Note by the Secretariat, de 12 de janeiro de 2007; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/44, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 7 June 2007 - Note by the Secretariat, de 04 de setembro de 2007; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/45, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 18 September 2007 - Note by the Secretariat, de 11 de outubro de 2007; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/5, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 2 April 1998 - Note by the Secretariat, de 6 de maio de 1998; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/5/Corr.1, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 2 April 1998 - Note by the Secretariat – Corrigendum, de 14 de maio de 1998; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/6, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 16 October 1998 - Note by the Secretariat, de 12 de novembro de 1998; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/7, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 25 November 1998 - Note by the Secretariat, de 18 de janeiro de 1999; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/8, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 23 March 1999 - Note by the Secretariat, de 15 de abril de 1999; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/9, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 27 April 1999 - Note by the Secretariat, de 1 de junho de 1999; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/9/Corr.1, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 27 April 1999 - Note by the Secretariat – Corrigendum, de 10 de junho de 1999; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/5, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 2 April 1998 - Note by the Secretariat, de 6 de maio de 1998; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/5/Corr.1, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 2 April 1998 - Note by the Secretariat – Corrigendum, de 14 de maio de 1998; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/6, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 16 October 1998 - Note by the Secretariat, de 12 de novembro de 1998; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/7, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 25 November 1998 - Note by the Secretariat, de 18 de janeiro de 1999; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/8, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 23 March 1999 - Note by the Secretariat, de 15 de abril de 1999; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/9, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 27 April 1999 - Note by the Secretariat, de 1 de junho de 1999; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. S/CSC/M/9/Corr.1, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 27 April 1999 - Note by the Secretariat – Corrigendum, de 10 de junho de 1999. Disponíveis em: <www.wto.org>. Acesso em: 8 jan. 2008.

9.1. PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES DOS MEMBROS COM RELAÇÃO À METODOLOGIA PARA INSCRIÇÃO DE COMPROMISSOS E À ESTRUTURA DAS LISTAS DE COMPROMISSO EM SERVIÇOS

9.1.1. REIVINDICAÇÕES DOS PDS

Os PDs têm participado ativamente das negociações no âmbito do CCE. De modo geral, sua participação tem como objetivo esclarecer o escopo dos compromissos, visto que a complexidade da metodologia para a inscrição de compromissos em serviços e da estrutura da lista de compromissos faz com que alguns Membros deixem de inscrever compromissos.

Com relação à questão da classificação, os Estados Unidos defendem que os problemas apresentados pelas listas de compromissos relacionados à falta de precisão com relação à classificação não sejam solucionados com base na *Classificação Central de Produto Provisória*. Isso porque os compromissos em serviços consolidados pelos Estados Unidos foram baseados na estrutura da *Lista de Classificação Setorial em Serviços*, e não na *Classificação Central de Produto Provisória*. Os Estados Unidos têm incentivado os Membros, no âmbito do CCE, a buscarem alternativas para a questão da classificação. As Comunidades Européias também defendem o uso da *Lista de Classificação Setorial em Serviços* para classificação setorial dos setores de serviços.

Outra questão que preocupa os PDs consiste na necessidade de adoção de um instrumento, ao final da Rodada de Doha, para garantir que os compromissos celebrados durante a Rodada Uruguai sejam utilizados na interpretação dos novos compromissos. O Canadá, por exemplo, demonstrou um grande preocupação com relação a esse assunto e defende que os Membros devem levantar problemas que poderão surgir com relação ao relacionamento entre compromissos antigos e novos e como esses problemas seriam solucionados.

A Suíça iniciou discussões para tratar de aspectos técnicos levantados pelos Membros durante as reuniões do CCE, como as funções das expressões “Não consolidado” (*Unbound*) e “Nenhuma limitação” (*None*) nas listas de compromissos em serviços e a existência de hierarquia entre os Artigos XVI e XVII do GATS.

Com relação a questões setoriais, a Austrália tem promovido debates e circulado *papers* relacionados à celebração de compromissos nos setores de serviços jurídicos e educacionais, de modo a incentivar os Membros a celebrarem compromissos específicos nesses setores. A Austrália se mostrou contrária ao uso da *Lista de Classificação Setorial em Serviços* para a classificação dos serviços jurídicos. Para a Austrália, essa classificação não reflete a realidade do comércio internacional de serviços jurídicos e, portanto, os Membros deveriam buscar novas alternativas para a classificação setorial de serviços jurídicos.

Com base nos exemplos acima, verifica-se que os PDs não têm buscado alternativas para o modelo de lista de compromissos adotado pelo GATS ou a metodologia para a inscrição de compromissos. A contribuição dos PDs nos debates ocorridos no CCE tem buscado esclarecer o escopo dos compromissos específicos, de modo a facilitar a compreensão das listas de compromissos pelos demais Membros e incentivá-los a apresentar suas ofertas iniciais e revisadas. Os PDs têm buscado aumentar o nível de ambição da atual rodada de negociações comerciais por meio de alterações no mecanismo de liberalização comercial, estabelecido no Artigo XIX do GATS, e da adoção de parâmetros quantitativos e qualitativos para as negociações (*benchmarks*) e não por meio da alteração do modelo de lista de compromissos adotado pelo GATS ou a metodologia para a inscrição de compromissos³⁷⁰.

9.1.2. REIVINDICAÇÕES DO BRASIL E DOS PEDS

Poucos PEDs têm interesses claramente ofensivos nas negociações sobre serviços. Mesmo assim, os PEDs, em especial aqueles que têm interesses claramente ofensivos em serviços, têm participado ativamente das negociações no âmbito do CCE, buscando esclarecimentos com relação ao entendimento das listas de compromissos adotadas durante a Rodada Uruguai e solicitando auxílio dos demais Membros e do Secretariado da OMC para a assunção de novos compromissos e para a interpretação das ofertas iniciais e revisadas apresentadas pelos demais Membros.

A Índia é um dos Membros que mais se destacam nas reuniões do CCE, em razão de seu interesse ofensivo na liberalização do modo 4 de prestação de serviços, que é do

³⁷⁰ Sobre as propostas apresentadas pelos PDs para a alteração do mecanismo de liberalização comercial e da adoção de parâmetros mínimos de liberalização nas negociações de services, vide CELLI JUNIOR, Umberto, op. cit., 5 p.

interesse de vários PEDs. A Índia alega que os compromissos consolidados no modo 4 são, em sua maioria, compromissos horizontais e que estão sujeitos a um grande número de limitações. Desse modo, eles vinculam apenas um pequeno número de profissionais. Ademais, falta clareza e uniformidade nos compromissos consolidados em modo 4, bem como uma definição com relação ao escopo e abrangência das categorias de funcionários. Com relação aos compromissos setoriais em modo 4, A Índia aponta que grande parte dos Membros celebrou compromissos como “não consolidado”, fazendo referência à seção de compromissos horizontais. Desse modo, os compromissos em modo 4 não permitem o acesso efetivo em um modo de prestação de grande interesse para os PEDs.

A Indonésia e a Venezuela, que têm grande interesse no setor de energia, têm incentivado discussões sobre a adequação da classificação da *Lista de Classificação Setorial em Serviços* no setor de energia.

Hong Kong, China também exerceu um papel de destaque nas reuniões do CCE. Os *papers* apresentados por Hong Kong, no âmbito do CCE, abordam questões técnicas como a sobreposição entre compromissos horizontais e setoriais e as possíveis interpretações para essas inscrições. Hong Kong defende que, ao debater questões técnicas verificadas nas listas de compromissos consolidadas durante a Rodada Uruguai, é possível identificar as potenciais implicações das ofertas revisadas e aumentar clareza da metodologia para a inscrição de compromissos, de modo a incentivar a apresentação de ofertas revisadas.

O Brasil é um dos PEDs que participa mais ativamente nas negociações sobre serviços. Apesar de não ter nenhum interesse setorial específico, o Brasil tem um grande interesse na manutenção da atual estrutura da lista de compromissos e da metodologia para a inscrição de compromissos.

No âmbito do CCE, o Brasil direcionou questionamentos sobre as ofertas iniciais apresentadas por vários Membros, com vistas a esclarecer o escopo dos compromissos apresentados nas ofertas. Além disso, se posicionou favoravelmente a que fossem realizadas discussões técnicas sobre questões verificadas nas listas de compromissos consolidadas durante a Rodada Uruguai, alegando que tais discussões são fundamentais para a compreensão do escopo das ofertas apresentadas e de como os Membros devem expressar corretamente suas intenções ao celebrar compromissos, na área de serviços, em vista da atual rodada de negociações.

Portanto, como pode ser observado nos exemplos acima, a atuação dos PEDs, no CCE, tem sido caracterizada pela defesa de seus interesses ofensivos, no tocante à

liberalização de determinados setores de serviços, e na busca por esclarecimentos sobre o funcionamento da estrutura da lista de compromissos e da metodologia para a inscrição de compromissos, de modo a facilitar a inscrição de compromissos por esses Membros nas ofertas iniciais e revisadas.

9.2. BALANÇO DOS RESULTADOS OBTIDOS ATÉ O MOMENTO, NA RODADA DE DOHA, COM RELAÇÃO À LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL EM SERVIÇOS E PERSPECTIVAS DE ALTERAÇÕES NA METODOLOGIA DE INSCRIÇÃO DE COMPROMISSOS EM SERVIÇOS

Conforme mencionado anteriormente, de acordo com a nova agenda negociadora introduzida na Conferência Ministerial de Hong Kong, as negociações de acesso a mercados em serviços deveriam ter se encerrado em 2006. No entanto, esse prazo não só não foi e, atualmente, a data final para apresentação das ofertas iniciais, revisadas e das ofertas finais encontra-se em aberto.

Ao final de junho de 2008, haviam sido apresentadas 71 ofertas iniciais em serviços, pelos seguintes Membros: Albânia; Argentina; Austrália; Bahrain; Barbados; Belize; Brasil; Brunei Darussalam; Bulgária; Canadá; Chile; China; Formosa; Colômbia; Costa Rica; Croácia; Cuba; Dominica; República Dominicana; El Salvador; Egito; CE e seus Membros; Fiji; antiga República Iugoslava da Macedônia; Gabão; Grenada; Guatemala; Guiana; Honduras; Hong Kong, China; Islândia; Índia; Indonésia; Israel; Jamaica; Japão; Jordânia; Quênia; Coréia; Liechtenstein; Macau, China; Malásia; Mauritius; México; Marrocos; Nova Zelândia; Nicarágua; Noruega; Omã; Paquistão; Panamá; Paraguai; Peru; Filipinas; Qatar; Saint Kitts e Nevis; Saint Lúcia; Saint Vincent & Grenadines; África do Sul; Cingapura; Sri Lanka; Suriname; Suíça; Tailândia; Trinidad e Tobago; Tunísia; Turquia; Emirados Árabes; Estados Unidos; e Paraguai³⁷¹.

Nessa mesma data, apenas 30 Membros haviam apresentado ofertas revisadas, a saber: Austrália; Bahrain; Belize; Brasil; Canadá; Chile; China; Formosa; Colômbia; Egito; CE e seus Membros; Honduras; Hong Kong, China; Islândia; Índia; Japão; Coréia;

³⁷¹ Fonte: Organização Mundial do Comércio. Disponível em: <http://www.wto.org/english/tratop_e/serv_e/s_negs_e.htm>. Acesso em: 4 jan. 2009.

Liechtenstein; Macau, China; Malásia; México; Nova Zelândia; Noruega; Peru; Cingapura; Suriname; Suíça; Tailândia; Turquia; Estados Unidos; e Paraguai³⁷²

A quantidade de ofertas iniciais e revisadas apresentadas até o final de 2008 indica que a maioria dos Membros da OMC vê a liberalização do setor de serviços apenas como um meio de conseguir acesso a mercados em setores de seu interesse, como agricultura. Esses números também indicam a dificuldades práticas enfrentadas pelos Membros para consolidar compromissos em serviços.

Com relação ao conteúdo, as ofertas apresentadas até o final de 2008 não são muito profundas ou abrangentes, em termos de setores de serviços e modos de prestação. Para a maioria dos Membros que apresentou ofertas, os compromissos não representam sequer o *status quo* regulatório desses Membros³⁷³. Uma comparação entre as ofertas dos PEDs e dos PDs deixa claro que os setores e modos de prestação que não foram objeto de compromissos de PEDs, como os setores relacionados a serviços de infraestrutura e alguns serviços profissionais, indicam, sobretudo sensibilidades políticas desses Membros com relação à necessidade de adoção de reformas políticas³⁷⁴.

Apesar da pequena quantidade de ofertas iniciais e revisadas apresentadas até o final de 2008 e de sua qualidade não ser satisfatória, em termos de abrangência, não há qualquer perspectiva de que o modelo de lista de compromissos adotado pelo GATS será modificado. Nesse sentido, Pierre Sauvé e Aaditya Mattoo observam que o debate sobre a adoção do modelo híbrido de listas positivas pelo GATS está pacificado e não há qualquer

³⁷² Fonte: Organização Mundial do Comércio. Disponível em:

<http://www.wto.org/english/tratop_e/serv_e/s_negs_e.htm>. Acesso em: 4 jan. 2009.

³⁷³ “Overall, as already noted, the first round of services negotiations has not gone beyond establishing the basic framework of rules and disciplines. The commitments made so far are neither deep nor extensive. For most developing countries and even for developed countries, there is a wedge between the existing degree of openness to services trade and investment and the level of binding made by countries. Clear divisions are also evident across developed and developing countries, with the latter making far fewer commitments across almost all services”. (CHANDA, Rupa, op. cit., 11 p.).

³⁷⁴ “It is evident from these figures that certain services have been subject to significantly more liberalization than others. (...) This indicates that commitments have been forthcoming in the most open sectors and least forthcoming in public goods type of sectors where there are important social and economic considerations and where regulatory intervention and government monopoly are prevalent, both in developed as well as developing countries. Sectors where there is wide variation in developed and developing country commitments are typically those falling under infrastructure services and selected business services. In: the latter sectors, commercial lobbies in the developed countries have pushed for greater market access in developing country markets. However, in the developing countries, these tend to be services where liberalization is politically sensitive and difficult and involves major domestic regulatory reforms and measures. Moreover, countries have also taken MFN exemptions in many of the sensitive sectors, including financial services, basic telecommunication services, maritime, air transport, and audiovisual services, further limiting their commitments. Thus the sectoral distribution of the commitments closely reflects the regulatory characteristics of individual services, the political economy constraints in scheduling them, and the commercial interests and advantages or disadvantages of different countries”. (CHANDA, Rupa, op. cit., 11 p.).

sinal de que esse modelo será modificado³⁷⁵. De acordo com Pierre Sauvé, a metodologia de inscrição de compromissos em serviços poderá ser reexaminada quando os Membros decidirem adotar regras multilaterais mais abrangentes com relação a medidas de investimentos relacionadas ao comércio, em razão da sobreposição entre esses investimentos e o modo 3 de prestação de serviços. É possível cogitar, inclusive, que as regras do GATS aplicáveis ao modo 3 venham a ser substituídas por regras mais genéricas sobre investimentos, que abranjam outras áreas do comércio internacional além de serviços. Caso isso ocorra, é possível que as regras do GATS aplicáveis ao modo 4 também venham a ser substituídas por regras mais genéricas sobre investimentos, visto que há, na OMC, uma crescente tendência a valorizar os ganhos de capital decorrentes do movimento temporário de pessoas físicas³⁷⁶.

Portanto, atualmente, não há perspectivas de modificação na estrutura da lista de compromissos ou na metodologia para a inscrição de compromissos em serviços.

De qualquer forma, mesmo que os Membros decidissem adotar o modelo de listas negativas, em vista dos compromissos consolidados na Rodada Uruguai e das ofertas apresentadas até o presente momento, é possível afirmar que grande parte dos Membros não está apta a liberalizar grande parte dos setores de serviços e modos de prestação. Assim, seria adotada uma enorme quantidade de exceções aos compromissos, comprometendo, de forma significativa, os efeitos da liberalização comercial por meio de listas positivas³⁷⁷.

Desse modo, os Membros devem concentrar seus esforços no aperfeiçoamento da metodologia para a inscrição de compromissos em serviços e no esclarecimento de questões técnicas que surgirem ao consolidar compromissos em serviços nas listas de compromissos, no âmbito do CCE³⁷⁸.

³⁷⁵ Vide SAUVÉ, Pierre; MATTOO, Aaditya, op. cit., p. 253-254.

³⁷⁶ Vide SAUVÉ, Pierre, op. cit., p. 9-12.

³⁷⁷ Com relação às conseqüências de uma eventual substituição do modelo de listas adotado pelo GATS, pelo modelo de listas negativas, Patrick Low e Aaditya Mattoo apontam que: “(...) *We would argue that members are simply not ready to make commitments in all service sectors, and that even if they did, they would be tempted to specify heavy-handed restricting measures in their negative lists that would take the substance out of commitments in sectors that they regarded as sensitive*”. (LOW, Patrick; MATTOO, Aaditya, op. cit., 468 p.).

³⁷⁸ “*Instead of arguing for what would amount to a significant structural change in GATS, therefore, we would conclude that the preferable approach for the time being would be to emphasize reductions in limitations currently inscribed in schedules – especially with respect to the ‘unbound’ entries – and at the same time to press for widening the scope of sectoral coverage in existing schedules*”. (LOW, Patrick; MATTOO, Aaditya, op. cit., 468 p.).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do presente trabalho, realizou-se uma análise da lista de compromissos adotada pelo GATS, com ênfase na estrutura da lista de compromissos e na metodologia utilizada pelos Membros para a assunção de compromissos em serviços.

Nessa análise, procurou-se demonstrar que a estrutura da lista de compromissos específicos foi elaborada para que os compromissos e limitações consolidados pelos Membros fossem inseridos de forma objetiva e clara, de modo a informar aos demais Membros e os prestadores estrangeiros quais os setores e subsetores que seriam liberalizados e quais as respectivas limitações de acesso e de tratamento nacional.

Contudo, a utilização das listas de compromissos e da metodologia para a inscrição de compromissos, durante a Rodada Uruguai, evidenciou que a estrutura da lista de compromisso é complexa e que a metodologia utilizada para a inscrição de compromissos resulta em problemas que impedem a compreensão do escopo dos compromissos e sua comparação. Por exemplo, constata-se que uma parcela significativa dos compromissos e das limitações inscritos pelos Membros não é precisas ou claras. Além disso, muitos Membros inseriram informações de caráter regulatório, equivocadamente, em suas nas listas de compromissos específicos. Notam-se, ainda, problemas como a falta de uniformidade com relação à classificação dos setores de serviços e a sobreposição entre compromissos de acesso a mercados e de tratamento nacional. Como consequência, a interpretação do escopo dos compromissos consolidados pelos Membros é realizada de forma discricionária³⁷⁹ e, muitas vezes, incorreta.

As conclusões do OSC nos contenciosos *México – Telecomunicações* e *Estados Unidos – Serviços de jogo e aposta* demonstram que os próprios Membros não tinham pleno conhecimento do escopo dos compromissos que haviam consolidado em suas listas de compromissos específicos. Tanto o relatório do Painel no caso *México – Telecomunicações* quanto os relatórios do Painel e do Órgão de Apelação no caso *Estados Unidos – Serviços de jogo e aposta* são extremamente elucidativos com relação a como deve ser interpretado um compromisso inscrito na lista de compromissos específicos,

³⁷⁹ “Various other aspects of the GATS have also been criticized. These include ambiguities in classification of services, problems with nomenclature, overlap in market access and national treatment commitments, lack of uniformity in the use of and criteria for limitations, and problems of non-transparency and discretionary scope in the interpretation of the commitment schedules. Some of these issues were also discussed in the preceding sections when assessing the GATS architecture and nature of commitments realized thus far”. (CHANDA, Rupa, op. cit., 13 p.).

apontando aspectos importantes que os Membros devem levar em consideração ao elaborar suas ofertas iniciais e revisadas em serviços, como, por exemplo, a utilização de uma linguagem clara ao inscrever compromissos em serviços, de modo que, para compreender o que está abrangido por determinado compromisso, não seja necessário recorrer a meios suplementares de interpretação.

Outro órgão que exerce um importante papel no esclarecimento de questões relacionadas aos compromissos específicos em serviços é o CCE. No âmbito do CCE, os Membros discutem questões sobre como deve ser aperfeiçoado o sistema de classificação em serviços, quais devem ser os procedimentos para a inscrição de novos compromissos, quais devem ser as convenções editoriais utilizadas na inscrição de novos compromissos nas ofertas iniciais e revisadas e qual é o relacionamento entre os compromissos antigos e os compromissos novos.

No momento em que mais uma rodada de negociações comerciais está em andamento, é fundamental que os Membros discutam entre si e cheguem a uma conclusão com relação a essas questões, de modo que novas ofertas iniciais e revisadas que serão apresentadas sejam mais claras e precisas do que as listas de compromissos consolidadas durante a Rodada Uruguai.

Também foi realizada uma análise da compatibilidade da lista de compromissos e da metodologia para a inscrição de compromissos em serviços com o preâmbulo e com o Artigo XIX do GATS.

Com relação à garantia de flexibilidade, verificou-se que se trata de uma das principais características do mecanismo híbrido adotado pelo GATS³⁸⁰. Se, por um lado, o modelo de liberalização do comércio de serviços possui a vantagem de permitir que os Membros decidam quais setores, subsetores e modos de prestação serão objeto de compromissos e quais as limitações a que esses compromissos estarão sujeitos, por outro, trata-se de um mecanismo pouco transparente. Como os Membros precisam listar apenas os setores em que querem assumir compromissos, os investidores estrangeiros e os demais Membros não serão capazes de discernir sobre quais políticas nacionais se aplicam aos setores, modos de prestação e atividades que não são objeto de compromisso, o que gera

³⁸⁰ “(...) *The GATS is unique among other WTO Agreements in that it recognizes the broader development role of services, with its ‘bottom-up approach’ and the flexibility given to developing countries. This flexibility is what makes GATS arguably the most development-friendly agreement in the WTO*”. (MBIRIMI, Ivan; CHILALA, Bridget. *Using GATS Flexibility*. MBIRIMI, Ivan; CHILALA, Bridget; GRYNBERG, Roman (org.). **From Doha to Cancun: delivering a development round**. Londres: Commonwealth Secretariat, 2004, 99 p.).

insegurança jurídica e um ambiente regulatório pouco favorável ao investimento estrangeiro³⁸¹.

Portanto, seria extremamente benéfico se a metodologia para a inscrição de compromissos em serviços utilizada na OMC fosse suplementada por listas que relacionassem todas as políticas nacionais aplicáveis aos setores e modos de prestação de serviços objeto de compromissos específicos. Essa medida resultaria em maior transparência com relação ao sistema regulatório nacional, que seria bem vinda pelos demais Membros e pelos prestadores de serviços estrangeiros. Ademais, a adoção dessa medida facilitaria os esforços para avaliar os efeitos causados pelas políticas nacionais vigentes sobre os compromissos consolidados.

Pode-se afirmar que a estrutura da lista de compromissos também respeita o direito dos Membros de regular e de introduzir novas regulamentações dentro de seus territórios, com vistas a atingir objetivos de política nacional.

Com relação aos serviços e modos de prestação que não foram objeto de compromissos, os Membros têm total liberdade para adotar as leis e medidas que julgarem necessárias, independentemente de serem ou não necessárias para alcançar objetivos de política pública. Nos setores e modos de prestação que foram objeto de compromissos, nada impede que os Membros continuem regulamentando esses setores e modos, por meio da adoção de leis e medidas que julgarem necessárias, com vistas a alcançar objetivos de política pública. Ressalte-se que, nesse caso, as leis e medidas adotadas pelos Membros não devem prejudicar ou compromissos já consolidados pelo Membro em determinado setor, em termos de acesso a mercados e tratamento nacional, isto é, não podem ser mais restritivas do que as medidas que foram consolidadas. Se um Membro considerar que os compromissos específicos de determinado Membro foram prejudicados por leis ou medidas adotadas pelo último em âmbito doméstico, ele poderá recorrer ao Artigo XXI, sobre modificação de compromissos consolidados, e solicitar uma compensação pelos prejuízos sofridos.

De fato, o modelo de lista de compromissos adotado pelo GATS garante as prerrogativas dadas aos PEDs para consolidarem compromissos em menos setores e

³⁸¹ *"It is widely recognized that the 'scheduling technology' used in the GATS does not greatly promote transparency. A fundamental need is to improve the available information on status quo policy. This will facilitate national reform efforts and help to identify where the multilateral process can support such efforts. Unfortunately there is nothing in the GATS or in the WTO that encourages and assists countries in generating comprehensive information on applied policies and evaluating the impact of these policies".* (HOEKMAN, Bernard M.; KOSTECKI, Michel M., op. cit., 271 p.).

liberalizarem um menor número de operações, de acordo com seu grau de desenvolvimento, na medida em que permite que os Membros consolidem compromissos nos setores que desejarem e que adotem limitações a esses compromissos, pelas quais podem restringir os tipos de operação que serão objeto de liberalização. Assim, os PEDs podem consolidar compromissos apenas nos setores e modos de prestação que acreditam estar suficientemente desenvolvidos para concorrer com prestadores de serviços estrangeiros, seja em termos regulatório, seja em termos comerciais. Os PEDs também podem condicionar os compromissos em serviços a condições desenvolvimentistas. Todavia, os PEDs somente devem adotar os compromissos condicionais que possam cumprir dentro de um período de tempo razoável, uma vez que, ao adotar esse tipo de compromisso, o Membro fica obrigado a dar acesso a mercados e tratamento nacional ao prestador estrangeiro.

Esse modelo permite, ainda, que os PMDRs celebrem compromissos que sejam consistentes com suas necessidades especiais, na medida em que possibilita que os Membros decidam em quais setores e modos de prestação irão consolidar compromissos e que imponham limitações a esses compromissos, restringindo os tipos de operação que serão objeto de liberalização. Como mencionado acima, é preferível que os PMDRs não consolidem compromissos em serviços a adotarem compromissos que não sejam capazes de cumprir.

Com relação à metodologia para a inscrição de compromissos em serviços a estrutura da lista de compromissos serem capazes de promover os interesses de todos os participantes do SMC e o desenvolvimento dos PEDs, não é possível chegar a uma conclusão. No entanto, pode-se dizer que a complexidade do modelo adotado pelo GATS não favoreça os PEDs. Apesar de tanto os PDs quanto os PEDs utilizarem o mesmo modelo de lista de compromissos, os PDs estão mais preparados a celebrar compromissos em serviços, utilizando a lista de compromissos adotada pelo GATS, do que os PEDs.

Assim, de modo geral, observa-se que a estrutura da lista de compromissos e a metodologia para a inscrição de compromissos em serviços são compatíveis com o preâmbulo do GATS. No entanto, considerando que o GATS entrou em vigor há apenas quatorze anos, talvez seja muito cedo para se chegar a uma conclusão a esse respeito, sobretudo com relação à possibilidade de promoverem os interesses de todos os participantes do SMC e o desenvolvimento dos PEDs.

Por fim, ressalte-se que, apesar das críticas e de nada impedir os Membros de revisitarem o mecanismo adotado pela OMC para a liberalização do comércio internacional de serviços³⁸², até o presente momento, não há qualquer sinal de que haverá alguma modificação nesse mecanismo. Logo, os Membros devem concentrar seus esforços no aperfeiçoamento da metodologia para a inscrição de compromissos em serviços e no esclarecimento de questões técnicas que surgirem ao consolidar compromissos em serviços nas listas de compromissos, no âmbito do CCE.

Sem dúvida, o aperfeiçoamento da metodologia para a inscrição de compromissos em serviços e esclarecimentos acerca do uso da lista de compromissos levará os Membros a lidar com a lista de compromissos com maior facilidade. Consequentemente, os Membros estarão mais confiantes para consolidar um maior número de compromissos específicos em serviços, utilizando a estrutura flexível do modelo de liberalização progressiva adotado pelo GATS.

Tendo em vista que uma maior liberalização no setor de serviços deverá possibilitar ganhos muito significativos para todos os Membros, que seriam iguais ou superiores aos ganhos obtidos com a total liberalização do comércio de bens³⁸³, certamente, o aperfeiçoamento do mecanismo adotado pelo GATS para a liberalização do comércio de serviços terá efeitos muito positivos, tanto para os PDs quanto para os PEDs.

³⁸² Nesse sentido, Pierre Sauvé aponta que: *“While nothing prevents GATS members from revising the Agreement’s scheduling approach, this issue has yet to be seen as worthy of renewed attention in the context of the GATS’s built-in agenda on rule making matters”*. (SAUVÉ, Pierre, op. cit., 8 p.).

³⁸³ Vide HOEKMAN, Bernard M.; KOSTECKI, Michel M., op. cit., p. 244-245.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

I - LIVROS E ARTIGOS

ADUANEIRAS. **Resultados da Rodada do Uruguai do GATT**. São Paulo, Aduaneiras, 1995.

ALBUQUERQUE MELLO, Celso D. de. **Curso de Direito Internacional Público**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **O Brasil e o multilateralismo econômico**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

AMARAL JUNIOR, Alberto do (Org). **OMC e o Comércio Internacional**. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

ARKELL, Julian. **What are the prospects for liberalisation in Services?** 2003. Disponível em: <<http://www.arkell.info/papers>>. Acesso em: 5 dez. 2007.

_____. **To what degree can services be liberalised?** 2001. Disponível em: <<http://www.arkell.info/papers>>. Acesso em: 5 dez. 2007.

_____. **How can the General Agreement on Trade in Services be improved?** A Technical Review. Hong Kong, 2001. Disponível em: <<http://www.arkell.info/papers>>. Acesso em: 5 dez. 2007.

_____. **Brief introduction to the paper on Domestic Regulation Disciplines and Sustainable Development**. Genebra: 2006. Disponível em: <<http://www.arkell.info/papers>>. Acesso em: 5 dez. 2007.

_____. **GATS and Domestic Regulation Disciplines and Sustainable Development: principles and operational concepts - the challenges**. Genebra: 2006. Disponível em: <<http://www.arkell.info/papers>>. Acesso em: 5 dez. 2007.

BANCO MUNDIAL. **Development, trade and the WTO: a handbook**. Washington: Banco Mundial, 2002.

BAPTISTA, Luiz Olavo, RODAS, João Grandino, SOARES, Guido Fernando Silva Soares (coord.). **Normas de Direito Internacional**: tomo III – comércio internacional / OMC. São Paulo: LTr, 2001.

_____; CELLI JUNIOR, Umberto; YANOVICH, Alan (Org.). **10 anos de OMC: uma análise do sistema de solução de controvérsias e perspectivas**. São Paulo: Aduaneiras, 2007.

BARRAL, Welber (org). **O Brasil e a OMC**. Curitiba: Juruá Editora, 2002.

_____. (org). **O Brasil e o Protecionismo**. São Paulo: Aduaneiras, 2002.

BATISTA JUNIOR, Paulo Nogueira. Mitos da Globalização. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo, v. 12, n. 32, p. 125-186, jan./abr. 1998.

BROWNLIE, Ian. **Principles of Public International Law**. 6 ed. Nova Iorque: Oxford University Press, 2003.

CAMERON, James; GRAY, Kevin R. **Principles of International Law in the WTO Dispute Settlement Body**. 2001, p. 248-298. Disponível em: <<http://www.worldtradelaw.net/articles/grayprinciples.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2007.

CARREAU, Dominique; FLORY, Thiebáut; JUILLARD, Patrick. **Droit International Économique**. Paris: Librairie Generale de Droit et de Jurisprudence, 1990.

CASELLA, Paulo Borba; MERCADANTE, Araminta de Azevedo (org). **Guerra Comercial ou Integração Mundial pelo Comércio? A OMC e o Brasil**. São Paulo: LTr, 1998.

CELLI JUNIOR, Umberto (org.). **Comércio de Serviços na OMC**. Curitiba: Juruá Editora, 2005.

_____. **Os acordos de serviços (GATS) e de investimentos (TRIMS) na OMC: espaço para políticas de desenvolvimento**. São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.usp.br/prolam/downloads/gats.pdf>>. Acesso em: 9 jan. 2008.

_____; SAYEG, Fernanda Manzano (org.). **Comércio de Serviços, OMC e Desenvolvimento**. São Paulo: Instituto de Direito do Comércio Internacional e Desenvolvimento - IDCID, 2008.

_____. O impacto dos acordos de investimentos sobre os Estados-Membros do MERCOSUL. **Cadernos PROLAM/USP**, São Paulo, ano 4, v. 1, p. 81-96, 2005. Disponível em: <http://www.usp.br/prolam/downloads/2005_1_4.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2008.

CHANDA, Rupa. **GATS and its implications for developing countries: key issues and concerns**. Nova Iorque: Organização das Nações Unidas, 2002. Disponível em: <<http://www.un.org/esa/desa/papers/2002/esa02dp25.pdf>>. Acesso em: 9 jan. 2009.

CHAUDHURI, Sumanta; MATTOO, Aaditya; SELF, Richard. **Moving people to deliver services: how can the GATS help?** Washington: Banco Mundial, 2004. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTRANETTRADE/Resources/chandhuri-mattoo-self_gatshelp.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2008.

CHARNOVITZ, Steve. The Moral Exception in Trade Policy. **Virginia Journal of International Law Association**. Charlottesville, v. 38, n. 4, p. 689-745, 1998. Disponível em: <<http://www.worldtradelaw.net/articles/charnovitzmoral.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2007.

CROOME, John. **Reshaping the world trading system: a history of the Uruguay Round**. Genebra: World Trade Organization, 1995.

FABRI, Hélène Ruiz. Le contentieux de l'exécution dans le règlement des différends de l'Organisation mondiale du commerce. **Journal de Droit International (Clunet)**. Paris: n. 3, 2000. p. 605-645.

_____. **Organisation Mondiale du Commerce: Droit institutionnel**. Paris: Éditions du Jurisclasseur, Fascículo 130-10, 1998.

FLORY, Thiebaut. **Le G.A.T.T.**: Droit International et commerce mondial. Paris: Librairie Generale de Droit et de Jurisprudence, 1969.

GOULD, Ellen. Telmex panel strips WTO of another fig leaf in policy alternatives, **Briefing Paper**: trade and investments series. Ottawa: v. 5, n. 2, 2004. Disponível em: <<http://www.policyalternatives.ca/publications/brief5-2.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2007.

HOEKMAN, Bernard M.; KOSTECKI, Michael M. **The political economy of the world trading system**. 2 ed. Oxford: Oxford University Press, 2001.

_____. Towards a more balanced and comprehensive services agreement. SCHOTT, Jeffrey (ed.). **The WTO after Seattle**. Washington: Institute for International Economics, 1999. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/INTRANETTRADE/Resources/ser-iae-nov.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2008.

_____; PRIMO BRAGA, Carlos A. **Protection and trade in services: a survey**. Washington: 1997. Disponível em: <http://cetic.liuc.it/prin2005/custom/userfiles/bibliografia/200511817638_Services-Hoeckman-Braga.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2009.

HUDEC, Robert E. **The GATT legal system and world trade diplomacy**. Nova Iorque: Praeger Publishers, 1975.

_____. "Like product": the differences in meaning in GATT articles I and III. COTTIER, Thomas, MAVROIDIS, Petros (ed.). **Regulatory barriers and the principle of non-discrimination in world trade law**. Michigan: University of Michigan Press, 2000. p. 101-123.

_____. **GATT/WTO constraints on national regulation**: requiem for an "aim and effects" test. 1998. Disponível em: <<http://www.worldtradelaw.net/articles/hudecrequiem.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2007.

INSTITUTE FOR AGRICULTURE AND TRADE POLICY (IATP). *Services negotiations: the age of crisis? Developed countries pressure for revised offers and the establishment of benchmarks in services negotiations*. **Geneva Update**, Genebra, 2005. Disponível em: <<http://lists.iatp. /listarchive/archive.cfm?id=103905>>. Acesso em: 12 jan. 2008.

INTERNATIONAL BAR ASSOCIATION. **GATS – General Agreement on Trade in Services**: a handbook for International Bar Association member Bars. Londres: International Bar Association Press, 2002.

INTERNATIONAL TRADE CENTRE (ITC); COMMONWEALTH SECRETARIAT. **Business Guide to the World Trading System**. 2 ed. Genebra: ITC/ Commonwealth Secretariat, 1999.

INTERNATIONAL CENTER FOR TRADE AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT (ICTSD); THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT (IISD). **Development since the Cancun ministerial conference**: trade in services. Genebra: 2004. Disponível em: <http://www.iisd.org/trade/wto/doha_briefing.asp>. Acesso em: 6 jan. 2008.

JACKSON, John H. **The jurisprudence of GATT & the WTO**: insights on treaty law and economic relations. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

_____. **The world trading system**: law and policy of international economic relations. Cambridge/Londres: MIT Press, 1997.

_____. **World trade and the Law of GATT**. Indianápolis: The Bobbs-Merrill Company, 1969.

_____. Managing the trading system: the World Trade Organization and the post-Uruguay Round GATT agenda. KENEN, Peter B (ed.). **Managing the world economy: fifty years after Bretton Woods**. Washington: Institute for International Economics, 1994. p. 131-151.

JANK, Marcos S.; THORSTENSEN, Vera. **O Brasil e os grandes temas do comércio internacional**. São Paulo: Aduaneiras, 2005.

LAMPREIA, Luiz Felipe P. Resultados da Rodada Uruguai: uma tentativa de síntese. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo, v. 9, n. 23, p. 247-260, jan./abr. 1995. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141995000100016&script=sci_arttext. Acesso em: 18 dez. 2007.

LA FER, Celso. **A OMC e a regulamentação do comércio internacional**: uma visão brasileira. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

_____. A OMC face à globalização e à regionalização. **Revista Política Externa**. São Paulo, v. 6, n. 2, p. 83-93, out./nov. 1997.

LONG, Oliver. **Law and its Limitations in the GATT multilateral trade system**. Londres: Graham & Trotman, 1987.

MARCONINI, Mário. **OMC, acordos regionais e o comércio de serviços**. São Paulo: Aduaneiras, 2003.

_____. O Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços: o conceito e o regime. AMARAL JÚNIOR, Alberto do (org.). **OMC e o comércio internacional**. São Paulo: Aduaneiras, 2002. p. 83-111.

MASTAGLIA, Gabriela Teresita. Comercio globalizado y protección de intereses nacionales. **Derecho del comercio internacional**: acuerdos regionales y OMC. Buenos Aires/Madri: Ciudad Argentina, 2004. p. 263-274.

MATTOO, Aaditya; WUNSCH, Sacha. Pre-empting protectionism in services: the GATS and outsourcing. **Journal of International Economic Law**. Oxford, v. 7, n. 4, p. 765-800, 2004. Disponível em: <<http://www.iie.com/publications/papers/wunsch0204.pdf>>. Acesso em: 19 de jan. 2009.

_____; CARZANIGA, Antonia. **Moving people to deliver services**. Washington: Banco Mundial/Oxford University Press, 2003.

_____; OLARREAGA, Marcelo. **Reciprocity across modes of supply in the World Trade Organization**: A negotiating formula. Washington: Banco Mundial, 2000. Disponível em: <http://econ.worldbank.org/external/default/main?print=Y&pagePK=64165259&piPK=64165421&theSitePK=469372&menuPK=64216926&entityID=000094946_000727053547>. Acesso em: 21 de jan. 2009.

_____. **Shaping future GATS rules for trade in services**. Washington: Banco Mundial, 2001. Disponível em: <http://econ.worldbank.org/external/default/main?ImgPagePK=64202990&entityID=000094946_01052404350414&pagePK=64210502&theSitePK=544849&piPK=64210520>. Acesso em: 7 de jan. 2008.

_____; SAUVÉ, Pierre. **Domestic regulation & services liberalization**. Washington: Banco Mundial e Oxford University Press, 2003.

_____; STERN, Robert M.; ZANNI, Gianni. **A handbook of international trade in services**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2008.

MBIRIMI, Ivan; CHILALA, Bridget; GRYNBERG, Roman (org.). **From Doha to Cancun**: delivering a development round. Londres: Commonwealth Secretariat, 2004.

MISSÃO DO BRASIL EM GENEVRA. **Carta de Genebra** - Informativo sobre a OMC e a Rodada de Doha. Genebra: ano I, n. 2, mar. 2002. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/carta_genebra/cartadegenebra2.pdf>. Acesso em: 10 de jan. 2009.

_____. **Carta de Genebra** - Informativo sobre a OMC e a Rodada de Doha. Genebra, ano 4, n. 1, fev. 2005. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/carta_genebra/cartadegenebra1_05.pdf>. Acesso em: 10 de jan. 2009.

_____. **Carta de Genebra** - Informativo sobre a OMC e a Rodada de Doha. Genebra: ano 4, n. 1, mar. 2007. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/carta_genebra/cartadegenebra1_07.pdf>. Acesso em: 10 de jan. 2009.

NASSER, Rabih Ali. **A liberalização do comércio internacional nas normas do GATT-OMC**. São Paulo: LT'r, 1999.

_____. **A OMC e os países em desenvolvimento**. São Paulo: Aduaneiras, 2003.

NEGRO, Sandra Cecília. De Marrakesh a Cancún: la Organización Mundial de Comercio y las conferencias ministeriales. **Derecho del Comercio Internacional**: acuerdos regionales y OMC. Buenos Aires /Madri: Ciudad Argentina, p. 343-381, 2004.

NUÑES, Javier Fernando. La liberalización del comercio internacional de servicios: acuerdo GATS y posición de la República Argentina. **Derecho del Comercio Internacional**: acuerdos regionales y OMC. Buenos Aires /Madri: Ciudad Argentina, p. 383 – 413, 2004.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO ECONÔMICA E O DESENVOLVIMENTO. **Open services markets matter**. Genebra: 2001. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/10/0/2443075.pdf>>. Acesso em: 12 de jan. 2009.

_____. **The General Agreement on Trade in Services (GATS): an analysis.** Paris: OECD Press, 1994.

_____. **Managing request-offer negotiations under the GATS: the case of legal services.** Paris: 2004. Disponível em: <<http://masetto.sourceoecd.org/vl=2244424/cl=14/nw=1/rpsv/cgi-bin/wppdf?file=5lgp194ql19q.pdf>>. Acesso em: 12 de jan. 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **United Nations Provisional Central Product Classification: Version 1.1.** Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/cr/registry/regcst.asp?Cl=16&Lg=1>>. Acesso em: 7 jan. 2008.

_____; INTERNATIONAL CENTER FOR TRADE AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT (ICTSD). **Resource Book on TRIPS and Development.** Nova Iorque: Cambridge University Press, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O COMÉRCIO E O DESENVOLVIMENTO. **Trade and Development Report, 2005.** Genebra: United Nations Publication, 2005.

_____. **Curso de Solução de Controvérsias:** Organização Mundial do Comércio. Capítulo 3.13 – GATS. Nova Iorque/Genebra: 2003. Disponível em: <http://www.unctad.org/pt/docs/edmmisc232add31_pt.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2009.

_____. **Trade in Services and Development Implications.** Genebra, 2005. Disponível em: <http://www.unctad.org/sections/ditc_dir/docs/statement_0112_20-03-07_en.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2009.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Guide to the GATS.** 1 ed. Genebra: Kluwer International, 2000.

. **Analytical Index**: guide to GATT Law and practice. Genebra: Bernan Press, 1995.

. **Measuring trade in services**: a training module produced by WTO in collaboration with the Inter-agency Task Force on Statistics of International Trade in Services. Genebra, 2003. Disponível em: <http://www.wto.org/english/res_e/statis_e/services_training_module_e.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2008.

. Market access: unfinished business. **Post Uruguay Round inventory and issues - special studies**, n. 6, p. 97-140. Disponível em: <http://www.wto.int/english/res_e/booksp_e/special_study_6_e.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2007.

PALMETER, David; MAVROIDS, Petros C. **Dispute Settlement in the World Trade Organization**: Practice and Procedure. 2 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

PANAGARIYA, Arvind. **Core WTO agreements**: trade in goods and services and intellectual property. Nova Iorque: 2003. Disponível em: <<http://www.columbia.edu/~ap2231/Policy%20Papers/wto-overview.doc>>. Acesso em: 12 de jan. 2009.

PRIETO, Francisco J. **Services in the Doha Development Agenda (DDA)**: implementation and policy concerns. Cartagena das Índias: 2005. Disponível em: <www.ictsd.org>. Acesso em: 15 de ago. 2007.

PROST, Olivier. Using WTO rules to fight anti-competitive practices? **The Brief**, Bruxelas, n. 2, 2004. Disponível em: <http://www.gide.fr/gb/publication/newsletters/internationaltrade/GLN_BRU_nwsl_ITL_2_gb.pdf>. Acesso em: 8 de nov. 2005.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. **Políticas Públicas**. Brasília: v. 1, ENAP Fundação Escola Nacional de Administração Pública, 2007.

SAUVÉ, Pierre. **Completing the GATS framework**: addressing Uruguay Round leftovers. Washington, 2002. Disponível em: <<http://www.cid.harvard.edu/cidtrade/Papers/Sauve/sauvegats.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2008.

_____.; STERN, Robert M. **GATS 2000 – New directions in services trade liberalization**. Washington: Brookings Institutions Press, 2000.

_____. **Services and the international contestability of markets**. Washington: 1996. Disponível em: <http://www.unctad.org/en/docs/iteitv5n1a4_en.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2008.

SAYEG, Fernanda M. **Regulamentação doméstica e o Acordo Geral Sobre o Comércio de Serviços da OMC**. São Paulo: 2007. Disponível em: <<http://www.idcid.org.br/files/692005-f5e74c2c8ee259e2714370d9e38f8fad.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2008.

_____. A decisão da OMC no caso Telmex e suas consequências para a regulamentação de regras multilaterais de defesa da concorrência. **Revista Direito GV**, v. 1, n. 4, jul./dez. 2006.

_____. As negociações para a liberalização do comércio de serviços na OMC. **Pontes entre o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável**, v. 1, n. 3, ago./set. 2005. Disponível em: <<http://www.edesp.edu.br/subportais/Pontes1-3.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2008.

_____. Liberalização dos serviços jurídicos na Organização Mundial do Comércio. **Estudos de Direito Internacional**, Wagner Menezes (org). Curitiba: v. III, 2005, Juruá Editora.

SEITENFUS, Ricardo. **Manual das Organizações Internacionais**. 2 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

SHAFIYEDDIN, Mehdi. **Free trade or fair trade?** An enquiry into the causes of failure in recent trade negotiations. Genebra: 2000. Disponível em: <http://www.unctad.org/en/docs/dp_153.en.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2009.

SHARMA, Rejeev; ROSYCHUK, Jason. **The collision of trade and competition law: assessing the aftermath of the WTO Telmex decision**. Toronto: 2004. Disponível em: <http://www.heenanblaikie.com/en/media/pdfs/pdf/20040625_Sharma.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2008.

SOUTH CENTRE. **Considerations for the submission of initial offers in light of the current state of play of negotiations**. South Centre Analytical Note. Genebra: 2004. Disponível em: <http://www.southcentre.org/index.php?option=com_content&task=view&id=230&Itemid=67>. Acesso em: 11 jan. 2009.

_____. **GATS conditions to achieve developing country objectives**. Genebra: 2005. Disponível em: <http://www.southcentre.org/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=45&dir=ASC&order=date&Itemid=69&limit=10&limitstart=150>. Acesso em: 13 dez. 2007.

_____. **Classification issues in the current GATS negotiations: a review of the different proposals and some preliminary considerations**. South Centre Analytical Note. Genebra: 2003. Disponível em: <http://www.southcentre.org/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=45&dir=ASC&order=date&Itemid=69&limit=10&limitstart=150>. Acesso em: 13 dez. 2007.

_____. **GATS dispute settlement cases: practical implications for developing countries**. South Centre Analytical Note. Genebra: 2007. Disponível em: <http://www.southcentre.org/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=45&dir=ASC&order=date&Itemid=69&limit=10&limitstart=150>. Acesso em: 13 dez. 2007.

_____. **Classification in services**: an overview of the main issues for developing countries. South Centre Analytical Note. Geneva: 2005. Disponível em: <http://www.southcentre.org/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=45&dir=ASC&order=date&Itemid=69&limit=10&limitstart=150>. Acesso em: 13 dez. 2007.

STEENKAMP, Leon. **Complexities and inadequacies relating to certain provision of the General Agreement on Trade in Services**. 2004. Disponível em: <<http://www.tralac.org>>. Acesso em: 12 dez. 2007.

THAYER, James D. The trade of cross-border gambling and betting: the WTO dispute between Antigua and the United States. **Duke Law and Technology Review**, n. 13, Durham, 2004. Disponível em: <<http://www.law.duke.edu/journals/dltr/articles/pdf/2004DLTR0013.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2007.

THORSTENSEN, Vera. **OMC – Organização Mundial do Comércio**: as regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

TORRENT, Ramon. **The legal toolbox for regional integration: a legal analysis from an interdisciplinary perspective**. Barcelona, 2007. Disponível em: <http://www.iadb.org/intal/aplicaciones/uploads/ponencias/i_foro_ELSNIT_10_02_Ramon_Torrent.PDF>. Acesso em: 15 dez. 2008.

_____; MOLINUEVO, Martín. Keeping multilateralism and development in mind: proposals: For a new model of north-south agreements. UNCTAD. **Multilateralism and regionalism**: the new interface. Nova Iorque/Genebra, 2005. Disponível em: <http://www.unctad.org/en/docs/ditctncd20047ch6_en.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2008.

TREBILOCK, Michael J.; HOWSE, Robert. **The regulation of international trade**. Londres: Routledge, 1999.

VALS, Lia. Histórico da Rodada Uruguai do GATT. **Estudos em Comércio Exterior**, v. 1, n. 3, p. 1-23, jul./dez. 1997. Disponível em:

<http://www.ie.ufrj.br/ecex/pdfs/historico_da_rodada_uruguai_do_gatt.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2008.

VOON, Tania; YANOVICH, Alan. What is the measure at issue? MITCHELL, Andrew (ed.). **Challenges and Prospects for the WTO**. Londres: Cameron May Publishers, 2005. p. 115-163.

WHICHARD, Obie G. **Measurement, classification, and reporting of services activities**: an international perspective. Washington, 1999. Disponível em:

<<http://siteresources.worldbank.org/INTRANETTRADE/Resources/CONGRESS.PDF>>.

Acesso em: 18 jan. 2008.

WUNSCH-VINCENT, Sacha. The Internet, cross-border trade in services, and the GATS: lessons from US–Gambling. **World Trade Review**, v. 5, n. 3, p. 319-354, nov. 2006.

Disponível em: <<http://www.iie.com/publications/papers/wunsch1205.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2008.

II - LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Documentos disponíveis em: <www.mre.gov.br> e <www.planalto.gov.br>, acessados, pela última vez, em 12 de janeiro de 2009.

Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, que promulga a Ata Final que incorpora os resultados da Rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais do GATT.

Decreto nº 313, de 30 de julho de 1948, que autoriza o Poder Executivo a aplicar, provisoriamente, o Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio; reajusta as tarifas aduaneiras e dá outras providências.

Decreto nº 350, de 21 de novembro de 1991, que aprova promulga o Tratado para a Constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai.

Decreto Nº 6.480, de 11 de junho 2008, que promulga o Protocolo de Montevideu sobre o Comércio de Serviços do MERCOSUL.

Projeto de Decreto Legislativo nº 214/92, de 8 de novembro de 1995, que aprova o texto da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados.

III – DOCUMENTOS INTERNACIONAIS

A) DOCUMENTOS DO ACORDO GERAL SOBRE TARIFAS E COMÉRCIO (GATT)

Documentos disponíveis em: <http://gatt.stanford.edu> e http://www.wto.org/english/docs_e/gattdocs_e.htm, acessados, pela última vez, em 12 de janeiro de 2009.

C/W/453, Trade in Services: Request for Establishment of a Working Party, de 26 de outubro de 1984.

CG.18/49, Trade in Services and the GATT: Background-Paper by the Secretariat, de 6 de março de 1981.

CG.18/W/45, International Trade in Services: Note by the Secretariat, de 10 de outubro de 1980.

CG.18/W/63, Activities of other Organizations in the Field of Services: Note by the Secretariat, de 15 de outubro de 1981.

GATT/1396, Ministerial Declaration on the Uruguay Round, de 25 de setembro de 1986.

General Agreement on Tariffs and Trade – 1947

L/4903, Decision of 28 November 1979 - Differential and more favourable treatment reciprocity and fuller participation of developing countries (Enabling Clause), de 28 de novembro de 1979.

L/5424, Ministerial Declaration Adopted on 29 November 1982, de 29 de novembro de 1982.

L/5762, Services: Fortieth Session of the Contracting Parties. Action taken on 30 November 1984, de 20 de dezembro de 1984.

L/5838, Trade in Services, de 9 de julho de 1985.

L/5934, Services. Forty-First Session of the Contracting Parties: Action taken on 28 November 1985, de 6 de dezembro de 1985.

L/7566, Schedule of Specific Commitments on Services, de 28 de novembro de 1994.

MIN(86)/4, Services: Session at Ministerial Level September 1986. Report of the Chairman of the Meetings on Services, H.E. Mr. Felipe Jaramillo, Ambassador of Colombia, to the Session of Contracting Parties at Ministerial Level, de 15 de setembro de 1986.

MTN.GNS/35, Draft. Multilateral framework for trade in services: Introductory Note by the Chairman on the GNS Negotiations on a Framework Agreement, de 23 de julho de 1990.

MTN.GNS/W/117, Communication from the Chairman of the Group of Negotiations on Services to the Chairman of the Trade Negotiations Committee, de 24 de junho de 1991.

MTN.GNS/W/118, Evaluating offers in the services context: Note by the Secretariat, de 2 de julho de 1991.

MTN.GNS/W/120, Note by the Secretariat "Services Sectoral Classification List", de 10 de julho de 1991.

MTN.GNS/W/130, Report by the Chairman of the Group of Negotiations on Services to the Trade Negotiations Committee, de 30 de julho de 1991.

MTN.GNS/W/139, Definitions in the draft General Agreement on trade in services: Note by the Secretariat, de 15 de outubro de 1991.

MTN.GNS/W/140, Rules of origin and services: conceptual issues: Note by the Secretariat, de 15 de outubro de 1991.

MTN.GNS/W/16, Summary of objectives, coverage and main features of existing international disciplines and arrangements relevant to trade in services: Note by the Secretariat, de 6 de agosto de 1987.

MTN.GNS/W/164, Scheduling of initial commitments in trade in services: explanatory note, de 3 de setembro de 1993.

MTN.GNS/W/164/ADD.1, Scheduling of initial commitments in trade in services: explanatory note: Addendum, de 30 de novembro de 1993.

MTN.GNS/W/17, Statistics on trade in service, de 17 de agosto de 1987.

MTN.GNS/W/17/ADD.1, Statistics on trade in service: Addendum, de 15 de setembro de 1987.

MTN.GNS/W/177, Issues relating to the scope of the General Agreement on Trade in Services: Note by the Secretariat, de 29 de outubro de 1993.

MTN.GNS/W/177/REV.1, Issues relating to the scope of the General Agreement on Trade in Services: Note by the Secretariat, de 4 de novembro de 1993.

MTN.GNS/W/177/REV.1/ADD.1, Issues relating to the scope of the General Agreement on Trade in Services: Note by the Secretariat. Addendum, de 6 de dezembro de 1993.

MTN.GNS/W/19, Communication from Brazil, de 19 de setembro de 1997.

MTN.GNS/W/21, Communication from Brazil, de 17 de setembro de 1987.

MTN.GNS/W/260, Chairman's statement on issues related to the scope of the General Agreement on Trade in Services, de 14 de dezembro de 1993.

MTN.GNS/W/34, Communication from Brazil: Brazilian Views on Some of the Basic Elements that are Discussed in the GNS, de 30 de março de 1988.

MTN.GNS/W/38, Definitions: Note by the Secretariat, de 16 de maio de 1988.

MTN.GNS/W/38/REV.1, Definitions: Note by the Secretariat. Revision, de 24 de junho de 1988.

MTN.GNS/W/48, Communication from Brazil. Elements for a possible Framework Agreement on trade in services, de 19 de outubro de 1988.

MTN.GNS/W/50, Reference list of sectors: Note by the Secretariat, de 13 de abril de 1989.

MTN.TNC/W/134, Verification of schedules of services commitments: Communication to the Chairman of the Trade Negotiations Committee, de 2 de março de 1994.

MTN/GS/21, Group of Negotiations on Services: Report to the Trade Negotiations Committee Meeting at Ministerial Level, Montreal, December 1988, de 25 de novembro de 1988.

PC/17, Finalization of Negotiations on Schedules on Goods and Services: Decision of 21 December 1994, de 31 de dezembro de 1994.

PC/SCS/W/1, Functions of the Sub-Committee on Services: Note by the Secretariat, de 11 de maio de 1994.

PC/W/29, Draft Decision concerning the Finalization of Negotiations on Schedules on Goods and Services, de 21 de dezembro de 1994.

PREP.COM(86)W/34, Trade in Services, de 11 de junho de 1986.

W.40/6, Request for a Working Party on Services, de 28 de novembro de 1984.

W.40/7, Services, de 29 de novembro de 1984.

B) DOCUMENTOS DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC)

Documentos disponíveis em: <<http://www.wto.org>>, acessado, pela última vez, em 12 de janeiro de 2009.

Agreement Establishing the World Trade Organization.

Decision on Certain Dispute Settlement Procedures for the General Agreement on Trade in Services.

Decision on Institutional Arrangements for the General Agreement on Trade in Services.

Decision on Measures in Favour of Least-Developed Countries.

Decision on Negotiations on Basic Telecommunications.

Dispute Settlement Understanding.

Final Act and Related Documents - United Nations Conference on Trade and Development held at Havana, Cuba, from November 21, 1947, to March 24, 1948 (UN Document E/Conf. 2/78).

GATS/EL/90/Suppl.2, List of Article II (MFN) Exemptions of the United States of America - Supplement 2, de 11 de abril de 1997.

GATS/SC/56 Schedule of Specific Commitments of Mexico, de 15 de abril de 1994.

GATS/SC/56/Suppl.2, Schedule of Specific Commitments of Mexico – Supplement, de 11 de abril de 1997.

GATS/SC/90, Schedule of Specific Commitments of the United States of America, de 15 de abril de 1994.

General Agreement on Tariffs and Trade – 1994.

General Agreement on Trade in Services (GATS).

International Trade Statistics 2008.

JOB No. 1311, Informal Note by the Secretariat "Model Schedule of Commitments on Basic Telecommunications", de 12 de abril de 1995.

JOB(08)/93, Services Signalling Conference – Report by the Chairman of the TNC, de 30 de julho de 2008.

LT/UR/D-5/7, Ministerial Decision on Professional Services, de 15 de abril de 1994.

MTN.GNS/W/164, Scheduling of Initial Commitments in Trade in Services: Explanatory Note, de 3 de setembro de 2003.

S/C/M/6, Report of the Meeting Held on 4 October 1995 - Note By The Secretariat, de 3 de novembro de 1995.

S/C/W/1, First Meeting of the Council for Trade in Services: Note by the Secretariat, de 15 de fevereiro de 1995.

S/C/W/17, Statement of the United Nations Statistics Division - Presented to World Trade Organization Committee on Specific Commitments, 2 April 1998, Geneva, de 31 de março de 1998.

S/C/W/26/ADD.1, WTO Reports: Economic Effects of Services Liberalization: Overview of Empirical Studies, de 29 de maio de 1998.

S/CSC/1, Report of the Committee on Specific Commitments to the Council for Trade in Services, de 29 de outubro de 1996.

S/CSC/10, Annual Report of the Committee on Specific Commitments to the Council for Trade in Services (2004), de 25 de novembro de 2004.

S/CSC/11, Annual Report of the Committee on Specific Commitments to the Council for Trade in Services (2005), de 23 de setembro de 2005.

S/CSC/12, Annual Report of the Committee on Specific Commitments to the Council for Trade in Services (2006), de 21 de novembro de 2007.

S/CSC/13, Annual Report of the Committee on Specific Commitments to the Council for Trade in Services (2007), de 13 de novembro de 2007.

S/CSC/2, Report of the Committee on Specific Commitments to the Council for Trade in Services, de 26 de novembro de 1997.

S/CSC/3, Report of the Committee on Specific Commitments to the Council for Trade in Services, de 2 de dezembro de 1998.

S/CSC/4, Report of the Committee on Specific Commitments to the Council for Trade in Services, de 26 de outubro de 1999.

S/CSC/5, Report of the Committee on Specific Commitments to the Council for Trade in Services, de 24 de novembro de 2000.

S/CSC/6, Report of the Committee on Specific Commitments to the Council for Trade in Services, de 4 de outubro de 2001.

S/CSC/7, Report of the Committee on Specific Commitments to the Council for Trade in Services (2002), de 6 de dezembro de 2002.

S/CSC/8, Report of the Committee on Specific Commitments to the Council for Trade in Services (2002) - Update (2003), de 3 de julho de 2003.

S/CSC/9, Report of the Committee on Specific Commitments to the Council for Trade in Services (2003), de 5 de dezembro de 2003.

S/CSC/M/1, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 24 May 1996 - Note by the Secretariat, de 18 de junho de 1996.

S/CSC/M/10, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 14 June 1999 - Note by the Secretariat, de 15 de julho de 1999.

S/CSC/M/11, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 19 July 1999 - Note by the Secretariat, de 25 de agosto de 1999.

S/CSC/M/11/Corr.1, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 19 July 1999 - Note by the Secretariat – Corrigendum, de 20 de setembro de 1999.

S/CSC/M/12, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 22 September 1999 - Note by the Secretariat, de 26 de janeiro de 2000.

S/CSC/M/13, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 24 and 28 February 2000, de 23 de março de 2000.

S/CSC/M/14, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 11 and 12 April 2000 - Note by the Secretariat, de 18 de maio de 2000.

S/CSC/M/15, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 23 and 24 May 2000 - Note by the Secretariat, de 29 de junho de 2000.

S/CSC/M/16, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 11 July 2000 - Note by the Secretariat, de 11 de setembro de 2000.

S/CSC/M/17, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 4 October 2000 - Note by the Secretariat, de 24 de novembro de 2000.

S/CSC/M/18, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 28 November 2000 - Note by the Secretariat, de 31 de janeiro de 2001.

S/CSC/M/18/Rev.1, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 28 November 2000 - Note by the Secretariat – Revision, de 24 de abril de 2001.

S/CSC/M/19, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 22 March 2001 - Note by the Secretariat, de 24 de abril de 2001.

S/CSC/M/2, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting held on 10 October 1996 - Note by the Secretariat, de 13 de novembro de 1996.

S/CSC/M/20, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 9 May 2001 - Note by the Secretariat, de 7 de junho de 2001.

S/CSC/M/21, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 30 November 2001 - Note by the Secretariat, de 5 de fevereiro de 2002.

S/CSC/M/22, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 11 March 2002 - Note by the Secretariat, de 21 de maio de 2002.

S/CSC/M/22, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 11 March 2002 - Note by the Secretariat, de 21 de maio de 2002.

S/CSC/M/23, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 3 June 2002 - Note by the Secretariat, de 24 de junho de 2002.

S/CSC/M/23/Corr.1, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 3 June 2002 - Note by the Secretariat – Corrigendum, de 20 de setembro de 2002.

S/CSC/M/24, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 17 July 2002 - Note by the Secretariat, de 23 de setembro de 2002.

S/CSC/M/25, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 24 October 2002 - Note by the Secretariat, de 30 de janeiro de 2003.

S/CSC/M/26, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 5 December 2002 - Note by the Secretariat, de 7 de fevereiro de 2002.

S/CSC/M/27, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 27 February 2003 - Note by the Secretariat, de 15 de abril de 2003.

S/CSC/M/28, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 12 May 2003 - Note by the Secretariat, de 24 de junho de 2003.

S/CSC/M/29, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 30 June 2003 - Note by the Secretariat, de 22 de setembro de 2003.

S/CSC/M/3, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 16 June 1997 - Note by the Secretariat, de 7 de julho de 1997.

S/CSC/M/30, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 29 September 2003 - Note by the Secretariat, de 1 de dezembro de 2003.

S/CSC/M/31, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 4 December 2003 - Note by the Secretariat, de 14 de janeiro de 2004.

S/CSC/M/32, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 22 March 2004 - Note by the Secretariat, de 25 de maio de 2004.

S/CSC/M/33, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 23 June 2004 - Note by the Secretariat, de 21 de julho de 2004.

S/CSC/M/34, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 28 September 2004 - Note by the Secretariat, de 11 de novembro de 2004.

S/CSC/M/35, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 25 November 2004 - Note by the Secretariat, de 27 de janeiro de 2005.

S/CSC/M/36, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 11 February 2005 - Note by the Secretariat, de 14 de abril de 2005.

S/CSC/M/37, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 21 June 2005 - Note by the Secretariat, de 02 de setembro de 2005.

S/CSC/M/38, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 22 September 2005 - Note by the Secretariat, de 22 de novembro de 2005.

S/CSC/M/39, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 8 February 2006 - Note by the Secretariat, de 07 de março de 2006.

S/CSC/M/4, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 29 October 1997 - Note by the Secretariat, de 4 de dezembro de 1997.

S/CSC/M/40, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 10 April 2006 - Note by the Secretariat, de 10 de maio de 2006.

S/CSC/M/41, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 22 June 2006 - Note by the Secretariat, de 11 de julho de 2006.

S/CSC/M/42, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 5 October 2006 - Note by the Secretariat, de 19 de outubro de 2006.

S/CSC/M/43, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 1 December 2006 - Note by the Secretariat, de 12 de janeiro de 2007.

S/CSC/M/44, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 7 June 2007 - Note by the Secretariat, de 04 de setembro de 2007.

S/CSC/M/45, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 18 September 2007 - Note by the Secretariat, de 11 de outubro de 2007.

S/CSC/M/5, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 2 April 1998 - Note by the Secretariat, de 6 de maio de 1998.

S/CSC/M/5/Corr.1, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 2 April 1998 - Note by the Secretariat – Corrigendum, de 14 de maio de 1998.

S/CSC/M/6, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 16 October 1998 - Note by the Secretariat, de 12 de novembro de 1998.

S/CSC/M/7, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 25 November 1998 - Note by the Secretariat, de 18 de janeiro de 1999.

S/CSC/M/8, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 23 March 1999 - Note by the Secretariat, de 15 de abril de 1999.

S/CSC/M/9, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 27 April 1999 - Note by the Secretariat, de 1 de junho de 1999.

S/CSC/M/9/Corr.1, Committee on Specific Commitments - Report of the Meeting Held on 27 April 1999 - Note by the Secretariat – Corrigendum, de 10 de junho de 1999.

S/CSC/W/1, Annotated Provisional Agenda for the First Meeting of the Committee on Specific Commitments - Note by the Secretariat, de 8 de maio de 1996.

S/CSC/W/10, Annotated Agenda for the Fourth Meeting of the Committee on Specific Commitments, de 10 de outubro de 1997.

S/CSC/W/11, Committee on Specific Commitments - A Brief Analysis of Cases of "Ad Hoc Scheduling" in Past Services Negotiations - Note by the Secretariat, de 9 de outubro de 1997.

S/CSC/W/12, Committee on Specific Commitments - Scheduling Guidelines: Background - Note by the Secretariat, de 10 de outubro de 1997.

S/CSC/W/13, Statement of the United Nations Statistics Division - Presented to World Trade Organization Committee on Specific Commitments - 29 October 1997, Geneva, de 17 de fevereiro de 1998.

S/CSC/W/14, Committee on Specific Commitments - Electronic Schedules: Assignment of Effective Dates to Commitments - Note by the Secretariat, de 26 de março de 1998.

S/CSC/W/15, Annotated Agenda for the Fifth Meeting of the Committee on Specific Commitments, de 18 de março de 1998.

S/CSC/W/16, Committee on Specific Commitments - Potential Impact of the Revision 1 of the CPC on the Sectoral Definitions Used in the Schedules, de 12 de março de 1998.

S/CSC/W/18, Committee on Specific Commitments - Draft - Report of the Committee on Specific Commitments to the Council for Trade in Services, de 17 de novembro de 1998.

S/CSC/W/19, Committee on Specific Commitments - Revision of Scheduling Guidelines - Note by the Secretariat - MTN.GNS/W/164 and 164/Add.1, de 5 de março de 1999.

S/CSC/W/2, Committee on Specific Commitments - Developments in International Services Classification Systems and Implications for Negotiations under the General Agreement for Trade in Services - Note by the Secretariat, de 13 de setembro de 1996.

S/CSC/W/20, Annotated Provisional Agenda for the Ninth Meeting of the Committee on Specific Commitments - Note by the Secretariat, de 26 de abril de 1999.

S/CSC/W/21, Committee on Specific Commitments - Draft - Procedures for the Implementation of Article XXI of the General Agreement on Trade in Services (GATS) (Modification of Schedules), de 19 de julho de 1999.

S/CSC/W/22, Committee on Specific Commitments - Consolidated Schedules of Commitments in Electronic Form - Draft Format and Suggested Procedures - Note by the Secretariat, de 19 de julho de 1999.

S/CSC/W/23, Committee on Specific Commitments - Discussions on the Procedures for Implementation of Article XXI of the General Agreement on Trade in Services - Note by the Chairman, de 21 de julho de 1999.

S/CSC/W/24, Annotated Provisional Agenda for the Twelfth Meeting of the Committee on Specific Commitments, de 7 de setembro de 1999.

S/CSC/W/25, Committee on Specific Commitments - Communication from the European Communities and their Member States - Classification Issues in the Environmental Sector, de 28 de setembro de 1999.

S/CSC/W/26, Committee on Specific Commitments - Draft - Procedures for the Certification of Rectifications or Improvements to Schedules of Specific Commitments, de 31 de março de 2000.

S/CSC/W/26/Rev.1, Committee on Specific Commitments - Draft - Procedures for the Certification of Rectifications or Improvements to Schedules of Specific Commitments, de 13 de abril de 2000.

S/CSC/W/27, Committee on Specific Commitments - Communication from the United States - Classification of Energy Services, de 18 de maio de 2000.

S/CSC/W/28, Committee on Specific Commitments - Communication from Poland - Classification Issues, de 10 de julho de 2000.

S/CSC/W/29, Committee on Specific Commitments - Draft - Report of the Committee on Specific Commitments to the Council for Trade in Services, de 3 de novembro de 2000.

S/CSC/W/3, Committee on Specific Commitments - Schedules of Commitments and MFN Exemption Lists: Introduction of a Loose-Leaf System and Use of Electronic Formats – Issues to be Considered - Note by the Secretariat, de 4 de outubro de 1996.

S/CSC/W/30, Committee on Specific Commitments - Draft - Revision of the Guidelines for the Scheduling of Specific Commitments - Note by the Secretariat, de 23 de março de 2001.

S/CSC/W/31, Committee on Specific Commitments - Draft - Report of the Committee on Specific Commitments to the Council for Trade in Services, de 21 de setembro de 2001.

S/CSC/W/33, Committee on Specific Commitments - Incorporation of Commitments Resulting from Current Services Negotiations into Members' GATS Schedules - Note by the Secretariat, de 3 de junho de 2002.

S/CSC/W/33/Corr.1, Committee on Specific Commitments - Incorporation of Commitments Resulting from Current Services Negotiations into Member's GATS Schedules - Note by the Secretariat – Corrigendum, de 10 de outubro de 2002.

S/CSC/W/34, Additional commitments under article XVIII of the GATS, de 16 de julho de 2002.

S/CSC/W/34, Committee on Specific Commitments - Additional Commitments under Article XVIII of the GATS - Note by the Secretariat, de 16 de julho de 2002.

S/CSC/W/34/Corr.1, Committee on Specific Commitments - Additional Commitments under Article XVIII of the GATS - Note by the Secretariat – Corrigendum, de 7 de fevereiro de 2002.

S/CSC/W/35, TN/S/W/6, Communication from the European Communities and Their Member States - Coverage of CPC 84 – Computer and Related Services, de 24 de outubro de 2002.

S/CSC/W/37, TN/S/W/10, Communication from the Separate Customs Territory of Taiwan, Penghu, Kinmen and Matsu, Computer and Related Services, de 8 de janeiro de 2003.

S/CSC/W/38, Committee on Specific Commitments - Circulation of Draft Consolidated Schedules - Note by the Secretariat, de 23 de janeiro de 2003.

S/CSC/W/39, Committee on Specific Commitments - Communication from the European Communities - Classification of Legal Services, de 24 de março de 2003.

S/CSC/W/4, Annotated Provisional Agenda for the Third Meeting of the Committee on Specific Commitments, de 29 de maio de 1997.

S/CSC/W/42, Committee on Specific Commitments - Communication from Indonesia - Proposal on Classification of Energy Services, de 27 de novembro de 2003.

S/CSC/W/42/Rev.2, Committee on Specific Commitments - Communication from Indonesia - Proposal on Classification of Energy Services – Revision, de 28 de abril de 2006.

S/CSC/W/44, TN/S/W/27, Communication from the European Communities - Classification in the Telecom Sector under the WTO-GATS Framework, de 10 de fevereiro de 2005.

S/CSC/W/45, TN/S/W/35, Communication from the United States - Classification in the Telecommunications Sector under the WTO-GATS Framework, de 22 de fevereiro de 2005.

S/CSC/W/45/Corr.1, TN/S/W/35/Corr.1, Communication from the United States - Classification in the Telecommunications Sector under the WTO-GATS Framework – Corrigendum, de 17 de março de 2005.

S/CSC/W/46, TN/S/W/37, Council for Trade in Services - Special Session - Committee on Specific Commitments - Communication from Australia, Canada, Chile, the European Communities Japan, Korea, New Zealand, Singapore, Switzerland, the Separate Customs Territory of Taiwan, Penghu, Kinmen and Matsu and the United States - Joint Statement on Legal Services, e 24 de fevereiro de 2005.

S/CSC/W/47, TN/S/W/46, Council for Trade in Services - Committee on Specific Commitments - Special Session - Communication from Canada - Mode 4 Commitments and Economic Needs Tests, de 21 de junho de 2005.

S/CSC/W/49, TN/S/W/56, Council for Trade in Services - Special Session - Committee on Specific Commitments - Communication from the Republic of Korea - An Example of Economic Needs Tests, de 28 de novembro de 2005.

S/CSC/W/5, Committee on Specific Commitments - Procedural and Cost Implications of the Development of a Loose-Leaf System with or without Legal Value - Note by the Secretariat, de 30 de maio de 1997.

S/CSC/W/51, TN/S/W/60, Communication from Albania, Australia, Canada, Chile, Colombia, Croatia, the European Communities, Hong Kong China, Japan, Mexico, New Zealand, Norway, Peru, the Separate Customs Territory Of Taiwan Penghu, Kinmen and Matsu, Singapore, Turkey and the United States - Understanding on the Scope of Coverage of CPC 84 - Computer and Related Services, de 26 de janeiro de 2007.

S/CSC/W/51/Add.4, TN/S/W/60/Add.4, Communication from Albania, Australia, Canada, Chile, Colombia, Croatia, the European Communities, Hong Kong China, Japan, Mexico, New Zealand, Norway, Peru, the Separate Customs Territory Of Taiwan Penghu, Kinmen and Matsu, Singapore, Turkey and the United States - Understanding on the Scope of Coverage of CPC 84 - Computer and Related Services, de 27 de setembro de 2007.

S/CSC/W/6, Committee on Specific Commitments - Detailed Analysis of the Modifications Brought About by the Revision of the Central Product Classification - Note by the Secretariat, de 4 de junho de 1997.

S/CSC/W/6/Add.1, Committee on Specific Commitments - Detailed Analysis of the Modifications Brought About by the Revision of the Central Product Classification - Note by the Secretariat - Energy – Addendum, de 4 de junho de 1997.

S/CSC/W/6/Add.10, Committee on Specific Commitments - Detailed Analysis of the Modifications Brought About by the Revision of the Central Product Classification - Note by the Secretariat – Addendum – Professional Services, de 27 de março de 1998.

S/CSC/W/6/Add.11, Committee on Specific Commitments - Detailed Analysis of the Modifications Brought About by the Revision of the Central Product Classification - Note by the Secretariat – Addendum – Other Business Services, de 27 de março de 1998.

S/CSC/W/6/Add.12, Committee on Specific Commitments - Detailed Analysis of the Modifications Brought About by the Revision of the Central Product Classification - Note by the Secretariat – Addendum – Agricultural, Mining And Manufacturing Services, de 27 de março de 1998.

S/CSC/W/6/Add.13, Committee on Specific Commitments - Detailed Analysis of the Modifications Brought About by the Revision of the Central Product Classification - Note by the Secretariat – Addendum – Health and Social Services, de 27 de março de 1998.

S/CSC/W/6/Add.2, Committee on Specific Commitments - Detailed Analysis of the Modifications Brought About by the Revision of the Central Product Classification - Note by the Secretariat – Addendum – Construction, de 4 de junho de 1997.

S/CSC/W/6/Add.3, Committee on Specific Commitments - Detailed Analysis of the Modifications Brought by CPC Rev.1 to CPC Provisional - Note by the Secretariat - Addendum - Distribution, de 4 de junho de 1997.

S/CSC/W/6/Add.4, Committee on Specific Commitments - Detailed Analysis of the Modifications Brought About by the Revision of the Central Product Classification - Note by the Secretariat – Tourism – Addendum, de 4 de junho de 1997.

S/CSC/W/6/Add.5, Committee on Specific Commitments - Detailed Analysis of the Modifications Brought About by the Revision of the Central Product Classification - Note by the Secretariat – Transport – Addendum, de 4 de junho de 1997.

S/CSC/W/6/Add.6, Committee on Specific Commitments - Detailed Analysis of the Modifications Brought About by the Revision of the Central Product Classification - Note by the Secretariat - Addendum - Research and Development, de 27 de março de 1998.

S/CSC/W/6/Add.7, Committee on Specific Commitments - Detailed Analysis of the Modifications Brought About by the Revision of the Central Product Classification - Note by the Secretariat – Addendum – Real Estate, de 27 de março de 1998.

S/CSC/W/6/Add.8, Committee on Specific Commitments - Detailed Analysis of the Modifications Brought About by the Revision of the Central Product Classification - Note by the Secretariat – Addendum – Rental/Leasing Services Without Operator, de 27 de março de 1998.

S/CSC/W/6/Add.9, Committee on Specific Commitments - Detailed Analysis of the Modifications Brought About by the Revision of the Central Product Classification - Note by the Secretariat – Addendum – Business Services, Computer and Related Services, de 27 de março de 1998.

S/CSC/W/9, Committee on Specific Commitments - A Qualitative Assessment of the Relevance of the Changes Resulting from CPC Rev.1 for Trade Negotiating Purposes - Note by the Secretariat, de 9 de outubro de 1997.

S/CSC/W/9/Add.1, Committee on Specific Commitments - A Qualitative Assessment of the Relevance of the Changes Resulting from CPC Rev.1 for Trade Negotiating Purposes – Business Services – Note by the Secretariat – Addendum, de 25 de fevereiro de 1998.

S/CSC/W/9/Add.1/Corr.1, Committee on Specific Commitments - A Qualitative Assessment of the Relevance of the Changes Resulting from CPC Rev.1 for Trade Negotiating Purposes – Note by the Secretariat - Corrigendum – Business Services, de 27 de março de 1998.

S/CSS/W/67/Suppl.2, S/CSC/W/32, Communication from Australia. Negotiating proposal: Legal services classification – Supplement, de 11 de março de 2002.

S/FIN/W/14, Informal Note by the Secretariat for the Committee on Trade in Financial Services "The Distinction between Modes 1 and 2", de 24 de junho de 1997.

S/GBT/4, Report of the Group on Basic Telecommunications, de 15 de fevereiro de 1997.

S/GBT/W/2/Rev.1, Note by the Chairman of the Negotiating Group on Basic Telecommunications on Scheduling Basic Telecom Services Commitments, de 16 de janeiro de 1997.

S/GBT/W/3, Note by the Chairman of the Negotiating Group on Basic Telecommunications on Market Access Limitations on Spectrum Availability, de 3 de fevereiro de 1997.

S/L/16, Decision on the Terms of Reference for the Committee on Specific Commitments - Adopted by the Council for Trade in Services on 22 November 1995, de 24 de novembro de 1995.

S/L/20, Fourth protocol to the General Agreement on Trade in Services, de 30 de abril de 1996.

S/L/70, Decision on Domestic Regulation - Adopted by the Council for Trade in Services on 26 April 1999, de 28 de abril de 1999.

S/L/79, Decision on Procedures for the Implementation of Article XXI of the General Agreement on Trade in Services (GATS) - Adopted by the Council for Trade in Services on 19 July 1999, de 20 de outubro de 1999.

S/L/84, Procedures for the Certification of Rectifications or Improvements to Schedules of Specific Commitments - Adopted by the Council for Trade in Services on 14 April 2000, de 18 de abril de 2000.

S/L/92, Guidelines for the Scheduling of Specific Commitments under the General Agreement On Trade in Services, de 23 de março de 2001.

S/L/93, Guidelines and Procedures for the Negotiations on Trade in Services, de 28 de março de 2001.

S/WPPS/4, Informal Note by the Chairman of the Working Party on Professional Services "Discussion of matters relating to Articles XVI and XVII of the GATS in connection with the disciplines on domestic regulation in the accountancy sector", de 10 de dezembro de 1998.

Technical Aspects of Requests and Offers, Summary of Presentation by the Secretariat, WTO Seminar on the GATS, de 20 de fevereiro de 2002.

TN/S/33, Elements Required for the Completion of the Services Negotiations, de 26 de maio de 2008.

Understanding on Commitments on Financial Services.

Understanding on Rules and Procedures Governing the Settlement of Disputes.

WT/AB/9, Appellate Body - Annual Report for 2007, January 2008, de 30 de Janeiro de 2008.

WT/COMTD/W/135, Special and Differential Treatment for Least-Developed Countries - Note by the Secretariat, de 5 de outubro de 2004.

WT/COMTD/W/77, Implementation of special and differential treatment provisions in WTO Agreements and Decisions - Note by the Secretariat, de 25 de outubro de 2000.

WT/COMTD/W/77/Corr.1, Implementation of special and differential treatment provisions in

WTO Agreements and Decisions - Note by the Secretariat. Corrigendum, de 6 de dezembro de 2000.

WT/DS/OV/27, Update of WTO Dispute Settlement Cases, de 9 de junho de 2006.

WT/DS139/AB/R, WT/DS142/AB/R, Report of the Appellate Body, Canada – Certain Measures Affecting the Automotive Industry, adotado em 19 de junho de 2000.

WT/DS139/R, WT/DS142/R, Report of the Panel, Canada – Certain Measures Affecting the Automotive Industry, adotado em 19 de junho de 2000, conforme modificado pelo Relatório do Órgão de Apelação (WT/DS139/AB/R).

WT/DS161/AB/R, WT/DS169/AB/R, Report of the Appellate Body, Korea – Measures Affecting Imports of Fresh, Chilled and Frozen Beef, adotado em 10 de janeiro de 2001.

WT/DS18/R, Australia - Measures Affecting Importation of Salmon - Report of the Panel, de 12 de junho de 1998

WT/DS18/R/Corr.1, Australia - Measures Affecting Importation of Salmon - Report of the Panel – Corrigendum, de 13 de julho de 1998

WT/DS18/AB/R, Australia - Measures Affecting Importation of Salmon - AB-1998-5 - Report of the Appellate Body, de 20 de outubro de 1998.

WT/DS2/AB/R, Report of the Appellate Body, United States – Standards for Reformulated and Conventional Gasoline, adotado em 20 de maio de 1996.

WT/DS26/R/USA, EC Measures Concerning Meat and Meat Products (Hormones) - Complaint by the United States - Report of the Panel, de 18 de agosto de 1997

WT/DS26/AB/R, EC Measures Concerning Meat and Meat Products (Hormones) - Ab-1997-4 - Report of the Appellate Body, de 16 de janeiro de 1998

WT/DS27/AB/R, Report of the Appellate Body, European Communities – Regime for the Importation, Sale and Distribution of Bananas, adotado em 25 de setembro de 1997.

WT/DS27/R/GTM, WT/DS27/HND, WT/DS27/R/ECU, WT/DS27/R/USA, WT/DS27/R/MEX, Reports of the Panel, European Communities – Regime for the Importation, Sale and Distribution of Bananas, adotados em 25 de setembro de 1997, conforme modificado pelo Relatório do Órgão de Apelação (WT/DS27/AB/R).

WT/DS27/RW/ECU, Report of the Panel, European Communities – Regime for the Importation, Sale and Distribution of Bananas – Recourse to Article 21.5 by Ecuador, adotado em 9 de maio de 1999.

WT/DS285/AB/R, United States - Measures Affecting the Cross-Border Supply of Gambling and Betting Services, AB-2005-1 - Report of the Appellate Body, adotado em 20 de abril de 2005.

WT/DS285/AB/R/Corr.1, United States - Measures Affecting the Cross-Border Supply of Gambling and Betting Services - AB-2005-1 - Report of the Appellate Body – Corrigendum, de 20 de agosto de 2007.

WT/DS285/ARB, United States - Measures Affecting the Cross-Border Supply of Gambling and Betting Services - Recourse to Arbitration by the United State under Article 22.6 of the DSU – Decision of the Arbitrator, de 21 de dezembro de 2007.

WT/DS285/R, United States - Measures Affecting the Cross-Border Supply of Gambling and Betting Services, AB-2005-1 - Report of the, adotado em 20 de abril de 2005, conforme modificado pelo Relatório do Órgão de Apelação (WT/DS285/AB/R).

WT/DS48/R/CAN, EC Measures Concerning Meat and Meat Products (Hormones) - Complaint by Canada - Report of the Panel, de 18 de agosto de 1997.

WT/DS48/AB/R, EC Measures Concerning Meat and Meat Products (Hormones) - Ab-1997-4 - Report of the Appellate Body, de 16 de janeiro de 1998.

WT/DS58/AB/R, Report of the Appellate Body, United States – Import Prohibition of Certain Shrimp and Shrimp Products, adotado em 6 de novembro de 1998.

WT/L/30, Finalization of Negotiations on schedules on goods and services: Decision adopted by the General Council on 31 January 1995, de 7 de fevereiro de 1995.

WT/L/579, Decision Adopted by the General Council on 1 August 2004, de 02 de agosto de 2004.

WT/MIN(01)/DEC/1, Doha Ministerial Declaration, de 21 de novembro de 2001.

WT/MIN(05)/DEC, Doha Work Programme – Ministerial Declaration, de 22 de dezembro de 2005.

C) DOCUMENTOS DO MERCOSUL

Disponíveis em: <<http://www.mercosul.int>> e <<http://www.sice.org/trade>>, acessados, pela última vez, em 12 de janeiro de 2009.

MERCOSUR/CMC/DEC. Nº 09/98, Protocolo De Montevideo Sobre el Comercio de Servicios del MERCOSUR - Anexos con Disposiciones Especificas Sectoriales y Listas de Compromisos Especificos Iniciales, de 23 de julho de 1998.

MERCOSUL/CMC/DEC. Nº 11/93, Protocolo de Colônia para a Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos no MERCOSUL (Intrazona), de 17 de janeiro de 1994.

MERCOSUR/CMC/DEC. Nº 11/94, Protocolo sobre Promoção e Proteção de Investimentos Provenientes de Estados Não Membros do MERCOSUL, de 5 de agosto de 1994.

MERCOSUR/CMC/DEC. Nº 13/97, Protocolo de Montevideu sobre o Comércio de Serviços do MERCOSUL, de 15 de dezembro de 1997.

Tratado para a Constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, de 26 de março de 1991.

D) OUTROS DOCUMENTOS INTERNACIONAIS

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, de 26 de maio de 1969. Disponível em: <<http://www.mre2.gov.br/dai/dtrat.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2007.

MÉXICO. Ley Federal de Telecomunicaciones. Disponível em: <www.cft.gob.mx/html/9_publica/leyes/Ley%20Federal%20de%20Telecomunicaciones.doc>. Acesso em: 10 dez. 2008.

IV - PÁGINAS NA INTERNET

Banco Mundial: <<http://www.worldbank.org>>.

Bridges Weekly Trade News: <<http://www.ictsd.org/weekly>>.

Canadian Services Coalition: <<http://www.canadianservicescoalition.com>>.

Center for International Development at Harvard University – Global Trade Negotiations:
<<http://www.cid.harvard.edu/cidtrade/>>.

Coalition of Services Industries Research and Education Foundation:
<<http://www.uscsi.org>>.

Comissão Européia – Comércio Internacional:
<http://europa.eu.int/comm/trade/index_en.htm>.

Confederation of Indian Industry: <<http://www.indianindustry.com>>.

Departamento de Defesa Comercial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e
Comércio Exterior: <<http://www.mdic.gov.br/comext/decom/decom.html>>.

Department of Commerce: <<http://www.commerce.gov>>.

Duke Law: <<http://www.law.duke.edu>>.

European Commission – External Trade: <http://ec.europa.eu/trade/index_en.htm>.

European Services Forum: <<http://www.esf.be>>.

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo: <<http://www.fiesp.com.br>>.

Georgetown University Law Center - Institute for International Economic Law:
<<http://www.law.georgetown.edu/iie/>>.

Global Services Network (GSN): <<http://globalservicesnetwork.com>>

Google – WTO News: <<http://news.google.com/news?q=wto&hl=en&lr=&sa=G>
<http://www.desenvolvimento.gov.br>>.

ICONE - Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais:
<http://www.iconebrasil.org.br/index_01.asp>.

Institute for International Economics: <<http://www.iie.com>>.

Instituto de Direito do Comércio Internacional e Desenvolvimento (IDCID):
<<http://www.idcid.org.br>>.

International Center for Trade and Sustainable Development (ICTSD):
<<http://www.ictsd.net>>.

International Trade Centre (UNCTAD/WTO) – Service Exporting Home Page –
<<http://www.intracen.org/serviceexport>>.

International Trade Commission – ITC: <<http://www.usitc.gov>>.

Ministério das Relações Exteriores: <<http://www.mre.gov.br>>.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior:
<<http://www.desenvolvimento.gov.br>>.

Missão do Brasil em Genebra:
<http://www.mre.gov.br/carta_genebra/cartadegenebra2.pdf>.

OCDE: <<http://www.oecd.org>>.

Office of the United States Trade Representative – USTR: <<http://www.ustr.gov>>.

OMC: <<http://www.wto.org>>.

SITrends (The Mark Twain Institute): <<http://www.sitrends.org>>.

South Centre: <<http://www.southcentre.org>>.

The John M. Olin Program in Law and Economics (The University of Chicago):
<http://www.law.uchicago.edu/Lawecon/index.html>

UNCTAD: <<http://www.unctad.org>>.

Wikipedia: <http://en.wikipedia.org/wiki/Category:International_trade>.

World Services Congress: <<http://www.congresomundialdeservicios.com>>.

World Trade Law: <<http://www.worldtradelaw.net>>.

ANEXO I

GATS, conforme publicado no Diário Oficial da União por meio do Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, que promulga a Ata Final que incorpora os resultados da Rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais do GATT

ACORDO GERAL SOBRE COMÉRCIO DE SERVIÇOS

Os Membros,

Reconhecendo a importância crescente do comércio de serviços para o crescimento e desenvolvimento da economia mundial;

Desejando estabelecer um quadro de princípios e regras para o comércio de serviços com vistas à expansão do mesmo sob condições de transparência e liberalização progressiva e como forma de promover o crescimento de todos os parceiros comerciais e o desenvolvimento dos países em desenvolvimento;

Desejando a rápida obtenção de níveis de liberalização progressivamente mais elevados no comércio de serviços mediante sucessivas rodadas de negociações multilaterais que objetivem a promoção do interesses de todos os participantes na base de vantagem mútua e lograr um equilíbrio geral dos direitos e obrigações e, ao mesmo tempo, respeitando os objetivos das políticas nacionais;

Reconhecendo o direito dos Membros de regulamentar e de introduzir novas regulamentações sobre serviços dentro de seus territórios para atingir os objetivos nacionais e, dadas as assimetrias existentes com respeito ao grau de desenvolvimento das regulamentações sobre serviços em diferentes países, a necessidade particular de os países em desenvolvimento exercerem tal direito;

Desejando facilitar a participação crescente dos países em desenvolvimento no comércio de serviços e a expansão de suas exportações de serviços, inclusive, *inter alia*, mediante o fortalecimento da capacidade nacional de seus serviços e sua eficiência e competitividade;

Levando em consideração particular a séria dificuldade dos países de menor desenvolvimento relativo em vista de sua situação econômica especial e de suas necessidades comerciais, financeiras e de desenvolvimento;

Acordam o seguinte:

PARTE I
ALCANCE E DEFINIÇÃO

Artigo I
Alcance e Definição

1 - Este Acordo se aplica às medidas adotadas pelos Membros que afetem o comércio de serviços.

2 - Para os propósitos deste Acordo, o comércio de serviços é definido como a prestação de um serviço:

- a) do território de um Membro ao território de qualquer outro Membro;
- b) no território de um Membro aos consumidores de serviços de qualquer outro Membro;
- c) pelo prestador de serviços de um Membro, por intermédio da presença comercial, no território de qualquer outro Membro;
- d) pelo prestador de serviços de um Membro, por intermédio da presença de pessoas naturais de um Membro no território de qualquer outro Membro.

3 - Para os propósitos deste Acordo:

- a) "Medidas adotadas pelos Membros" significa medidas adotadas por:
 - i) governos e autoridades centrais, regionais e locais; e
 - ii) órgãos não governamentais no exercício de poderes delegados por governos e autoridades centrais, regionais e locais.

No cumprimento de suas obrigações e compromissos sob este Acordo, cada Membro deve tomar medidas razoáveis que estejam a seu alcance para assegurar a observância dos mesmos pelos governos e autoridades regionais e locais e pelos órgãos não governamentais dentro de seu território.

- b) "Serviços" inclui qualquer serviço em qualquer setor exceto aqueles prestados no exercício da autoridade governamental.

c) Um serviço prestado no exercício da autoridade governamental significa qualquer serviço que não seja prestado em bases comerciais, nem em competição com um ou mais prestadores de serviços.

PARTE II

OBRIGAÇÕES E DISCIPLINAS GERAIS

Artigo II

Tratamento de Nação Mais Favorecida

1 - Com respeito a qualquer medida coberta por este Acordo, cada Membro deve conceder imediatamente e incondicionalmente aos serviços e prestadores de serviços de qualquer outro Membro, tratamento não menos favorável do que aquele concedido a serviços e prestadores de serviços similares de qualquer outro país.

2 - Um Membro poderá manter uma medida incompatível com o parágrafo 1º desde que a mesma esteja listada e satisfaça as condições do Anexo II sobre Isenções ao Artigo II.

3 - As disposições deste Acordo não devem ser interpretadas de forma a impedir que qualquer Membro conceda vantagens a países adjacentes destinadas a facilitar o intercâmbio de serviços produzidos e consumidos localmente em zonas de fronteira contígua.

Artigo III

Transparência

1 - Cada Membro deve publicar prontamente e, salvo em circunstâncias emergenciais, pelos menos até a data de entrada em vigor, todas as medidas relevantes de aplicação geral pertinentes ao presente Acordo ou que afetem sua operação. Acordos internacionais dos quais um Membro seja parte relativos ao comércio de serviços ou que afetem tal comércio também devem ser publicados.

2 - Quando a publicação referida no parágrafo 1º não for possível as informações devem ser tornadas públicas por outros meios.

3 - Cada Membro deve informar o Conselho para o Comércio de Serviços prontamente ou pelo menos uma vez por ano da introdução ou modificação de quaisquer novas legislações, regulamentações ou normas administrativas que afetem significativamente o comércio de serviços coberto por seus compromissos específicos assumidos sob este Acordo.

4 - Cada Membro deve responder prontamente a todos os pedidos de informação específica apresentados por qualquer outro Membro a respeito de medidas de aplicação geral ou acordos internacionais referidos no parágrafo 1º. Cada Membro também deve estabelecer pontos focais para fornecer, mediante solicitação, informações para qualquer outro Membro sobre tais matérias e igualmente sobre aquelas mencionadas no parágrafo 3º. Os pontos focais devem ser estabelecidos até dois anos após a entrada em vigor do Acordo Constitutivo da OMC. Para países em desenvolvimento individualmente, poderá ser acordada flexibilidade quanto ao período de estabelecimento de ditos pontos focais.

5 - Qualquer Membro pode notificar o Conselho para o Comércio de Serviços de qualquer medida adotada por qualquer outro Membro que considere afetar a operação deste Acordo.

Artigo III *bis*

Revelação de Informação Comercial

Nada no presente Acordo exige que qualquer Membro forneça informações confidenciais, cuja revelação possa dificultar o cumprimento da lei, ser contrária ao interesse público ou que possa prejudicar interesses comerciais legítimos de empresas específicas, públicas ou privadas.

Artigo IV

Participação Crescente dos Países em Desenvolvimento

1 - A participação crescente dos países em desenvolvimento no comércio mundial será facilitada mediante compromissos específicos negociados pelos diferentes Membros em conformidade com as Partes III e IV deste Acordo relativos a:

- a) o fortalecimento de sua capacidade nacional em matéria de serviços e de sua eficiência e competitividade mediante, entre outras coisas, o acesso à tecnologia em bases comerciais;
- b) a melhora de seu acesso aos canais de distribuição e às redes de informação; e
- c) a liberalização do acesso aos mercados nos setores e modos de prestação de interesse de suas exportações.

2 - Os Membros que sejam países desenvolvidos, e na medida do possível os demais Membros, estabelecerão pontos de contato em um prazo de dois anos a partir da entrada em vigor do Acordo Constitutivo da OMC, para facilitar aos prestadores de serviços dos países em desenvolvimento a obtenção de informação referente a seus respectivos mercados, em relação a:

- b) o registro, reconhecimento e obtenção de títulos de qualificação profissional;
- c) a possibilidade de obter tecnologia em matéria de serviços.

3 - Ao aplicarem-se os parágrafos 1º e 2º será dada prioridade aos países de menor desenvolvimento relativo. Ter-se-á particularmente em conta a grande dificuldade daqueles países em aceitar compromissos negociados específicos em vista de sua especial situação econômica e de suas necessidades em matéria de desenvolvimento, comércio e finanças.

Artigo V

Integração Econômica

1 - O presente Acordo não impedirá nenhum de seus Membros de ser parte ou de celebrar um acordo que liberalize o comércio de serviços entre as partes do mesmo, à condição que tal acordo:

a) tenha uma cobertura setorial substancial³⁸⁴; e
b) estabeleça a ausência ou eliminação, no essencial, de toda discriminação entre as partes no sentido do Artigo XVII nos setores compreendidos pela alínea "a" por meio:

i) da eliminação das medidas discriminatórias existentes; e/ou

ii) da proibição de medidas discriminatórias novas ou que aumentem a discriminação, seja na data de entrada em vigor daquele acordo ou sob a base de um período de tempo razoável, exceto para as medidas permitidas em virtude dos artigos XI, XII, XIV e XIV bis.

2 - Ao se determinar se são cumpridas as condições estabelecidas pela alínea "b" do parágrafo 1º, poder-se-á levar em consideração as relações de dito acordo com um processo mais amplo de integração econômica ou liberalização do comércio entre os países de que se trate.

3.a) Nos casos em que países em desenvolvimento sejam partes de um acordo do tipo referido no parágrafo 1º, será prevista flexibilidade relativa às condições estabelecidas pelo parágrafo 1º, em particular pela alínea "b", em consonância com o nível de desenvolvimento dos países envolvidos, tanto em geral, quanto em setores e subsetores individuais.

b) Não obstante o disposto no parágrafo 6º, no caso de um acordo a que se refere o parágrafo 1º de que participem unicamente países em desenvolvimento poder-se-á conceder tratamento mais favorável às pessoas jurídicas que sejam propriedade ou que estejam sob o controle de pessoas físicas das partes de dito acordo.

4 - Todo acordo do tipo a que se refere o parágrafo 1º estará destinado a facilitar o comércio entre as partes e não elevará, com respeito a nenhum outro Membro alheio ao acordo, o nível global de barreiras ao comércio de serviços nos respectivos setores e subsetores relativamente ao nível aplicável antes do acordo.

5 - Se, por ocasião da conclusão, ampliação ou qualquer modificação importante de qualquer acordo pertinente ao parágrafo 1º, um Membro tencione retirar ou modificar um

³⁸⁴ Entende-se esta condição em termos de número de setores, volume de comércio afetado e modos de prestação. Para satisfazer esta condição tais acordos não devem prever a exclusão "a priori" de nenhum modo de prestação.

compromisso específico de maneira incompatível com os termos e condições enunciados em sua lista, deverá notificar tal modificação ou retirada com um mínimo de 90 dias de antecedência, e será aplicável aos procedimentos nos parágrafos 2º a 4º do Artigo XXI.

6 - Os provedores de serviços de qualquer outro Membro que sejam pessoas jurídicas constituídas sob a legislação de uma parte em um acordo do tipo a que se refere o parágrafo 1º terão direito ao tratamento concedido em virtude de tal acordo, à condição de que realizem operações comerciais substantivas no território das partes naquele acordo.

7.a) Os Membros que sejam partes em um acordo do tipo a que se refere o parágrafo 1º deverão notificar prontamente o Conselho para o Comércio de Serviços sobre aquele acordo e toda ampliação importante do mesmo. Também devem colocar à disposição do Conselho informações relevantes que este venha a solicitar. O Conselho poderá estabelecer um grupo de trabalho para examinar dito acordo ou ampliação ou modificação do mesmo e reportar ao Conselho quanto a sua compatibilidade com o presente artigo.b) Os Membros que sejam partes em qualquer acordo a que se refere o parágrafo 1º, que seja implementado na base de um período de tempo determinado, deverão reportar periodicamente ao Conselho para o Comércio de Serviços sobre sua implementação. O Conselho poderá estabelecer um grupo de trabalho para examinar os relatórios se julgar necessário.

c) Com base nos relatórios dos grupos de trabalho a que se referem as alíneas "a" e "b" do presente parágrafo, o Conselho poderá fazer recomendações às partes caso julgue apropriado.

8 - Um Membro que seja parte em um acordo a que se refere o parágrafo 1º não poderá pedir compensação pelos benefícios que possam resultar de tal acordo para qualquer outro Membro.

Artigo V *bis*

Acordos de Integração dos Mercados de Trabalho

O presente Acordo não impedirá nenhum de seus Membros de ser parte em um acordo que estabeleça a plena integração³⁸⁵ dos mercados de trabalho entre as partes do mesmo, a condição que tal acordo:

- a) exima os cidadãos das partes no acordo dos requisitos em matéria de permissão de residência e de trabalho;
- b) seja notificado ao Conselho para o Comércio de Serviços.

Artigo VI

Legislação Nacional

1 - Nos setores em que compromissos específicos sejam assumidos cada Membro velará para que todas as medidas de aplicação geral que afetem o comércio de serviços sejam administradas de maneira razoável, objetiva e imparcial.

2.a) Cada Membro manterá ou instituirá tão logo seja factível tribunais judiciais, arbitrais ou administrativos ou procedimentos que permitam, após solicitação de um prestador de serviços afetado, a pronta revisão das decisões administrativas que afetem o comércio de serviços e, quando for justificado, a aplicação de recursos apropriados. Quando tais procedimentos não sejam independentes do órgão encarregado da decisão administrativa, o Membro velará para que o recurso seja objetivo e imparcial.

b) As disposições da alínea "a" não devem ser interpretadas no sentido de obrigar qualquer Membro a instituir tais tribunais ou procedimentos quando isto for incompatível com sua estrutura constitucional ou com seu sistema jurídico.

3 - Quando for exigida autorização para a prestação de um serviço sobre o qual haja sido assumido um compromisso específico, as autoridades competentes do Membro de que se trate deverão, dentro de um período de tempo razoável após a submissão de uma inscrição, que se considere completa segundo as leis e regulamentos nacionais pertinentes, informar o

³⁸⁵ Em geral, uma tal integração confere aos cidadãos das partes no acordo o direito de livre acesso aos mercados de emprego das partes e inclui medidas concernentes às condições de salário, outras condições de emprego e benefícios sociais.

pretendente da decisão concernente à inscrição. Após solicitação do pretendente, as autoridades competentes fornecerão, sem demora indevida, informação sobre a situação da inscrição.

4 - Com o objetivo de assegurar que medidas relativas a requisitos e procedimentos em matéria de qualificação, de normas técnicas e requisitos em matéria de licenças não constituam obstáculos desnecessários ao comércio de serviços, o Conselho para o Comércio de Serviços, por meio dos órgãos apropriados que venha a instituir, estabelecerá as disciplinas necessárias. Tais disciplinas objetivarão assegurar que tais requisitos, "inter alia":

- a) sejam baseados em critérios objetivos e transparentes, tais como a competência e a habilidade para prestar o serviço;
- b) não sejam mais gravosas que o necessário para assegurar a qualidade do serviço;
- c) no caso dos procedimentos em matéria de licença, não constituam em si mesmos uma restrição para a prestação do serviço.

5.a) Nos setores nos quais um Membro tenha assumido compromissos específicos, até a entrada em vigor das disciplinas que se elaborem para estes setores em virtude do parágrafo 4º, dito Membro não aplicará requisitos em matéria de licenças e qualificações nem normas técnicas que anulem ou prejudiquem "nullify or impair" os compromissos específicos de modo que:

i) não sejam conformes com os critérios descritos nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo 4º; e

ii) não poderiam haver sido razoavelmente esperados da parte deste Membro no momento em que assumiu os compromissos específicos naqueles setores.

b) Ao se determinar se um Membro cumpre a obrigação prevista na alínea "a" do presente parágrafo, serão levados em conta normas internacionais das organizações internacionais competentes³⁸⁶ aplicadas por aquele Membro.

6 - Nos setores em que sejam assumidos compromissos concernentes a serviços profissionais, cada Membro estabelecerá procedimentos adequados para verificar a competência dos profissionais de qualquer outro Membro.

³⁸⁶ Por "organizações internacionais competentes" entendem-se os organismos internacionais de que possam ser Membros os órgãos competentes de, pelo menos, todos os Membros da OMC.

Artigo VII

Reconhecimento

1 - Para efeito do cumprimento, no todo ou em parte, de suas normas e critérios para a autorização, licença ou certificação de prestadores de serviços, e sujeito às disposições do parágrafo 3º, um Membro poderá reconhecer a educação ou experiência adquirida, os requisitos cumpridos ou as licenças ou certificados outorgados em um determinado país. Este reconhecimento poderá efetuar-se mediante a harmonização ou de outro modo, poderá basear-se em acordo ou convênio com o país em questão ou poderá ser outorgado de forma autônoma.

2 - Todo Membro que seja parte em um acordo ou convênio do tipo a que se refere o parágrafo 1º, atual ou futuro, concederá oportunidades adequadas aos demais Membros interessados para que negociem sua adesão a tal acordo ou convênio ou para que se negociem com aqueles outros comparáveis. Quando um Membro outorgar o reconhecimento de forma autônoma, concederá aos demais Membros oportunidade adequada para que demonstrem que a educação, a experiência, as licenças ou os certificados obtidos em seu território devem ser objeto de reconhecimento.

3 - Nenhum Membro outorgará o reconhecimento de maneira que constitua um meio de discriminação entre países na aplicação de suas normas e critérios para a autorização, certificação ou concessão de licenças aos provedores de serviços, ou uma restrição encoberta ao comércio de serviços.

4 - Cada Membro:

- a) em um prazo de 12 meses a partir da data em que o Acordo Constitutivo da OMC tenha efeito para si, informará o Conselho para o Comércio de Serviços das medidas que tenha em vigor em matéria de reconhecimento e indicará se tais medidas se baseiam em acordos ou convênios do tipo a que se refere o parágrafo 1º;
- b) informará prontamente o Conselho para o Comércio de Serviços tão antecipadamente quanto possível do início de negociações sobre um acordo ou convênio a que se refere o parágrafo 1º;

c) informará prontamente o Conselho para o Comércio de Serviços quando adotar novas medidas em matéria de reconhecimento ou modificar sensivelmente as existentes e indicará se as medidas se baseiam em um acordo a que se refere o parágrafo 1º.

5 - Sempre que for apropriado, o reconhecimento deveria ser baseado em critérios acordados multilateralmente. Nos casos em que for apropriado, os Membros trabalharão em colaboração com organizações intergovernamentais e não governamentais competentes com vistas ao estabelecimento e adoção de normas e critérios internacionais comuns em matéria de reconhecimento e de normas internacionais comuns para o exercício das atividades e profissões pertinentes em matéria de serviços.

Artigo VIII

Monopólios e Prestadores Exclusivos de Serviços

1 - Cada Membro velará para que todo prestador de um serviço que goze de monopólio em seu território não atue, ao prestar o serviço no mercado respectivo, de maneira incompatível com as obrigações previstas no Artigo II e em seus compromissos específicos.

2 - Quando um prestador monopolista de um Membro competir, seja diretamente seja por intermédio de uma companhia afiliada, na prestação de um serviço fora do alcance de seu direito de monopólio e que esteja sujeito a compromissos específicos assumidos por dito Membro, este velará para que tal prestador não abuse de sua posição de monopólio de maneira incompatível com aqueles compromissos.

3 - Após solicitação de um Membro que tenha motivos para crer que um prestador monopolista de um serviço esteja atuando de maneira incompatível com os parágrafos 1º e 2º, o Conselho para o Comércio de Serviços poderá pedir ao Membro que o tenha estabelecido, que o mantenha ou o tenha autorizado, que forneça informações específicas relativas às operações de que se trate.

4 - Caso, após a entrada em vigor do Acordo Constitutivo da OMC, um Membro outorgue direitos de monopólio em relação a um serviço contido em seus compromissos específicos,

dito Membro notificará o Conselho para o Comércio de Serviços com antecedência mínima de três meses em relação à data prevista para a implementação da concessão dos direitos de monopólio, e as disposições dos parágrafos 2º, 3º e 4º do Artigo XXI serão aplicáveis.

5 - As disposições do presente Artigo se aplicarão também nos casos de prestadores exclusivos de serviços, em que um Membro, de fato ou de direito:

- a) autorize ou estabeleça um pequeno grupo de prestadores de serviços; e
- b) dificulte substancialmente a competição entre aqueles prestadores em seu território.

Artigo IX

Práticas Comerciais

1 - Os Membros reconhecem que certas práticas dos prestadores de serviços, além daquelas compreendidas pelo Artigo VIII, podem limitar a competição e, portanto, restringir o comércio de serviços.

2 - Cada Membro, após solicitação de outro Membro, manterá consultas com vistas à eliminação das práticas referidas no parágrafo 1º. O Membro a que se dirija a solicitação examiná-la-á cabalmente e com compreensão e cooperará mediante o fornecimento de informação não confidencial que seja publicamente disponível e guarde relação com o assunto de que se trate. Dito Membro fornecerá ao Membro solicitante também outras informações de que disponha, sujeita a sua legislação nacional e à conclusão de um acordo satisfatório com o Membro solicitante quanto à salvaguarda de sua confidencialidade.

Artigo X

Medidas Emergenciais de Salvaguardas

1 - Haverá negociações multilaterais sobre a questão das medidas emergenciais de salvaguardas com base no princípio da não discriminação. Os resultados das negociações terão efeito em uma data não posterior a três anos a partir da entrada em vigor do Acordo Constitutivo da OMC.

2 - Durante o período anterior à entrada em vigor dos resultados das negociações a que se refere o parágrafo 1º, qualquer Membro poderá, não obstante as disposições do parágrafo 1º do Artigo XXI, notificar o Conselho para o Comércio de Serviços de sua intenção de modificar ou retiraram compromisso específico após um período de um ano posterior à data de entrada em vigor do compromisso; à condição que o Membro (ilegível) o Conselho razões que justifique que dita modificação ou retirada não pode esperar o lapso de três anos previsto no parágrafo 1º do Artigo XXI.

3 - As disposições do parágrafo 2º deixarão de aplicar-se transcorridos três anos a partir da data de entrada em vigor do Acordo Constitutivo da OMC.

Artigo XI

Pagamentos e Transferências

1 - Exceto nas circunstâncias previstas no Artigo XII, nenhum Membro aplicará restrições a pagamentos e transferências internacionais para transações correntes referentes a seus compromissos específicos.

2 - Nenhuma disposição do presente Acordo afetará os direitos e obrigações dos Membros do Fundo Monetário Internacional contidas no Estatuto do Fundo, inclusive a utilização de medidas cambiais que estejam em conformidade com dito Estatuto, à condição que nenhum Membro imponha restrições às transações de capital de maneira incompatível com os compromissos contraídos pelo mesmo com respeito a essas transações, exceto ao amparo do Artigo XII ou por solicitação do Fundo.

Artigo XII

Restrições para Proteger o Balanço de Pagamentos

1 - Em caso de existência ou ameaça de sérias dificuldades financeiras externas ou de balanço de pagamentos, um Membro poderá adotar ou manter restrições sobre o comércio de serviços em relação ao qual tenha assumido compromissos específicos, inclusive sobre pagamentos ou transferências para transações relacionadas com tais compromissos. É reconhecido que determinadas pressões sobre o balanço de pagamentos de um Membro em

processo de desenvolvimento econômico ou de transição econômica podem tornar necessária a utilização de restrições para lograr, entre outras coisas, a manutenção de um nível de reservas financeiras suficiente para a implementação de seu programa de desenvolvimento econômico ou de transição econômica.

2 - As restrições a que se refere o parágrafo 1º:

- a) não discriminarão entre os Membros;
- b) serão compatíveis com o Estatuto do Fundo Monetário Internacional;
- c) evitarão lesar desnecessariamente interesses comerciais, econômicos e financeiros de outros Membros;
- d) não excederão aquelas necessárias para fazer frente às circunstâncias mencionadas no parágrafo 1º; e
- e) serão temporárias e eliminadas progressivamente à medida que melhore a situação indicada no parágrafo 1º.

3 - Ao determinar a incidência de tais restrições, os Membros poderão dar prioridade aos serviços que sejam mais necessários a seus programas econômicos ou de desenvolvimento. Contudo, tais restrições não serão adotadas ou mantidas com o propósito de proteger um setor de serviços determinado.

4 - Toda restrição adotada ou mantida ao amparo do parágrafo 1º do presente Artigo, ou modificações nelas introduzidas, serão prontamente notificadas ao Conselho Geral.

5.a) Os Membros que apliquem as disposições do presente Artigo deverão consultar prontamente com o Comitê sobre Restrições ao Balanço de Pagamentos.

b) A Conferência Ministerial estabelecerá procedimentos³⁸⁷ para a realização de consultas periódicas com o objetivo de permitir que as recomendações que julgar necessárias sejam feitas ao Membro interessado. c) As consultas avaliarão a situação do balanço de pagamentos do Membro interessado e as restrições adotadas ou mantidas ao amparo do presente Artigo, levando em consideração, entre outras coisas fatores tais como:

- i) a natureza e extensão das dificuldades financeiras exteriores e do balanço de pagamentos;
- ii) o contexto exterior, econômico e comercial, do Membro objeto da consulta;

³⁸⁷ Fica entendido que os procedimentos previstos no parágrafo 5º serão os mesmos do GATT 1994.

iii) medidas corretivas alternativas às quais se poderiam recorrer.

d) As consultas examinarão a conformidade das restrições com o parágrafo 2º, em particular no que se refere à eliminação progressiva das mesmas, de acordo com o disposto na alínea "e" de dito parágrafo.

e) Em tais consultas, todas as verificações de fato, de ordem estatística ou outra, apresentadas pelo Fundo Monetário Internacional relacionadas com questões de câmbio, reservas monetárias e de balanço de pagamentos deverão ser aceitas e as conclusões fundamentar-se-ão na avaliação pelo Fundo das situações econômicas externas e do balanço de pagamentos do Membro sob consultas.

6 - Se um Membro que não seja Membro do Fundo Monetário Internacional desejar aplicar as disposições do presente Artigo, a Conferência Ministerial estabelecerá procedimentos de revisão ou quaisquer outros que sejam necessários.

Artigo XIII

Compras Governamentais

1 - Os Artigos II, XVI e XVII não se aplicarão às leis, regulamentos e prescrições que rejam as contratações de serviços por órgãos governamentais para fins de uso oficial que não sejam destinados à revenda comercial ou que possam ser utilizados para a prestação de serviços destinados à venda comercial.

2 - Haverá negociações multilaterais sobre compras governamentais no âmbito do presente Acordo em um prazo de dois anos após a entrada em vigor do Acordo Constitutivo da OMC.

Artigo XIV

Exceções Gerais

1 - Sob reserva de que as medidas abaixo enumeradas não sejam aplicadas de forma que constituam um meio de discriminação arbitrário ou injustificável entre países em que prevaleçam condições similares ou uma restrição encoberta ao comércio de serviços,

nenhuma disposição do presente Acordo será interpretada no sentido de impedir que um Membro adote ou aplique medidas:

- a) necessárias para proteger a moral ou manter a ordem pública³⁸⁸;
- b) necessárias para proteger a vida e a saúde das pessoas e dos animais ou para a preservação dos vegetais;
- c) necessárias para assegurar a observância das leis e regulamentos que não sejam incompatíveis com as disposições do presente Acordo, inclusive aquelas com relação a:

- i) prevenção de práticas dolosas ou fraudulentas ou aos meios de lidar com efeitos do não-cumprimento dos contratos de serviços;

- ii) proteção da privacidade dos indivíduos em relação ao processamento e à disseminação de dados pessoais e a proteção da confidencialidade dos registros e contas individuais;

- iii) segurança.

- d) incompatíveis com o Artigo XVII, sempre que a diferença de tratamento tenha por objetivo assegurar a imposição ou coleta equitativa ou efetiva³⁸⁹ de impostos diretos³⁹⁰ em relação a serviços ou prestadores de serviços de outros Membros;

³⁸⁸ A exceção relativa à ordem pública somente poderá ser invocada se houver ameaça verdadeira e suficientemente grave para um dos interesses fundamentais da sociedade.

³⁸⁹ Medidas que têm por objetivo assegurar a imposição ou coleta equitativa ou efetiva de impostos diretos incluem medidas adotadas por um Membro ao amparo de seu regime fiscal que:

- se aplicam a prestadores de serviços não residentes em reconhecimento ao fato de que a obrigação fiscal dos não residentes é determinada com respeito aos itens tributáveis cuja fonte ou localização se faça no território do Membro; ou

- se aplicam a não residentes a fim de assegurar a imposição ou coleta de tributos no território do Membro; ou

- se aplicam a residentes ou não-residentes a fim de impedir a evasão ou a fraude fiscal, incluindo-se medidas de execução; ou

- se aplicam aos consumidores de serviços prestados dentro ou a partir do território de outro Membro a fim de assegurar a imposição ou coleta de tributo de tais consumidores derivados de fontes situadas no território do Membro; ou

- estabeleçam distinção entre prestadores de serviços sujeitos a impostos sobre itens tributáveis em nível mundial de outros prestadores de serviços, em reconhecimento à diferença existente entre os mesmos quanto à natureza da base impositiva; ou

- determinem, atribuam ou repartam rendas, lucros, ganhos, perdas, deduções ou crédito de pessoas residentes ou sucursais, ou entre pessoas vinculadas ou sucursais de uma mesma pessoa, a fim de salvaguardar a base impositiva do Membro.

Os termos e conceitos fiscais que figuram na alínea "d" do art.14 na presente nota de rodapé de página são determinados segundo as definições e conceitos fiscais, ou as definições e conceitos equivalentes ou similares, contidas na legislação nacional do Membro que adote a medida.

³⁹⁰ Para efeitos do presente Acordo, "impostos diretos" abarca todos os Impostos sobre a Renda total, o capital total, ou sobre elementos da renda ou do capital, inclusive tributos sobre ganhos derivados da alienação de bens, tributos sobre sucessão, herança e doação e os tributos sobre as quantidades totais de salários pagos pelas empresas, assim como os tributos sobre a apreciação de capital.

e) incompatíveis com o Artigo II, sempre que a diferença de tratamento resulte de um acordo destinado a evitar a dupla tributação ou de disposições destinadas a evitar a dupla tributação contidas em qualquer outro acordo ou convênio internacional pelo qual o Membro esteja vinculado.

Artigo XIV *bis*

Exceções Relativas a Segurança

1 - Nenhuma disposição do presente Acordo será interpretada no sentido de:

a) impor a um Membro a obrigação de fornecer informações cuja divulgação este considere ser contrária a seus interesses essenciais de segurança; ou

b) impedir qualquer Membro de adotar medidas que este considere necessárias à proteção de seus interesses essenciais de segurança:

i) relativas à prestação de serviços destinados direta ou indiretamente ao abastecimento das forças armadas;

ii) relativas a materiais físeis ou fúseis ou materiais que sirvam à fabricação dos mesmos;

iii) aplicadas em tempo de guerra ou em caso de grave tensão internacional; ou

c) impedir qualquer Membro de adotar medidas em cumprimento às obrigações contraídas em virtude da Carta das Nações Unidas para a manutenção da paz e segurança internacionais.

2 - O Conselho para o Comércio de Serviços será informado, sempre que possível, de medidas tomadas em virtude das alíneas "b" e "c" do parágrafo 1º e de sua eliminação.

Artigo XV

Subsídios

1 - Os Membros reconhecem que, em determinadas circunstâncias, os subsídios podem ter efeitos de distorção do comércio de serviços. Os Membros manterão negociações com vistas à elaboração de disciplinas multilaterais necessárias para evitar estes efeitos de

distorção³⁹¹. As negociações examinarão também a procedência das medidas compensatórias. Em tais negociações será reconhecida a função dos subsídios nos programas de desenvolvimento dos países em desenvolvimento e tomadas em conta a necessidade de flexibilidade que os Membros, em particular os Membros em desenvolvimento, tenham nesta área. Para fins de tais negociações, os Membros intercambiarão informações sobre todos os subsídios relacionados ao comércio de serviços que outorguem aos prestadores de serviços nacionais.

2 - Todo Membro que se considere desfavoravelmente afetado por um subsídio de outro Membro poderá solicitar consultas a respeito com o outro Membro. Tais solicitações deverão ser examinadas com compreensão.

PARTE III COMPROMISSOS ESPECÍFICOS

Artigo XVI Acesso a Mercados

1 - No que respeita ao acesso aos mercados segundo os modos de prestação identificados no Artigo I, cada Membro outorgará aos prestadores de serviços e aos serviços dos demais Membros um tratamento não menos favorável que o previsto sob os termos, limitações e condições acordadas e especificadas em sua lista³⁹².

2 - Nos setores em que compromissos de acesso a mercados são assumidos, as medidas que um Membro não manterá ou adotará seja no âmbito de uma subdivisão regional ou da totalidade de seu território, a menos que sua lista especifique o contrário, são definidas como se segue:

³⁹¹ Um programa de trabalho futuro determinará de que maneira e dentro de que prazos as negociações sobre as disciplinas multilaterais serão mantidas.

³⁹² Se um Membro assume um compromisso de acesso a mercados em relação à prestação de um serviço segundo o modo de prestação referido no parágrafo 2.a do Artigo I e se o movimento transfronteira de capitais constitui parte essencial do próprio serviço, dito Membro se compromete ao mesmo tempo a permitir este movimento de capitais. Se um Membro assume um compromisso de acesso a mercados em relação à prestação de um serviço segundo o modo de prestação referido no parágrafo 2.c do Artigo I, se compromete ao mesmo tempo a permitir transferências conexas de capitais para o seu território.

- a) limitações sobre o número de prestadores de serviços, seja na forma de contingentes numéricos, monopólios ou prestadores de serviços exclusivos ou mediante a exigência de prova de necessidade econômica;
- b) limitações sobre o valor total dos ativos ou das transações de serviços ou mediante a exigência de prova de necessidade econômica;
- c) limitações sobre o número total de operações de serviços ou da quantidade total de serviços produzidos, expressas em unidades numéricas designadas, em forma de contingentes ou mediante a exigência de prova de necessidade econômica³⁹³;
- d) limitações sobre o número total de pessoas físicas que possam ser empregadas em um determinado setor de serviços ou que um prestador de serviços possa empregar e que sejam necessárias à prestação de um serviço específico e estejam diretamente relacionadas com o mesmo, em forma de contingentes numéricos ou mediante a exigência de prova de necessidade econômica;
- e) medidas que exijam ou restrinjam tipos específicos de pessoa jurídica ou de empreendimento conjunto ("joint venture") por meio dos quais um prestador de serviços possa prestar um serviço; e
- f) limitações sobre a participação do capital estrangeiro expressas como limite percentual máximo de detenção de ações por estrangeiros ou relativas ao valor total, individual ou agregado, de investimentos estrangeiros.

Artigo XVII

Tratamento Nacional

1 - Nos setores inscritos em sua lista, e salvo condições e qualificações ali indicadas, cada Membro outorgará aos serviços e prestadores de serviços de qualquer outro Membro, com respeito a todas as medidas que afetem a prestação de serviços, um tratamento não menos favorável do que aquele que dispensa a seus próprios serviços similares e prestadores de serviços similares³⁹⁴.

³⁹³ A alínea "c" do parágrafo 2º não cobre as medidas de um Membro que limitem os insumos destinados à prestação de serviços.

³⁹⁴ Os compromissos específicos assumidos sob o presente Artigo não serão interpretados no sentido de exigir de qualquer Membro compensação por desvantagens competitivas intrínsecas que resultem do caráter estrangeiro dos serviços ou prestadores de serviços pertinentes.

2 - Um Membro poderá satisfazer o disposto no parágrafo 1º outorgando aos serviços e prestadores de serviços dos demais Membros um tratamento formalmente idêntico ou formalmente diferente do que dispense a seus próprios serviços similares e prestadores de serviços similares.

3 - Um tratamento formalmente idêntico ou formalmente diferente será considerado menos favorável se modificar as condições de competição em favor dos serviços ou prestadores de serviços do Membro em comparação com serviços similares ou prestadores de serviços similares de qualquer outro Membro.

Artigo XVIII

Compromissos Adicionais

1 - Os Membros poderão negociar compromissos com respeito a medidas que afetem o comércio de serviços não sujeitas à listagem sob os Artigos XVI e XVII, inclusive aquelas relativas a qualificações, normas técnicas e questões relativas a licenças. Tais compromissos serão inscritos na lista dos Membros.

PARTE IV

LIBERAÇÃO PROGRESSIVA

Artigo XIX

Negociação de Compromissos Específicos

1 - No cumprimento dos objetivos do presente Acordo, os Membros manterão sucessivas rodadas de negociações, a primeira das quais até cinco anos após a entrada em vigor do Acordo Constitutivo da OMC, e periodicamente depois, com vistas a chegar a níveis progressivamente mais altos de liberalização. Tais negociações serão voltadas à redução ou à eliminação dos efeitos desfavoráveis das medidas sobre o comércio de serviços, como forma de assegurar o acesso efetivo aos mercados. Este processo terá por fim promover os interesses de todos os participantes, sobre a base de vantagens mútuas, e levar a um equilíbrio global de direitos e obrigações.

2 - O processo de liberalização respeitará devidamente os objetivos de políticas nacionais e o nível de desenvolvimento dos distintos Membros, tanto em geral, quanto nos diferentes setores. Haverá flexibilidade apropriada para que os diferentes países em desenvolvimento abram menos setores, liberalizem menos tipos de transações, aumentem progressivamente o acesso a seus mercados em função de sua situação em matéria de desenvolvimento e, quando concedam acesso a seus mercados a prestadores de serviços estrangeiros, imponham condições destinadas à consecução dos objetivos referidos no Artigo IV.

3 - Para cada rodada serão estabelecidas diretrizes e procedimentos para as negociações. Para fins de estabelecer tais diretrizes, o Conselho para o Comércio de Serviços efetuará uma avaliação do comércio de serviços globalmente e em bases setoriais com respeito aos objetivos do Acordo, inclusive aqueles estabelecidos no parágrafo 1º do Artigo IV. As diretrizes de negociação estabelecerão modalidades de tratamento da liberalização realizada pelos Membros autonomamente desde as negociações anteriores, bem como para o tratamento especial para os países de menor desenvolvimento relativo sob as disposições do parágrafo 3º do Artigo IV.

4 - O processo de liberalização progressiva será encaminhado em cada rodada por meio de negociações bilaterais, plurilaterais ou multilaterais orientadas para o aumento do nível de compromissos específicos assumidos pelos Membros sob o presente Acordo.

Artigo XX

Listas de Compromissos Específicos

1 - Cada Membro indicará em uma lista os compromissos específicos assumidos em conformidade com a Parte III do presente Acordo. Com respeito a setores em que tais compromissos são assumidos, cada lista especificará:

- a) os termos, limitações e condições relativas ao acesso a mercados;
- b) as condições e qualificações relativas ao tratamento nacional;
- c) as obrigações relativas aos compromissos adicionais;
- d) a data da entrada em vigor de tais compromissos.

2 - As medidas que sejam incompatíveis ao mesmo tempo com o Artigo XVI com o Artigo XVII devem ser listadas na coluna relativa ao Artigo XVI. Neste caso, a inscrição será considerada como uma condição ou qualificação também ao Artigo XVII.

3 - As listas de compromissos específicos serão anexadas ao presente Acordo e formarão parte integrante do mesmo.

Artigo XXI

Modificação das Listas

1.a) Um Membro (denominado no presente Artigo "Membro que pretende a modificação") poderá modificar ou retirar em qualquer momento qualquer compromisso de sua lista após transcorridos três anos a partir da data de entrada em vigor daquele compromisso, em conformidade com as disposições do presente Artigo.

b) O Membro que pretende a modificação notificará sua intenção ao Conselho para o Comércio de Serviços com antecedência mínima de três meses antes da data de implementação da modificação ou retirada.

2.a) Por solicitação de qualquer Membro cujos benefícios sob o presente Acordo possam ser afetados (a seguir denominado "Membro afetado") pela proposta de modificação ou retirada notificada segundo o parágrafo 1.b, o Membro que pretende a modificação entrará em negociações com vistas a chegar a um acordo sobre qualquer ajuste compensatório que seja necessário. Em tais negociações e acordo, os Membros interessados procurarão manter um nível geral de compromissos mutuamente vantajoso não menos favorável ao comércio do que o previsto nas listas de compromissos específicos antes dessas negociações.

b) Os ajustes compensatórios serão feitos sob a base da nação mais favorecida.

3.a) Se não houver acordo entre o Membro que pretende a modificação e qualquer outro Membro afetado antes do final do período previsto para as negociações, o Membro afetado poderá submeter o assunto a arbitragem. Todo Membro afetado que deseje fazer valer o direito que possa ter a compensação deverá participar da arbitragem.

b) Se nenhum Membro afetado houver solicitado arbitragem, o Membro que pretende a modificação estará livre para implementar a modificação ou retirada pretendida.

4.a) O Membro que pretende a modificação não modificará ou retirará seus compromissos até que haja efetivado ajustes compensatórios em conformidade com as conclusões da arbitragem.

b) Se o Membro que pretende a modificação implementar a modificação ou retirada proposta sem respeitar as conclusões da arbitragem, qualquer Membro afetado que tenha participado do processo arbitral poderá modificar ou retirar benefícios substancialmente equivalentes em conformidade com aquelas conclusões. Não obstante o Artigo II, tal modificação ou retirada poderá efetuar-se somente em relação ao Membro que pretende a modificação.

5 - O Conselho para o Comércio de Serviços estabelecerá procedimentos para retificação ou modificação das listas de compromissos. Todo Membro que haja modificado ou retirado compromissos listados ao amparo do presente Artigo deverá modificar sua lista em conformidade com tais procedimentos.

PARTE V

DISPOSIÇÕES INSTITUCIONAIS

Artigo XXII

Consultas

1 - Todo Membro examinará com compreensão as gestões que venham a ser feitas por outro Membro com respeito a qualquer questão que afete a operação do presente Acordo e oferecerá oportunidades adequadas para a realização de consultas sobre ditas gestões. O Entendimento sobre Solução de Controvérsias será aplicável a tais consultas.

2 - O Conselho para o Comércio de Serviços ou o Órgão de Solução de Controvérsias poderá, mediante solicitação de um Membro, realizar consultas com qualquer Membro ou Membros sobre qualquer questão para a qual não tenha sido possível chegar a solução satisfatória mediante as consultas previstas pelo parágrafo 1º.

3 - Nenhum Membro poderá invocar o Artigo XVII, seja em virtude do presente Artigo ou do Artigo XXIII, com respeito a uma medida de outro Membro que esteja compreendida no âmbito de um acordo internacional entre ambos destinado a evitar a dupla tributação. Em caso de desacordo quanto ao fato de tal medida estar ou não compreendida em dito acordo entre ambos, qualquer um dos Membros poderá trazer o assunto perante o Conselho para o Comércio de Serviços³⁹⁵. O Conselho submeterá a questão a arbitragem. A decisão do árbitro será definitiva e mandatória para os Membros.

Artigo XXIII

Solução de Controvérsias e Cumprimento das Obrigações

1 - Caso um Membro considere que outro Membro não cumpre as obrigações ou os compromissos específicos assumidos em virtude do presente Acordo, poderá, com o objetivo de chegar a uma solução mutuamente satisfatória para a questão, recorrer ao Entendimento sobre Solução de Controvérsias.

2 - Se o Órgão de Solução de Controvérsias considerar que as circunstâncias são suficientemente graves para que justifique tal medida, poderá autorizar um Membro ou Membros a suspenderem, com respeito a tal outro Membro ou Membros, a aplicação das obrigações ou compromissos específicos em conformidade com o Artigo XXII (Compensação e Suspensão de Concessões) do Entendimento sobre Solução de Controvérsias.

3 - Se um Membro considerar que uma vantagem, cuja obtenção podia haver razoavelmente esperado em virtude de um compromisso específico assumido por outro Membro sob a Parte III do presente Acordo, tenha sido anulada ou prejudicada em consequência da aplicação de uma medida que não conflita com as disposições do presente Acordo, poderá recorrer ao Entendimento sobre Solução de Controvérsias. Se o Órgão de Solução de Controvérsias determinar que a medida anula ou prejudica dito benefício, o Membro afetado terá direito a um ajuste mutuamente satisfatório conforme o disposto no parágrafo 2º do Artigo XXI, que poderá incluir a modificação ou a retirada da medida.

³⁹⁵ Com respeito aos acordos destinados a evitar a dupla tributação vigentes na data de entrada em vigor do Acordo Constitutivo da OMC, tal questão só poderá ser levada perante o Conselho para o Comércio de Serviços com o consentimento das duas partes ao acordo.

Caso os Membros interessados não cheguem a um acordo, a Seção 22 (Compensação e Suspensão de Concessões) do Entendimento sobre Solução de Controvérsias será aplicável.

Artigo XXIV

Conselho para o Comércio de Serviços

1 - O Conselho para o Comércio de Serviços desempenhará as funções que lhe forem confiadas para facilitar a operação do presente Acordo e favorecer a consecução de seus objetivos. O Conselho poderá estabelecer os órgãos subsidiários que considerar apropriado para o desempenho eficaz de suas funções.

2 - Os representantes de todos os Membros poderão participar do Conselho e, salvo decisão em contrário deste, de seus órgãos subsidiários.

3 - O Presidente do Conselho será eleito pelos Membros. O Conselho estabelecerá suas próprias regras de procedimento.

Artigo XXV

Cooperação Técnica

1 - Os prestadores de serviços dos Membros que necessitem de uma tal assistência terão acesso aos serviços dos pontos de contato referidos no parágrafo 2º do Artigo IV.

2 - A assistência técnica aos países em desenvolvimento será fornecida, no plano multilateral, pelo Secretariado da OMC e será decidida pelo Conselho para o Comércio de Serviços.

Artigo XXVI

Relação com Outras Organizações Internacionais

O Conselho Geral adotará as disposições apropriadas para a realização de consultas e cooperação com a Organização das Nações Unidas e suas instituições especializadas, assim como com outras organizações intergovernamentais relacionadas com serviços.

PARTE VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo XXVII

Denegação de Benefícios

Um Membro poderá negar os benefícios do presente Acordo:

- a) à prestação de um serviço, se estabelecer que este serviço é prestado a partir do território de um país não-Membro, ou do território de um Membro ao qual não aplique o presente Acordo;
- b) no caso da prestação de serviços de transportes marítimos, se estabelece que o serviço é prestado:
 - i) por uma embarcação registrada sob as leis de um não-Membro ou de um Membro ao qual não aplique o presente Acordo; e
 - ii) por uma pessoa que opere ou utilize, total ou parcialmente, a embarcação que seja de um país não-Membro ou de um Membro ao qual não aplique o presente Acordo.
- c) a um prestador de serviços que seja uma pessoa jurídica, se estabelecer que não se trata de um prestador de serviços de outro Membro ou que seja um prestador de serviços de um Membro ao qual não aplique o presente Acordo.

Artigo XXVIII

Definições

Para fins do presente Acordo:

- a) "medida" significa qualquer medida adotada por um Membro, seja em forma de lei, regulamento, regra, procedimento, decisão, decisão administrativa, ou sob qualquer outra forma;
- b) "prestação de um serviço" inclui a produção, distribuição, comercialização, venda e entrega de um serviço;
- c) "medidas adotadas pelos Membros que afetam o comércio de serviços" compreendem as medidas referentes a:
 - i) compra, pagamento ou utilização de um serviço;
 - ii) o acesso e a utilização, por ocasião da prestação de um serviço, de serviços que o Membro exija sejam oferecidos ao público em geral;
 - iii) a presença, inclusive a presença comercial, de pessoas de um Membro para a prestação de um serviço no território de outro Membro.
- d) "presença comercial" significa qualquer tipo de estabelecimento comercial ou profissional, inclusive sob a forma:
 - i) da constituição, aquisição ou manutenção de uma pessoa jurídica; ou
 - ii) da criação ou manutenção de uma sucursal ou escritório de representações, no território de um Membro para o propósito da prestação de um serviço.
- e) "setor" de um serviço significa:
 - i) com referência a um compromisso específico, um ou mais, ou todos, os subsetores daquele serviço conforme especificado na lista de um Membro;
 - ii) em outros casos, a totalidade daquele setor de serviços, inclusive de todos seus subsetores.
- f) "serviço de outro Membro" significa um serviço que é prestado:
 - i) a partir ou dentro do território daquele outro Membro, ou, no caso, de transportes marítimos, por uma embarcação registrada sob as leis daquele outro Membro, ou por uma pessoa daquele outro Membro que presta o serviço mediante a operação de uma embarcação e/ou a sua utilização total ou parcial; ou
 - ii) no caso da prestação de serviços mediante a presença comercial ou a presença de pessoas físicas, por um prestador de serviço daquele outro Membro.

g) "prestador de serviços" significa qualquer pessoa que presta um serviço³⁹⁶;

h) "prestador monopolista de um serviço" significa qualquer pessoa, pública ou privada, que, no correspondente mercado do território de um Membro, tenha sido autorizado ou tenha-se estabelecido, legalmente ou de fato por aquele Membro, como único supridor daquele serviço;

i) "consumidor de serviços" significa qualquer pessoa que receba ou utilize um serviço;

j) "pessoa" significa uma pessoa física ou uma pessoa jurídica;

k) "pessoa física de um outro Membro" significa uma pessoa física que reside no território daquele outro Membro ou de qualquer outro Membro e que, segundo a legislação daquele outro Membro:

i) seja um nacional daquele outro Membro; ou

ii) tenha o direito de residência permanente naquele outro Membro no caso de um Membro que:

1 - não possua nacionais; ou

2 - dispense a seus residentes permanentes substancialmente os mesmos direitos que a seus nacionais com respeito às medidas que afetam o comércio de serviços e que notifique o fato no momento da aceitação do presente Acordo ou da adesão ao mesmo, ficando entendido que nenhum outro Membro está obrigado a dispensar a ditos residentes permanentes tratamento mais favorável que o dispensado pelo Membro. Tal notificação deverá incluir o compromisso de que assumirá com respeito àqueles residentes permanentes, em conformidade com suas leis e regulamentos, as mesmas obrigações que aquele outro Membro assume com respeito a seus nacionais.

l) "pessoa jurídica" significa qualquer pessoa que:

i) esteja constituída ou organizada de outro modo segundo a legislação daquele outro Membro e desenvolva operações comerciais substantivas no território daquele Membro ou de qualquer outro Membro; ou

³⁹⁶ Quando o serviço não for prestado diretamente por uma pessoa jurídica, mas sim por intermédio de outras formas de presença comercial, como uma sucursal ou escritório de representações, o prestador do serviço (isto é, a pessoa jurídica) não receberá através dessa presença o tratamento dispensado aos prestadores de serviços sob o presente Acordo. Dito tratamento se aplicará à presença por meio da qual o serviço é prestado e não precisa ser estendido a outras partes do prestador localizadas fora do território do Membro em que o serviço é prestado.

ii) no caso da prestação de um serviço via presença comercial, seja propriedade ou esteja sob controle de:

- 1 - pessoas físicas daquele outro Membro; ou
- 2 - pessoas jurídicas daquele outro Membro identificado na alínea "i" anterior.

n) uma pessoa jurídica é:

- i) "propriedade" de pessoas de um Membro se mais de 50 por cento de seu capital social pertence de pleno direito a pessoas deste Membro;
- ii) "controlada" por pessoas de um Membro se estas pessoas tiverem a capacidade de nomear a maioria de seus diretores ou dirigir de outra forma suas operações;
- iii) "coligada" ("affiliated") de uma outra pessoa se controlar esta outra pessoa ou for por ela controlada; ou quando ambas são controladas por uma mesma pessoa.

Artigo XXIX

Anexos

Os Anexos ao presente Acordo formam parte integrante do mesmo.

ANEXO SOBRE AS OBRIGAÇÕES DO ARTIGO II

1 - O presente Anexo define as condições sob as quais um Membro, no momento da entrada em vigor do presente Acordo, fica isento das obrigações enunciadas no parágrafo 1º do Artigo II.

2 - Toda nova isenção solicitada após a entrada em vigor do Acordo Constitutivo da OMC será examinada sob o parágrafo 3º do Artigo IX daquele Acordo.

3 - O Conselho para o Comércio de Serviços examinará todas as isenções concedidas por período superior a cinco anos. O primeiro destes exames se realizará no máximo cinco anos após a entrada em vigor do Acordo Constitutivo da OMC.

4 - Em cada exame, o Conselho para o Comércio de Serviços deverá:

- a) examinar se ainda subsistem as condições que criaram a necessidade da isenção;

b) determinar a data de um novo exame eventual.

5 - A isenção das obrigações enunciadas no parágrafo 1º do Artigo II concedida a um Membro expirará na data prevista na isenção.

6 - Em princípio, tais isenções não deveriam exceder um período de dez anos. Em todo caso, estarão sujeitas a negociações em rodadas de liberalização do comércio subsequentes.

7 - Cada Membro notificará o Conselho para o Comércio de Serviços, ao fim do período da isenção, de que as medidas incompatíveis foram postas em conformidade com o parágrafo 1º do Artigo II do Acordo.

ANEXO SOBRE A MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS SOB O ACORDO

1 - O presente Anexo se aplica às medidas que afetem as pessoas físicas prestadoras de serviços de um Membro e as pessoas físicas que são empregadas por um prestador de serviços de um Membro, com respeito à prestação de um serviço sobre o qual tenha sido assumido um compromisso específico relacionado com a entrada e estadia temporária de tais pessoas físicas.

2 - O Acordo não se aplica a pessoas físicas que buscam acesso ao mercado de trabalho de um Membro, nem a medidas concernentes à nacionalidade, residência e emprego em caráter permanente.

3 - Em conformidade com as Partes III e IV do Acordo, os Membros poderão negociar compromissos relativos ao movimento de todas as categorias de pessoas físicas que prestam serviços sob o presente Acordo. Pessoas físicas cobertas por um compromisso específico serão autorizadas a prestar o serviço de acordo com os termos daquele compromisso.

4 - O presente Acordo não impedirá que um Membro adote medidas para regulamentar a entrada ou estadia temporária de pessoas físicas em seu território, inclusive aquelas

necessárias para proteger a integridade de suas fronteiras e o movimento ordeiro de ditas pessoas físicas através das mesmas, a condição que tais medidas não sejam aplicadas de maneira a anular ou prejudicar os benefícios resultantes dos termos de um compromisso específico para qualquer Membro³⁹⁷.

ANEXO SOBRE OS SERVIÇOS DE TRANSPORTES AÉREOS

1 - O presente Anexo se aplica às medidas que afetem o comércio nos serviços de transportes aéreos, sejam regulares ou não, e serviços auxiliares. Fica confirmado que nenhum compromisso específico contraído ou obrigação assumida em virtude do presente Acordo reduzirá ou afetará as obrigações de um Membro sob acordos bilaterais ou multilaterais vigentes no momento de entrada em vigor do Acordo Constitutivo da OMC.

2 - O Acordo, inclusive suas disposições sobre solução de controvérsias, não se aplicará a medidas que afetem:

- a) os direitos do tráfego, seja qual for a forma em que sejam outorgados; ou
- b) os serviços diretamente relacionados ao exercício dos direitos de tráfego, salvo o disposto no parágrafo 3º do presente Anexo.

3 - O Acordo se aplicará às medidas que afetem:

- a) os serviços de reparação e manutenção de aeronaves;
- b) a venda e comercialização dos serviços de transportes aéreos;
- c) os serviços de sistemas de reserva por computador (SRC).

4 - Os procedimentos de solução de controvérsias do acordo poderão ser invocados somente quando obrigações ou compromissos tiverem sido assumidos pelos Membros interessados e quando os procedimentos para solução de controvérsias previstos em acordos bilaterais e outros acordos multilaterais tiverem sido exauridos.

5 - O Conselho para o Comércio de Serviços examinará periodicamente, e pelo menos a cada cinco anos, a evolução do setor de transportes aéreos e o funcionamento do presente Anexo, com vistas a considerar uma possível extensão da aplicação do acordo neste setor.

³⁹⁷ Nota Interpretativa: não se considera que o simples fato de exigir visto para pessoas físicas de certos Membros e não para as de outros anule ou prejudique os benefícios resultantes de um compromisso específico.

6 - Definições

- a) por "serviços de reparação e manutenção de aeronaves" entende-se estas atividades quando efetuadas sobre uma aeronave ou parte da mesma enquanto a aeronave estiver fora de serviço, e não compreendem a chamada "manutenção de linha";
- b) por "venda e comercialização dos serviços de transportes aéreos" entende-se as oportunidades, para o transportador aéreo interessado, de vender e comercializar livremente seus serviços, incluindo-se todos os aspectos da comercialização, como pesquisa de mercado, publicidade e distribuição. Essas atividades não incluem a fixação de preços dos serviços de transporte aéreo, nem as condições aplicáveis;
- c) por "serviços de sistemas de reserva por computador (SRC)" entende-se os serviços prestados por sistemas computadorizados que contêm informações sobre horários dos transportadores aéreos, lugares disponíveis, tarifas e regras de tarifação por meio dos quais se pode fazer reservas e emitir bilhetes;
- d) por "direitos de tráfego" se entende direitos de os serviços regulares e não-regulares operarem e/ou transportarem passageiros, carga e correio, mediante remuneração ou aluguel a partir de, para, dentro ou sobre o território de um Membro, incluindo-se os pontos a serem servidos, as rotas a serem operadas, os tipos de tráfego a serem realizados, a capacidade a ser oferecida, as tarifas aplicáveis e sob que condições, e os critérios de designação das empresas aéreas, inclusive os critérios quanto ao número, a propriedade e o controle.

ANEXO SOBRE OS SERVIÇOS FINANCEIROS

1 - Alcance e Definição

- a) o presente Anexo se aplica às medidas que afetam a prestação dos serviços financeiros. Referências neste Anexo à prestação de um serviço financeiro significam a prestação de um serviço segundo a definição do parágrafo 2º do Artigo I do presente Acordo;
- b) para efeito do parágrafo 3.b do Artigo I do presente Acordo, "serviços prestados no exercício da autoridade governamental" significam o seguinte:
 - i) atividades conduzidas por um banco central ou autoridade monetária ou qualquer outra entidade pública na aplicação das políticas monetária e cambial;

- ii) atividades que formem parte de um sistema de seguro social instituído por lei ou de planos públicos de aposentadoria; e
 - iii) outras atividades realizadas por entidade pública por conta ou com a garantia do Estado ou que utilizem recursos financeiros deste último.
- c) para fins do parágrafo 3.b do Artigo I do presente Acordo, se um Membro autorizar qualquer das atividades referidas nos parágrafos b.ii e b.iii a serem conduzidas por seus prestadores de serviços financeiros em competição com uma entidade pública ou um prestador de serviços, o termo "serviços" compreenderá também tais atividades;
- d) o Artigo I.3.c do Acordo não se aplicará aos serviços cobertos pelo presente Anexo.

2 - Legislação Nacional

- a) não obstante qualquer outra disposição do acordo, não se impedirá um Membro de adotar medidas por razões cautelares, inclusive aquelas para a proteção de investidores, depositantes, titulares de apólices ou pessoas com as quais um prestador de serviços tenha contraído uma obrigação fiduciária, ou para garantir a integridade e estabilidade do sistema financeiro. Nos casos em que tais medidas não se conformarem com o Acordo, não deverão ser utilizadas para fugir aos compromissos e obrigações contraídas pelo Membro sob o acordo;
- b) nenhuma disposição do acordo será interpretada no sentido de exigir que um Membro revele informações relativas aos negócios e às contas de clientes individuais ou qualquer informação confidencial ou de domínio privado em poder de entidades públicas.

3 - Reconhecimento

- a) um Membro poderá reconhecer as medidas cautelares adotadas por qualquer outro país ao determinar como se aplicarão suas próprias medidas relacionadas com serviços financeiros. Este reconhecimento, que poderá efetuar-se mediante harmonização ou outro modo, poderá basear-se em um acordo ou convênio com o país em questão ou poderá ser outorgado de forma autônoma;
- b) todo Membro que seja parte de um acordo ou convênio do tipo a que se refere a alínea "a", atuais ou futuros, concederá oportunidades adequadas aos demais Membros interessados para que negociem sua adesão a tais acordos ou convênios ou para que negociem com ele outros comparáveis, em circunstâncias em que exista equivalência na regulamentação, vigilância, aplicação de dita regulamentação, e, se for o caso,

procedimentos concernentes ao intercâmbio de informações entre as partes no acordo ou convênio. Quando um Membro outorgar o reconhecimento de forma autônoma, concederá oportunidades aos demais para demonstrarem que existem essas circunstâncias;

c) no caso em que um Membro contemple a possibilidade de outorgar o reconhecimento das medidas cautelares de qualquer outro país, a alínea "b" do parágrafo 4º do Artigo VII do acordo não será aplicável.

4 - Solução de Controvérsias

a) os grupos especiais encarregados de examinar controvérsias sobre questões cautelares e outros assuntos financeiros contarão com a necessária competência técnica sobre o serviço financeiro específico objeto da controvérsia.

5 - Definições

Para os fins do presente Anexo:

a) por serviço financeiro se entende todo serviço financeiro oferecido por um prestador de serviço de um Membro. Os serviços financeiros incluem os serviços de seguros e os relacionados com seguros e todos os serviços bancários e demais serviços financeiros (excluídos seguros). Os serviços financeiros incluem as seguintes atividades:

Serviços de seguros e relacionados com seguros

i) seguros diretos (incluindo co-seguro):

A) seguro de vida;

B) outros seguros.

ii) resseguros e retrocessão;

iii) atividades de intermediação de seguros, tais como corretagem e agência;

iv) serviços auxiliares aos seguros, tais como consultoria, atuária, avaliação de riscos e indenização de sinistros.

Serviços bancários e demais serviços financeiros (excluídos seguros)

v) aceitação de depósito e outros fundos reembolsáveis do público;

vi) empréstimos de todo tipo, inclusive de créditos pessoais, créditos hipotecários, "factoring" e financiamento de transações comerciais;

vii) serviços de arrendamento financeiro ("financial leasing");

viii) todos os serviços de pagamento e transferência monetária, inclusive cartões de crédito de pagamento e similares, cheques de viagem e letras bancárias;

ix) garantias e compromissos;

x) operações comerciais por conta própria ou para clientes, seja em bolsa, em mercado não cotado ("over the market") ou, em outros casos, no que se segue:

A) instrumentos do mercado monetário (inclusive cheques, letras de câmbio, certificados de depósito);

B) divisas;

C) produtos derivados, tais como, mas não exclusivamente futuros e opções;

D) instrumentos do mercado cambial e monetário, tais como "swaps" acordos a prazo sobre juros;

E) valores mobiliários negociáveis;

F) outros instrumentos e ativos financeiros negociáveis, inclusive metal;

xi) participação em emissões de todo tipo de valores mobiliários, inclusive a subscrição e colocação como agentes (pública ou privadamente) e a prestação de serviços relacionados com tais emissões;

xii) corretagem de câmbios;

xiii) administração de ativos, como administração de fundos em efetivo ("cash management") ou de carteira, administração e investimentos coletivos em todas as formas, administração de fundos de pensão, serviços de depósito e custódia e serviços fiduciários;

xiv) serviços de pagamento e compensação com respeito a ativos financeiros, inclusive valores mobiliários, produtos derivados e outros instrumentos negociáveis;

xv) provisão e transferência de informação financeira e processamento de dados financeiros e "software" por prestadores de outros serviços financeiros;

xvi) consultoria, intermediação e outros serviços financeiros auxiliares referentes a todas as atividades listadas nas alíneas "i" a "xv", inclusive informação e análise de créditos, estudos e consultoria sobre investimentos e carteiras de valores e consultoria sobre aquisições e sobre reestruturação e estratégia empresarial.

b) um prestador de serviços financeiros significa qualquer pessoa física ou jurídica de um Membro que preste ou deseje prestar um serviço financeiro, mas o termo "prestador de serviço financeiro" não inclui uma entidade pública;

c) "entidade pública" significa:

i) um governo, banco central ou autoridade monetária de um Membro, ou uma entidade de propriedade ou controlada por um Membro dedicada principalmente a desempenhar funções governamentais ou a realizar atividades para fins governamentais, excluindo-se entidades dedicadas principalmente à prestação de serviços financeiros em condições comerciais; ou

ii) uma entidade privada que desempenhe funções normalmente desempenhadas por um banco central ou uma autoridade monetária, enquanto exerça essas funções.

SEGUNDO ANEXO SOBRE OS SERVIÇOS FINANCEIROS

1 - Não obstante o Artigo II do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços e os parágrafos 1º e 2º do Anexo sobre Isenções ao Artigo II, um Membro poderá, durante um período de 60 dias a contar depois de quatro meses após a entrada em vigor do Acordo Constitutivo da OMC, listar naquele anexo medidas relacionadas a Serviços Financeiros que sejam incompatíveis com o parágrafo 1º do Artigo II do Acordo.

2 - Não obstante o Artigo XXI do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços, um Membro poderá, durante um período de 60 dias a contar depois de quatro meses após a entrada em vigor do Acordo Constitutivo da OMC, melhorar, modificar ou retirar, no todo ou em parte, os compromissos sobre Serviços Financeiros consignados em sua Lista.

3 - O Conselho para o Comércio de Serviços estabelecerá os procedimentos necessários para a aplicação dos parágrafos 1º e 2º.

ANEXO RELATIVO ÀS NEGOCIAÇÕES SOBRE SERVIÇOS DE TRANSPORTES MARÍTIMOS

1 - Não obstante as disposições do parágrafo 1º do Artigo II do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços e do parágrafo 2º do Anexo sobre Isenções das Obrigações do Artigo II, o Artigo II e o Anexo sobre Isenções das Obrigações do Artigo II, inclusive a obrigação de listar no anexo todas as medidas incompatíveis com o tratamento da nação mais favorecida que um Membro manterá, entrarão em vigor para transportes marítimos

internacionais, serviços auxiliares e acesso a instalações portuárias e utilização das mesmas somente:

- a) na data de implementação dos resultados das negociações previstas na Decisão Ministerial relativa às negociações sobre Serviços de Transportes Marítimos; ou
- b) se as negociações não chegarem a bom termo, na data do relatório final do Grupo de Negociação sobre Serviços de Transportes Marítimos previsto naquela Decisão.

2 - O parágrafo 1º não se aplicará a nenhum compromisso específico sobre telecomunicações básicas que esteja consignado na lista de um Membro.

3 - Não obstante as disposições do Artigo XXI, a partir da conclusão das negociações mencionadas no parágrafo 1º, e antes da data de implementação, um Membro poderá ampliar, modificar ou retirar, no todo ou em parte, seus compromissos específicos neste setor sem oferecer compensação.

ANEXO SOBRE TELECOMUNICAÇÕES

1 - Objetivos

Reconhecendo as características específicas do setor de serviços de telecomunicações, em particular sua dupla função como setor independente de atividade econômica e meio fundamental de transporte de outras atividades econômicas, os Membros, com o fim de desenvolver as disposições do Acordo no que se refere às medidas que afetam o acesso às redes e serviços públicos de telecomunicações e a utilização dos mesmos, convêm no anexo que se segue. Este Anexo contém notas e disposições complementares ao Acordo.

2 - Alcance

- a) o presente Anexo se aplicará a todas as medidas que afetem o acesso às redes e serviços públicos de telecomunicações e a utilização dos mesmos³⁹⁸;
- b) o presente Anexo não se aplicará às medidas que afetem a distribuição por cabo ou a difusão de programas de rádio ou televisão;
- c) nenhuma disposição do presente Anexo será interpretada no sentido de:

³⁹⁸ Entende-se que este parágrafo significa que cada Membro velará para que as obrigações do presente Anexo sejam aplicáveis com respeito aos supridores de redes públicas de transportes de telecomunicações mediante quaisquer medidas que sejam necessárias.

i) obrigar um Membro a autorizar um prestador de serviços de outro Membro a estabelecer, instalar, adquirir, arrendar ou fornecer redes ou serviços de transporte de telecomunicação que não sejam previstos em sua lista; ou

ii) obrigar um Membro (ou exigir que um Membro obrigue os prestadores de serviços sob sua jurisdição) a estabelecer, instalar, adquirir, arrendar, explorar ou fornecer redes ou serviços públicos de transportes de telecomunicações que não estejam disponíveis ao público em geral.

3 - Definições

Para os fins do presente Anexo:

- a) telecomunicações significam a transmissão e recepção de sinais por qualquer meio eletromagnético;
- b) serviço público de transporte de telecomunicações significa qualquer serviço de transporte de telecomunicações que um Membro determine, expressamente ou de fato, seja oferecido ao público em geral. Entre tais serviços podem figurar os de télégrafo, telefone, telex e transmissão de dados, que envolvem, normalmente, a transmissão entre dois ou mais pontos em tempo real de informações fornecidas pelo cliente, sem que haja qualquer modificação de um ponto a outro da forma e conteúdo das informações em questão;
- c) rede pública de transporte de telecomunicações significa a infra-estrutura pública de telecomunicações que permite as telecomunicações entre dois ou mais pontos terminais definidos de uma rede;
- d) comunicações intra-empresa ("intracorporate") significam as telecomunicações mediante as quais uma empresa se comunica internamente com suas subsidiárias, filiais e, sujeito às leis e regulamentos nacionais de cada Membro, com suas coligadas. Para este propósito, os termos "subsidiárias", "filiais" e, quando aplicáveis, "coligadas" serão definidos por cada Membro. As "comunicações intra-empresas" no presente Anexo excluem os serviços comerciais e não comerciais prestados a empresas que não sejam subsidiárias, filiais ou coligadas vinculadas ou que sejam oferecidos a clientes potenciais;
- e) qualquer referência a um parágrafo ou alínea do presente Anexo inclui todas as subdivisões.

4 - Transparência

a) ao aplicar o Artigo III do Acordo, cada Membro zelarà para que esteja à disposição do público a informação pertinente sobre as condições que afetem o acesso às redes públicas de transportes de telecomunicações e a utilização dos mesmos, inclusive as seguintes: tarifas e outros termos e condições do serviço; especificações técnicas das interfaces com tais redes e serviços; informações sobre os órgãos encarregados da preparação e adoção de normas que afetem tais acessos e utilização; condições aplicáveis à conexão de equipamento terminal ou outro equipamento; e prescrições em matéria de notificação, registro ou licença, se houver.

5 - Acesso às Redes Públicas de Transportes de Telecomunicações e Serviços e Utilização dos Mesmos

a) cada Membro velará para que os prestadores de serviços de qualquer outro Membro tenham acesso às redes públicas de transportes de telecomunicações e serviços e possam utilizá-los em termos e condições razoáveis e não discriminatórios para a prestação de um serviço incluído em sua lista. Esta obrigação se aplicará, entre outras formas, mediante os parágrafos "b" a "f" a seguir³⁹⁹;

b) cada Membro deve assegurar que prestadores de serviços de qualquer outro Membro tenham acesso e possam utilizar qualquer rede pública de transporte de telecomunicações ou serviço oferecido dentro do território ou através da fronteira daquele Membro, incluindo-se os circuitos privados arrendados e, para estes fins, deverá assegurar, sem prejuízo para o disposto nos parágrafos "e" e "f", para que lhes seja permitido:

i) comprar ou arrendar e conectar equipamento terminal ou outro que faça interface com a rede e seja necessário à prestação do serviço pelo prestador;

ii) interconectar circuitos privados, arrendados ou próprios, com redes públicas de transporte de telecomunicações ou serviços ou com circuitos arrendados ou de propriedade de outro prestador de serviço; e

iii) utilizar os protocolos de operação de sua escolha na prestação de qualquer serviço, salvo quando for necessário, de outra forma, assegurar a disponibilidade das redes de transporte de telecomunicações e serviços para o público em geral.

³⁹⁹ Fica entendido que o termo "não discriminatório" se refere à nação mais favorecida e ao tratamento nacional tal como definido pelo Acordo e que, utilizado a este setor específico, significa "termos e condições não menos favoráveis do que as concedidas, em circunstâncias similares, a qualquer outro usuário de redes ou serviços públicos de transportes de telecomunicações similares".

c) cada Membro velará para que os prestadores de serviços de qualquer outro Membro possam utilizar as redes públicas de transporte de telecomunicações e serviços para a movimentação de informações dentro e através das fronteiras, inclusive para a comunicação intra-empresa de tais prestadores de serviços, e para o acesso a informações contidas em bancos de dados ou armazenadas de outra forma legível por máquina no território de qualquer Membro. Toda medida nova ou modificada de um Membro que afete sensivelmente essa utilização será notificada e estará sujeita a consultas, em conformidade com as disposições pertinentes do Acordo;

d) não obstante o parágrafo precedente, um Membro poderá adotar as medidas que sejam necessárias para garantir a segurança e a confidencialidade das mensagens, sob reserva de que tais medidas não se apliquem de maneira que constitua uma forma de discriminação arbitrária ou injustificável ou uma restrição velada ao comércio de serviços;

e) cada Membro deverá assegurar que nenhuma condição será imposta para o acesso às redes e serviços públicos de transportes de telecomunicações e utilização dos mesmos, além do que seja necessário para:

i) salvaguardar as responsabilidades dos provedores públicos das redes e serviços de transporte de telecomunicações, em particular sua capacidade de colocar suas redes ou serviços disponíveis para o público em geral;

ii) proteger a integridade técnica das redes ou serviços públicos de transporte de telecomunicações; ou

iii) assegurar que os provedores de serviços de qualquer outro Membro não prestem serviços, senão quando permitido pelos compromissos consignados na lista do Membro de que se trate.

f) desde que satisfaçam os critérios previstos no parágrafo "e", as condições para acesso às redes e serviços públicos de transportes de telecomunicações e utilização dos mesmos poderão incluir:

i) restrições sobre a revenda ou utilização compartilhada de tais redes e serviços;

ii) o requisito de utilização de interfaces técnicas especificadas, inclusive interfaces de protocolo, para a interconexão com tais redes e serviços;

iii) requisitos, quando necessário para a interoperabilidade de tais serviços e para a consecução dos objetivos previstos no parágrafo 7.a;

iv) homologação de equipamentos terminais ou outros que estejam em interface com a rede e requisitos técnicos relacionados à conexão desses equipamentos com a rede;

v) restrições à interconexão de circuitos privados, arrendados ou próprios, com as redes ou serviços ou com circuitos, arrendados ou próprios de um outro provedor de serviços; ou

vi) notificação, registro e licenciamento.

g) não obstante os parágrafos anteriores da presente seção, um país em desenvolvimento poderá, em função de seu nível de desenvolvimento, impor condições razoáveis ao acesso às redes e serviços públicos de transportes de telecomunicações e à utilização dos mesmos necessárias ao fortalecimento de sua infra-estrutura de telecomunicações e capacidade em matéria de serviços e à ampliação de sua participação no comércio internacional de serviços de telecomunicações.

6 - Cooperação Técnica

a) os Membros reconhecem que uma infra-estrutura eficiente e avançada nos países, em particular nos países em desenvolvimento, é essencial para a expansão do comércio de serviços. Com esse objetivo, os Membros endossam e estimulam a maior participação possível de países desenvolvidos e em desenvolvimento e seus fornecedores de redes e serviços públicos de transporte de telecomunicações e outras entidades no desenvolvimento de programas de organizações internacionais e regionais, tais como a União Internacional de Telecomunicações, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento;

b) os Membros estimularão e apoiarão a cooperação entre países em desenvolvimento em matéria de telecomunicações nos planos internacional, regional e subregional;

c) em cooperação com as organizações internacionais competentes, os Membros colocarão à disposição dos países em desenvolvimento, quando factível, informações relativas aos serviços de telecomunicações e ao desenvolvimento das telecomunicações e das tecnologias da informação para assistir o fortalecimento dos serviços nacionais de telecomunicações desses países;

d) os Membros considerarão em especial as oportunidades para os países de menor desenvolvimento relativo para estimular os prestadores de serviços de telecomunicações estrangeiros a assistirem na transferência de tecnologia, treinamento e outras atividades que reforcem o desenvolvimento da infra-estrutura de telecomunicações e a expansão do comércio de serviços de telecomunicações desses países.

7 - Relação com organizações e acordos internacionais

- a) os Membros reconhecem a importância de normas internacionais para a compatibilidade e interoperabilidade em escala mundial das redes e serviços de telecomunicações e se comprometem a promover essas normas no âmbito dos trabalhos das organizações internacionais competentes, incluindo-se a União Internacional de Telecomunicações e a Organização Internacional para a Normalização;
- b) os Membros reconhecem o papel desempenhado pelas organizações e acordos intergovernamentais e não governamentais para assegurar o funcionamento eficiente dos serviços nacionais e mundiais de telecomunicação, em particular a União Internacional de Telecomunicações. Os Membros adotarão disposições apropriadas, quando for o caso, para a realização de consultas com essas organizações sobre questões derivadas da aplicação do presente Anexo.

ANEXO RELATIVO ÀS NEGOCIAÇÕES SOBRE TELECOMUNICAÇÕES BÁSICAS

1 - Não obstante as disposições do parágrafo 1º do Artigo II do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços e do parágrafo 2º do Anexo sobre Isenções das Obrigações do Artigo II, o Artigo II e o Anexo sobre Isenções das Obrigações do Artigo II, inclusive a obrigação de listar no Anexo todas as medidas incompatíveis com o tratamento da nação mais favorecida que um Membro manterá, somente entrarão em vigor para as telecomunicações de base:

- a) na data de implementação dos resultados das negociações previstas na Decisão Ministerial relativa às Negociações sobre Telecomunicações Básicas; ou
- b) se as negociações não chegarem a bom termo, na data do relatório final do Grupo de Negociação sobre Telecomunicações Básicas.

2 - O parágrafo 1º não se aplicará a nenhum compromisso específico sobre telecomunicações básicas que esteja consignado na lista de um Membro.

3 - No parágrafo 5º da Decisão Ministerial relativa às Negociações sobre Telecomunicações Básicas figuram referências às datas citadas nas alíneas "a" e "b" do parágrafo 1º.

ANEXO II

**Lista de compromissos em serviços apresentada pelo Brasil na Rodada
Uruguai - GATS/SC/13, de 15 de abril de 1994**

**GENERAL AGREEMENT
ON TRADE IN SERVICES**

GATS/SC/13
15 April 1994
(94-1012)

BRAZIL

Schedule of Specific Commitments

(This is authentic in English only)

BRAZIL - SCHEDULE OF SPECIFIC COMMITMENTS

Modes of supply: 1) Cross-border supply 2) Consumption abroad 3) Commercial presence 4) Presence of natural persons

Sector or subsector	Limitations on market access	Limitations on national treatment	Additional commitments
I. HORIZONTAL COMMITMENTS			
ALL SECTORS INCLUDED IN THIS SCHEDULE	<p><u>Movement of Natural Persons</u></p> <p>4)Unbound, except for measures related to specialized technicians, highly qualified professionals, managers and directors</p> <p>Foreign specialized technicians and highly qualified professionals may work under a temporary contract with legal entities, whether of national or foreign capital, established in Brazil. The pertinent contract must be approved by the Ministry of Labour. Approval of contracts of specialized technicians and highly qualified professionals</p>	4)Unbound, except as indicated in the market access column	

Modes of supply: 1) Cross-border supply 2) Consumption abroad 3) Commercial presence 4) Presence of natural persons

Sector or subsector	Limitations on market access	Limitations on national treatment	Additional commitments
	takes into account the compatibility of their qualifications with the area of business in which the company is engaged. The company must justify the need to contract such professionals and technicians in relation to similar professionals and technicians available in Brazil.		

	<p>Juridical persons must obey the proportionality of at least two Brazilians for three employees when engaged in the following activities listed in this offer: communications; land transportation; commercial stores in general; commercial offices; insurance; advertising; hotels and restaurants.</p> <p>Managers and Directors appointed to affiliates of foreign companies established in Brazil will be granted access under the following conditions: designation to a position with full decision-making power; vacancy of such position; existence of associate link between the service provider in the Brazilian territory and its headquarters abroad; proof by the service provider in Brazil that the Manager or Director is performing his duties after receiving the visa. Appointment of such Managers or Directors must be related to the provision of new technology, increase in productivity or the foreign company must have invested a minimum amount of US\$ 200,000.00 (amount may be adjusted in the future to a corresponding US\$ value of 1993) in Brazil.</p>		
--	--	--	--

	<p>All other requirements, laws and regulations regarding entry, stay and work shall continue to apply.</p> <p><u>Investment</u></p> <p>3)In: accordance with laws and regulations governing foreign investment, all foreign capital invested in Brazil must be registered with the Central Bank of Brazil to be eligible for remittances. The Central Bank establishes procedures related to remittances and transfer of funds abroad.</p> <p><u>Commercial Presence</u></p> <p>3)Foreign service suppliers wishing to supply a service as a juridical person must be organized as a legal entity foreseen by the Brazilian law. The Brazilian law establishes for juridical persons a separate existence from the person of its holders, thus granting the juridical person with individual existence. Consequently, a juridical person has full title and responsibility for its patrimonial rights and</p>	<p>3)None</p> <p>3)None</p>	
--	--	-----------------------------	--

	<p>obligations. An entity earns the condition of private law juridical person when the correspondent incorporation act (By-Laws and/or Articles of Association) is duly filed with the appropriate Entities' Public Registry (EPR).</p> <p>It is mandatory that the EPR records contain the following data on the juridical person:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) its denomination, purpose and location of head offices; ii) the description of its management, including active and passive, judicial and extra-judicial representation; iii) the process of amendment of the management provisions; iv) the provisions regarding the liability of the officers for its acts; and v) the provisions concerning its termination, including the destination of its assets. 		
--	---	--	--

	<p>The juridical persons referred as "sole proprietorship" and "partnership" in Article XXVIII, item (I) of the General Agreement on Trade in Services are not considered as such under Brazilian law.</p> <p>A joint venture may be accomplished by a capital association through the formation of any type of business organization as set forth in the Brazilian law (usually a Private Limited Liability Company - <i>Limitada</i> - or a Corporation - <i>Sociedade Anônima</i>). A joint venture may also be carried out through a <i>consórcio</i>, which is neither a juridical person nor a form of capital association. A <i>consórcio</i> is used mainly with major contracts for rendering of services. It is a contract of two or more enterprises for a joint accomplishment of one specific undertaking. Each associate in a <i>consórcio</i> maintain its respective organizational structure.</p> <p><u>Subsidies</u></p> <p>1),2),3),4) Unbound</p>	<p>1),2),3),4) Unbound for subsidies for Research and Development</p>	
--	---	---	--

	<p>3) Foreign service suppliers must join Brazilian service suppliers in a specific type of legal entity (<i>consórcio</i>); the Brazilian partner shall maintain the leadership. The contract establishing the <i>consórcio</i> must clearly define its objective.</p> <p>4) Unbound except as indicated in the horizontal section</p>	<p>3) None</p> <p>4) Unbound except as indicated in the horizontal section</p>	
<p>e) Engineering Services</p> <p>Advisory and consultative engineering services (CPC 86721)</p>	<p>1) Unbound</p> <p>2) Unbound</p> <p>3) Same conditions as in Architectural services</p> <p>4) Unbound except as indicated in the horizontal section</p>	<p>1) Unbound</p> <p>2) Unbound</p> <p>3) None</p> <p>4) Unbound except as indicated in the horizontal section</p>	

Industrial engineering (CPC 86725)	1) Unbound 2) Unbound 3) Same conditions as in Architectural services 4) Unbound except as indicated in the horizontal section	1) Unbound 2) Unbound 3) None 4) Unbound except as indicated in the horizontal section	
Engineering design (CPC 86722, CPC 86723, CPC 86724)	1) Unbound 2) Unbound 3) Same conditions as in Architectural services 4) Unbound except as indicated in the horizontal section	1) Unbound 2) Unbound 3) None 4) Unbound except as indicated in the horizontal section	
Other engineering services (CPC 86729)	1) Unbound 2) Unbound 3) Same conditions as in Architectural services 4) Unbound except as indicated in the horizontal section	1) Unbound 2) Unbound 3) None 4) Unbound except as indicated in the horizontal section	

g)Urban planning (CPC 8674)	1)Unbound 2) Unbound 3)Same conditions as in Architectural services 4)Unbound except as indicated in the horizontal section	1)Unbound 2) Unbound 3)None 4)Unbound except as indicated in the horizontal section	
<u>F.Other Business Services</u>			
a)Advertising services (CPC 871)	1)Foreign participation in the production is limited to 1/3 of the footage of advertising films. Larger participation is conditional on use of Brazilian talent and production house. Advertising films must be spoken in Portuguese, unless the use of a foreign language is required by the subject of the film. 2)Unbound	1)Unbound 2)Unbound	

	<p>3)In: addition to the conditions above (1), foreign participation is limited to 49 per cent of the capital of companies established in Brazil. Leadership must remain with Brazilian partners. Professionals are subject to the Brazilian Code of Ethics of Advertising Professionals.</p> <p>4)Unbound except as indicated in the horizontal section</p>	<p>3)Foreign producers must live at least 3 years in Brazil before being authorized to produce films</p> <p>4)Unbound except as indicated in the horizontal section</p>	
b)Market research and public opinion polling (CPC 864)	<p>1)Unbound</p> <p>2) Unbound</p> <p>3)None</p> <p>4)Unbound except as indicated in the horizontal section</p>	<p>1)Unbound</p> <p>2) Unbound</p> <p>3)None</p> <p>4)Unbound except as indicated in the horizontal section</p>	
c)Management consulting (CPC 865)	<p>1)Unbound</p> <p>2) Unbound</p> <p>3)None</p> <p>4)Unbound except as indicated in the horizontal section</p>	<p>1)Unbound</p> <p>2) Unbound</p> <p>3)None</p> <p>4)Unbound except as indicated in the horizontal section</p>	

d)Services related to Management Consulting	1)Unbound	1)Unbound	
	2) Unbound	2) Unbound	
Project management (CPC 86601)	3)Companies must be registered with the Regional Council of Administrators	3)None	
	4)Unbound except as indicated in the horizontal section	4)Unbound except as indicated in the horizontal section	
o)Building cleaning (CPC 874)	1)Unbound	1)Unbound	
	2) Unbound	2) Unbound	
	3)None	3)None	
	4)Unbound except as indicated in the horizontal section	4)Unbound except as indicated in the horizontal section	
t)Other			
Translation and interpretation services (excluding official translators) (CPC 87905)	1)Unbound	1)Unbound	
	2) Unbound	2) Unbound	
	3)None	3)None	
	4)Unbound except as indicated in the horizontal section	4)Unbound except as indicated in the horizontal section	

2.COMMUNICATION SERVICES			
B. <u>Courier Services</u> (CPC 75121)	1)None	1)None	
Pick-up, transport and delivery of letters, postcards and grouped correspondence, as well as issuance of stamps and other postage payments are not included	2) Unbound	2) Unbound	
	3)None	3)None	
	4)Unbound except as indicated in the horizontal section	4)Unbound except as indicated in the horizontal section	
3.CONSTRUCTION AND RELATED ENGINEERING SERVICES			
A. <u>General construction work for buildings</u> (CPC 512)	1)Unbound	1)Unbound	
	2) Unbound	2)Unbound	

	<p>3)Access will be granted 5 years after entering into force of Agreement establishing the World Trade Organization. No limitations after that date.</p> <p>4)Unbound except as indicated in the horizontal section</p>	<p>3)None</p> <p>4)Unbound except as indicated in the horizontal section</p>	
<p><u>B.General construction work for civil engineering</u> (CPC 513)</p>	<p>1)Unbound</p> <p>2) Unbound</p> <p>3)Access will be granted 5 years after entering into force of Agreement establishing the World Trade Organization. No limitations after that date.</p> <p>4)Unbound except as indicated in the horizontal section</p>	<p>1)Unbound</p> <p>2) Unbound</p> <p>3)None</p> <p>4)Unbound except as indicated in the horizontal section</p>	
<p><u>C.Installation, assembly work and maintenance and repair of fixed structures</u> (CPC 514, CPC 516)</p>			
<p><u>E.Other</u> (CPC 511)</p>			

4.DISTRIBUTION SERVICES			
B. <u>Wholesale Trade Services</u> (CPC 622)	1)Unbound	1)Unbound	
	2) Unbound	2) Unbound	
Excluding CPC 62271 - Wholesale trade services of solid, liquid and gaseous fuels and related products	3)None	3)None	
	4)Unbound except as indicated in the horizontal section	4)Unbound except as indicated in the horizontal section	
C. <u>Retailing Services</u> (CPC 631, CPC 632)	1)Unbound	1)Unbound	
	2) Unbound	2) Unbound	
	3)None	3)None	
	4)Unbound except as indicated in the horizontal section	4)Unbound except as indicated in the horizontal section	

<p><u>D.Franchising</u> (CPC 8929)</p>	<p>1)Franchise contracts must be in conformity with the Industrial Property Code to be eligible for payment of royalties</p> <p>2) Unbound</p> <p>3)None</p> <p>4)Unbound except as indicated in the horizontal section</p>	<p>1)Unbound</p> <p>2) Unbound</p> <p>3)None</p> <p>4)Unbound except as indicated in the horizontal section</p>	
<p>7.FINANCIAL SERVICES</p> <p>A.<u>All insurance and insurance-related services</u></p>			
<p>Insurance on freight (CPC 81293)</p>	<p>1)Imports can only be insured with established companies</p> <p>2)Unbound</p> <p>3)Specific type of legal entity (Sociedade Anômima - S.A.) required. Foreign participation is limited to 50 per cent of the capital of a company and to 1/3 of its voting stock.</p> <p>4)Unbound except as indicated in the horizontal section</p>	<p>1)Unbound</p> <p>2)Unbound</p> <p>3)None</p> <p>4)Unbound except as indicated in the horizontal section</p>	

Life insurance (CPC 81211)	1)Unbound 2) Unbound 3)Same conditions as in Insurance on Freight 4)Unbound except as indicated in the horizontal section	1)Unbound 2) Unbound 3)None 4)Unbound except as indicated in the horizontal section	
Medical care (CPC 81291)	1)Unbound 2) Unbound 3)Same conditions as in Insurance on Freight 4)Unbound except as indicated in the horizontal section	1)Unbound 2) Unbound 3)None 4)Unbound except as indicated in the horizontal section	
Property Insurance (CPC 81292, CPC 81294, CPC 81295, CPC 81296)	1)Unbound 2) Unbound 3)Same conditions as in Insurance on Freight 4)Unbound except as indicated in the horizontal section	1)Unbound 2) Unbound 3)None 4)Unbound except as indicated in the horizontal section	

Liability Insurance (CPC 81297)	1)Unbound 2) Unbound 3)Same conditions as in Insurance on Freight 4)Unbound except as indicated in the horizontal section	1)Unbound 2) Unbound 3)None 4)Unbound except as indicated in the horizontal section	
Auxiliary services - agencies and brokers (CPC 81401)	1)Unbound 2) Unbound 3)Natural persons only 4)Unbound except as indicated in the horizontal section	1)Unbound 2) Unbound 3)None 4)Unbound except as indicated in the horizontal section	
Auxiliary services - consultancy, actuarial and surveys (CPC 81402, CPC 81404)	1)None 2) None 3)None 4)Unbound except as indicated in the horizontal section	1)None 2) None 3)None 4)Unbound except as indicated in the horizontal section	

B. <u>Banking and other Financial Services</u>			
Financial institutions subject to this commitment are classified as commercial bank, investment bank, consumer finance company, housing finance company, financial leasing company, brokers and dealers, and each may perform only those activities permitted by the Banco Central do Brasil or by the Conselho Monetário Nacional. Multiple banks may be formed with a minimum of any two of the following portfolios, each corresponding to a commercial bank, investment bank, consumer finance company or a housing finance company.			
-Acceptance of the following funds from the public: i)demand deposits ii)time deposits iii)financing of commercial transactions -Lending of all types, including: i)consumer credit ii)mortgage credit iii)financing of commercial transactions -Financial leasing	1)Unbound 2)Unbound 3)The establishment of new branches and subsidiaries of foreign financial institutions as well as increases in the percentage of the participation of foreign persons and firms in the capital stock of Brazilian financial institutions is not permitted. The number of branches in Brazil of each foreign bank is limited to the number existing on October 5th 1988	1)Unbound 2)Unbound 3)An individual network for Automatic Teller Machines (ATMs) may only be set up by Brazilian banks for use of clients of that bank. Banks controlled by foreign capital and branches of foreign banks may share facilities with other banks on a minority basis. Minimum requirements for paid-in capital and net worth applicable to branches of foreign banks as well as to commercial banks and commercial banks portfolios of multiple banks controlled by foreign capital are twice those established for Brazilian banks.	

<p>-Payment and money transmission services carried out by financial institutions</p> <p>-Guarantees and commitments</p> <p>-Trading for own account or for account of customers, whether on an exchange or in an over-the-counter market, including:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) money market instruments ii) foreign exchange iii) futures and options iv) exchange rate and interest rate instruments v) transferable securities vi) other negotiable instruments and financial assets, including bullion 	<p>4) Unbound except as indicated in the horizontal section</p>	<p>Permission for a service supplier of another Member to expand existing operations or conduct new activities may be denied by the Banco Central do Brasil or authorized on terms and conditions less favourable than those applied to Brazilian service suppliers.</p> <p>4) Unbound except as indicated in the horizontal section</p>	
--	---	--	--

<p>-Participation in public issues of all kinds of securities, including underwriting and placement as agent, and provision of services related to such issues</p> <p>-Brokerage of foreign exchange</p> <p>-Portfolio management and custodial and depository services</p> <p>-Investment and portfolio research and advice</p>	<p>1)Unbound</p> <p>2)Unbound</p> <p>3)The establishment of new branches and subsidiaries of foreign financial institutions as well as increases in the percentage of the participation of foreign persons and firms in the capital stock of Brazilian financial institutions is not permitted. The number of branches in Brazil of each foreign bank is limited to the number existing on October 5th</p> <p>4)Unbound except as indicated in the horizontal section</p>	<p>1)Unbound</p> <p>2)Unbound</p> <p>3)An individual network for Automatic Teller Machines (ATMs) may only be set up by Brazilian banks for use of clients of that bank. Banks controlled by foreign capital and branches of foreign banks may share facilities with other banks on a minority basis.</p> <p>Minimum requirements for paid-in capital and net worth applicable to branches of foreign banks as well as to commercial banks and commercial banks portfolios of multiple banks controlled by foreign capital are twice those established for Brazilian banks.</p> <p>Permission for a service supplier of another Member to expand existing operations or conduct new activities may be denied by the Banco Central do Brasil or authorized on terms and conditions less favourable than those applied to Brazilian service suppliers.</p> <p>4)Unbound except as indicated in the horizontal section</p>	
--	---	---	--

9.TOURISM AND TRAVEL RELATED SERVICES			
A. <u>Hotels and Restaurants</u>			
-Hotels (CPC 641)	1)Unbound 2) Unbound 3)None	1)Unbound 2) Unbound 3)Brazilian firms operating in the Amazon and North-eastern regions benefit from certain tax credit incentives. Other incentives are limited to firms with majority of capital held by Brazilian citizens or legal entities.	
	4)Unbound except as indicated in the horizontal section	4)Unbound except as indicated in the horizontal measures	
-Restaurants (CPC 642)	1)Unbound 2) Unbound 3)None	1)Unbound 2) Unbound 3)Brazilian firms operating in the Amazon and North-eastern regions benefit from certain tax credit incentives. Other incentives are limited to firms with majority of capital held by Brazilian citizens or legal entities.	

11. TRANSPORT SERVICES	4) Unbound except as indicated in the horizontal section	4) Unbound except as indicated in the horizontal measures	
<u>E. Rail Transport Services</u>			
Rail freight (CPC 71121, CPC 71123, CPC 71129)	1) Unbound 2) Unbound 3) Governmental authorization required. The granting of new authorizations is discretionary. The number of service suppliers may be limited. 4) Unbound except as indicated in the horizontal section	1) Unbound 2) Unbound 3) None 4) Unbound except as indicated in the horizontal section	
<u>F. Road Transport Services</u>			
Road Freight (CPC 71231, CPC 71233, CPC 71234)	1) Unbound 2) Unbound	1) Unbound 2) Unbound	

<p>G.<u>Pipeline Transport</u> (CPC 7139) (excluding hydrocarbon products)</p>	<p>3)Foreign participation is limited to 1/5 of the voting shares of Brazilian companies engaged in this activity</p> <p>4)Unbound except as indicated in the horizontal section</p> <p>1)Unbound</p> <p>2) Unbound</p> <p>3)None</p> <p>4)Unbound except as indicated in the horizontal section</p>	<p>3)None</p> <p>4)Unbound except as indicated in the horizontal section</p> <p>1)Unbound</p> <p>2) Unbound</p> <p>3)None</p> <p>4)Unbound except as indicated in the horizontal section</p>	
<p>H.<u>Services auxiliary to all modes of transport</u></p> <p>a)Cargo handling (CPC 741)</p>	<p>1)Unbound</p> <p>2) Unbound</p> <p>3)None</p> <p>4)Unbound except as indicated in the horizontal section</p>	<p>1)Unbound</p> <p>2) Unbound</p> <p>3)None</p> <p>4)Unbound except as indicated in the horizontal section</p>	

b)Storage and warehousing (CPC 742)	1)Unbound 2) Unbound 3)None 4)Unbound except as indicated in the horizontal section	1)Unbound 2) Unbound 3)None 4)Unbound except as indicated in the horizontal section	
--	---	---	--

ANEXO III

**Lista de exceções ao artigo II do GATS apresentada pelo Brasil na Rodada
Uruguai - GATS/EL/13, de 15 de abril de 1994**

**GENERAL AGREEMENT
ON TRADE IN SERVICES**

GATS/EL/13
15 April 1994
(94-1100)

BRAZIL

Final List of Article II (MFN) Exemptions

(This is authentic in English only)

BRAZIL - FINAL LIST OF ARTICLE II (MFN) EXEMPTIONS

Sector or subsector	Description of measure indicating its inconsistency with Article II	Countries to which the measure applies	Intended duration	Conditions creating the need for the exemption
Audiovisual/motion picture and video tape production	Measures which define norms for co-production of motion pictures with foreign countries and grant national treatment to motion pictures co-produced with foreign countries which maintain a co-production agreement with Brazil. Motion pictures co-produced outside the scope of such agreements are not entitled to national treatment.	All countries [*]	Indefinite	These agreements aim at the promotion of cultural exchange and the establishment of mechanisms to facilitate access to financial resources
Land transport (cross-border supply)	Agreement on International Land Transport. Provides for national treatment for authorized suppliers of signatories in respect of international transport of cargo and passengers	Signatories are Argentina, Bolivia, Chile, Paraguay, Peru and Uruguay	Indefinite	To facilitate transport among neighbouring countries within the "Southern Cone" region on the basis of reciprocity treatment for service suppliers

^{*}Note: At present Brazil maintains co-production agreements with Germany, Italy, Portugal, Argentina, France, Angola, Colombia and Mozambique.

Sector or subsector	Description of measure indicating its inconsistency with Article II	Countries to which the measure applies	Intended duration	Conditions creating the need for the exemption
Maritime transport Ocean shipping (cargo)	Measures allowing for bilateral agreements concerning cargo sharing and cargo reservation and measures providing for access to cargo on a reciprocity basis	All countries **	Indefinite	Ensure effective participation of the Brazilian flag in the Brazilian liner cargo trade

**For transparency only: at the moment Brazil maintains agreements with certain member countries of ALADI, China, USA and certain member states of the European Union.